



Mateus Viriato de Medeiros Siniscalchi

**Semeando o comum na metrópole contemporânea:
as hortas urbanas comunitárias no Rio de Janeiro (RJ)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Alvaro Henrique de Souza Ferreira

Rio de Janeiro
Julho de 2020



Mateus Viriato de Medeiros Siniscalchi

**Semeando o comum na metrópole contemporânea:
as hortas urbanas comunitárias no Rio de Janeiro (RJ)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Prof. Dr. Alvaro Henrique de Souza Ferreira

Orientador

Departamento de Geografia e Meio Ambiente - PUC-Rio

Profa. Dra. Sandra Lencioni

Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Virgínia Totti Guimarães

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Dra. Regina Célia de Mattos

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Mateus Viriato de Medeiros Siniscalchi

Graduou-se em Bacharel e Licenciatura em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro no ano de 2016. Durante a graduação foi integrante do Programa de Educação Tutorial – PET Geografia. Desde 2018 é membro do NEPEM - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização, na PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Siniscalchi, Mateus Viriato de Medeiros

Semeando o comum na metrópole contemporânea: as hortas urbanas comunitárias no Rio de Janeiro (RJ) / Mateus Viriato de Medeiros Siniscalchi; orientador: Alvaro Henrique de Souza Ferreira. – 2020.

216 f.: il. color.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2020.

Inclui bibliografia

1. Geografia e Meio Ambiente - Teses. 2. Cotidiano. 3. Espaço público. 4. Hortas urbanas comunitárias. 5. Gestão Coletiva. 6. Comum. I. Ferreira, Alvaro Henrique de Souza. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

Aos amigos e amigas que cultivam esperanças na vida cotidiana,
com amor.

Agradecimentos

Caro leitor, renderei essas graças de maneira humilde. Consciente de que seria impossível, através do feito deste texto, retribuir de maneira equivalente a conspiração de todos que jogaram ao meu favor. Refiro-me aqueles que, próximos ou distantes, com plenas intenções ou mesmo indiretamente, criaram condições para o caminhar até aqui: neste ponto de chegada-partida que é um trabalho de dissertação realizado. Dentre momentos de elucidação e (des)construção, foram muitas as pessoas que somaram ideias, histórias e críticas para a escrita desta obra.

Não caberia listar os nomes de cada um dos “co-autores” envolvidos, visto que muitos deles sequer sabem do valor de suas contribuições e, mesmo sendo essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, correm o risco de serem desfalcados pelos inevitáveis deslizos de memória deste pesquisador. No entanto, algumas das somas ao trabalho se fazem especiais e – apesar das limitações de tempo e do curto espaço reservado para esta escrita – valem ser mencionadas como determinantes para a construção do pensar exposto nas páginas que se seguem. Por isso, devo gratidões sinceras:

À minha família, que esteve sempre junto. Maria Regina ou simplesmente “Mary”, mãe de todos, meu espelho, eternamente grato por seu amor incondicional. Ettore, pai cozinheiro, não segue receitas, mas tempera suas palavras com sabedoria quando me conta sobre a vida. Os irmãos mais velhos Lucas, poeta do agora, por todo o incentivo e amizade. Thiago e Juliana, espíritos jovens, que desde o berço estiveram comigo para o que der e vier. Também Maria Lúcia e Lúcia, mulheres guerreiras, grandes referências de alteridade, não são parentes de sangue, mas regaram a minha história;

Ao Alvaro Ferreira, pela sua dedicação e paciência durante esses anos de mestrado, nos quais foi responsável por uma orientação construtiva e libertária. Alvaro é daqueles professores que ensina aprendendo e aprende ensinando, pois sabe tirar proveito do dissenso. Mais do que uma boa interlocução acadêmica, ele faz questão de alimentar certa agudeza de espírito nos seus orientandos. Com humor e boa prosa, nos incentiva a questionar os movimentos por “detrás” das coisas, a criticar a realidade para transformá-la. E mesmo quando fala sobre as pequenezas do dia-a-dia, está a dialogar com os processos do mundo. De fato, é um professor para a vida inteira. Obrigado por todo o conhecimento produzido nas suas aulas, pelas trocas de ideias nas reuniões do NEPEM, os debates calorosos do SIMEGER e os papos desprentensiosos nos corredores da PUC-Rio. Sobretudo, obrigado por confiar em mim nessa trajetória;

Aos professores e às professoras que foram e continuam sendo essenciais para a minha formação. Rogerio Seabra, que na escola me deu motivos para ser geógrafo. João Rua, grande mestre, suas lições e histórias ficarão gravadas para a eternidade. Regina, ou Rê, sempre presente – seja como professora, tutora,

orientadora ou amiga – seu coração enorme é uma fortaleza para quem chega a este curso, gratidão por todo o conhecimento e afeto durante estes nove anos de Geografia. Aproveito aqui para agradecer às outras integrantes da banca. Sandra, por seu cuidado especial com as palavras, pelo rigor teórico-metodológico e a doçura da sua aula, sem dúvidas, seus escritos sobre metropolização do espaço iluminam as reflexões deste trabalho. Virgínia, por fazer uma ciência integrada às práticas de transformação social, por pensar um Direito capaz de produzir comuns urbanos na luta pelo direito à cidade, enfim, pela parceria que construímos desde a graduação;

Aos tesouros que a Geografia me proporcionou. À moçada do Gnaisse e todo mundo que por ali passou, em diferentes épocas, vocês deram um sentido maior ao fazer acadêmico, obrigado por me ensinarem a arte de trocar com o Outro. Aos colegas do mestrado e do NEPEM, que vivem me dando aulas, sorte a minha tê-los ao meu lado, cada discussão que travamos foi um sopro de inspiração para a construção deste texto. Mando aqui um abraço forte para o Bê, Horacio, Artur, Cadu, Luciano, Lucão, Léo, Alê, Iata, Valentim, Marcela, Dalvi, Francisco, Alex, Felipe, Carol, João, Juliana, Felipinho, Júlia, Thomaz, Demétrius, Carine, Godinho e Ernesto;

À Isabella, pela nossa trajetória. Por treinar meu olhar para tantas coisas que eu não via. Com a Bella aprendi a compartilhar qualidades e a encarar contradições que até então desconhecia em mim. Jamais esquecerei do seu carinho e companheirismo nessa caminhada, sem você não teria conseguido escrever este trabalho com a mesma leveza. Inclusive, o fato do seu computador estar comigo a alguns meses, para redigir este texto, é uma prova disso;

Sobretudo, aos que produzem as hortas urbanas comunitárias do Rio de Janeiro, por sinalizarem uma outra cidade-em-cultivo. Refiro-me a todos os companheiros e companheiras de plantio que, nas fissuras desta selva de concreto, ocupam as ruas para semear espaços de comunhão, capazes de aflorar a nossa verdadeira natureza humana. Agradeço imensamente aos coletivos de agricultura urbana e aos demais grupos que trocaram experiências e compartilharam seus projetos, ideias e táticas de ação comigo. Um salve especial para o Fábio, Martim, Tomás, Fernando, Yuri, Alice, Daniel, Thaís, Diego, Pedro, Ana, João, Málian, Gustavo, Dafne, Armando, Luigi, Mariana, Júlio... e todos aqueles que lutam para colher dias melhores na metrópole. Sou aprendiz desse movimento, apenas mais um em meio à multidão de cidadãos que ensaiam cotidianamente uma gestão coletiva do espaço. Guiado pela constelação de hortas que participei, ofereço esta pesquisa como fruto de muitas vivências-até-agora;

Agradeço ainda à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro concedido ao longo do mestrado, um suporte para a realização desta pesquisa.

Resumo

Siniscalchi, Mateus Viriato de Medeiros; Ferreira, Alvaro Henrique de Souza. **Semeando o comum na metrópole contemporânea: as hortas urbanas comunitárias no Rio de Janeiro (RJ)**. Rio de Janeiro, 2020. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho de dissertação tem como objeto de pesquisa a construção de meios de reapropriação e gestão coletiva do espaço público através dos projetos de hortas urbanas comunitárias da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, os objetivos centrais deste estudo são identificar as tensões inerentes ao movimento de reapropriação do espaço público carioca por meio das hortas urbanas. Bem como, analisar os desafios e possibilidades da gestão coletiva deste espaço a partir das táticas, técnicas e planos de ação elaboradas pelos arranjos comunitários que participam das hortas. Referimo-nos às singulares maneiras de fazer e pensar a cidade que se desenrolam nestas iniciativas e que, de modo criativo e multitudinário, semeiam o comum como um importante horizonte político na luta por uma produção do espaço mais justa, cooperativa e fraterna. Os propósitos desta investigação, por sua vez, nos remetem a uma problemática que está em curso no momento presente da vida cotidiana da metrópole e que se constrói com base nas relações desiguais de dominação e apropriação espacial que se estabelecem entre os diferentes grupos sociais. Diante da racionalidade estratégica e mercadológica do ordenamento territorial hegemônico, o processo de segregação social pautado na propriedade privada do solo se consolidou como uma tendência geral no território carioca. E o espaço público, inserido nesta lógica privatista de controle territorial, está em progressiva metamorfose, incorporando elementos que limitam suas condições de acessibilidade e alteridade. Entretanto, enquanto muitas das transformações contemporâneas da cidade se realizam em sintonia com a ordem dominante, outras nos apontam indícios de rupturas significativas do *status quo*. São mudanças protagonizadas por uma multidão de cidadãos que questionam os imperativos do Estado neoliberal ao reivindicar o direito de usar, ocupar e governar a urbe de modo autônomo. Sob esta perspectiva, nos últimos anos multiplicaram-se os ensaios de gestão coletiva do espaço público carioca através das hortas urbanas comunitárias. Tais iniciativas revelam muitas aberturas existentes para o exercício da vida em comum, vida que se cultiva junto com o Outro. De um jeito peculiar, estes projetos comunitários de hortas urbanas resistem em solo carioca e nos sinalizam múltiplos canteiros de alternativas e possibilidades para a emancipação da sociedade.

Palavras-chave

Cotidiano; Espaço público; Horta urbana comunitária; Gestão coletiva; Comum.

Abstract

Siniscalchi, Mateus Viriato de Medeiros; Ferreira, Alvaro Henrique de Souza. **Sowing the common in the contemporary metropolis: the community urban gardens in Rio de Janeiro (RJ)**. Rio de Janeiro, 2020. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation work has as object of research the construction of means of reappropriation and collective management of public space through the projects of community urban gardening in the city of Rio de Janeiro. In this sense, the central objectives of this study are to identify the tensions in the movement of reappropriation of public space through urban gardens. As well as, to analyze the challenges and possibilities of the collective management of this space from the tactics, techniques and plans of action elaborated by the community arrangements that participate in the gardens. We refer to the singular forms of making and thinking the city that exist in these initiatives and that, in a creative and multitudinous way, sow the common as an important political horizon in the struggle for a more democratic, cooperative and fraternal production of space. The purposes of this investigation, in turn, lead us to a problem that is ongoing in the present moment of the metropolis' everyday life and that is built based on the unequal relations of spatial domination and appropriation that are established between different social groups. In times of space metropolization, the reorientation of State policies based on the economic determinations of the real estate-financial market culminated in the elaboration of new government guidelines in Rio de Janeiro, now expressed under an order that homogenizes, fragments and hierarchizes the uses and representations of the city. In view of the strategic and market rationality of these hegemonic actors, the process of social segregation based on private land ownership has consolidated itself as a general trend in the territory. And the public space, inserted in this privatist logic of territorial control, is in a progressive metamorphosis: incorporating elements that limit its conditions of accessibility and alterity. However, while many of the city's contemporary transformations take place in tune with the dominant order, others point to signs of significant disruptions to the *status quo*. From this perspective, in recent years, the collective management initiatives of the public space in Rio de Janeiro have multiplied through community urban farming. In a peculiar way, such initiatives reveal many existing openings for the exercise of life in common, a life that is cultivated together with the Other.

Keywords

Everyday life; Public place; Community urban garden; Collective management; Common.

Sumário

1. Introdução.....	14
2. Por uma Geografia do cotidiano e da ação na cidade do século XXI	40
2.1. A produção do espaço e a vida cotidiana	46
2.2. Escalas e sentidos da ação social	55
2.3. Uma crítica geográfica à vida cotidiana	64
3. A peleja cotidiana do espaço público na metrópole contemporânea: desmistificando as metamorfoses territoriais do Rio de Janeiro (RJ)	72
3.1. Um olhar sobre a cidade e o urbano.....	78
3.2. Transição metropolitana e as transformações da vida cotidiana.....	84
3.3. O espaço público carioca em metamorfose.....	98
4. A primavera das hortas urbanas comunitárias do Rio de Janeiro: ensaios de gestão coletiva do espaço público	113
4.1. A alvorada das hortas urbanas comunitárias na cidade do Rio de Janeiro	117
4.2. Do substrato ao fruto: o desenvolvimento dos projetos de horta urbana comunitária	139
4.3. Cultivando a gestão coletiva do espaço público	151
5. As possibilidades do comum nos limites do público: das estratégias da ordem às táticas sociais desviantes.....	163
5.1. Pensar o comum como raiz e fruto das hortas urbanas comunitárias.....	167
5.2. Relatos de hortas: sobre plantar e colher o comum em solo carioca	181
- Um cultivo em meio à multidão: o Jardim do Olho D'água da Lapa	183
- Sobre estudar com terra nas mãos: as hortas em universidades públicas.....	189
- A Horta (que era) Nossa da Gávea: adoção ou apropriação privada?	196
- As hortas e seus guardiões: do Cosme Velho ao Morro da Formiga	206
- Tão próximas, mas tão distantes: a Horta das Artes e a Horta do Vinil.....	212
6. Considerações finais... e mais algumas provocações	220
7. Referências bibliográficas	234

Lista de figuras

Figura 1 – Rua Leônicio Corrêa, um dos quatro logradouros públicos que dão acesso ao “condomínio” Jardim Pernambuco, no Leblon (RJ)	83
Figura 2 – Rua Alecrim, logradouro público localizado em Vila Kosmos (RJ)	84
Figura 3 – Praça Professor José Bernardino, também conhecida como Praça do Pomar, na Barra da Tijuca (RJ)	85
Figura 4 – Praça Paris, na Glória (RJ), cercada por grades e conta com policiamento da Guarda Municipal durante o dia	85
Figura 5 – Parque Madureira, situado entre os bairros de Madureira e Guadalupe, na Zona Norte do Rio de Janeiro	91
Figura 6 – Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema (RJ)	92
Figura 7 – Rua Leblon, no bairro do Leblon (RJ)	99
Figura 8 – Orla da praia de Copacabana apropriada de maneira privativa por quiosques durante as festas de virada do ano de 2020	99
Figura 9 – Mapa das hortas urbanas comunitárias inseridas em espaços públicos integralmente abertos do município do Rio de Janeiro	128
Figura 10 – Mapa das hortas urbanas comunitárias inseridas em espaços públicos parcialmente abertos do município do Rio de Janeiro	129
Figura 11 – Mapeamento geral das hortas urbanas comunitárias do município do Rio de Janeiro	132
Figura 12 – Jardim Aromático da Praça José de Alencar, localizada em praça pública no bairro do Flamengo (RJ)	134
Figura 13 – Agrofloresta da Urca, localizada na Urca (RJ)	134
Figura 14 – Horta Floresta Verdejar, localizada no Ponto de Cultura Luís Poeta no Engenho da Rainha (RJ)	134
Figura 15 – Horta Comunitária do Cosme Velho, iniciativa dos moradores do Cosme Velho (RJ) e se localiza em um antigo terreno baldio	136
Figura 16 – Horta Comunitária do Posto XI, localizada no pátio da Policlínica José Paranhos Fontenelle em Olaria (RJ)	136
Figura 17 – Nossa Horta Comunitária das Vargens, localizada no jardim da Associação de Moradores e Amigos de Vargem Grande (AMAVAG), é desenvolvida por moradores de Vargem Grande (RJ)	138

Figura 18 – Horta Coletiva do Atelier Sustentável, localizada em um terreno baldio aos fundos de um hotel em Santa Teresa (RJ). 125

Figura 19 – Primeira ação coletiva na Hortinha da PV, na Praia Vermelha (Urca, RJ). 128

Figura 20 – Processo inicial de abertura dos canteiros da Horta Nossa da Fonte da Saudade, localizada na Praça General Alcio Souto, na Lagoa (RJ). 128

Figura 21 – Placa de avisos na Horta da General, em Laranjeiras (RJ). 130

Figura 22 – Quadro de avisos na Horta da General, em Laranjeiras (RJ). 130

Figura 23 – Mutirão na Horta Comunitária do Grajaú, localizada na Praça Edmundo Rego (Grajaú, RJ). 144

Figura 24 – Mutirão no Jardim do Olho D'água, localizado na Praça Cardeal Câmara (Lapa, RJ). 145

Figura 25 – Reunião na Horta do Vinil, localizada em um antigo terreno baldio no Parque das Rosas (Barra da Tijuca, RJ). 146

Figura 26 – Oficina pedagógica realizada na Horta da General, em Laranjeiras (RJ), durante o Picnic de Reinauguração da horta, no ano de 2017. 146

Abreviaturas e siglas

AUP – Agricultura Urbana e Periurbana

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ESDI - Escola Superior de Desenho Industrial

FPJ – Fundação Parques e Jardins

GAP – Gerência de Agroecologia e Produção Orgânica

MEC – Ministério da Educação

NEPEM – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização

ONG – Organização não governamental

PECRJ – Planejamento Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro

PET – Programa de Educação Tutorial

RG – Registro Geral

SECONSERMA – Secretária de Conservação e do Meio Ambiente

SMAC – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SME – Secretaria Municipal de Educação

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

1. Introdução

Nas cidades do século XXI, as relações sociais se repetem e repartem a passos largos, sob um conjunto renovado de dilemas e incertezas. Por todas as partes, a sociedade urbana se encontra profundamente transformada frente à atualização geral dos ritmos e representações espaciais que regem as trajetórias de nossas vidas. Agora, nos marcos de uma problemática metropolitana, a ampla maioria das cidades do mundo contemporâneo – independente do seu tamanho e da sua história – apresenta temas como a insegurança, o medo, a privação, a violência e a segregação social como pautas rotineiras de seus noticiários locais. Problemas correlacionados e simultâneos que não apenas apontam para alterações na morfologia do espaço, mas refletem mudanças referentes ao próprio modelo de convívio que sustenta esta trama.

Ora, sabemos que a cada momento histórico a cidade assume formas e funções diferenciadas. Sua geografia sempre esteve em mutação. No entanto, hoje a vida cotidiana revela um conteúdo essencialmente distinto, sendo orientada por elementos e processos de outra qualidade, que nos apontam um complexo panorama de novos sentidos na produção do espaço. Neste quadro, múltiplas contradições se (re)desenham perante a ampla ressignificação das práticas e das lógicas que produzem a cidade. Referimo-nos, portanto, a um período de metamorfoses espaciais em larga escala.

Nesse sentido, esta análise se desenvolve com base no entendimento de que, na atualidade do capitalismo global, vivemos num período de transição metropolitana, marcado por transformações radicais na dinâmica espacial das cidades e nas relações sociais que caracterizavam o espaço urbano do século passado. Como salienta Lencioni (2017), tal movimento está longe de ser algo meramente abstrato e se tornou possível graças à convergência de múltiplas determinações econômicas, políticas e culturais que culminaram em uma verdadeira metamorfose na estrutura, forma e função dos territórios mundo afora. Desta maneira, evidencia-se o processo de metropolização do espaço, este marco espaço-temporal do momento presente, que metamorfoseia a tudo e a todos (LENCIONI, 2017).

Nestes tempos, os processos de fragmentação e contenção territorial, ancorados nas tendências de individualização e afastamento dos grupos sociais, ganharam proporções até então inimagináveis, redimensionando a crise generalizada do cotidiano no capitalismo (HAESBAERT, 2014). Condomínios fechados, praças cercadas, ruas com cancelas, muros com espinhos, casas sem gente e gente sem casas. Traços de um contexto crítico e banalizado que se reproduz pelo mundo de modo acelerado, no qual a cidade é repartida em mosaicos de fragmentos tão desiguais que ela mesma parece se desfazer e recompor em variadas realidades sobrepostas. Tal como se vivenciássemos diferentes cidades em conflito, hierarquicamente determinadas, dentro de uma só.

Não obstante, o atual enredo fragmentado da metrópole também se revela, numa dimensão mais ampla, como expressão de uma dominação espacial, que se reproduz sob 'geometrias de poder' mais assimétricas que outrora (MASSEY, 2000). Isto é, o novo conjunto de problemáticas da vida cotidiana sinaliza o predomínio de uma lógica específica de cidade, que se fortalece e se torna vigente dentro de uma conjuntura territorial hegemônica. Tal conjuntura, em geral, é protagonizada pelo Estado e pelas elites empresário-comerciais locais ligadas ao capital financeiro internacional, que integram suas estratégias e articulam forças político-econômicas, fazendo com que suas normas e narrativas sejam determinantes na reprodução das práticas espaciais (CARLOS, 2011).

Hoje as metrópoles são governadas por uma racionalidade estratégica e mercadológica, que se materializa através de uma gestão privatista do território. Sob esta condição espacial, a progressiva privatização do solo e a proliferação de espaços fechados alteram drasticamente o caráter dos encontros que ocorrem nas ruas, praças e parques das cidades. O atual traço efêmero e episódico da troca social parece dificultar a construção de vínculos mais afetivos e duradouros nestes espaços (BAUMAN, 2009). E, na medida em que os grupos sociais se afastam entre si e passam a conviver de forma segregada, muitas histórias e referências coletivas se apagam da memória popular.

O espaço público, por sua vez, já não é o mesmo. Agora sua dinâmica apresenta tensões que se desdobram em um novo patamar de complexidade. Por um lado, as excessivas iniciativas de controle privativo do espaço público limitam sua apropriação espontânea e reduzem demasiadamente seu sentido. Entretanto, à medida que o ordenamento estatal opera estratégias que desfiguram este espaço,

nele também se manifestam e multiplicam as ações e projetos que rompem com a lógica territorial dominante. Logo, apesar de suas desventuras, ainda é no espaço público da cidade contemporânea que as práticas insurgentes se fazem presentes, estabelecendo contrapontos à estrutura espacial hegemônica.

Desta maneira, numa época marcada por cisões espaço-temporais, a todo o momento o público e o privado se contrapõem e condicionam de forma simultânea. Em diversos lugares do planeta observamos que os laços comunitários se dissolvem e reconfiguram a partir de novos contextos de ação. Nos quais assumem outros contornos e intencionalidades diante da expansão, intensiva e extensiva, da propriedade privada como um paradigma social. Neste compasso, uma série de entraves e limitações se impõe para a construção da cidade enquanto obra coletiva (LEFEBVRE, 2006). É diante desta problemática geral que este trabalho de dissertação se desenvolve e aponta uma possível via de superação para os processos que denuncia.

Nesse sentido, é importante mencionar que este texto se desenvolve a partir de uma inquietação pessoal deste autor com relação aos desafios existentes para a gestão compartilhada do espaço público na atual condição territorial das cidades do século XXI. Uma inquietude propriamente geográfica: que em parte é estranhamento com as circunstâncias atuais do espaço, isto é, um verdadeiro descontentamento com a natureza dos encontros cotidianos no espaço público da metrópole; mas em contrapartida é também vontade de agir coletivamente e mudar a realidade, ou seja, uma esperança real em transformar o estado atual das coisas. Trata-se de um inquietar-se com dois polos antagônicos – o pessimismo da razão e o otimismo da vontade – que, ainda assim, se alimentam dialeticamente no fazer da pesquisa científica.

Sob estes termos, tal angústia tem suas raízes na vivência de um espaço-tempo peculiar, que nos aponta os percalços e façanhas de uma trajetória de pesquisa. Destarte, foi a partir da experiência de morar e crescer no bairro da Barra da Tijuca, localizado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, que nasceu o interesse por estudar o espaço público e o conjunto de relações territoriais que nele se desenrola. Em especial, pelo fato deste bairro concentrar diversas problemáticas cotidianas que estão profundamente associadas às atuais metamorfoses espaciais da metrópole contemporânea.

Na Barra da Tijuca, a intensa concentração de investimentos imobiliários ao longo dos últimos trinta anos se realizou através da implantação de grandes equipamentos de habitação, comércio, serviços e lazer (CARDOSO, 1989). Hoje, uma imensa quantidade de espaços privados de acesso exclusivo ou seletivo se estende por toda a sua paisagem: são condomínios residenciais, shoppings centers, supermercados e clubes, em sua maioria cercados por muros e grades. Em seu conjunto, estes espaços configuram um labirinto de enclaves territoriais e pautam as referências de um cotidiano segregado, no qual as possibilidades da organização comunitária se encontram profundamente fragmentadas.

Neste bairro, as vastas áreas organizadas sob o regime da economia privada são todas equipadas com cabines de patrulha, seguranças armados e câmeras de vigilância (muitas vezes acompanhadas das placas de aviso: “Sorria, você está sendo filmado!”). Aparatos panópticos que também se verificam em muitos dos espaços públicos, mas que, por sua vez, não ofuscam a sensação generalizada de insegurança. Pois tal ‘engenharia do medo’ se reproduz justamente em função da ausência de encontros coletivos no dia-a-dia. Por conseguinte, em uma realidade onde o acesso público se confunde com o controle territorial, as trocas sociais perpassam cada vez menos pelo uso comum dos espaços abertos e mais pela reclusão em ambientes fechados.

Desse modo, a vivência do bairro se fragmenta perante o contexto de privação e vigília social, no qual os moradores reproduzem todas as suas relações estabelecendo o mínimo contato possível com o Outro da cidade. Neste movimento de negação a todo e qualquer custo da diferença social, percebemos que os espaços públicos da Barra da Tijuca são reduzidos em quantidade e subtraídos em qualidade. Diversas praças se encontram gradeadas pela prefeitura, muitos logradouros públicos privatizados em seu acesso ou transformados em rodovias de trânsito acelerado, enquanto muitas das calçadas são apropriadas como estacionamentos e perdem o ‘glamour’ para as passarelas, que redesenham os percursos de quem anda a pé em função da primazia do fluxo rodoviário.

Agora, o espaço público do bairro incorpora as representações e símbolos característicos dos espaços privados, assumindo formas e funções que antes não lhe eram típicos. Vários deles se tornaram espaços de passagem (da circulação acelerada) ou de consumo (da troca monetária) e são diariamente apropriados de maneira privada, em diferentes escalas de ação. Assim, frente a este corolário de

problemas espaciais que se retroalimentam na atualidade da metrópole contemporânea, se desenha o quadro da crise da vida cotidiana no lugar onde eu nasci e moro até hoje.

Entretanto, em contraste com este modelo de desenvolvimento espacial, num movimento (literalmente) orgânico da vida deste pesquisador, se despertou a vontade de superar os condicionantes que restringem a apropriação espontânea e coletiva dos espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro. Foi então plantando árvores e hortaliças no canteiro de uma calçada no bairro da Gávea, em meados do ano de 2014, que a consciência crítica em relação à esta condição territorial se uniu à perspectiva da ação transformadora. Na época, junto com amigos e amigas que participavam do coletivo Horta Nossa¹, ocupávamos canteiros abandonados da cidade de maneira coletiva realizando mutirões de plantio de pequenas hortas urbanas e propondo a horizontalidade do uso destes espaços. De um jeito aparentemente simples, semeando e colhendo alimentos na rua, enxergamos uma via promissora para a materialização de encontros comunitários na cidade do Rio de Janeiro.

Daí em diante, o gosto por fazer agricultura urbana nos lugares abertos da urbe amadureceu e se espigou. Com o passar dos anos, tive a oportunidade de participar de variadas iniciativas de instalação e gestão de hortas comunitárias em distintos contextos de espaços públicos. Plantios coletivos espalhados pelas quatro zonas da cidade, em diferentes bairros do Rio (tais como, Centro, Lapa, Grajaú, Olaria, Cosme Velho, Laranjeiras, Flamengo, Urca, Lagoa, Barra da Tijuca e Varem Grande). Ao longo desta trajetória, conheci muitos outros agricultores urbanos e projetos de hortas em terrenos baldios, favelas, praças, calçadas, fundações e até universidades públicas da cidade, que de uma forma geral foram essenciais para a realização desta pesquisa. Fazendo parte destas iniciativas foi possível identificar uma série de desafios, contradições e possibilidades para o desenvolvimento destes projetos.

É importante notar que aqui consideramos como hortas urbanas comunitárias aquelas hortas que estão localizadas nos espaços públicos da cidade e que são

¹ O coletivo de agricultura urbana Horta Nossa foi formado em 2013 e é composto por um grupo aberto de cidadãos cariocas, que atua na recuperação de canteiros e jardins públicos degradados da cidade do Rio de Janeiro através do plantio agroecológico.

geridas de maneira compartilhada por um grupo de pessoas diversas². Dessa maneira, a horta é comunitária porque é construída em conjunto e de modo voluntário, pressupondo a igualdade de acesso ao espaço e de decisão entre os diferentes sujeitos sociais que colaboram no projeto. Bem como, porque é aberta à participação da sociedade, envolvendo o direito de qualquer pessoa participar ativamente nos trabalhos que nela se realizam, de maneira horizontal, espontânea e democrática.

Sob esta ótica, percebi que as hortas urbanas comunitárias representam uma frente de resistência aos referidos processos de apropriação privada do espaço público e de privação dos indivíduos da metrópole. Ademais, ao promoverem encontros comunitários de longo prazo, estas hortas se constituem como construções sociais coletivas que subvertem as limitações impostas pela normatização estatal e pela lógica da propriedade privada. Portanto, como diria o historiador francês Michel de Certeau (2012), foi com base nesta humilde “maneira de fazer” na cidade – o plantar coletivo no espaço público – que a postura de contestação à dominação do espaço assumiu um tom transformador, isto é, de um pensamento propositivo de novos futuros.

Tendo em vista este breve relato sobre o percurso que nos conduziu até aqui, nota-se que as motivações que dão fôlego a esta pesquisa são fruto de uma luta na cidade e pela cidade. As hortas comunitárias, nesse sentido, alimentam o sonho e a disposição de criar meios que potencializem a organização coletiva dos cariocas, construindo o comum como horizonte de ação política, em espaços de representação popular. Logo, foi a partir do ato de cultivar na cidade que percebemos que cultivar outra cidade é possível. E, assim, o fazer científico entrou em simbiose com as práticas do cotidiano, pois é diante da inseparabilidade entre o sujeito e o objeto que vislumbramos a dialética elementar da investigação científica:

² Nos trabalhos científicos brasileiros, a noção de horta urbana comunitária é utilizada por diversos autores e apresenta diferentes significados em função da orientação acadêmica de cada um deles. Nas ciências sociais não existem muitas proposições conceituais, muito menos um consenso estabelecido sobre a definição desta expressão. Entretanto, no entendimento geral dos cientistas, esta noção designa um espaço cultivável gerenciado por um grupo de pessoas ou de famílias de um mesmo território, normalmente localizado em áreas ociosas dos centros urbanos e que tem como objetivos garantir a alimentação básica e gerar renda para pessoas carentes. Apesar deste entendimento se assemelhar em alguns pontos com o nosso, adotaremos aqui uma interpretação mais específica, porém menos restrita em seu sentido (sócio)espacial. Assim, com base no conceito de espaço e na noção central de produção do espaço, entendemos que as hortas urbanas comunitárias também se apresentam como meios para outros fins que escapam às questões agrícolas propriamente ditas e nos levam a investigar as práticas e representações que estão por detrás da sua modesta aparência.

da teoria que interage com a prática, da razão impulsionada pela emoção e vice-versa. É neste movimento de sentir, perceber e transformar o real que escrevemos nossas histórias e construímos nossa visão de mundo.

Portanto, este trabalho de dissertação de mestrado tem como objeto de pesquisa a construção de meios de reapropriação e gestão coletiva do espaço público na cidade do Rio de Janeiro através dos projetos de hortas urbanas comunitárias. Trata-se de uma reflexão sobre um objeto possível, que já é real em parte, mas aponta para um devir³. Esta proposição de estudo, contudo, carrega consigo algumas ideias e noções que foram e estão sendo elaboradas desde o período em que participava do grupo PET Geografia⁴, durante a graduação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), e que merecem aqui uma breve explanação para o leitor deste texto.

Primeiramente, porque insistir em refletir sobre o movimento de reapropriação e não, simplesmente, sobre o processo de apropriação do espaço público? Qual a grande diferença entre estes termos? De maneira sucinta, quando nos referimos à reapropriação do espaço não pretendemos transfigurar o significado do conceito de apropriação do espaço. Ambos os termos informam sobre uma atividade essencialmente humana, que engloba o corpo, suas necessidades e seus sentidos, mas também a sensibilidade, a imaginação, as intenções e os sonhos. Uma ação que envolve a relação intrínseca entre os movimentos articulados de ocupação, uso e transformação do espaço: pois é ao ocupar e usar o espaço que o ser humano apropria-se das condições exteriores a ele, transformando-as objetivamente e subjetivamente em algo que lhe é próprio e singular (CARLOS, 2011).

No entanto, tendo em vista a problemática apresentada nestas páginas introdutórias, a ideia de reapropriação do espaço nos sinaliza que há uma relação de poderes muito desigual na vida cotidiana das cidades. Ela se refere à existência de novos fatores condicionantes para a apropriação do espaço público em um contexto de dominação espacial. Isto é, diante do comando privativo do espaço público, promovido pelo ordenamento do Estado e pelas estratégias de atores

³ As hortas urbanas comunitárias que analisamos já estão “vivas” e o movimento de reapropriação dos espaços públicos através destes projetos tende a se proliferar na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, a efetiva gestão coletiva do espaço, em muitos casos, ainda se apresenta como um devir, enquanto uma virtualidade (tal como veremos no terceiro capítulo deste trabalho de dissertação).

⁴ O Programa de Educação Tutorial (PET) é um projeto de iniciação científica coordenado e financiado pelo Ministério da Educação (MEC), que foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Os grupos tutoriais de aprendizagem, compostos por alunos participantes sob a orientação de um(a) tutor(a), realizam atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam às necessidades do próprio curso de graduação.

geralmente relacionados ao capital financeiro-imobiliário, a noção de reapropriação enfatiza os múltiplos desafios e limitações existentes para o uso espontâneo e democrático dos lugares da metrópole.

Neste movimento, em que a apropriação privada se sobrepõe a apropriação coletiva, observamos que o espaço público é destituído de sua coletividade. Os elementos espaciais que fundam seu sentido – o acesso irrestrito e a alteridade social – se esvaem perante o paradigma da propriedade privada, que penetra a sua forma e o seu conteúdo, tornando-se preponderante ao direito coletivo de se apropriar do espaço público. Logo, ao percebermos que este espaço está dominado pelos grupos sociais hegemônicos e profundamente desvirtuado em seus pressupostos essenciais, se faz necessário falar sobre a reapropriação deste espaço.

Todavia, o prefixo 're' adicionado à 'apropriação coletiva do espaço público' não pretende vincular este movimento à ideia de repetição, mas, sobretudo, a dois outros sentidos: de reforço e de regressão. A noção de reforço se refere diretamente aos atributos da ação, conferindo qualidade semântica ao ato de apropriação, que exige mais vigor e vontade para se fazer valer na atualidade do espaço público. Já o sentido de regressão se insere em relação às condições circunstanciais na qual a ação se realiza, especificando um movimento de recuo e retrocesso no que se pretende apropriar (o espaço público em decadência, que se distancia da coletividade). Portanto, trata-se de um apelo gramático e semântico que nos ajuda a compreender o real e avançar na reflexão.

Desta maneira, o significado de reapropriar não seria o de apropriar de novo, tal como 'mais do mesmo' (de forma mimética), mas sim de um 'apropriar novo', uma apropriação que se realiza sob novas condições. Seguindo esta perspectiva conceitual, o processo de reapropriação coletiva do espaço público envolve a ruptura com a racionalidade dominante, pois se realiza no sentido oposto da apropriação privada e do controle privativo do espaço. Bem como, se associa a noção de reconquista da coletividade, através da retomada de valores, fazeres e memórias cotidianas dos cidadãos, que em determinado momento histórico foram banalizados e reprogramados por referências normativas e mercadológicas de consumo e disciplina nas grandes cidades. Em vista disso, a horta urbana comunitária se apresenta como um 'meio de reapropriação coletiva do espaço público', como veremos ao longo do trabalho.

Retomando o raciocínio sobre a elaboração do objeto desta pesquisa, uma segunda questão teórica a ser levantada é: Como é possível pensar a gestão coletiva do espaço público nos tempos atuais? Se este mesmo espaço se revela amplamente dominado, como teorizar sobre sua gestão 'de baixo para cima' sem nos perdermos em fantasias ideais e nos afastarmos do real? De início, ressaltamos que toda dominação espacial expressa uma geometria de poderes assimétrica, um conjunto de relações de forças desiguais, mas que, por mais desproporcionais sejam os pesos das ações sociais em jogo, a dominância nunca se exerce por completo. Isto é, nenhuma lógica se faz dominante de modo permanente ou total no espaço.

Sob este entendimento, todo contexto de soberania se estabelece perante uma incessante construção de relações de poder, e todas as relações de poder se transformam ao longo da história. Por isso, a hegemonia de um grupo social na metrópole se revela sempre como uma conjuntura espacial inacabada, produzida por um conflito desigual de poderes existentes, cuja estabilidade pode durar muito ou pouco tempo. Não existe dominação fixa e inabalável, que dure para sempre, pois toda estrutura de poder convive (em certa medida) com a instabilidade, isto é, a possibilidade do poder em exercício se acentuar ou entrar em declínio. E mesmo a dominação social mais duradoura e enraizada no espaço, aquela que possui representações tão avassaladoras que já internalizamos como certezas dentro de nós, também revela suas brechas e fissuras. Em outras palavras, a obediência e o comando social jamais são unânimes na vida cotidiana.

Desse modo, devemos levar em conta estes pressupostos ao refletirmos sobre as possibilidades da gestão coletiva do espaço público – a partir das hortas comunitárias – nas atuais circunstâncias territoriais da cidade do Rio de Janeiro. Pois, frente à governança corporativa da cidade, na qual os atores hegemônicos elaboram estratégias de controle privativo dos lugares, os projetos de gestão coletiva das hortas se erguem através de um conjunto variado de táticas, astúcias, técnicas e travessuras associadas a outras 'maneiras de pensar' o espaço público (CERTEAU, 2012). Assim, nas frestas oportunas do espaço dominante, este agir coletivo nas hortas urbanas se fortalece e se organiza a partir de métodos diferenciados, mas orientados a partir um interesse comum de seus agentes: a participação direta na construção do (sentido do) espaço onde vivem.

Evidentemente, muitos dos projetos de horta comunitária que estão em desenvolvimento na cidade carioca ainda manifestam contradições que dificultam a realização de uma gestão efetivamente coletiva do espaço. Apesar de envolverem um coletivo de pessoas e se constituírem como “recursos comuns” para todos os envolvidos no seu manejo, as hortas urbanas não surgem necessariamente a partir de motivações políticas com relação à gestão do espaço. Constatamos que a maioria dos projetos analisados na metrópole carioca estão baseados numa causa ambientalista (referente à sustentabilidade ecológica) e que os seus participantes expressam, antes de tudo, uma preocupação com a crise ambiental (ecossistêmica) na qual nos encontramos atualmente⁵.

No entanto, em maior ou menor medida, a dimensão política da gestão coletiva do espaço está sempre presente. São muitos os grupos de participantes das hortas que não se sentem representados pelos governantes cariocas e buscam, através destes projetos comunitários, participar de forma mais ativa e transformadora na vida pública da metrópole. Porém, esta vontade aparece não como uma causa primordial, mas como uma pauta que se fortalece e ganha vigor ao longo do desenvolvimento cotidiano do projeto. Isso ocorre porque ao ocupar e transformar o espaço público, os participantes se deparam com uma série de conflitos e tensões territoriais que, com o tempo, revelam e reforçam a dimensão política da ação coletiva. Sob este entendimento, não são todas as iniciativas que almejam, de forma premeditada, estabelecer um contraponto às representações espaciais dominantes ou construir um espaço de representação política na cidade. Contudo, muitas vezes, sem saber, acabam o fazendo.

Não obstante, percebemos que mesmo ao mirar a transformação das relações territoriais na cidade, os participantes dos projetos encontram múltiplas limitações ao se apropriarem do espaço público: a relação debilitada com o Estado e suas organizações (principalmente na esfera municipal: Prefeitura, Fundação Parques e Jardins, Polícia Militar, Guarda Municipal, Comlurb, etc.), os movimentos de privatização do solo, as ações de vandalismo etc. Porém, apesar dos desafios

⁵ Conforme veremos no terceiro capítulo deste trabalho, a maioria das iniciativas de horta urbana comunitária do Rio de Janeiro são motivados por questões ambientais. Os grupos voluntários destes projetos manifestam uma intenção primeira que é a busca por sustentabilidade ecológica na metrópole (se movimentam para construir outra “conexão com a natureza”). Assim, em um primeiro plano, geralmente estão mais preocupados com a dimensão físico-ecológica da horta e seus serviços ambientais (a recuperação do solo, a saúde das espécies etc.) do que com a gestão comunitária da horta em si. Desta forma, percebemos que a luta pelo direito de usar e gerir coletivamente o espaço público se apresenta como um desdobramento deste ímpeto inicial.

que se colocam perante a estes projetos, entendemos que eles promovem mudanças significativas na forma e no conteúdo dos espaços públicos onde se localizam. E, sobretudo, apontam um devir espacial: a construção do comum como o princípio político que orienta a transformação do espaço público em um espaço outro. Nesse sentido, ao passo que a instauração do comum na vida cotidiana do Rio de Janeiro ainda se situa no nível do projeto, percebe-se que, de certa maneira, este horizonte já está em gestação nas possibilidades abertas por cada horta desta cidade.

Sob este ângulo, há sim uma forte dose de utopia nestas experiências de gerência coletiva do espaço, mas não há nada de fantasioso nisso, pelo contrário, o pensamento utópico se revela complementar e vital à elaboração das práticas coletivas que pretendem transformar o real. Todo e qualquer projeto de cidade está ancorado, de maneira patente ou velada, em uma dimensão utópica. É notório que a ideia de utopia tem sido desacreditada por parte dos ‘realistas’ e pragmáticos que exaltam a necessidade de se “ter os pés no chão” e abdicar de projetos socialmente transformadores (VAINER, 2003). Como afirma o economista e sociólogo Carlos Vainer (2003, p. 26), “parece que estamos sob a égide de um conformismo ou fatalismo sofisticados, cujos adeptos recomendam prudência e se contentam em ‘fazer aquilo que é possível’”. No entanto, fazer o que é possível, quase sempre, se trata de reproduzir o *status quo*, ou seja, fomentar as mesmas lógicas e dinâmicas perversas que regem as cidades. Por isso, ao pensarmos a gestão coletiva do espaço público através da horta urbana comunitária, é imprescindível considerar a dialética do ‘possível-impossível’: o espaço, seus limites e aberturas (LEFEBVRE, 2006).

Tendo em vista esta breve explanação sobre o objeto de estudo, os principais objetivos desta pesquisa são identificar as tensões e contradições inerentes ao movimento de reapropriação do espaço público por meio das hortas urbanas. Bem como, analisar os desafios e possibilidades da gestão coletiva do espaço público através dos diversos projetos de horta comunitária da cidade do Rio de Janeiro. São estes os propósitos gerais deste texto, que por sua vez, nos remetem aos fenômenos e processos que estão em curso no momento presente da vida cotidiana da metrópole carioca. Objetivos que, na ordem do agora, suscitam uma série de questões renovadas para a investigação geográfica do real.

Todavia, temos de reconhecer que estudar os movimentos e conflitos espaciais que se desenvolvem na atualidade da cidade não é uma tarefa fácil para a Geografia. Em parte, porque o presente sustenta múltiplas relações com o passado e com o futuro, que precisam ser investigados com atenção, cada um à sua maneira. Mas, principalmente, porque na metrópole contemporânea as conexões entre passado-presente e presente-futuro não são tão evidentes e lineares como imaginamos (RIBEIRO, 2013). Na realidade, o espaço urbano-metropolitano revela uma abundância de temporalidades e ritmos sociais que coexistem e se articulam de forma muito desigual.

Nesta direção, buscamos aqui fazer uma Geografia do presente, atenta às obras do passado e às virtualidades do futuro. Uma Geografia que seja capaz de captar os sentidos da ação social na dimensão cotidiana do espaço em movimento. Assim, ao longo da escrita deste texto estará registrado o esforço em realizar um estudo geográfico do espaço sob a luz do agora, que, através da ótica do cotidiano, pretende desvelar as contradições e o peso das representações que orientam as práticas da sociedade. Por isso, o conceito de espaço se revela central para o desenvolvimento desta pesquisa.

Adiantamos que o espaço, em suas múltiplas escalas e dimensões, exige uma leitura totalizante, que busque integrar o máximo de lentes teóricas possíveis em direção a uma epistemologia simultaneamente diversa e una. Na Geografia, trilhar este caminho se faz mais do que necessário, pois é nesta ciência que o conceito de espaço se consagra como principal categoria de estudo. Conforme demonstra o geógrafo Rogério Haesbaert (2014), em sua proposta de pensar uma “constelação geográfica de conceitos”, o espaço assume centralidade categórica, tal como um ‘astro-rei’ que estabelece relações com todos os demais conceitos geográficos, esclarecendo-os com base no seu potencial luminoso. Desta forma, é em torno do entendimento de espaço que se constrói a epistemologia da Geografia.

Nesta reflexão, é importante notar que o conceito de espaço é compreendido a partir de sua condição social, isto é, como uma construção histórica em movimento permanente. Nossa interpretação envolve por excelência a dimensão das ações humanas, que sob uma miríade de conflitos e contradições revelam todo conteúdo social e histórico do espaço. Segundo esta visão, o sentido do espaço é construído a partir da reflexão e ação da sociedade ao transformar o mundo. Tal como afirma a geógrafa Ana Fani Carlos (2011, p. 23), “o espaço é duração e

simultaneidade de atos e ações, situando a possibilidade de compreensão do mundo no plano da práxis”.

Ao olharmos o espaço sob a lente temporal, veremos que a cada momento histórico, cada tipo de sociedade constrói uma geografia diferenciada, que lhe é condizente em termos objetivos e subjetivos. Isto é, o curso da história mundial revela milhares de formas de organização do espaço, todas elas correspondentes com as temporalidades de cada formação social. Estes modos de organizar o espaço, não apenas refletem variados contextos temporais, mas também apresentam múltiplas ‘maneiras de fazer e de pensar’ o espaço. Maneiras que expressam ordens sociais distintas e guardam assimetrias de poder entre si, se somando, sobrepondo e negando umas às outras. Assim, estas várias formas da sociedade ‘construir o espaço’ apontam para a diversidade de ritmos do tempo social e seus pesos simbólicos, que coexistem de forma simultânea e desigual nos diferentes arranjos da vida contemporânea. Interessa-nos, então, saber como as práticas da sociedade “constroem” o espaço nos tempos atuais.

Nesse sentido, este pensamento abre o caminho teórico que possibilita a compreensão sobre a ‘produção do espaço’. Noção preconizada pelo filósofo francês Henri Lefebvre, a partir da tese segundo a qual todo modo de produção “organiza, produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais – o seu espaço (e o seu tempo)” (LEFEBVRE, 2006, p. 8). Este entendimento sinaliza que a sociedade, em seu processo constitutivo de reprodução das relações sociais, produz continuamente o espaço num movimento incessante, tornando-o um produto da sua própria existência:

Não se pode dizer que o espaço seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos; uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção (LEFEBVRE, 2008, p. 48).

Sob esta perspectiva, as relações sociais se realizam na condição de relações espaciais e vice-versa (CARLOS, 2011). A consciência sobre este movimento supera a ideia de sociedade atuando sobre o espaço, a partir do entendimento de que as práticas sociais são espaciais e produzem espaço, estando nele ancoradas e representadas. Bem como, desmistifica a noção de um espaço

neutro ou acabado, pois o espaço enquanto produto social e histórico revela no conteúdo de suas formas as mesmas contradições que o produzem. Nestes termos, o espaço realizado enquanto produção social remete à ideia de um espaço em movimento, tal como uma construção inacabada, sempre em curso, num eterno devir (LENCIONI, 2017).

Na obra “A Natureza do Espaço”, o geógrafo Milton Santos (2008) pontua que o espaço não é um sistema fechado, pois se as ações humanas transformam e humanizam o espaço ao se realizarem no espaço, o mesmo se constitui como uma totalidade que, a todo o momento, se abre às virtualidades da prática social. De maneira engenhosa, o autor afirma que o espaço é formado por um “conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações”, no qual a sociedade produz formas espaciais e estas influenciam diretamente na realização social, em uma dialética aberta e reveladora:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (...) “Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2008, p. 63).

Desta maneira, sistemas de objetos e sistemas de ações interagem – ações produzindo objetos que produzem ações – de modo simultâneo e multidimensional. Através do estudo das técnicas, Santos (2008) aponta que atualmente as fronteiras entre natureza e cultura são reais, mas suas inter-relações são tão dinâmicas e mediadas pela intencionalidade humana que se torna complicado separar o ‘natural’ do ‘artificial’. Nesse caminho, o autor conclui que o espaço é um híbrido, produto da inseparabilidade dos sistemas de objetos e sistemas de ações, numa interação repleta de elementos intervenientes, intercambiantes, simultâneos e contraditórios.

Seguindo este raciocínio, Carlos (2011) complementa que, sendo uma condição da existência humana, “a natureza se metamorfoseia, ao longo da história, em produção social” (CARLOS, 2011, p. 37). Logo, ao considerarmos a condição social do espaço, veremos que a natureza se apresenta como um

conjunto de objetos ricos de sentidos, revelando-se como obra e como manifestação da potência do ser.⁶ Segundo esta autora, o processo de reprodução das relações sociais se realiza numa relação dialética entre sociedade-natureza, na qual “cada elemento da relação se transforma no outro e pelo outro, produzindo a vida e o espaço, ambos como criação real” (CARLOS, 2011 p. 44). Este entendimento nos permite concluir que o espaço se apresenta, de forma simultânea, como condição, meio e produto da relação sociedade-natureza, em sua totalidade concreta. Ou seja, o espaço é: uma condição para que esta relação aconteça; um produto das práticas humanas que se apropriam da natureza e a transformam em realidade social; e um meio para o movimento de reprodução da própria sociedade, que conseqüentemente, produz o espaço ao se reproduzir.

Nesta direção, é importante notar que este movimento de produção espacial se apresenta num sentido multidimensional e dialético, sob a complexa relação materialidade-imaterialidade. Pois se refere tanto à realização material de objetos técnicos, quanto à construção de imaginários, normas e comportamentos espacializados de acordo com uma dada lógica e em sintonia com as necessidades de reprodução das relações sociais de produção. Sobre isso, Lefebvre (2006) ressalta que o espaço não se resume a sua realidade objetiva, pois é também demasiadamente subjetivo, carrega simbolismos e representações poderosas, que são determinantes nos modos de ser e agir dos sujeitos sociais.

Diante disso, o espaço não é apenas o resultado das práticas humanas interagindo com a natureza, mas se faz determinante desde o princípio desta relação, interferindo de forma direta nos mais variados níveis da vida social, seja na disposição material das trocas da sociedade ou na elaboração de suas mentalidades, leis e identidades. Sendo assim, o próprio indivíduo se insere como sujeito social ao produzir o espaço que lhe produz. Neste processo de constituição mútua, podemos pensar a noção de espaço tanto como produto quanto produtor das relações sociais de produção:

Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxo das matérias-primas e das energias, redes de distribuição dos produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço entra nas relações de

⁶ Segundo Carlos (2011), a formulação de Marx sobre a autoprodução do humano (que tem como ponto de partida a obra de Hegel) permite pensar que “há historicidade fundamental no ser humano, ele cria, se forma, se produz pelo próprio trabalho e sua atividade é criadora de obras. Produzindo objetos, bens, coisas, ele constitui seu mundo humano” (CARLOS, 2011, p. 43)

produção e nas forças produtivas (mal ou bem organizado). Seu conceito não pode, portanto, isolar-se e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte das relações econômicas e sociais (LEFEBVRE, 2006, p. 5).

Seguindo a construção deste raciocínio, Lefebvre (2008) demonstra como a noção de produção possibilita a análise do conteúdo que transcende as formas aparentes ao focar os processos sociais que dão origem e explicam a morfologia do espaço. Deste modo, a teoria permite desvendar os 'fluxos' como matriz dos 'fixos' e, assim, interpretar os objetos com poder de agência sobre as ações (SANTOS, 2008). Iluminando as intencionalidades por detrás das aparências ao elucidar os sujeitos sociais que produzem o espaço e as mediações que tornam o processo real.

Logo, a análise desta produção envolve diferentes dimensões e momentos interconectados da realidade espacial, que podem ser captados ao intelecto através das valiosas tríades conceituais propostas por Henri Lefebvre (2006, 2008). Para o autor, uma das possibilidades de compreendermos a espacialidade desta produção se dá sob a inter-relação dos termos: práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação. Em um movimento triádico do raciocínio, o espaço é produzido socialmente por 'práticas espaciais', que estão associadas às experiências prático-sensíveis, constituindo-se a partir das percepções construídas na vivência cotidiana do espaço. Estas práticas se realizam dialeticamente na dinâmica entre apropriação e dominação espacial, ambos os movimentos carregando suas representações e relações de poder entre si (FERREIRA, 2007).

Neste compasso, as 'representações do espaço' se referem aos imaginários, ideologias e símbolos reproduzidos pelos atores hegemônicos da sociedade, que concebem o espaço como uma abstração ao realizar seus planos e estratégias de acordo com saberes técnicos e racionais capazes de mensurar e quantificar o espaço. Seria, portanto, o espaço dominante dos tecnocratas, da razão instrumental e do ordenamento territorial, das representações normativas e mercadológicas. Entretanto, como vimos, estas representações do espaço podem até ser hegemônicas, mas não são totais. Outras interpretações, outros códigos do espaço persistem. E a qualidade do espaço se apresenta múltipla e contraditória, revelando também os denominados 'espaços de representação', que dizem respeito aos espaços de expressão das sensações de mundo e apropriações

simbólicas que abrem margem para movimentos sociais de insurgência e resistência às verticalidades do espaço.

Esta construção teórica se relaciona diretamente com outra tríade espacial – espaço vivido, espaço concebido e espaço percebido – elaborada também por Lefebvre (2006), com enfoque na corporeidade do sujeito social, que complementa o entendimento do movimento de produção espacial. Sob esta lente, o ‘espaço vivido’ sinaliza o âmbito da vivência cotidiana, no qual sentimos a realidade ‘na pele’ e marcamos presença realizando nossas práticas diárias. Mas esta mesma vivência, que um dia supomos ser inteiramente guiada por nós mesmos, também é produzida em outras esferas e escalas espaço-temporais, referentes ao ‘espaço concebido’ pela ordem hegemônica do espaço. Neste enredo, emergem conflitos que problematizam a vida social e desaguam em distintas leituras do real, referentes ao ‘espaço percebido’ de cada um que busca um sentido na realidade.

Sobretudo, é relevante compreender que as divisões tripartites da realidade espacial não devem ser confundidas com o real, pois consistem em diferentes dimensões e momentos analíticos do espaço, não devendo ser consideradas fora do nível teórico da pesquisa. Nesse sentido, na medida em que estas tríades são autônomas, elas também mantêm relações entre si, e seus termos adquirem complexidade quando postos em interação dialética. Na visão de Lefebvre (2006; 2008), cada tríade aborda alguma perspectiva diferenciada do movimento de produção do espaço, cada uma com um enfoque específico, funcionando tal como “lupas” direcionadas para elementos essenciais que constituem o espaço: a corporeidade, a espacialidade e a temporalidade.

Em relação a este último elemento, podemos notar que a teoria lefebvriana trabalha com o presente (a realidade atual), o passado (a herança inscrita no espaço) e com o futuro (o possível, o projeto), evidenciando as múltiplas temporalidades, que coexistem no mesmo período histórico (LEFEBVRE, 2006). Neste quadro, o espaço e o tempo precisam ser considerados em conjunto, através de sua relação intrínseca e permanente, visto que um não pode ser compreendido sem o outro (SPOSITO, 2003). Logo, considerando que a dimensão espacial e a temporal não se encontram separadas e que suas representações assumem singularidades no contexto de cada sociedade, faz sentido pensar em diferentes espacialidades e temporalidades (espaço-tempos) da prática social.

Portanto, essa dialética tridimensional embasa e orienta nossa análise do espaço elucidando também os atores e agentes que coexistem na trama do cotidiano, de modo a revelar as tensões e subordinações entre seus diferentes projetos de mundo. Sob este entendimento, todo espaço é um campo de forças sociais e revela uma gama de poderes contraditórios, pois cada sujeito, com suas intencionalidades e objetivos historicamente determinados, se apropria de espaços que são também apropriados pelo Outro – que, na realidade, é o coletivo (CARLOS, 2011). Nesse sentido, o professor João Rua (2007) ressalta que a sociedade como um todo produz o espaço e com ele um modo de vida, de pensar, sentir e imaginar a realidade. Acrescentando que, se o espaço está associado à produção social capitalista, que se reproduz desigualmente, o movimento de produção do espaço se mostra igualmente desigual.

Deste modo, as infindas maneiras de ser e estar no espaço, de usá-lo e ocupá-lo, entram em choque entre si e quando condicionadas pela lógica do poder hegemônico (do ordenamento do Estado, das grandes corporações financeiras e elites empresário-comerciais), que reproduz suas relações de dominação por todo o espaço. Por isso, Carlos (2011) considera pertinente pensar sobre o processo de ‘reprodução do espaço’ capitalista, num sentido orientado por uma ordem globalizada, que projeta e reproduz representações dominantes no âmbito da vida cotidiana. Nos marcos de um desenvolvimento geográfico desigual e combinado, a reprodução capitalista do espaço se baseia na manutenção de uma estrutura social desigual através da reprodução de um conjunto de normas, valores e parâmetros convenientes à lógica da mercadoria, definindo os modos de agir dos variados grupos sociais nos diferentes locais de realização da vida. Assim, a partir de estratégias de controle funcional e simbólico, a ordem social dominante se atualiza sob uma correlação de poderes muito assimétrica.

Sob esta ótica, a reprodução do espaço capitalista contemporâneo se realiza como um movimento que homogeneiza, fragmenta e hierarquiza o espaço social (LEFEBVRE, 2006). Homogeneiza certas dimensões do espaço ao reproduzir morfologias, estratégias, consensos e comportamentos padronizados, característicos da mundialização da sociedade moderna-ocidental. Ao passo que também fragmenta outras dimensões – materiais e imateriais – sinalizando um espaço essencialmente segregado na esfera do acesso, da mobilidade, do consumo, da moradia e dos usos diversos. Nesse processo, o espaço vivido que se

repete e reparte em fragmentos também se reorganiza com base em hierarquias, diante das assimetrias que se dão entre os lugares, as pessoas e seus projetos. E de tal modo se configura uma espacialidade contraditoriamente homogeneizada, fragmentada e hierarquizada para a reprodução das práticas sociais.

Nesta pesquisa, ao pensarmos o processo de metropolização do espaço, a metrópole do Rio de Janeiro e as hortas comunitárias em seus espaços públicos, iremos enfatizar a dimensão da fragmentação do espaço. Isto, é claro, sem ignorar as dimensões da homogeneização e da hierarquização, que estão sempre articuladas e se realizam de forma conjunta no real. Mas, a nosso ver, é o processo de fragmentação que se revela sobredeterminante em relação à problemática deste estudo e, por isso, merece nossa atenção especial. Logo, podemos levantar aqui algumas questões norteadoras: Em tempos de privação social e contenção territorial, quais são os principais obstáculos e possibilidades para a construção do sentido comunitário de cidade a partir do fazer coletivo nas hortas urbanas instaladas em espaços públicos? Seriam estas hortas meios capazes de produzir uma gestão verdadeiramente coletiva do espaço público? Ou ainda, como pensar a produção do comum nos horizontes murados da cidade contemporânea?

Considerando tais questionamentos, podemos perceber que o objeto estudado envolve tensões dialéticas entre movimentos de representação e corporificação, de individualismo e coletividade, de submissão e insurgência que se desenrolam no cotidiano do espaço urbano-metropolitano. Nesse caminho, ao trabalharmos com a escala absoluta do município do Rio de Janeiro devemos ter em mente que essas contradições sinalizam uma dinâmica espacial que não se limita ao seu recorte político-administrativo. Os temas e processos analisados nesta pesquisa transcendem as fronteiras da cidade, pois se repercutem na totalidade do espaço que está em processo de metropolização. Dessa maneira, o exemplo concreto da metrópole carioca resguarda mil particularidades, mas também é constituído de revelações universais, iluminando uma condição espacial que pode ser verificada na vida cotidiana de muitos outros lugares do mundo.

Por essa razão, em hipótese alguma, este texto se propõe a realizar um estudo de caso. Nossa intenção é analisar geograficamente as metamorfoses do Rio de Janeiro dentro do movimento geral de produção do espaço, de modo a combinar escalas. Para isso, é preciso articular diferentes olhares geográficos no sentido de promover a integração das múltiplas escalas que envolvem o objeto de

pesquisa, visto que tanto o 'próximo' quanto o 'distante' são perspectivas que nos ajudam quando estão em inter-relação (SOUZA, 2007). Assim, o esforço de fundir o olhar de perto, aquele que exige "estar dentro" (fazer parte e estar presente), com o olhar de longe, aquele que permite "colocar-se de fora" (à distância), é fundamental no êxito desta tarefa.

Sob este entendimento, referimo-nos tanto às escalas de ação quanto às escalas de análise, posto que análise e ação caminham juntas e conferem sentido uma à outra. Nestes termos, partindo da realidade concreta das práticas espaciais que se realizam na vida cotidiana, podemos integrar as categorias "próximas" da experiência com as categorias "distantes" da experiência (MOORE, 2018). Logo, se trata de integrar e atravessar escalas, transitando entre o universal (generalidades) e o particular (singularidades). Isto é, partir do nível global até o da metrópole, desde a escala da cidade até a do bairro, da escala do bairro até a da praça (onde o global se expressa e toma vida). Bem como, traçar o mesmo percurso no sentido inverso, da realidade do 'aqui e agora' até a abrangência planetária.

Do todo à parte e da parte ao todo, desvendaremos que cada lugar da cidade do Rio de Janeiro contém, a sua maneira, o mundo (SANTOS, 2008). Por isso, esta análise geográfica busca se fundamentar na categoria do cotidiano como uma dimensão chave para a análise dos eventos e ações que se desenrolam na metrópole carioca. Interpretamos a vida cotidiana tal como uma 'zona de convergência' das múltiplas escalas e sentidos da prática espacial, na qual os variados sujeitos sociais produzem o espaço através das múltiplas temporalidades que nele coexistem de maneira desigual. Deste modo, a dimensão da vida cotidiana, simultaneamente diacrônica e sincrônica, nos revela que há um sentido global em cada lugar desta cidade (MASSEY, 2000).

No que cabe aos procedimentos metodológicos de pesquisa, diferentes etapas investigativas foram elaboradas e estão em andamento de forma articulada. Ao considerarmos a base teórico-epistemológica que orienta e sustenta esta reflexão, o levantamento bibliográfico realizado evidencia o empenho em estabelecer o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento científico. De maneira geral, a teorização só é possível graças às ideias de grandes pensadores da Geografia, tais como Alvaro Ferreira, Rogério Haesbaert, Sandra Lencioni, Ana Fani Carlos, Marcelo Lopes de Souza, Milton Santos, David Harvey, Doreen Massey. Assim como, os textos de importantes autores de outras disciplinas, como

Henri Lefebvre, Michel de Certeau, Ana Clara Torres Ribeiro, Boaventura de Souza Santos, Michael Hardt, Antonio Negri, Pierre Dardot, Christian Laval, Zygmunt Bauman e outros nomes que não caberiam nesta lista.

Apesar de suas diferenças evidentes, todos estes pensadores nos ajudam a pensar criticamente e dialeticamente a realidade, pois através de seus trabalhos nos ensinam a ‘tensionar’ os elementos contraditórios do real. Desse modo, na leitura das suas obras, destacamos e nos servimos de alguns temas centrais, relevantes para a nossa escrita: a produção do espaço, o processo de metropolização, o cotidiano, a dominação e a apropriação, a gestão coletiva e a autonomia, o público, o privado e comum. Temáticas que se complementam e norteiam o fazer desta crítica geográfica da vida cotidiana na metrópole contemporânea.

Outra etapa fundamental da pesquisa foi a realização dos trabalhos de campo: ao longo do curso de mestrado em Geografia, foram realizadas diversas visitas a mais de trinta hortas urbanas comunitárias, localizadas em diferentes bairros do município do Rio de Janeiro⁷. Os trabalhos de campo consistiram na participação ativa nas atividades de cada horta estudada, através do engajamento e colaboração nos mutirões, reuniões, oficinas pedagógicas e demais encontros organizados por cada grupo. Bem como, na realização de rodas de conversa com seus participantes, nas quais esclarecemos semelhanças e diferenças significativas entre estas iniciativas⁸.

Ao fazer parte dos projetos foi possível avaliar seus desenvolvimentos a partir de critérios gerais, aplicados a todas as hortas, tais como: o acesso ao espaço, a alteridade do grupo, o planejamento e organização das atividades coletivas e a

⁷ É importante salientar que o contato com as hortas urbanas comunitárias do Rio de Janeiro não é recente, esta trajetória teve início no ano de 2014. De lá para cá tive a oportunidade de participar nas atividades de hortas variadas, colaborar em diferentes projetos e conhecer de perto os atores e agentes envolvidos nesta trama. Naturalmente, em determinados projetos o processo de imersão foi mais profundo do que em outros, isto é, o contato se realizou de maneira mais intensa com algumas hortas do que com outras. Isto se deve ao fato de que eu já participava de boa parte dos projetos analisados nesta pesquisa antes de iniciar o curso de mestrado em Geografia, porém em outras hortas a participação é mais recente e, logo no primeiro contato, já me aproximei sob a condição de pesquisador (o que afeta significativamente a relação com o grupo e o projeto visitado).

⁸ Entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020 foi realizado um ciclo de rodas de conversas com os grupos voluntários de dez hortas diferentes, nas quais levantamos importantes informações para pensar a problemática desta pesquisa. Nesta dinâmica de troca coletiva, as conversas em roda foram essenciais para desenvolver percepções mais específicas a respeito de cada iniciativa visitada. Entretanto, não pretendemos aqui transcrever o que foi conversado de forma integral, nem apresentar as falas dos participantes de modo fragmentado, mas sim ressaltar durante a argumentação do texto os pontos mais importantes e esclarecedores assimilados em cada conversação.

relação com o entorno social. Assim, todo este período de participação na dinâmica espacial dos projetos foi fundamental para a construção de um olhar crítico a respeito da gestão realizada em cada horta urbana comunitária. Visto que foi em campo que nos aproximamos do desenvolvimento cotidiano dos projetos e desvelamos as contradições presentes em cada um deles⁹.

Deste modo, este processo investigativo, mais do que mera visitação às diferentes hortas urbanas para o levantamento de dados primários, se traduziu numa verdadeira imersão na organização e produção destes espaços. A aproximação com as hortas e seus sujeitos permitiu construir boas amizades, aprimorar técnicas agrícolas e, sobretudo, compreender os distintos contextos e sentidos da ação comunitária na metrópole. Sob este aspecto, tais estudos de campo foram reveladores para este geógrafo, pois também foram através deles que coletamos os dados e construímos as percepções necessárias para realizar o mapeamento das variadas iniciativas de hortas comunitárias existentes na cidade carioca.

Nessa direção é interessante notar que esta metodologia de investigação se deu através de um posicionamento ambíguo deste pesquisador, que entre a proximidade e o afastamento em relação à empiria tenta sintetizar suas percepções a partir de um duplo olhar lançado sobre cada projeto: o olhar de perto (que exige "estar dentro") e o olhar de longe (que permite "colocar-se de fora"). Ao participar e me engajar nas hortas comunitárias foi inevitável olhar com os olhos de quem está de dentro do movimento, assumindo responsabilidades coletivas e cooperando por um objetivo comum. Fator que confere certo "calor" ao olhar, em função do afeto que se cria e da vontade de prosperar com o grupo. No entanto, ao refletir e escrever posteriormente sobre a experiência empírica, correlacionando-a com o meu posicionamento teórico-conceitual e com a problemática desta pesquisa, foi indispensável manter a "frieza" no olhar e estabelecer o distanciamento necessário para construir um rigor crítico, sob o prisma de quem se posiciona "de

⁹ Ademais, vale ressaltar que a dimensão empírica da pesquisa também envolve o desenvolvimento coletivo do projeto Horta das Artes, isto é: a idealização, construção e manutenção uma horta comunitária em um espaço público emblemático da Barra da Tijuca, a Fundação Cidade das Artes. A horta foi criada em meados de 2016 a partir de um curso semestral de agricultura urbana, que ao longo do tempo tomou proporções maiores e continua em vigor até hoje. Atualmente, o projeto conta com oficinas gratuitas, ações pedagógicas com turmas de escolas e creches e mutirões semanais abertos à colaboração voluntária. Todo o processo de elaboração e transformação deste espaço envolveu uma série de atores e agentes sociais, o que possibilitou o contato com importantes setores da Prefeitura do Rio de Janeiro e outros parceiros. Dessa maneira, este projeto tem se revelado um laboratório de pesquisa muito valioso para nós.

fora” do movimento para analisar a consistência de cada projeto. Portanto, entre a emoção do agir e a razão da crítica o nosso esforço é sintetizar as perspectivas de ambos os olhares (“cruzar os olhares”) em uma maneira de enxergar que, de perto e de longe, tenta compreender as contradições da empiria estudada (SOUZA, 2007).

À vista destes procedimentos, fica claro que estas proposições de investigação não estão isentas de intencionalidades. O esforço coletivo de construção de uma autogestão do espaço público dominado reflete um determinado posicionamento político-filosófico, ao mesmo tempo em que descarta a busca ilusória da suposta neutralidade na postura científica. Aqueles cientistas que se proclamam “neutros” mascaram a real necessidade de propormos contribuições reais diante dos problemas sociais que estudamos. E superar o discurso da imparcialidade não significa de modo algum permitir que nossas opiniões e vontades se constituam como critérios de validação da realidade, mas sim compreender que tais anseios são os ‘motores’ do estudo e estimulam a construção teórica. Desta maneira, o desenvolvimento teórico e empírico desta pesquisa permitirá desvelar as potencialidades e contradições dos processos de reapropriação e gestão coletiva do espaço público por meio das hortas urbanas comunitárias na metrópole carioca.

Nesse sentido, este texto se estrutura em quatro momentos centrais de reflexão: no primeiro, ressaltamos a importância de construirmos uma Geografia crítica (e transformadora) da vida cotidiana na metrópole para desvendarmos os sentidos da ação social na cidade; no segundo, analisamos as metamorfoses do espaço público e da vida cotidiana perante o processo de metropolização do espaço, enfatizando as novas relações territoriais de dominação e a apropriação na cidade do Rio de Janeiro; em um terceiro momento, abordamos os movimentos de reapropriação e de gestão coletiva dos espaços públicos através dos projetos de hortas urbanas comunitárias da metrópole carioca; e por fim, no quarto momento, buscamos compreender os conflitos e contradições que se instauram entre a organização comunitária nas hortas e a ordem espacial hegemônica, para assim pensar a possível-impossível construção do comum na metrópole contemporânea. Estes quatro tempos da reflexão esboçam um percurso intelectual, aqui expresso em uma sucessão de capítulos, que serão brevemente apresentados ao leitor.

No primeiro capítulo, intitulado “Por uma Geografia do cotidiano e da ação na cidade do século XXI”, apresentamos uma reflexão preliminar, de cunho teórico-metodológico, sobre as possibilidades que as teorias do cotidiano abrem para o pensamento geográfico. Por isso, recorreremos às contribuições da sociologia do cotidiano para compreender espacialmente a realidade de nossa época. Nessa perspectiva, inicialmente busca-se construir aproximações entre a Geografia e a categoria do cotidiano, através das noções centrais de produção do espaço e vida cotidiana, para depois refletir sobre as diferentes escalas e os variados sentidos das ações da sociedade. Logo após, propomos a construção de uma crítica geográfica da vida cotidiana na contemporaneidade, na intenção de emancipar o saber geográfico da razão indolente que rege o cotidiano social.

No segundo capítulo, denominado “A peleja cotidiana do espaço público na metrópole contemporânea: desmistificando as metamorfoses territoriais do Rio de Janeiro (RJ)”, nosso foco é compreender, a partir da dimensão cotidiana, as metamorfoses do espaço público dentro do movimento geral de metropolização do espaço. Primeiramente, apresentamos uma análise sobre os conceitos de urbano e de cidade, diferenciando-os historicamente e geograficamente e ressaltando seus respectivos elementos e representações. Em seguida, abordamos o período de transição metropolitana e as metamorfoses contemporâneas na cidade Rio de Janeiro e suas relações com as mudanças no ordenamento do Estado. Para, então, analisar este mesmo espaço público em disputa, isto é: as relações de apropriação e dominação espacial que se estabelecem entre os atores e agentes da cidade, ou melhor, entre a multiterritorialidade presente no espaço e o peso da territorialização hegemônica.

No terceiro capítulo, “A primavera das hortas urbanas comunitárias do Rio de Janeiro: ensaios de gestão coletiva do espaço público”, o objetivo é analisar os movimentos de reapropriação e gestão dos espaços públicos da cidade carioca através dos projetos comunitários de horta urbana. De início, abordamos a difusão dos grupos e coletivos de agricultura urbana na metrópole nos últimos anos. Buscamos entender o que os motivaram, qual foi o despertar dos projetos de horta comunitária no contexto do Rio de Janeiro em comparação com outros contextos de cidades pelo mundo. Nessa perspectiva, investigamos as diferentes maneiras de uso e ocupação do espaço público através das hortas urbanas comunitárias: as intencionalidades, práticas de gestão, táticas e astúcias coletivas envolvidas na

transformação do espaço. Para, assim, compreender como se desenvolve a gestão coletiva do espaço público através das hortas comunitárias, ou seja, quais planos e ações possibilitam este fazer comunitário na metrópole carioca.

O quarto e último capítulo, chamado “As possibilidades do comum nos limites do público: das estratégias da ordem às táticas sociais desviantes”, tem como propósito refletir sobre a construção do comum como marca e matriz política destes ensaios de gestão coletiva do espaço público da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a partir da abordagem teórica sobre o comum e da análise de variados projetos de hortas urbanas comunitárias, apontamos os limites e possibilidades da produção multitudinária do espaço na vida cotidiana. Sob o formato de relatos, caminharemos desde as estratégias da ordem dominante até as táticas sociais desviantes e insurgentes que semeiam a vida em comum no solo da metrópole carioca. Desvelando, assim, as práticas de controle, resistência e subversão que se desenrolam nas hortas.

Portanto, diante destas considerações iniciais, a proposta deste texto é aprofundar a reflexão geográfica sobre o movimento de produção do espaço na atualidade do processo de metropolização, através da abordagem dialética e crítica, que busca colher no cotidiano da metrópole as perguntas e respostas necessárias para o avanço do pensar científico. Desta maneira, esta empreitada recoloca alguns desafios teóricos importantes a serem superados pela ciência geográfica. Tais como o desafio de apreensão do presente (do espaço que se produz agora), o desafio de trabalhar com tensões dialéticas (entre o local e o global; o material e o imaterial; o privado, o público e o comum, por exemplo) e o desafio de compreender os sentidos da ação (suas circunstâncias, projetos e intencionalidades). Todos eles pertinentes para o entendimento relacional das transformações radicais que estão em curso nas cidades do século XXI.

Contudo, nosso enfoque se direciona a momentos, sentidos e escalas da produção do espaço que não se encontram separados na realidade, pois estão condensados e contidos no próprio espaço, num movimento integrado e complexo, sempre mais veloz e mais total do que o nosso ritmo e escopo intelectual. Portanto, por mais que nosso intento seja desvelar práticas espaciais coletivas que instauram o comum na metrópole contemporânea, adiantamos que este debate está longe de se esgotar neste breve estudo. E não devemos enxergar isto de modo negativo. De modo inverso, seria mais sensato ler este trabalho de dissertação como um ponto

de partida para o pensamento geográfico, com mais aberturas e propostas do que encerramentos ou conclusões. Pois, uma vez que a própria incompletude do debate aponta para a atual magnitude do significado das transformações espaciais nas cidades, seguiremos neste tom, na busca de elaborar uma teoria geográfica cientificamente desmistificadora e socialmente emancipatória.

2. Por uma Geografia do cotidiano e da ação na cidade do século XXI

No mundo contemporâneo, os sujeitos sociais se relacionam de múltiplas maneiras no movimento de construção de suas vidas: pondo em prática infintos modos de pensar e de agir; criando e absorvendo diferentes representações da realidade; moldando de forma objetiva e subjetiva a geografia de seus espaços ao passo que são moldados por ela mesma. Desde sempre e de maneira interrupta, ao construir e reconstruir a si própria, a sociedade também produziu e reproduziu o seu espaço (LEFEBVRE, 2006). Entretanto, este processo de produção-reprodução do espaço não é uniforme e linear. Pelo contrário, é simultaneamente contraditório e imprevisível, marcado por singularidades, particularidades e generalidades que só podem ser apreendidas através da aproximação entre a análise teórica e a vida cotidiana (HELLER, 1987). Sob esta ótica, veremos que o ato de produzir socialmente o espaço se realiza, de forma concreta, nos diferentes momentos do cotidiano: nos quais cada indivíduo e cada grupo manifesta suas reais intenções, necessidades, sonhos, emoções e racionalidades.

Refletir sobre o cotidiano, num primeiro momento, nos leva a pensar diretamente em ações que dizem respeito a nossas rotinas, a tudo que se realiza empiricamente, de forma repetida, quase que banal. É bem verdade que a própria etimologia do termo 'cotidiano' – palavra oriunda do latim *quotidianus* (diariamente), de *quotus* (quantos, qual em ordem numérica), mais *dies*, "dia" – sugere que ele significa todos os dias, o diário, o que é habitual ou recorrente na sociedade. Não obstante, na atualidade, esse entendimento é revestido de um sentido extremamente pragmático e economicista, do cotidiano diretamente vinculado à lógica do capitalismo financeiro-monopolista. Tanto que, no senso comum, paira a ideia de que a vida cotidiana é o reino da praticidade, em que tudo se resume à imediatez e à superficialidade, e assim, o critério da utilidade confunde-se com o da verdade (NETTO, 2014).

Entretanto, é importante destacar que aqui, quando nos referimos ao cotidiano, refletimos a respeito de uma dimensão espaço-temporal (da análise teórica e da prática social), isto é, referimo-nos ao âmbito central da produção e reprodução da vida humana. Sob esta perspectiva, o cotidiano é, por excelência, o nível no qual a sociedade se reproduz produzindo seu próprio espaço. Na visão de Lukács (1966), a vida cotidiana é implacável, uma realidade que não se pode evitar,

visto que não há sociedade sem vida cotidiana¹⁰. Enquanto espaço-tempo de constituição, produção e reprodução do ser social, a vida cotidiana é uma determinação da realidade humana (LUKÁCS, 1966). Para Martins (2008) o cotidiano é a mediação que edifica as grandes construções históricas e que levam adiante a humanização do homem. Assim, a geografia e a história da humanidade são escritas e, em primeira instância, decifradas no cotidiano. Sob esta perspectiva, a vida cotidiana traduz os reais sentidos da vida social, pois é o motor do acontecer histórico e do espaço em movimento. Segundo Heller (2014), inclusive as grandes ações “não cotidianas”, que se consagraram como fatos históricos e constituem os marcos da História, partem da vida cotidiana e a ela retornam.

Deste modo, a vida cotidiana é a vida de qualquer um e de todos nós, pois não há quem esteja fora dela. E se é a vida de “todo indivíduo”, também é a vida do “indivíduo todo”, na medida em que, nela, são postos em funcionamento todos os sentidos humanos, as capacidades intelectuais e manipulativas, sentimentos e paixões, ideias e ideologias (HELLER, 1987). Sob este entendimento, Heller (1987) aponta que o cotidiano corresponde ao complexo conjunto de momentos diferenciados envolvidos na reprodução direta do indivíduo enquanto tal, no mesmo movimento em que este reproduz indiretamente a sociedade inteira. Porém, não se trata apenas da reprodução repetitiva, pois ao se reproduzir cotidianamente (do aspecto biológico ao cultural), a sociedade produz suas próprias descontinuidades, rupturas e novidades. Não há reprodução do antigo sem produção do novo e vice-versa:

A reprodução social, lembrou Lefebvre mais de uma vez, é reprodução ampliada de capital, mas é também reprodução ampliada de contradições sociais: não há reprodução de relações sociais sem uma certa criação do novo, mas não há produto sem obra, não há vida sem História. Esses momentos são momentos de anúncio do homem como criador e criatura de si mesmo (MARTINS, 2008, p. 57).

¹⁰ Em sua obra “Estética I: la peculiaridad de lo estético”, Lukács (1966) define o cotidiano como a esfera na qual brotam todas as objetivações superiores da humanidade e para onde retornam, enriquecendo-o. Para o autor, a arte seria a mais poderosa dessas objetivações, pois em seu processo dialético de nascimento-elevação-assentamento sobre a vida cotidiana ela registra a autoconsciência da humanidade, comprovando a imanência humana. Sob um viés parecido, Lefebvre (2006) entende que as práticas espaciais que se realizam cotidianamente também são produtoras de obras (no sentido de uma obra de arte) capazes de transformar o cotidiano. Obras sociais que expressam, em suas devidas medidas, as possibilidades de emancipação do ser humano.

Portanto, se em toda sociedade existe e se impõe o cotidiano, em cada uma delas a estrutura da vida cotidiana é distinta quanto ao seu contexto espacial, aos seus ritmos, cadências e em relação aos comportamentos diferenciados dos sujeitos sociais. Nesse sentido, o cotidiano não é simplesmente “tudo aquilo” que é vivido diariamente (o repetitivo), pois, nas tramas da cotidianidade, os sujeitos sociais criam significados novos e vivenciam acontecimentos que são únicos. Segundo Lefebvre (1991), a vida cotidiana é o setor privilegiado da prática onde tudo pode acontecer, nela se reúnem os gestos, usos e símbolos de uma sociedade. Dessa maneira, pensar o cotidiano sob o prisma das práticas e representações espaciais que compõem a vida cotidiana implica descobrir a suas tensões e ambiguidades: desvelar o incomum no repetido, o extraordinário no ordinário (LEFEBVRE, 1991). Isto é, descobrir que a dialética da vida cotidiana está na sua própria superação enquanto cotidiano programado e alienado.

Nesse sentido, pela coexistência e sucessão de práticas e representações muito desiguais, a vida cotidiana é, de todas as esferas da realidade, a que mais se presta à alienação. Entretanto, embora se constitua num “terreno” propício à alienação, ela não é necessariamente (ou absolutamente) alienada. Pois se, por um lado, o cotidiano é aquilo nos pressiona dia após dia e nos oprime (pois existe uma opressão do presente), por outro lado, é justamente nesse cotidiano que os sujeitos ordinários devem buscar a sua emancipação (CERTEAU, 2012). No cotidiano, eles descobrem os resíduos, as brechas e fissuras da cotidianidade e, através destas pequenas aberturas, vislumbram o possível. Nos fragmentos de tempo do processo repetitivo produzido pelo desenvolvimento capitalista (o tempo da rotina e da repetição), as contradições do espaço revelam os movimentos disruptivos da sociedade, que destoam da normalidade, pois são excepcionais devido à sua criatividade e espontaneidade.

Assim, se as determinações atuais da vida cotidiana fazem com que os indivíduos se percebam como seres isolados em suas particularidades (distantes da sua totalidade enquanto indivíduos), por vezes, a pressão destas mesmas determinações desencadeiam inquietações e percepções que, assimiladas na prática cotidiana, possibilitam a consciência sobre a alienação. Desta maneira, no desencadear da vida cotidiana, os sujeitos sociais também transformam a cotidianidade (com maior ou menor intensidade) através de um conjunto de práticas criadoras de obras que rompem a imediaticidade da rotina e são capazes de

destruir a rigorosa regularidade dos usos do espaço e dos empregos do tempo. Logo, ao mesmo tempo que o cotidiano aliena, ele desaliena. Esta é a riqueza e miséria da vida cotidiana, seu brilho e sua sombra (LEFEBVRE, 1991). Ou, como diria Lukács, é “a anarquia do claro-escuro do cotidiano”, esta indeterminação que nos cerca, a ambivalência das práticas cotidianas, suas presenças e ausências.

Por isso, é preciso partir da objetividade da vida cotidiana, mas ao mesmo tempo ir além dela, na busca de apreender os sentidos sociais do espaço e do tempo. Afinal, se essa é uma sociedade dominada pelo cotidiano, devemos investigar que cotidiano é esse, para saber o como e o porquê dos fatos e das coisas serem como são na vida cotidiana. Logo, para além da continuidade superficial dos procedimentos do dia-a-dia, a categoria analítica do cotidiano permite o contato com os movimentos (intencionalidades) que se escondem por detrás das coisas, os processos sociais pelos quais os objetos e os sentidos dos objetos são produzidos:

Não é possível compreender imediatamente a estrutura da coisa ou a coisa em si mediante a contemplação ou a mera reflexão, mas sim mediante uma determinada atividade. Não é possível penetrar “na coisa em si” e responder à pergunta – que coisa é a “coisa em si” ? – sem a análise da atividade mediante a qual ela é compreendida; ao mesmo tempo, esta análise deve incluir também o problema da criação da atividade que estabelece o acesso à “coisa em si”. Estas atividades são os vários aspectos ou modos da apropriação do mundo pelos homens. [...] O homem vive em muitos mundos mas cada mundo tem uma chave diferente, e o homem não pode passar de um mundo para o outro sem a chave respectiva, isto é, sem mudar a intencionalidade e o correspondente modo de apropriação da realidade. Para a filosofia e a ciência moderna (a qual é permanentemente enriquecida pelo conceito de praxis), o conhecimento representa um dos modos de apropriação do mundo pelo homem; além disso, os dois elementos constitutivos de cada modo humano de apropriação do mundo são o sentido subjetivo e o sentido objetivo. Qual a intenção, qual a visão, qual o sentido que o homem deve desenvolver, como deve “preparar-se” para compreender e descobrir o sentido objetivo da coisa? O processo de captação e descobrimento do sentido da coisa é ao mesmo tempo criação, no homem, do correspondente sentido da coisa. É possível, portanto, compreender o sentido objetivo da coisa se o homem cria para si mesmo um sentido correspondente. Estes mesmos sentidos, por meio dos quais o homem descobre a realidade e o sentido dela, coisa, são um produto histórico-social (KOSIK, 1976, p.22-23).

Dessa maneira, a dimensão cotidiana da realidade revela o movimento concreto das ações sociais que, em suas diferentes escalas e sentidos, produzem e reproduzem o espaço. Entretanto, apesar da sua riqueza para a análise espaço-temporal da sociedade, é notório que no meio científico a categoria do cotidiano permaneceu, durante muitos séculos, como um subproduto dos esquemas de reflexão teórica, à margem dos métodos de construção do saber. Em certo sentido, até hoje e inclusive nas ciências denominadas sociais, o cotidiano é tratado como algo menor (vago e banal), utilizado em geral para se referir a uma noção temporal imprecisa, quase sempre despida de contradições. No caso da ciência geográfica, não é diferente.

Durante um longo período, a Geografia, como toda ciência moderna, consolidou a sua identidade disciplinar a partir de um largo distanciamento em relação à vida cotidiana. Desde a sua institucionalização formal no século XVIII até a segunda metade do século XX, esta distância se estabeleceu em nome da cientificidade reinante no meio acadêmico e dos paradigmas metodológicos vigentes, que valorizavam mais a localização e a configuração física do que o conteúdo social do espaço. Em suas diferentes temáticas e vertentes teóricas, as investigações geográficas foram conduzidas por vias epistemológicas que negavam a importância do cotidiano enquanto uma possível categoria analítica do espaço, ou mesmo, como uma condição espacial relevante do mundo moderno.

Relegada a segundo plano, a dimensão cotidiana fora encarada como uma empiria de “nível inferior” e, assim, reduzida à banalidade dos fatos diários, passíveis apenas de exemplos diminutos e corriqueiros. Quando teciam referências à vida cotidiana, os geógrafos as faziam superficialmente, somente para respaldar teorias supostamente mais densas e robustas, situadas em esferas de reflexão que pretendiam mirar a realidade “do alto” e “de longe” (SOUZA, 2007). Desse modo, desmerecendo os eventos “habituais” e “modestos” da vida cotidiana, a Geografia ergueu seus próprios pontos cegos para interpretar o espaço e a sociedade.

Como afirmou Hegel, “o bem-conhecido em geral, justamente por ser bem conhecido, não é reconhecido”, acrescentando que este seria “o modo mais habitual de enganar-se e de enganar os outros: pressupor no conhecimento algo como já conhecido e deixá-lo tal como está” (HEGEL, 1992, p. 37). Nesse sentido, ao subestimar as contradições, a poética e as virtualidades presentes no cotidiano, a Geografia também colaborou para mistificar a vida cotidiana. Em outras palavras,

por muito tempo o conhecimento geográfico (por se pretender moderno) buscou abarcar o real a partir de vias científicas que ignoraram o cotidiano e o reduziram à esfera da banalidade, contribuindo para manter e até mesmo agravar a alienação e injustiças da vida cotidiana.

Nesse caminho, as variadas correntes geográficas, através de suas análises espaciais baseadas nas macroestruturas e metanarrativas (ou ainda, em 'leis universais' que explicariam a totalidade dos fenômenos existentes), contribuíram para tornar o cotidiano raso e opaco, aparentemente sem brilho, incapaz de lançar luz alguma sobre o esclarecimento do real. Tal interpretação do cotidiano como uma realidade leviana, por sua vez, também revelava o posicionamento da Geografia em relação aos sujeitos sociais e processos espaciais que seriam dignos de interesse e menção teórica. De fato, desde a sua origem moderna, o fazer desta ciência não esteve próximo das pessoas simples e ordinárias. Pelo contrário, em dissonância com as necessidades e os sonhos da multidão, o saber geográfico – com seus mapas, infográficos e dados estratégicos – não deixou de se consagrar como um instrumento de legitimação do *status quo* ao longo dos séculos, à serviço da dominação territorial *quando e como* fosse necessário (SOUZA, 2007).

No entanto, se o lócus de construção do conhecimento geográfico se manteve por muito tempo afastado dos acontecimentos de todo dia, foi a partir da segunda metade do século passado (e mais precisamente nos últimos 50 anos) que esta história começou a mudar. Definitivamente, de lá para cá, os geógrafos empreenderam notáveis esforços para incorporar a dimensão cotidiana em seus estudos, movimento que se verifica tanto na Geografia cultural (com as abordagens fenomenológicas e existencialistas do espaço social), quanto na Geografia crítica (e, sobretudo, nela), a partir da influência do pensamento filosófico de Henri Lefebvre. Nesse movimento, nos interessa particularmente o legado e o potencial das ideias lefebvrianas na teoria geográfica, que de forma crítica e transformadora, permitiram um outro olhar sobre a vida urbana e o espaço socialmente produzido.

Todavia, não caberia aqui traçar um histórico do pensamento geográfico em relação à reflexão sobre o cotidiano. Não é a pretensão deste texto empreender tal tarefa, mas sim retomar a categoria do cotidiano em toda sua amplitude na pesquisa geográfica. Sob estes termos, nesta reflexão preliminar, de cunho teórico-epistemológico, nosso enfoque reside sobre o cotidiano, ou melhor, na construção de uma crítica geográfica à vida cotidiana, para compreender espacialmente a

realidade de nossa época. Com base nos aportes teóricos de variados pensadores – Michel de Certeau (2012), Agnes Heller (1987; 2014), Ana Clara Torres Ribeiro (2005; 2013), Milton Santos (1996), Ana Fani Carlos (2011) e, principalmente, nas ideias de Henri Lefebvre (1991; 2002; 2006) – buscamos articular a noção de produção do espaço com a categoria analítica do cotidiano, sinalizando as múltiplas aberturas para captarmos os sentidos da ação social nas cidades do século XXI.

Sob este entendimento, o objetivo deste capítulo é construir pontes de aproximação entre o pensamento geográfico e as teorias do cotidiano. A partir das contribuições da sociologia da vida cotidiana, nossa intenção é apresentar uma reflexão que amplifique os horizontes de estudo da Geografia. Sobretudo, da Geografia que pensa o espaço em movimento (como um produto-produtor da sociedade), visto que a consideração da vida cotidiana (enquanto noção teórica e realidade prática) pode enriquecer imensamente o seu pensar. Portanto, este capítulo se divide em três sessões: na primeira, refletimos sobre como a noção de produção do espaço está intrinsecamente relacionada à dimensão da vida cotidiana; na segunda sessão, refletimos sobre as diferentes escalas e os variados sentidos que a ação social assume de acordo com as conjunturas e os momentos do cotidiano; e no final, propomos a construção de uma crítica geográfica da vida cotidiana contemporânea, na intenção de emancipar o saber geográfico da razão indolente que rege o cotidiano social.

Sob esta perspectiva, é necessário renovar as possibilidades metodológicas para a Geografia se inserir no movimento de transformação do real, abrindo novos caminhos analíticos que permitam superar os determinismos e reificações na pesquisa científica. Trata-se de atualizar o pensamento geográfico sobre o cotidiano, para compreendê-lo e então transformá-lo. Segue, enfim, uma sucinta abordagem sobre o conteúdo geográfico da vida cotidiana na metrópole contemporânea, na intenção de levantar bases e fundamentos para construirmos uma Geografia do cotidiano, que por sua vez, seria também uma Geografia da ação social na cidade.

2.1. A produção do espaço e a vida cotidiana

O debate em torno da noção de produção do espaço revela a importância de estudar o cotidiano como uma dimensão fundante da sociedade urbano-metropolitana. Argumentaremos aqui que o espaço, enquanto uma construção

social em movimento contínuo de produção, pode ser apreendido através das situações e sentidos da vida cotidiana. Em suma, nota-se que a análise da produção do espaço aponta um conteúdo que transcende a morfologia espacial ao focar no processo constitutivo dessa produção, bem como os sujeitos dela e as mediações pelas quais ela se realiza, concretamente, no âmbito do cotidiano.

Na obra “A produção do espaço”, Lefebvre (2006) demonstra que o processo de reprodução da sociedade (das suas relações e objetos), sob o domínio do modo de produção capitalista, passa a se realizar através do movimento de produção do espaço. Logo, é através da noção de produção que se torna possível compreender “o momento a partir do qual o espaço passa a ser fundamental para a reprodução de determinado modo de produção” (CARLOS, 2011, p. 32). Desse modo, o autor ressalta a centralidade da produção do espaço como condição da reprodução da sociedade capitalista:

O modo de produção organiza, produz, ao mesmo tempo em que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza, posto que o modo de produção projeta sobre o terreno estas relações, sem, todavia, deixar de considerar o que reage sobre ele. Certamente, não existiria uma correspondência exata, assinalada antes entre relações sociais e as relações espaciais (ou espaço-temporais). A sociedade nova se apropria do espaço preexistente, modelado anteriormente; a organização anterior se desintegra e o modo de produção integra os resultados (LEFEBVRE, 2006, p. 13).

Sob esta perspectiva, em primeiro lugar, é fundamental compreender que no pensamento filosófico de Lefebvre o termo ‘produção’ readquire um sentido amplo e vigoroso: não se reduz à fabricação de produtos, pois refere-se, sobretudo, à criação de obras sociais (incluindo o tempo e o espaço)¹¹. É produção em sua

¹¹ Para Lefebvre, o sentido da produção - derivado da noção de criação de Marx, Hegel e Nietzsche - precisa ser entendido como um processo tanto material quanto mental (ELDEN, 2004). Lefebvre (2006) afirma que o espaço (social) é um produto (social), devendo ser entendido no contexto do modo de produção de uma época particular, considerando tanto a importância das forças e relações de produção, quanto o papel das ideologias (representações espaciais) nela presentes. Logo, ele acrescenta que o espaço não seria somente um produto histórico, pois implica em múltiplas dimensões subjetivas e aspectos qualitativos que o aproximam do significado de uma obra (de arte) humana. Nesse sentido, é notória a influência da filosofia de Marx na construção teórica de Lefebvre sobre a noção de produção do espaço. No entanto, se na estrita tradição marxista o espaço (social) seria considerado parte da superestrutura, para Lefebvre ele escapa desse modelo rígido e entra nas forças de produção, na divisão do trabalho e tem relações com a propriedade. Dialogando ainda com a crítica filosófica de Heidegger, Lefebvre desenvolve um olhar excepcionalmente poderoso sobre a relação entre política e espaço no capitalismo moderno. Para Stuart Elden (2004), o trabalho de Lefebvre “A produção do espaço” (2006) deve ser compreendido entre Marx e Heidegger, isto é, entre o entendimento da *práxis* e da *poiesis*.

determinação material e filosófica: tanto produção das coisas, produtos e mercadorias que compõem o mundo objetivo, quanto produção do conjunto das relações e representações sociais, envolvendo todas as suas dimensões e possibilidades. Em outras palavras, se é atividade criadora de objetos reais e concretos, é também apropriação imaterial e imagética destas criações (LEFEBVRE, 2006).

Esta dupla condição da produção orienta a compreensão da ação humana agindo sobre a natureza e sobre o próprio ser humano. Deste modo, o movimento de produzir o espaço se realiza através da relação dialética sociedade-natureza, “em que cada elemento da relação se transforma no outro e pelo outro, produzindo a vida e o espaço, ambos como criação real” (CARLOS, 2011, p. 18). Assim, em seus aspectos objetivos e subjetivos, a produção envolve a energia de trabalho e a energia criativa da sociedade inteira no movimento de transformação da natureza em direção à consolidação de um mundo social repleto elementos e significados humanos.

Logo, se a prática socioespacial aponta para a objetividade (objetivação), ao passo que produz objetos e coisas, ela também se realiza através do processo de subjetivação: o ser humano, ao produzir o espaço também lança uma consciência sobre ele, produzindo sua própria humanidade. Sob este entendimento, a noção de produção engloba a práxis e a poiesis, visto que “designa também a produção do ser humano por si mesmo, no decorrer do seu desenvolvimento histórico” e, por isso, “implica a produção de relações sociais” (LEFEBVRE, 1991, p. 38). Dessa maneira, a sociedade em seu processo constitutivo de humanização produz continuamente o espaço num movimento incessante, tornando-o imanente a sua própria existência ao longo do curso civilizatório (CARLOS, 2011).

Em toda a sua amplitude, ao apontar para a produção da própria vida social pelo ser humano¹², o sentido do termo produção se desdobra e envolve a ideia de ‘reprodução’. Como disse Lefebvre (1991), “o estudo da atividade criadora (da produção no sentido mais amplo) conduz à análise da reprodução” da sociedade em suas condições espaciais e temporais (LEFEBVRE, 1991, p. 24). Nesta orientação, Lefebvre não se refere apenas à reprodução biológica (demográfica) ou

¹² Lefebvre (2006) vai além ao construir o entendimento da produção de *coisas no espaço*, para a noção de *produção do próprio espaço* (e da vida social que nele se realiza como um todo). Assim, em uma semântica mais ampla, o pensamento lefebvriano se refere à produção de sua própria vida pelo ser humano.

material (dos utensílios e objetos técnicos necessários à produção), ele aponta que há, ainda, num sentido mais amplo, a reprodução de relações sociais. E, por isso, referia-se também à reprodução do espaço-tempo social.

Nesse sentido, o ato de produção da vida humana é, conseqüentemente, um ato de produção do espaço. Em constante produção, o espaço se apresenta – a cada momento histórico – como condição, meio e produto da reprodução das relações sociais: é um produto histórico das ações sociais, uma condição imprescindível para a reprodução da sociedade e um meio para a realização dos seus desejos, necessidades, e para a projeção das suas virtualidades. Do plano individual ao coletivo, das formas de apropriação e estruturas de poder até os imaginários e representações espaciais, não há produção do espaço sem reprodução vida social. Assim como, não há produção da vida social sem determinada reprodução do espaço, em seus mais variados aspectos e dimensões.

Sob esta ótica, Carlos (2011) deriva a hipótese de que “o ato geral de produzir da sociedade – no sentido de permitir sua reprodução enquanto espécie como atividade que produz a vida em todas as suas dimensões – apresentar-se-ia como ato de produção do espaço”, de modo que “as relações sociais realizam-se como relações reais e práticas, como relações espaço-temporais” (CARLOS, 2011, p. 33). Assim, o movimento das práticas socioespaciais que se orientam dia após dia em direção à apropriação do mundo e à concretização da existência humana se revela, em toda a sua abrangência, enquanto processo de reprodução da vida e, simultaneamente, como produção do espaço.

Entretanto, em relação à reprodução, é importante notar que “as relações sociais inerentes a uma sociedade se mantêm, mas não por inércia, passivamente”, elas são reproduzidas num movimento complexo, repleto de contradições, conflitos e tensões (LEFEBVRE, 1991, p. 41). É bem verdade que uma série de formas, funções e estruturas são reproduzidas no movimento geral de produção do espaço pela sociedade em seu conjunto. Porém, por um lado, as maneiras pelas quais estas se reproduzem não dispensam atritos e disputas espaciais que se dão dentro de geometrias de poder muito desiguais. E, por outro, se a reprodução se realiza no sentido da constante produção das relações sociais, ela não é simplesmente manutenção, pois envolve também a novidade que se nasce das práticas que produzem espaço. Logo, por mais que muitos elementos do passado se mantenham, o movimento de reprodução não é meramente previsível – é

manutenção e ruptura – pois no cerne da continuidade está o germe do novo, ou seja, a possibilidade latente de irrupção e revolução do presente.

Contudo, poderíamos nos indagar: onde, precisamente, se passa esse movimento de produção-reprodução? A esta pergunta, Lefebvre (1991) responde que “esse movimento não se desenvolve nas altas esferas da sociedade: o Estado, a ciência, a ‘cultura’”, salientando que “é na vida cotidiana que se situa o núcleo racional, o centro real da práxis”. (LEFEBVRE, 1991, p.42). É na vida cotidiana que encontramos as condições, as conjunturas e circunstâncias, nas quais “as atividades produtoras de objetos ou de obras se reproduzem elas mesmas, recomeçam, retomam seus elos constitutivos ou, ao contrário, se transformam por modificações graduais ou por saltos” (LEFEBVRE, 1991, p. 30). Assim, o cotidiano, em sua aparência modesta, pode ser efetivamente apreendido na multiplicidade dos processos que envolvem a produção-reprodução do espaço, em seus mais variados aspectos e sentidos.

Para Lefebvre (1991), o cotidiano não seria apenas aquilo que escapa aos mitos da natureza, do divino e do humano. Muito menos um grau inferior da reflexão, uma simples interpretação da experiência (de baixo nível filosófico), ou uma experiência superficial do “vivido”. O cotidiano se apresenta, inicialmente, como conjunto dos produtos e obras diversificadas dos seres vivos, constituindo uma primeira esfera de sentido, “um domínio no qual a atividade produtora (criadora) da sociedade se projeta, precedendo assim criações novas” (LEFEBVRE, 1991, p. 18). Sob estes termos, o autor acrescenta:

Este campo esse domínio não se resumiria nem a uma determinação da subjetividade dos filósofos, nem a uma representação objetiva (ou “objetal”) de objetos classificados em categorias (roupas, alimentação, mobília etc.). Seria algo mais: não uma queda vertiginosa, nem um bloqueio ou obstáculo, mas um campo e uma renovação simultânea, uma etapa e um trampolim, um momento composto de momentos (necessidades, trabalho, diversão – produtos e obras – passividade e criatividade – meios e finalidade etc.), interação dialética da qual seria impossível não partir para realizar o possível (a totalidade dos possíveis) (LEFEBVRE, 1991, p.19).

Neste caminho, no plano teórico, o cotidiano (como categoria analítica do espaço) permitiria entender o processo de reprodução da vida social determinada pelo processo de reprodução das relações capitalistas de modo mais amplo. Desse modo, a vida cotidiana “se definiria como uma totalidade apreendida nos momentos

da realização do trabalho, da vida privada, do lazer, dos deslocamentos – todos a partir de espaços-tempos diferenciados e lugares onde a reprodução se realizaria” (CARLOS, 2011, p. 84). Assim, o cotidiano oculta o misterioso e o admirável que escapam aos sistemas filosóficos elaborados, oferecendo um ponto de encontro para as ciências parcelares, pois nasce da filosofia que reflete sobre a não-filosofia¹³, que é “o arremate supremo de sua própria superação” (LEFEBVRE, 1991, p. 19).

Sob esta lógica, Carlos (2011) pontua que “a espacialidade das relações sociais pode efetivamente ser compreendida no plano da vida cotidiana, e, partir dela, articulada e redefinida como plano da reprodução das relações sociais” (CARLOS, 2011, p. 41). Isto ocorre porque as relações sociais revelam sua concretude no espaço, nos lugares onde se realizam a vida humana, através dos usos e atos cotidianos que expressam diferentes formas de apropriação. Portanto, é no cotidiano que se instauram os conflitos entre os diferentes ritmos e sentidos das práticas sociais, nos quais se desvelam as reais intencionalidades dos sujeitos e o verdadeiro peso de suas ações:

Novas categorias de análise se impõem como a de cotidiano, que ganha centralidade na medida em que o processo de reprodução geral da sociedade manifesta-se, e pode ser compreendido concretamente, no plano da vida cotidiana. A noção de cotidiano permite deslocar a questão da análise do plano do econômico, sem, todavia, excluí-lo para o plano do social, iluminando a prática real e vivida que afloram as contradições. Aí se encontram as determinações do político e do econômico, ora contraditoriamente, ora em suas alianças ‘pesando sobre a vida cotidiana’ (CARLOS, 2011, p. 15).

Já no plano da prática espacial, deparamo-nos com a instauração do cotidiano no seio da sociedade urbana, enquanto construção social pautada segundo uma ordem fortemente burocratizada, preenchida por repressões e

¹³ Segundo Lefebvre (1991), a filosofia por si só, deslocada do cotidiano (como um patamar superior de análise), se torna uma filosofia alienada. Enquanto o cotidiano, se ficar isolado em si mesmo (se apresentando como não-filosófico) caracteriza-se como um cotidiano alienado. Assim, em busca da construção da ‘metafilosofia’, o autor afirma que: “O conceito de cotidianidade não vem do cotidiano nem o reflete: ele exprime antes de tudo a transformação do cotidiano vista como possível em nome da filosofia. (...) Quando a filosofia se proclama totalidade definida e acabada, excluindo o não-filosófico, realiza sua própria contradição e se destrói a si mesma. Vamos separar definitivamente a pureza filosófica e a impureza cotidiana? (...) Ou tornamos vã a filosofia, ou fazemos dela a cabeça e o ponto de partida de uma transformação do mundo não-filosófico. Fica aberto então apenas um caminho: descrever e analisar o cotidiano a partir da filosofia, para mostrar sua dualidade, sua decadência e fecundidade, sua miséria e sua riqueza. Isso implica o projeto revolucionário de um parto que tirasse do cotidiano a atividade criadora, inerente, a obra inacabada.” (LEFEBVRE, 1991, p. 19)

coações que tornam a vida a um só tempo ordenada e caótica. Nesse sentido, a extensão do processo de produção – “que se realiza englobando a sociedade inteira em direção à constituição de uma sociedade urbana, como realidade e possibilidade” – se sustenta sob a constituição de um cotidiano amplamente programado e normatizado, fundamental para a reprodução do econômico e do político. (CARLOS, 2011, p. 15). Concordando com Lefebvre, Carlos (2011) afirma que é no cotidiano onde se formulam os problemas da produção da existência social dos seres humanos, mas é, sobretudo, no urbano que o cotidiano instala e se completa. Sob esta mesma ótica, Martins (2008) aponta que na modernidade anômala, a vida cotidiana se torna cotidianidade, ou seja, torna-se um cotidiano alienado de seus sentidos¹⁴.

Sob esse entendimento, Lefebvre (1991) salienta que não é apenas o espaço que se homogeneiza, fragmenta e hierarquiza na era urbana, mas também o tempo (as temporalidades). Ao descrever como a programação do cotidiano se espalha pelo espaço, este autor aponta que o modo de produção capitalista se estende à escala mundial e culmina na divisão planetária do trabalho, perante o estabelecimento de uma cotidianidade. Essa lógica globalizada, que invade a vida cotidiana nos mais diversos lugares do mundo, se instaura através dos usos do tempo e se consolida através da sobrevalorização do seu valor de troca. Trata-se de um tempo que se tornou mercadoria, passível de ser vendido e comprado em qualquer esquina¹⁵. Neste caminho, Lefebvre (1991) aplica a tríade homogeneização-fragmentação-hierarquização ao tempo cotidiano, sinalizando que as temporalidades se homogeneizam, fragmentam e hierarquizam de acordo com a geometria assimétrica de poderes da vida cotidiana (MASSEY, 2008).

Para Lefebvre (1991), o “tempo cotidiano homogêneo” se refere à medida abstrata do tempo que determina a prática social (o tempo da rotina, do calendário

¹⁴ É interessante notar que enquanto Agnes Heller emprega o termo “cotidianidade” para referir-se às formas que a vida assume em sociedades anteriores e de estrutura diversa da sociedade capitalista, Henri Lefebvre usa essa expressão para designar, especificamente, as características da vida sob o modo capitalista de produção (no mundo urbano). Nesse sentido, ele afirma: “Certamente, sempre foi preciso alimentar-se, vestir-se, abrigar-se, produzir objetos, reproduzir o que o consumo devora. No entanto, insistimos que até o século XIX, até o capitalismo de livre-concorrência e até o desenvolvimento do ‘mundo da mercadoria’, não existia o reino da cotidianidade” (Lefebvre, 1972, p. 52).

¹⁵ Sobre a mercadificação do tempo, Lefebvre afirma: “O tempo, bem supremo, mercadoria suprema, se vende e se compra: tempo de trabalho, tempo de consumo, de lazer, de percurso etc. Ele se organiza em função do trabalho produtivo e da reprodução das relações de produção na cotidianidade. O tempo “perdido” não é para todo mundo, pois é preciso pagar caro por ele. O pretendo “tempo livre” é apenas o tempo separado e mantido como tal nos quadros gerais.” (LEFEBVRE, 2008, p. 50).

gregoriano, do relógio). Já o “tempo cotidiano fragmentado” seria aquele das atividades desconectadas (mesmo que submetidas à um ordenamento geral, decretado de “cima para baixo”), o tempo “atomizado pelas discontinuidades brutais, pelos resíduos dos ciclos e ritmos rompidos pela linearidade dos procedimentos da medida” (LEFEBVRE, 1991, p.85). Enquanto que o “tempo cotidiano hierarquizado” se remete ao choque das temporalidades que se sobrepõem e negam umas às outras, no qual se desvela “a desigualdade das situações e dos instantes, certos passando como muito importantes e outros como insignificantes, segundo apreciações mal justificadas, elas mesmas em crise” (LEFEBVRE, 1991, p.85).

Não obstante, Lefebvre (1991) sinaliza que é diante da mundialização (material e simbólica) da sociedade urbana, que a vida cotidiana (ao mesmo tempo tão desdenhada) desempenha um papel decisivo, sob um duplo aspecto: “é o resíduo (de todas as atividades determinadas e parcelares que podemos considerar e abstrair da prática social) e o produto do conjunto social” (LEFEBVRE, 1991, p. 38). Dessa maneira, o cotidiano se apresenta como um lugar de equilíbrio, onde a reprodução por vezes assume o sentido de repetição, mas é também o lugar em que se manifestam os desequilíbrios. Determina assim, o quadro em que se formulam os problemas concretos da produção em sentido amplo, “com as transições da escassez para a abundância e do precioso para a depreciação” (LEFEBVRE, 1991, p. 39).

Sob este entendimento, o cotidiano se torna uma realidade como extensão do mundo da mercadoria, que dominou o espaço e o tempo sociais, e invadiu os interstícios da vida cotidiana (CARLOS, 2011). Seria, portanto, neste plano que o valor de troca entra em choque com o valor de uso, onde as múltiplas formas de apropriação coexistem conflituosamente com as formas de dominação do espaço. Seria nele que a lógica da vida se confronta com a lógica do capital, e ainda, onde toda esta trama se produz e reproduz. Logo, sob a racionalidade mercadológica, é no cotidiano que as formas e conteúdos espaciais se homogeneízam, fragmentam e hierarquizam de maneira prática e sensível.

Em “A vida cotidiana no mundo moderno” (1991), retomando as perspectivas filosóficas de Heráclito, Hegel e Marx e relacionando-as com as ideias de Nietzsche, Lefebvre conclui que, no cotidiano “a teoria do vir-a-ser depara-se com o enigma da repetição” (LEFEBVRE, 1991, p. 24). E questiona se a vida cotidiana

seria o lugar do confronto entre a incessante igualização do não-igual e o movimento do vir-a-ser. Isto é, se o cotidiano seria uma variante da repetição ou a fonte de suas rupturas e renovações, um campo das práticas previsíveis ou a matriz de todo o devir¹⁶. Entretanto, Lefebvre não se limita a restringir o cotidiano a somente um destes domínios, para ele o seu sentido reside justamente na ambiguidade que rege a vida cotidiana: entre o velho e o novo, o presente e o ausente, a miséria e a abundância, enfim, o equilíbrio e sua quebra.

Ele salienta que não se trata de explorar o repetitivo, ou mesmo ignorá-lo, mas sim de buscar apreender a presença no que está ausente e a ausência naquilo que está presente na vida cotidiana (LEFEBVRE, 1991). Lefebvre defende que, em sua trivialidade, o cotidiano é composto de repetições lineares e cíclicas: “gestos no trabalho e fora do trabalho, movimentos mecânicos (das mãos e do corpo, assim como peças de dispositivos, rotação, vaivéns), horas, dias, semanas, meses, anos” (LEFEBVRE, 1991, p. 24). No entanto, ele também se compõe de rupturas e revoluções, de descontinuidades e surpresas. Em meio às tantas privações e desigualdades da vida cotidiana, ela ainda resguarda as infindas possibilidades para a sociedade mudar de vida e transformar a si mesma.

Diante do descompasso entre o movimento concreto de reprodução da vida (das práticas cotidianas em suas múltiplas dimensões) e o processo de reprodução como repetição, como imitação e homogeneização (intrínsecas à expansão da lógica do controle e da mercadoria em todos os espaços-tempos da vida), Lefebvre (2006) demonstrou que a fragmentação e hierarquização não são as únicas vias fatais da sociedade urbana. O espaço socialmente produzido – em seus resíduos, presenças e ausências – também sinaliza as aberturas e possíveis vias de emancipação territorial de acordo com os variados momentos da vida de todo dia.

¹⁶ De modo similar, ao refletir sobre o conjunto das atividades que permitem a reprodução do indivíduo, Agnes Heller (1991) distingue as características da vida cotidiana que dizem respeito às qualidades humanas e expressam a forma como os indivíduos pensam, agem e se relacionam em sociedade. Nesse sentido, a autora argumenta que, ao mesmo tempo, o cotidiano se constitui como esfera da repetição e da espontaneidade, na qual a imitação e o pragmatismo convivem com as particularidades e a entonação de cada um. Assim, trata-se da coexistência ambígua das ações que se repetem diariamente e as ações criativas de um momento único (extraordinárias, por assim dizer). Isto é, entre as atividades que se caracterizam por movimentos já treinados e assimilados e aquelas que se criam de forma não planejada, espontâneas. Dessa forma, Heller (1991) aponta que as pessoas podem fazer as mesmas coisas e ensaiar os mesmos gestos na vida cotidiana, mas sob condição alguma será a mesma coisa ou mesmo gesto, pois a irrepetibilidade da singularidade de cada um prevalece às tendências de mimese.

Justamente nas ocasiões e circunstâncias oportunas do cotidiano, vislumbram-se as brechas e fissuras propícias para a sua própria transformação.

Sob esta lógica, a vida cotidiana não é apenas o lugar da tragédia e da reificação, em que migramos de uma alienação para a outra, de forma sucessiva. O cotidiano é “o lugar da ação e do conflito, da consciência e da elaboração do projeto, bem como da reivindicação do direito ao uso” frente às conjunturas de privação e segregação socioespacial (CARLOS, 2011, p.84). Portanto, o cotidiano é também a dimensão do possível-impossível: da urgência e da utopia, da tomada de consciência, da resistência contra a dominação, da subversão e da luta por outra vida (LEFEBVRE, 1991).

2.2. Escalas e sentidos da ação social

Seguindo nossa reflexão, é possível perceber que, se é na a vida cotidiana que a produção-reprodução do espaço ganha concretude, torna-se vital para a pesquisa geográfica analisar as práticas espaciais e os sujeitos da ação social através da problemática do cotidiano. Considerando as diversas escalas nas quais a sociedade se reproduz e produz o espaço, salientamos que o cotidiano as integra enquanto categoria analítica e como realidade prática. Nessa direção, lançaremos aqui uma visão sintética sobre as tramas da ação social nos diferentes momentos e situações do cotidiano, a fim de captar os seus sentidos diante dos movimentos de apropriação-dominação espacial.

Ao optarmos por este trajeto analítico – interpretar as ações, as práticas, os usos e apropriações espaciais através da vida cotidiana – buscamos superar o paradigma da “visão de sobrevoo”, abordada por Souza (2007; 2012) como uma tradição epistemológica e metodológica limitante na Geografia e em outras ciências espaciais. Ora, por muito tempo a Geografia estudou o espaço e a sociedade à distância, através de esquemas de interpretação que miravam o espaço social e as relações sociais por meio de escalas cartográficas muito pequenas, com um notório afastamento. E, assim, os geógrafos acostumaram-se a considerar os sujeitos e grupos sociais “de longe”, “sem adentrar as suas casas, sem mergulhar em seu cotidiano, sem sentir os odores da pobreza, sem ouvir os sons do desespero ou os gritos de libertação” (SOUZA, 2007, p. 104).

É interessante pontuar que Souza (2007) constrói este posicionamento crítico sobre o pensamento geográfico com base na expressão “pensamento de sobrevoo”

(*pensée de survol*), com a qual Maurice Merleau-Ponty (2004) criticava a pretensão de um saber onisciente e desenraizado, típico da ciência moderna: que manipula as coisas, mas renuncia habitá-las. Deste modo, Merleau-Ponty (2004) se referia às ciências que estabelecem modelos internos, operando sobre índices e variáveis, sempre distantes relativamente de seus objetos e mantenedoras desta distância como pressuposto de suas próprias abstrações. Abstrações formais que se pretendem como verdade oficial na intenção de dominar o real, mesmo sem conhecê-lo a fundo.

Nesta direção, Horkheimer e Adorno (2006) afirmam que esta espécie de abstração que se afasta da realidade social, do espaço vivido, “está fundada na distância em relação à coisa, que o senhor conquista por meio do dominado” (2006, p.19). Sobre este mesmo tema, Arendt (1983) aborda criticamente a obsessão dos cientistas espaciais em olhar a Terra “de fora”, tal como outsiders que buscam abarcar o todo em um golpe de vista, no movimento por ela denominado como “alienação da Terra”. Segundo Souza (2007), todas estas críticas se aplicam à ciência geográfica, visto que durante séculos os geógrafos – “...enxergando e analisando as sociedades e seus espaços quase sempre “do alto” e “de longe”, como que em uma perspectiva de “voo de pássaro” ...” – construíram um saber que só de longe em longe se confrontava com o mundo real (SOUZA, 2007, p. 104).

Sob esta linha de raciocínio, Souza (2012) afirma que é justamente na Geografia que tal perspectiva de sobrevoo ganha protagonismo, argumentando que esta seria a causa original da sua limitação epistemológica no que tange à valorização analítica e política dos atores e agentes em seu cotidiano. De forma geral, os geógrafos (mesmo aqueles que se reconheciam como praticantes de uma Geografia Humana) sempre valorizaram mais os “padrões de segregação”, “esquemas migratórios” e “modelos de hierarquia urbana” (entre outras abstrações) do que as práticas espaciais em seu sentido concreto, desempenhadas por sujeitos de carne e osso, sob as condições específicas de cada conjuntura social.

Todavia, Souza (2007; 2012) vai além ao apontar que a Geografia, ao considerar as sociedades e seus espaços a partir de uma “visão de sobrevoo” (analisando-os “do alto” e “à distância”) afirma para si uma perspectiva do olhar que é típica do aparelho de Estado. De modo que, por trás desta maneira de olhar, se evidencia o lócus de construção discursiva e o lócus de referência discursiva da Geografia. Nesse sentido, o autor afirma que tanto “os ambientes a partir dos quais

seus discursos foram elaborados, sempre foram, predominantemente, o Estado e, secundariamente, o mercado”, quanto as instituições e grupos sociais consagrados como referências que se convertem em objeto de conhecimento geográfico, “sempre foram, predominantemente, também o Estado e o mercado (seja para sustentar ou objetar e denunciar)” (SOUZA, 2007, p.106).

Raramente as referências analíticas da pesquisa geográfica foram ou tem sido as práticas espaciais dos sujeitos cotidianos (atores e agentes) dos movimentos sociais (em sua amplitude). Ao estudarem o espaço social, muitos pesquisadores (mesmo nos casos em que sustentam uma visão socialmente crítica, anticapitalista ou de oposição ao Estado capitalista) têm negligenciado a multiplicidade de produtores do espaço existentes na sociedade, bem como a complexidade da disputa semântica de seus espaços vividos. Sob este aspecto, Souza (2012) ressalta que o “estadocentrismo” que domina a observação e apreensão da realidade na Geografia, afasta os geógrafos das nuances da vida social. E muitas vezes, “os faz tratarem ‘planejamento urbano’ e ‘movimentos sociais’ (ou a ‘sociedade civil’, mais amplamente) como entidades separadas e até inconciliáveis – como se o aparelho de Estado fosse a única agência que planeja” (SOUZA, 2012, p. 150).

Por isso, pressupor que determinados grupos são apenas reativos (denunciam e protestam), isto é, que não tem capacidade de agir proativamente ou planejar o ímpeto de suas próprias ações, ensaiando projetos alternativos e “contraplanos”, é um erro tremendo (SOUZA, 2012). Em outras palavras, encarar o Estado e o mercado (ou ainda, o “grande capital”) como duas entidades superiores e pensar que somente elas produzem (com “impacto significativo”) o espaço ou que somente a produção vinculada a elas tem relevância teórica, significa ignorar e silenciar toda a multiterritorialidade presente na sociedade (as apropriações individuais e coletivas) em nome da territorialização dominante (oficialmente estabelecida). Tendo em vista a noção de produção do espaço, os geógrafos não podem mais negligenciar aspectos importantes do cotidiano dos sujeitos sociais que produzem o espaço, sobretudo quando se busca uma perspectiva crítica.

Todavia, superar os limites da “visão de sobrevoo” não se resume ao ato de “mergulhar no cotidiano” de cada grupo social, de maneira desvairada e romantizada, dispensando a necessidade de cultivar qualquer tipo de distanciamento metodológico. Muitas vezes, estudar um movimento a partir “de

dentro” dele – fazendo parte – não se revela a opção intelectualmente mais sóbria e razoável. A excessiva proximidade em relação ao objeto de pesquisa (a necessidade de ver de perto), também faz do pesquisador um prisioneiro (por simpatia ou ingenuidade) do senso comum, com isso não sendo mais possível perceber as contradições que este abriga. Segundo Souza (2007), o senso comum é rico de sentidos e manifesta revelações esclarecedoras, porém (tal como a ciência) ele nada tem de infalível, pois também possui limitações intrínsecas: estas “são a não-reflexividade sistemática, o fato de ele ser bastante permeável à ideologia dominante e a preconceitos/estereótipos, o seu horizonte geográfico restrito (local, monoescalar)” (SOUZA, 2007, p. 112). Desse modo, o autor acrescenta que:

O “olhar distanciado” permite que se ganhe uma perspectiva que é imprescindível e insubstituível à Geografia: aquela que permite uma “noção de conjunto”, que faculta a apreensão das “grandes linhas”... enfim, que permite trabalhar com as escalas da estratégia.” (...) “O problema reside em entronizar ou mesmo em adotar com exclusividade o “olhar de longe”. E a solução, por conseguinte, não consiste em substituir meramente, de maneira absoluta, o ‘olhar de longe’ pelo ‘olhar de perto’, pelo ‘mergulho no cotidiano’, mas sim em combinar as escalas (de análise e de ação) de modo a não abrir mão de nenhuma, nem mesmo da dos ‘nanoterritórios’ e dos pequeníssimos lugares cotidianos, tanto quanto combinar os olhares. Assim procedendo, o ‘olhar de longe’ será redimido de sua arrogância por meio do entrosamento solidário com o ‘olhar de perto/de dentro’ (SOUZA, 2007, p. 111).

De acordo com o Souza esse parece ser o caminho mais frutífero e coerente para transcender tanto o “objetivismo” quanto o “subjativismo”, e para cada pesquisador permitir-se interagir com os sujeitos, agentes e atores da pesquisa em uma escala verdadeiramente humana. Em contraste com uma hierarquia vertical de escalas, essa abordagem aponta os espaços cotidianos – ambientes contextuais compostos de práticas e ordens, produtos e obras – como as referências espaciais básicas a partir das quais a teorização socioespacial deve ser construída. Contudo, é fundamental perceber que o cotidiano não se resume a uma instância “local” ou esfera das proximidades (aquilo que se passa aqui e agora), os espaços da vida cotidiana são sim mais próximos da escala do corpo humano (em comparação com os espaços da geopolítica, por exemplo), no entanto, eles são continuamente

transformados pelo estabelecimento de conexões em rede com espaços mais amplos.

Nestes termos, a vida cotidiana não se resume a um lugar restrito e, de forma alguma, ela se opõe ao “global” (pelo contrário, a globalização invade a vida cotidiana, se realiza através dela). De maneira relacional, ela envolve uma série de elementos e situações que estão articulados às diferentes escalas espaciais da realidade social (de suas ações e representações). Em sintonia com as ideias de Moore (2018), estaria aberta uma via promissora para trabalhar escalas: integrar as categorias da experiência cotidiana, desenvolvidas e implantadas pelos atores sociais comuns com as categorias distantes da experiência usadas pelos cientistas sociais. Como coloca Moore (2018) “o tratamento de escalas como níveis, plataformas ou arenas estabelecidas da política diminui e distorce uma variedade de processos socioespaciais ao eliminar as diferenças e a granularidade espaciais”, além de simplificar excessivamente a “posicionalidade espacial” complexa e múltipla dos atores e eventos sociais (MOORE, 2018, p. 11).

Sob esse ponto de vista, os arranjos políticos e sociais não são continuamente “afixados” e “reafixados” em escalas específicas, como alega a tradição político-econômica. Dessa maneira, tratando o cotidiano como uma matriz de uma “política de escalas”, torna-se possível apreender que os atores pensam e agem em termos de escalas e que as relações sociais e instituições são organizadas de acordo com preceitos de escala (MOORE, 2018). Sendo assim, buscamos superar o determinismo escalar, tão praticado na Geografia, para investigar o brilho da multiterritorialidade presente no espaço, sob o peso e a sombra da territorialização hegemônica. Logo, para a ciência geográfica, a análise crítica da vida cotidiana se torna ainda mais rica e complexa quando buscamos captar os sentidos da ação social neste âmbito, a partir da concretude do cotidiano social.

Primeiramente, se faz indispensável reconhecer que a ação social adquire pesos e significados diferenciados dependendo do contexto espacial e da conjuntura social em questão. Nesse sentido, as práticas da sociedade se realizam de acordo com a geometria assimétrica de poder da vida cotidiana, e isto nos permite apreender as circunstâncias e as intencionalidades específicas que diferenciam os sentidos de cada ação social na produção do espaço (MASSEY, 2008). Como demonstra Massey (2008), seja no espaço ou no tempo, nada se

explica no aqui e agora, pois cada lugar do mundo contemporâneo expressa (em sua forma e seu conteúdo) um sentido global: todas as ações têm uma história, partem de uma condição espaço-temporal determinada e resguardam relações com outros tempos e espaços.

Sob estas premissas, considerando que o espaço é meio, condição e produto do movimento de reprodução das relações sociais, seria interessante interpretar as ações da vida cotidiana como práticas que se realizam sob uma “estrutura-estruturada-estruturante”: uma estrutura social capitalista, referente ao modo societário no qual estamos inseridos e à organização do espaço em nível mundial; que é estruturada por relações sociais passadas, como um produto das práticas espaciais que produziram o espaço ao longo do tempo histórico; e estruturante de relações sociais futuras, com poder de agência sobre os modos de agir que se engendram no momento presente do espaço urbano-metropolitano.

Desse modo, torna-se possível articular diferentes escalas de ação no estudo geográfico da vida cotidiana: contextualizando as práticas sociais (tomadas dentro de suas conjunturas) em meio às contradições estruturais do sistema capitalista. Contradições que se desdobram e realizam “de fato” nos sujeitos e lugares, envolvendo suas dinâmicas e histórias singulares. Este pensamento nos permite pensar as diferentes mobilizações da sociedade entre a universalidade e a particularidade, isto é, de maneira conjugada, ambas as instâncias postas em inter-relação. Assim, a Geografia do cotidiano caminharia do universal ao particular e vice-versa, no intuito de decifrar as tensões que se dão entre o global e o local, bem como de esclarecer as relações que se constroem entre a ordem próxima e a ordem distante, ou mais precisamente, as vias pelas quais estas ordens se integram e diferenciam no cotidiano da metrópole (LEFEVBRE, 2006).

Logo, diante deste complexo jogo de escalas de poder que diferenciam os sentidos da ação na vida cotidiana da cidade do século XXI, notamos a pertinência da distinção teórica ‘ator-agente’ para a nossa análise, tal como trabalhado por Ferreira (2013). Segundo o autor, a opção destes termos é uma escolha teórico-metodológica que tem como horizonte a dimensão da ação social, do agir em sociedade. Tanto o ator quanto o agente se situam no plano da ação, mas são vários os traços que os distinguem no contexto da vida cotidiana.

Os atores estão ligados à certa posição de protagonismo nos jogos de poder e tem como premissa a construção de estratégias de ação, com relativa autonomia

e capacidade reflexiva na manipulação de seus atos. Por isso, suas práticas constroem encadeamentos sócio-políticos e se manifestam com grande impacto na produção do espaço urbano-metropolitano, alterando as relações de força no cotidiano. Já os agentes se situam em conjunturas nas quais não estão “no controle”, e assim, estão relacionados a uma relativa passividade no âmbito do agir, pois estão alienados em relação à definição dos rumos de suas próprias tragédias cotidianas. Sob estes termos, o agente age de maneira ordinária (está sempre sob a tutela da ordem) e participa da produção do espaço tal como um coadjuvante submisso, de acordo com as formas e dispositivos que já estão postos e pré-estabelecidos para a ação.

É interessante reforçar que esta é uma distinção operacional para estudar as dimensões da ação no cotidiano. Visto que há inúmeras possibilidades de ações, de acordo com os vários sujeitos da cidade – desde aqueles que sujeitam até os que estão sujeitados – a conceituação ator-agente ajuda a demarcar as diferentes maneiras de construção da ação social. Maneiras de agir muito desiguais, mas que constantemente entram em choque social (tanto no sentido de se complementar, quanto no de se opor) nas desventuras da vida cotidiana. Assim, tal como pontua Ribeiro (2005), a constituição de sujeitos plenos na definição de seus futuros está diretamente relacionada à condição espacial de outros que não conseguem desenvolver todas as suas potencialidades de agir.

Entretanto, é pertinente ressaltar que no decorrer dos momentos e situações do cotidiano, esta distinção entre atores e agentes não é tão simplória e nem tampouco permanente. A condição de ator ou agente é transitória e por vezes ambígua, pois se coloca sempre em função de um contexto de ação, ou seja, em relação às circunstâncias espaciais no qual nós agimos. Tendo em vista tais apontamentos, dependendo da conjuntura espacial em que se insere, nem que seja por um curto espaço de tempo, um ator pode se comportar como agente e um agente pode se tornar um ator. Logo, tais papéis sociais variam de acordo com as condições espaciais e temporais desiguais da sociedade na qual nos vemos atuando e exercendo nosso poder de ação.

Esta reflexão sobre atores e agentes nos conduz a uma outra diferenciação em torno da ação social, que ganha sentido através da análise dialética, isto é: entre as táticas e as estratégias de ação. Com base nas ideias de Certeau (2012), podemos dizer que as estratégias são ações sistemáticas e organizadas pelo

“postulado de um poder”, contemplam as largas escalas de tempo e espaço, geralmente orientando-se em direção à dominação do espaço. Segundo o autor, as estratégias estão ligadas à força social da propriedade (pública ou privada):

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças (...) toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do quer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro (CERTEAU, 2012, p. 93) .

Logo, a partir de um lugar próprio, as estratégias contam com a possibilidade de dar a si mesma um projeto global, pois são capazes de totalizar o Outro num espaço distinto, visível e objetivável. Nesse sentido, as estratégias são ações que, “graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem” (CERTEAU, 2012, p. 95). A estratégia, portanto, ostenta sua visibilidade, ao passo que se posiciona na condição privilegiada de poder prever a dinâmica seus alvos, estabelecendo assim as próprias tendências gerais do espaço e do tempo.

Por sua vez, as táticas são ação ocasionais e sorrateiras, determinadas pela “ausência de poder” ou de um “lugar próprio” – não estão em condição de autonomia no decorrer do seu exercício – e, em geral, se manifestam (de forma modesta) nas variadas maneiras de apropriação do espaço. Certeau (2012) afirma que as táticas são procedimentos que se fazem valer pela pertinência que dão ao tempo e seus momentos, pelo proveito das circunstâncias e ocasiões em que o instante preciso de uma intervenção se transforma em situação favorável. Tal como uma “arte dos fracos”, as táticas resguardam astúcias milenares e um arsenal de movimentos que, eventualmente, podem mudar repentinamente a organização do espaço, reestabelecendo os significados das regras do jogo estabelecidas pelos “fortes”. Desse jeito, o autor prossegue:

Chamo de tática a ação calculada que é determinada pela “ausência de um próprio”, isto é, “nenhuma condição de fora lhe fornece a condição de autonomia”. “A tática não tem por

lugar senão o outro e, por isso, deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de um força estranha. Não tem meios para manter a si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia Bullow, e no espaço por ele controlado. (...) Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas (CERTEAU, 2012, p. 94).

Embora sejam relativas às possibilidades oferecidas pelas circunstâncias, as táticas estão sempre abertas à possibilidade do desvio. Elas instauram a pluralidade e a criatividade em meio ao homogêneo e o repetitivo, assumindo um “estilo desviante” quando não obedecem à ordem estratégica e nem se definem por esta. Sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei, uma tática desviante é capaz de promover a erosão cotidiana de uma estratégia, independente da assimetria de poderes que se estabelece entre elas. Sob esse ponto de vista, a tática cria para si um espaço de jogo para maneiras de utilizar o espaço das estratégias dominantes, uma arte de subvertes aqueles sistemas que lhe são impostos. O que distingue estas daquelas são “os tipos de operações nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar” (CERTEAU, 2012, p.87).

De forma sucinta, enquanto as estratégias apontam para “a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder” (CERTEAU, 2012, p. 96). Referimo-nos, portanto, às variadas modalidades que as ações sociais assumem em relação às assimetrias de poder da sociedade e seus espaços. Nessa direção, são ações que qualitativamente podem ser distinguidas, pois exigem diferentes dispêndios de tempo e poder para sua realização, envolvendo intencionalidades controversas na produção do espaço. São, portanto, tipos de operações sociais muito discrepantes, práticas espaciais que por vezes se condicionam e complementam, e por outras, se negam na busca de superar umas às outras.

Logo, seguindo os passos de Certeau (2012), em seu esforço de elaborar uma teoria das práticas cotidianas para extrair do seu ruído as “maneiras de fazer” da sociedade, a Geografia do cotidiano enfocaria nas “maneiras de produzir” o espaço, isto é, nas múltiplas formas de fazer e de pensar o espaço que estão em

curso na vida cotidiana. Nessa perspectiva, é importante perceber que estas distinções analíticas entre ator-agente e estratégia-tática são complementares e elucidativas, mas não quando são tratadas de modo estanque. Cada um destes termos (tanto os sujeitos quanto as modalidades da ação social) é fluído e deve ser adaptado de acordo com as circunstâncias e conjunturas nas quais se inserem.

Assim, nos movimentos de dominação e apropriação do espaço, as práticas espaciais dos atores e agentes se revelam enquanto estratégias e táticas de ação que transitam cotidianamente entre espaços de representação e representações de espaço. Cabe a nós, portanto, perceber a relevância do cotidiano como uma dimensão-chave para a compreensão dos sentidos da ação social na cidade do século XXI. Para uma Geografia interessada em pensar o movimento de produção do espaço – enquanto meio, condição e produto das relações sociais – torna-se mais do que necessário inserir esta dimensão crítica e transformadora na análise da realidade. Dessa maneira, trata-se de valorizar a dimensão espacial da vida cotidiana, tal como uma categoria analítica interessante para o estudo do espaço urbano-metropolitano, para aproximar a teoria geográfica das paixões, ideais e intenções que movem as ações sociais.

2.3. Uma crítica geográfica à vida cotidiana

Há pouco mais de meio século atrás, quando Lefebvre apresentava uma crítica à vida cotidiana da sua época, não foram muitos os geógrafos que perceberam a gravidade social da condição espacial que ele denunciava em seus escritos. Temas como o individualismo, o paradigma da propriedade privada, a tecnocracia dos poderosos, a opressão do ordenamento estatal e a difusão de símbolos espaciais dominantes apontavam, em seu conjunto, para o movimento generalizado de alienação da vida como um todo. Nos marcos da urbanização completa da sociedade, Lefebvre (1981) havia sintetizado as amarguras da vivência de um cotidiano programado e banalizado, repleto de representações mistificadoras do real, que tendiam a se reproduzir mundialmente.

Desde então, cinquenta anos se passaram, e a crise da vida cotidiana não apenas se globalizou, mas ganhou novas dimensões e se aprofundou em milhares de cidades. Evidentemente, o mundo mudou demasiadamente de lá para cá e o atual cotidiano urbano-metropolitano apresenta uma problemática espacial que se diferencia bastante daquela do cotidiano urbano do século passado. Nesse sentido,

é bem verdade que estamos vivenciando uma nova era do cotidiano na experiência da modernidade, que se materializa em uma espacialidade nova, atualizada a partir de outros ritmos, conteúdos e representações das práticas sociais (CARLOS, 2017).

No entanto, ao retomarmos as críticas formuladas por Lefebvre é possível perceber que – apesar delas se situarem num contexto espaço-temporal anterior ao nosso, nos moldes de uma “sociedade burocrática de consumo dirigido” – todo o seu pensamento crítico também se constrói através do movimento teórico de projeção da realidade (LEFEBVRE, 1991). A dialética entre o real e o virtual está presente em cada uma das críticas lefebvrianas à vida cotidiana e é por isso que as mesmas se fazem tão atuais. Deste modo, Lefebvre (1981) foi capaz de criticar o presente mirando o futuro, isto é: desvendando nas práticas espaciais cotidianas que estavam em curso naquela época um jogo de forças econômicas, políticas, ideológicas e simbólicas que continham em si indícios do que viriam a ser a cidade e a vida cotidiana de hoje.

Diante da possibilidade de se pensar a cidade como objeto virtual, que se constitui a partir de momentos presentes no horizonte, captáveis a partir do modo como a cidade é vivida através dos usos do espaço, Lefebvre foi certo em suas projeções teóricas (CARLOS, 2017). Ao apresentar a crítica da individualidade (da consciência privada sobre a consciência pública), das mistificações (da consciência mistificada por mitos e representações que turvam a realidade), do dinheiro (do ser reconicionado pela necessidade de ter no dinheiro o meio necessário para a satisfação do reino de suas necessidades), ou mesmo do trabalho (do ser que despende seu tempo e energia numa condição de trabalho parcelar, rotineira e massiva, em detrimento de sua potência criativa), Lefebvre (2006) sabia que estes problemas tenderiam a se acentuar em escala mundial e não seriam resolvidos num curto prazo. Isto porque, na sua visão, seria justamente em meio a esta problemática que a sociedade urbana funda seu movimento e reproduz o seu espaço.

Logo, ao vislumbrarem a atualidade de suas críticas, muitos geógrafos passaram a dar atenção às questões levantadas por Lefebvre e a retomar a leitura de seus escritos nas décadas recentes. Porém, apesar da repercussão das suas obras, ainda são poucos aqueles que deram real valor ao potencial transformador desta episteme crítica sobre as práticas da vida cotidiana. Menos ainda se deram

conta de que a teoria lefebvriana do cotidiano é, sobretudo, uma teoria da ação social. Uma teoria contra-alienadora, na qual a superação dos mitos, das abstrações e das estratégias de opressão se dá, justamente, no âmbito da experiência cotidiana: através dos usos e apropriações (im)possíveis do espaço e do tempo.

Nesse sentido, a análise crítica da vida cotidiana seria o estudo sobre a superação das opressões e dos determinismos parciais que permeiam a cotidianidade. Ela visaria virar pelo avesso esse mundo em que os determinismos e as opressões passam por racionais e adquirem um patamar de normalidade. Visto que, em toda a sua ambiguidade, o cotidiano nos mostra “o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade e na nossa época” (LEFEBVRE, 1991, p. 17). Desse modo, criticar o cotidiano seria tornar patentes as suas crises e relevar as suas virtualidades no movimento de produção do espaço, reestabelecendo os traços característicos da atividade criadora, pela qual o que vem da natureza e da sociedade se transforma em obra humana (LEFEBVRE, 1991). Não se trata apenas da negação do espaço enquanto uma realidade acabada e simplória, reproduzível em larga escala, como qualquer outra mercadoria do sistema capitalista. Mas também da afirmação do espaço enquanto condição, meio e produto das práticas espaciais que, em sua multiplicidade, são capazes de questionar, abalar e transformar o *status quo*.

No desenrolar do pensamento de Lefebvre, é justamente a reflexão acerca das práticas sociais no espaço que permite enxergar as possibilidades de transformação. É no movimento de apropriação do espaço que a transformação do cotidiano se torna possível, por meio dos usos criativos e sagazes que provocam fissuras, disritmias e brechas na cotidianidade, rompendo – nem que seja por um breve momento – as condições da dominação espacial. Perspectiva similar àquela apresentada na análise de Certeau (2012), que busca extrair por de trás da aparência banal e passiva das atividades cotidianas aquilo que elas têm de mais criativo e subversivo. Sob uma linha de raciocínio concordante à de Lefebvre, Certeau sinaliza os desvios e trampolinagens que os diferentes sujeitos sociais conseguem realizar no seio do espaço hegemônico, se apropriando do espaço através de práticas astutas e repentinas, a partir de um vasto “repertório de usos” capazes de converter as referências e abstrações da ordem dominante em sabedoria prática da vida cotidiana.

Em sua obra “A invenção do cotidiano” (2012), uma inversão de perspectiva parece fundamentar sua teorização: deslocar o foco do consumo supostamente passivo dos produtos recebidos para a criação anônima, nascida da prática do desvio no uso desses produtos. Certeau (2012) enfatiza a cultura ordinária (comum e cotidiana) enquanto apropriação (ou reapropriação) e o consumo como uma “maneira de praticar”. Segundo o autor, na cultura ordinária a ordem é exercida por uma arte de fazer, um estilo tático de ação desviante que, muitas vezes, somente se realiza a título de resistências ou de inércias em relação ao desenvolvimento sociocultural de um todo. De modo brilhante, Certeau (2012) aponta a proliferação disseminada de “criações anônimas e perecíveis que irrompem com vivacidade e não se capitalizam”, criatividades na arte do desvio de usuários e consumidores, que reinventam as condições cotidianas a partir de táticas de subversão ao desenvolvimento imposto pelos poderosos (CERTEAU, 2012, p. 38).

Nesta confiança posta na inteligência e na inventividade do mais fraco, na atenção à sua mobilidade tática, por ser assim “desarmado em face das estratégias do forte”, se esboça uma concepção política do agir e das relações não igualitárias entre um poder dominante e seus dominados (CERTEAU, 2012, p. 95). Nessa orientação, notamos que o interesse pelas operações (criativas e subversivas) dos usuários dos produtos culturais que são oferecidos no mercado, ou seja, pelos desvios operados pelas práticas, exalta sentidos em práticas cotidianas que, outrora, passariam despercebidos. Desse modo, Certeau (2012) nos ajuda a perceber diferenças e nuances nas modalidades do agir, revelando, assim, as “microrresistências” que fundam “microliberdades” e deslocam significativamente as fronteiras da dominação.

Assim, em suas abordagens, Lefebvre e Certeau nos permitem restituir importância científica aos gestos, modalidades e sentidos das práticas espaciais. Práticas cotidianas que produzem o espaço ‘jogando’ com as organizações espaciais hegemônicas, subvertendo-as, por mais controladoras que estas sejam. Sob este entendimento, uma abordagem geográfica e crítica do cotidiano se faz, justamente, através do estudo destas mil e uma maneiras de se apropriar do espaço socialmente produzido, que ao se realizarem produzem rupturas, intervalos e transformações significativas na vida cotidiana. Esse nos parece ser um trajeto teórico potencial para estudar criticamente o cotidiano urbano-metropolitano:

através do conteúdo das práticas espaciais dos sujeitos sociais nos diversificados momentos e ocasiões da produção-reprodução do espaço contemporâneo.

Nesse caminho, enfatizamos que a análise geográfica das práticas cotidianas estimula a superação do prestígio ainda mantido pelas leituras mecanicistas e funcionalistas da vida urbana, encontrando pela frente uma tarefa desafiadora: dar visibilidade e voz a sujeitos e obras que até então estiveram à margem das pesquisas científicas. Trata-se de estudar as práticas que sempre estiveram fora das estatísticas e dos dados oficiais dos órgãos de governo. Não nos referimos às estratégias de controle do Estado ou de reprodução ampliada do capital, mas sim às ações cotidianas que, em meio à conjuntura de dominação territorial, estabelecem contrapoderes e subvertem o sentido do espaço-tempo hegemônico.

Certamente, tais práticas, ao não serem contempladas e reconhecidas “oficialmente”, também não recebem das estruturas de dominação a sua identidade, pelo contrário, com sua racionalidade tática e vivaz, elas criam e insinuam uma multidão de referências em meio ao espaço dominante (CERTEAU, 2012). No entanto, se estas mesmas práticas não estão em evidência, isto não significa dizer que elas passam despercebidas pelas estratégias dos grupos que estão no controle político e econômico do espaço. Pelo contrário, se estes sujeitos e obras atualmente (e deste muito tempo) são marginalizados nas representações do espaço hegemônico, isto se deve, sobretudo, porque são alvo de uma “razão indolente” (que rege a cotidianidade) e, por isso mesmo, estão sendo silenciadas, “invisibilizadas”, desacreditadas e desvirtuadas na sociedade em geral (SANTOS, 2007).

Tal como coloca Santos (2007), a “razão indolente” – que enxerga a realidade de forma metonímica e que opera sobre o mundo de forma proléptica – já se disseminou pelos grupos de estadistas e capitalistas poderosos que planejam, investem e promovem as cidades mundo afora. Hoje, são estes os portadores desta racionalidade indolente, supostamente “única, exclusiva, e que não se exercita o suficiente para poder ver a riqueza inesgotável do mundo”, que ditam os ritmos e sentidos da vida cotidiana (SANTOS, 2007, p. 25). Para o autor, a razão indolente se manifesta de diferentes formas nas práticas dos atores hegemônicos, mas ele enfatiza especialmente duas: a razão metonímica e a razão proléptica.

A razão metonímica se define por uma racionalidade que facilmente toma a parte pelo todo, porque tem um conceito de totalidade feito de partes homogêneas,

e nada do que fica fora dessa totalidade interessa. Isto é, a partir de uma ideia restrita de totalidade, esta racionalidade “contrai, diminui, subtrai o presente” (Santos, 2007). A nosso ver, é interessante pensar nesta operação metonímica como processo cognitivo em relação à multiplicidade de sentidos do espaço e das práticas sociais existentes. De forma geral, as representações da totalidade do espaço urbano-metropolitano são reduzidas de acordo com a perspectiva de uma de suas partes, sendo assim filtradas pelas lentes e censuras de uma pequena parcela da realidade geral.

Já a razão proléptica, segundo Santos (2007), se realiza através da expansão infinita do futuro da sociedade sob a linearidade de um tempo ideal. Tal denominação se baseia no princípio da prolepse, uma figura literária que é recorrente em romances, na qual o narrador sugere claramente a ideia de que conhece bem o fim da trama, mas não vai contá-lo. A prolepse significa, portanto, reconhecer no presente a história futura. Santos (2007) afirma que a “nossa razão ocidental é muito proléptica, no sentido de que já sabemos qual é o futuro: o progresso, o desenvolvimento do que temos” (SANTOS, 2007, p. 26). Logo, a multiplicidade de futuros possíveis na metrópole (engendrados em ritmos sociais diferentes) é reduzida à concepção unívoca do futuro como extensão hegemônica do presente, de maneira linear, como uma linha reta progressiva entre o passado e o futuro.

Deste modo, ao notarmos que o espaço contemporâneo contém diferentes ritmos da prática social, percebemos que ele é composto por variadas temporalidades que coexistem e se articulam de forma sobreposta na vida cotidiana. Porém, ao mesmo tempo, esta diversidade de ritmos e tempos é ‘encolhida’ em apenas um tempo-ritmo de produção social do espaço, que se revela hegemônico ao ser imposto e aceito como o único possível para o progresso civilizatório e para o desenvolvimento econômico da sociedade. Sobre isso, Lefebvre (1981) reforça que, diante da sobreposição do econômico (o ‘crescimento’ nacional, o progresso da economia global e suas demandas) no mundo moderno, a programação (normativa e funcional) do cotidiano se estabelece na amplitude do espaço dominado pelo Estado capitalista e, assim, instaura-se a cotidianidade através da disseminação de uma lógica limitada dos usos do espaço e do tempo.

Neste sentido, Santos (2007) critica como esta concepção imperante do espaço-tempo tem se materializado num enorme desperdício das experiências

sociais que existem no momento presente. A partir da marginalização das temporalidades ‘avessas’ à temporalidade do sistema societário capitalista, o ritmo da metropolização do espaço (que acompanha o ritmo da reprodução capitalista) se consolida como parâmetro geral de todos os ritmos sociais existentes, como referência global e totalizante do ritmo civilizatório. É com base neste referencial dominante de espaço e de tempo, que as representações espaciais hegemônicas estabelecem as ideias de ‘avanço’ e ‘atraso’, ‘desenvolvido’ e ‘subdesenvolvido’, ‘sofisticado’ e ‘primitivo’ ou de ‘ordem’ e ‘desordem’ no cotidiano social daqueles que vivem a cidade.

Segundo Ribeiro (2013), atualmente vivemos um presente superficializado que esconde suas relações com o passado e com o futuro. Nesta mesma direção, Carlos (2017) refere-se à proliferação de “espaços amnésicos” nas metrópoles em meio ao “tempo efêmero” da sociedade capitalista. Seja diante da fugacidade dos projetos que estão em jogo ou da força das representações espaciais que hoje imperam nas cidades, contribuindo para apagar muitas histórias da nossa memória coletiva sobre o passado e para invisibilizar tantas outras construções de futuro existentes e possíveis. Nesse quadro, “o homem cotidiano se mostra perdido, entravado, preso por mil laços, às voltas com mil probleminhas minúsculos”, no entanto, “ao mesmo tempo, conforme a ocasião, ele pode arriscar, sabe ganhar e perder” (LEFEBVRE, 1991, p. 23). Portanto, não seria ele apenas um “consumidor de espaços”, mas também um usuário ativo e sorrateiro, que constrói histórias e memórias que ressignificam os marcos estabelecidos pelo Estado e pelo mercado.

Em face disso, se hoje certos grupos agem, em nome da ordem e do progresso, no sentido de reduzir a riqueza cotidiana do presente (para ampliar o futuro de um espaço negocial, mercadificado e fragmentado), o estudo geográfico do cotidiano atual deve ser, sobretudo, um estudo de ampliação deste momento presente. Sob esta perspectiva, uma Geografia do cotidiano urbano-metropolitano seria capaz de valorizar os múltiplos contextos da ação, revelando suas tensões e diferenças, seus vínculos sociais e suas virtualidades. Trata-se de tornar objeto de estudo geográfico as práticas (usos e apropriações do espaço) que são continuamente sombreadas e anuladas pelas estratégias territoriais dominantes (por suas representações hegemônicas). É preciso descolonizar a vida cotidiana.

Portanto, através do entendimento do conteúdo geográfico do cotidiano poderemos compreender por que esta dimensão se apresenta, ao mesmo tempo,

como uma condição para a ação e como uma estrutura de controle da sociedade. Ou melhor, como um limite e um convite à ação social (SANTOS, 1996). Desta forma, considerando estes breves pressupostos teóricos, estaremos aptos a construir os primeiros passos para uma Geografia do cotidiano e da ação na cidade do século XXI. Na qual a teoria geográfica sirva, acima de tudo, como uma ferramenta de transformação da vida cotidiana. Nesta direção, pretendemos desvendar o pulsar social da metrópole, traçando pontes entre as diferentes práticas e representações que produzem o espaço, em busca dos verdadeiros sentidos e intencionalidades que se escondem por detrás da reprodução da sociedade.

3. A peleja cotidiana do espaço público na metrópole contemporânea: desmistificando as metamorfoses territoriais do Rio de Janeiro (RJ)

Nas cidades do século XXI, as trajetórias de nossas vidas, por mais distintas e distantes se apresentem, estão profundamente inseridas nas problemáticas renovadas de um espaço urbano demasiadamente transformado. Questões tais como a privação e a segregação, a insegurança e o medo, a violência e a vigilância, são problemas gritantes de um urbano em metamorfose. Um urbano que, uma vez planetarizado, agora engendra uma nova qualidade de movimentos, ritmos e representações espaciais por todo o planeta, apontando outros sentidos para a reprodução das relações sociais. Neste quadro, observamos um movimento de reestruturação espacial das cidades que se reproduz mundialmente, marcado pela ascensão de um novo conjunto de morfologias na paisagem e, sobretudo, por novas contradições sociais que fazem da vida cotidiana uma tragédia, aparentemente, “sem saídas”.

Tal como um longa-metragem famoso que se reproduz mundo afora, hoje podemos assistir o redimensionamento das estruturas de controle e dominação do espaço em milhares de cidades, seja lá onde estivermos. No entanto, este “drama” é real e se vive nas desventuras do cotidiano, no qual a espacialidade das práticas sociais se redefine a partir de um projeto político-econômico hegemônico de cidade, um ‘pensamento único’, que atualiza e aprofunda os marcos desiguais que se estabelecem na relação com o Outro da cidade. Deste modo, numa escala geral – que não se verifica somente no município do Rio de Janeiro, mas em todos os fragmentos do mundo contemporâneo – torna-se notável o progressivo movimento de privatização do solo e de proliferação de espaços fechados, sob um contexto de contenção e segregação territorial.

Nessa direção, a cidade contemporânea assume novas formas e conteúdos: a infinda quantidade de muros, grades e cercas que compõe a paisagem, bem como às inúmeras câmeras de vigilância, guaritas com seguranças terceirizados e cancelas obstruindo os logradouros públicos, apontam para um horizonte segregado para a realização das práticas espaciais. São muitas as denominações que buscam captar e retratar esta atual dinâmica crítica: ‘cidade fechada’, ‘fobópole’, ‘*ciudad cerrada*’, ‘*edge-city*’, entre muitos outros. Termos que, por sua

vez, também sinalizam um amplo quadro de dominação territorial nas cidades, em geral protagonizado pelo Estado e a elite empresário-comercial local ligada ao capital financeiro internacional que integram suas estratégias e impõem uma série de entraves e desafios para a construção da cidade enquanto obra (LEFEBVRE, 2001).

Dessa maneira, majoritariamente cercadas e muradas, as cidades se dividem em fragmentos assimétricos, em compasso com fragmentação e hierarquização das práticas espaciais que reproduzem o espaço como 'mais do mesmo', de forma repetitiva, segundo os enquadramentos da ordem espacial dominante. Neste contexto, as cidades são reconfiguradas de maneira conjunta com a troca social, em larga escala, revelando que a gradativa diminuição de contatos entre grupos que se distinguem no que tange ao padrão socioeconômico e estilo de vida, pode ser expressa, mais do que nunca, em termos espaciais na cidade (CARLOS, 2017). E, assim, ao passo que se rende à homogeneidade dos comportamentos, valores e das maneiras de usar o espaço, a vida urbana se segrega e individualiza na medida em que os cidadãos se encontram confinados em lugares fechados e privados, negando a presença do Outro, na incessante recusa da alteridade.

Diante desta miríade de problemas e contradições, cabe se perguntar: que urbano é este em que vivemos a própria negação da cidade enquanto obra coletiva? Quais são as raízes deste movimento desvairado de transformação da vida urbana no período atual, que a um só tempo estiliza e padroniza os referenciais do cotidiano? De fato, percebemos que a atual fase de transformações das cidades e da vida cotidiana aponta para um processo espacial mais amplo, de natureza distinta em relação à urbanização do espaço. Referimo-nos, portanto, à sobredeterminação do processo de metropolização do espaço na atualidade, este movimento de metamorfoses espaço-temporais que confere uma nova característica ao presente e, assim, instaura, no auge da problemática urbana, o período de transição metropolitana (LENCIONI, 2017).

De fato, atualmente são várias as circunstâncias e indícios que nos apontam para a cidade contemporânea como um epicentro de realidades controversas: ela é, de modo concomitante, o lugar da liberdade e do aprisionamento. No curso da história, diversos autores, tanto nas ciências quanto nas artes, abordaram as profundezas desta problemática que se funda sob um conjunto de tensões já presentes há tempos no mundo urbano, mas que agora se acentuam no período

metropolitano. Trata-se da contradição das relações sociais que se desdobram entre a apropriação e a dominação, entre a emancipação e o controle, a descoberta e a clausura. Dos cidadãos que oscilam entre a comunhão e o individualismo, operando nas esferas da cooperação e da competitividade, que constroem referências ora na alteridade e ora no homogêneo, e assim, vagueiam entre o acesso e a restrição, em meio aos usos e a propriedade. Estas antíteses marcam as geografias do viver cotidiano nas metrópoles de hoje em dia.

É bem verdade que se, por um lado, a metrópole se apresenta como um conjunto de obras e reunião de ideias que manifestam a potencialidade criativa da sociedade urbana – lócus de produção do futuro da humanidade – onde se engendram as mudanças e novidades do mundo. Por outro lado, nela também se vislumbra uma imensa concentração de problemas, que marcam a tragédia e a fragmentação da vida cotidiana: das formas mais sofisticadas e perversas de segregação social até as condições mais extremas de desigualdade e injustiça espacial. Simultaneamente uma profusão de sonhos e pesadelos, as cidades do século XXI estão repletas de contradições espaciais.

Desde então, pretendemos aqui salientar que o espaço público reflete e manifesta, ao seu modo, os absurdos e incoerências da cidade como um todo. Nas nuances do cotidiano é possível observar que cada rua e cada praça da cidade ecoa de maneira singular os contrastes gerais do capitalismo contemporâneo. Tal como “hologramas sócio-espaciais”, as relações da metrópole com seus espaços públicos revelam a interação entre o todo e as partes, na qual cada fração do espaço contém em si, do seu jeito, os limites e possibilidades da sociedade inteira (FERREIRA, 2003). Nesse sentido, é evidente que as atuais metamorfoses da cidade se repercutem em seus espaços públicos, de modo que não apenas se expressam através deles, mas também se desenvolvem a partir dos mesmos.

Entretanto, nesta peleja incansável das metrópoles que nunca dormem, em constante movimento de transformação, qual seria o conteúdo geográfico do espaço público? Como captar seu(s) sentido(s) na atualidade da metropolização do espaço? Este mesmo espaço público que entra em declínio, mas que assume centralidade, que uma vez dominado territorialmente, também revela valiosas aberturas para as práticas sociais. Uma coisa é certa, para desvendar a complexa dinâmica social do espaço público na contemporaneidade cabe questionar, primeiramente, de que espaço público nós estamos falando e como estabelecer os

marcos teóricos deste conceito tão polissêmico no linguajar cotidiano e, ao mesmo tempo, basilar para epistemologias tão díspares?

Na amplitude das múltiplas linhas interpretativas que o abarcam são diversas as possibilidades de acepção do espaço público. Desde o entendimento que o associa à dimensão normativa do território, como uma materialidade ou esfera imediatamente ligada ao Estado (o espaço público como consta na lei). Até a perspectiva que o qualifica em virtude do conteúdo das práticas e representações sociais que, em seu conjunto, produzem o espaço público (LAVALLE, 2005). Entre a definição do espaço público como um dado formal, uma coisa inerte ou como ação em movimento, está posta uma distância epistemológica que se constitui a partir das distintas leituras existentes sobre as relações que se dão entre o material (objetividade) e o imaterial (subjetividade), o formal (o poder instituído) e o informal (os poderes instituintes), ou ainda, entre a aparência (forma) e a essência (conteúdo).

Considerando tais divergências de interpretação, podemos acrescentar uma que se apresenta fundamental para este estudo: a diferença do espaço público “tal como ele é” para o espaço público “como ele deveria ser”. Ora, no âmbito teórico este espaço costuma ser definido pela apropriação coletiva, a acessibilidade irrestrita e pelo encontro com a alteridade. Porém, na realidade prática da metrópole contemporânea ele também se define pela presença dominante do Estado, a ausência do Outro e a negação de todo não-normativo. Notadamente, desta contradição geral nasce a discrepância entre uma visão essencialista do espaço público, como lugar aberto do encontro com a diferença, e uma visão pragmática do mesmo como um território estatal, que pertence ao governo e depende dele para sua validação (TOTTI, 2019).

Sem dúvidas, são muitos os caminhos de abordagem teórica do espaço público, e a questão central parece estar justamente na articulação destas variadas vias de entendimento, em busca de um horizonte teórico capaz de apreender sua dinâmica social na atualidade (em tempos de metropolização do espaço). Porém, como não se perder no complexo labirinto conceitual composto pelas sinuosas veredas que estão abertas ao pensamento geográfico? Será possível alcançar um ponto de vista aguçado em meio ao cruzamento de tantos olhares? Os desafios epistemológicos estão postos a nossa frente e, todavia, é preciso traçar alguma rota para o caminhar desta reflexão. Aqui, entendemos os espaços públicos da cidade

do Rio de Janeiro de maneira dialética e crítica, sob a ótica das relações de poder que se nele se manifestam, desigualmente, através dos movimentos de apropriação e dominação espacial.

Desse modo, o foco da análise está na qualidade das práticas sociais que constroem o significado dos espaços públicos: desde os usos até o controle sobre os usos. Ao enfatizarmos a dimensão das ações da sociedade que – com diferentes pesos e em variadas escalas – produzem o espaço público, torna-se possível desvelar as contradições *no* e *do* espaço público, vislumbrando o seu sentido mais concreto. Sentido que evidentemente está relacionado à configuração material do espaço (o acesso físico) e ao controle estatal (a jurisdição do Estado), mas que não se limita às questões formais ou normativas. Isto porque seu conteúdo não pode ser definido a priori apenas pela sua fisionomia e nem mesmo pela decisão de um único grupo social (por mais poderosas e dominantes sejam as suas estratégias)

É notório que a definição conceitual de um espaço público está inerentemente ligada à figura do Estado, à sua lógica centralizadora e ao seu ordenamento territorial. Porém o seu conteúdo não se restringe ao domínio estatal, ele transcende à esfera absoluta do Poder público (a sua legitimação jurídica) e diz respeito à totalidade da sociedade. O espaço público está diretamente relacionado às tramas da ação cotidiana: aos usos multivariados que a sociedade realiza *através da, apesar da e contra a* ordem espacial hegemônica (CARLOS, 2011). Em outros termos, o espaço público é produzido socialmente na interação conflituosa entre os diversos modos de conceber e viver o espaço, na contradição entre espaços de representação e representações de espaço (LEFEBVRE, 2006).

Sob esta perspectiva, um espaço público – uma rua, uma praça, um parque, uma fundação ou (até mesmo) uma prefeitura – não se consolida somente através da sua nomeação como tal pela “administração pública”, mas, sobretudo, porque reúne uma diversidade de usos e ocupações em consonância ou dissonância com as normas e estratégias do Estado (MITCHELL, 2003). Nessa direção, sob uma visão geográfica, o espaço público pode ser compreendido, ao mesmo tempo, como produto-produtor das distintas práticas de apropriação-dominação social que, em suas variadas escalas e sentidos, instauram um espaço de uso-controle coletivo. Em suma, o espaço público é um espaço em disputa, sempre à sombra do Estado: envolve autoridade e resistência, opressão e revolta, obediência e

insurgência, e diante destes conflitos, o medo e a vontade de se misturar em meio à multidão.

Certamente, o processo de metropolização do espaço redimensiona a complexidade da dinâmica social do espaço público nas cidades contemporâneas (tornando ainda mais delicada a sua conceitualização). Na cidade do Rio de Janeiro, a atual condição do Estado aliado à elite empresário-comercial local, articulada ao capital financeiro internacional, aponta para a estreita relação entre os poderes político e econômico no ordenamento do território. Neste modelo de gestão corporativa, os atores hegemônicos elaboram novos planos de intervenção urbana que, sob uma orientação mercadológica, transformam profundamente a forma e o conteúdo dos espaços públicos da metrópole carioca. É o caso dos projetos de 'revitalização' e 'regeneração' de muitos lugares da cidade, nos quais o espaço público assume um papel central na transformação urbana: ganha centralidade como espaço de inscrição das diretrizes e representações hegemônicas (FERREIRA, 2011).

Neste compasso, ao passo que aumenta a sua relevância estratégica para a ordem dominante, o espaço público se afasta da coletividade em vários sentidos. Sob a lógica privatista daqueles que o controlam, ele passa a incorporar elementos e símbolos característicos de um espaço privado. Dos muros e grades aos aparatos de vigilância ostensiva, uma série de restrições se erguem à apropriação coletiva do espaço público. Muitas das ruas, praças, parques e praias da cidade do Rio de Janeiro pontuam as referências de uma rotina de (des)encontros de cidadãos que, distantes uns dos outros, circulam apressados e solitários, em contextos de troca que não facilitam a construção de vínculos sociais comunitários e duradouros. Cidadãos que, mesmo estando em multidão, nem sempre se orientam em direção ao reconhecimento do Outro – que, na realidade, é o coletivo – como sujeito digno de participar e se apropriar da cidade.

Neste capítulo, a partir da perspectiva analítica do cotidiano¹⁷, investigamos as metamorfoses e representações do espaço público na atualidade da cidade do Rio de Janeiro, a fim de desvendar as relações territoriais de dominação e

¹⁷ Ao considerar a dimensão do cotidiano em meio a estas metamorfoses metropolitanas, não pretendemos aqui teorizar sobre um espaço qualquer e teoricamente abstrato. É oportuno realizar esta tarefa partindo da nossa empiria (de onde vivemos e vemos o mundo), isto é, considerando o nosso espaço vivido e a percepção que construímos desta vivência ao longo do tempo. Logo, estabeleceremos aqui um contato inicial com a cidade do Rio de Janeiro, um primeiro olhar sobre as amarras da vida cotidiana nesta metrópole.

apropriação que se manifestam no curso do processo de metropolização do espaço. Ao considerarmos a disputa social do (e pelo o) espaço público na geografia da vida cotidiana, uma série de mistificações que regem o senso comum será posta em xeque diante de um olhar geográfico dialeticamente crítico. Portanto, cabe aqui desvelar aquilo que se esconde por trás da aparência das coisas, lógicas, discursos e projetos existentes na cidade carioca, em direção aos reais sentidos e tensões do movimento de produção do espaço na atualidade.

Para realizar esta investigação, em um primeiro momento, abordamos os processos espaciais que caracterizam a passagem da era da urbanização para a era da metropolização do espaço, materializando inúmeras e profundas transformações na experiência da vida cotidiana nas cidades contemporâneas. Assim, a partir da abordagem conceitual sobre a cidade e o urbano, pretendemos traçar uma reflexão sobre o período de transição metropolitana, que implica em múltiplas transformações territoriais e redefinições das práticas sociais em larga escala. Neste caminho, o texto sinaliza as novas qualidades e elementos do cotidiano urbano-metropolitano que condicionam a negação do Outro e conformam uma rotina de (des)encontros na cidade contemporânea.

Ao nos aproximarmos da realidade específica do Rio de Janeiro (RJ) buscamos demonstrar como as contradições gerais deste período urbano-metropolitano se materializam nesta metrópole através dos movimentos de dominação e apropriação do espaço. Da mesma maneira, ao nos referirmos ao espaço público carioca, analisamos como se realiza a sua metamorfose a partir da imposição de símbolos, imaginários e simulacros globalmente difundidos que consolidam a atual crise de sociabilidade no mundo contemporâneo. Logo, sem perder de vista os nexos entre o universal e o singular, o que vem a seguir é um estudo sobre os elementos objetivos e subjetivos que compõem a problemática do espaço público na cidade do Rio de Janeiro e que fazem dela também uma problemática global.

3.1. Um olhar sobre a cidade e o urbano

Inicialmente, constatamos que para abordar a cidade e o urbano hoje, em sua complexidade atual, torna-se necessário investigar a história destes termos e indagar sobre as suas ontologias, isto é, sobre o sentido mais amplo de ambos os conceitos. Ao unirmos a perspectiva histórica à noção ontológica nos aproximamos

novamente das ideias de Lefebvre (2008), para quem a cidade sempre foi mais do que uma coisa – ou um simples “objeto espacial ocupando um sítio” – sendo antes de tudo uma criação humana, uma produção, ou melhor, uma “obra por excelência” (LEFEBVRE, 2008, p. 84). E o urbano, uma forma geral que se realiza desde os primórdios da sociedade, assumindo diversos conteúdos ao longo da civilização humana até transcender os limites físicos das cidades tal como a conhecemos, realizando-se em todo território onde se desenvolve a modernidade e a cotidianidade no mundo moderno.

De acordo com Hiernaux (2006), para compreendermos a essência da cidade e do próprio do feito urbano devemos superar as suas definições tradicionais, que uma vez ancoradas nos critérios da razão positivista, revelam-se centradas nos fatores materiais e objetivos do espaço. Desse jeito, o autor aponta que a maioria dos estudiosos sobre a cidade definiu-a pelo seu tamanho ou por sua quantidade de coisas, em termos mensuráveis, propuseram classificações baseadas principalmente em aspectos referentes à demografia, à economia e ao urbanismo. Nesses estudos, as cidades puderam ser classificadas e comparadas internacionalmente em função de informações como a concentração populacional, a densidade física das infraestruturas, a presença de atividades de setores econômicos específicos, bem como o modo de vida diferente do que se verificava nas zonas rurais (HIERNAUX, 2006).

Diante da ausência quase completa da dimensão subjetiva, esse conjunto de definições tradicionais se resume na pura e simples constatação do que está posto diante dos nossos olhos. Elas “permitem”, assim, isolar variáveis em leituras parciais da cidade, que se por um lado ajudaram em muito a estabelecer os parâmetros e graus do próprio desenvolvimento material capitalista, por outro lado, ignoraram temas fundamentais como a organização social (suas obras, contradições e tensões) e a formação dos imaginários nas cidades. Desta maneira, durante muitas décadas, toda dimensão referente aos conflitos sociais parece ter sido erradicada nas pesquisas empíricas e quantitativas sobre a dinâmica das cidades. Porém, Hiernaux (2006) salienta que “a complexidade das cidades supera o marco estreito de suas dimensões demográficas, morfológicas ou econômicas” e, na busca de um sentido maior, se pergunta “o que faz que uma cidade seja uma cidade?” (HIERNAUX, 2006, p.199). Afinal, qual é o seu sentido fundamental?

Segundo Lefebvre (2008), a cidade não deixa de ser um objeto físico-material produzido pela sociedade e que pode ser estudado sob diferentes técnicas e métodos (econômicos, políticos, demográficos etc.). Como tal, a cidade ocupa um território específico e sua dinâmica depende das relações sociais de produção, da divisão do trabalho, ou melhor, das demandas espaciais do modo de produção vigente. Entretanto, num sentido ontológico, a cidade é muito mais do que isso, e para Lefebvre se revela como “uma obra no sentido de uma obra de arte” (LEFEBVRE, 2008, p. 82). Nesse sentido, o autor afirma que o espaço da cidade não é apenas um produto causal, objetivo e certo do desenvolvimento capitalista hegemônico. Pois se o espaço é organizado e instituído formalmente, “ele também é modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas exigências, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia” (LEFEBVRE, 2008, p.82).

Sob estes termos, se há uma produção da cidade, esta é uma produção de seres humanos por seres humanos, em seus conflitos e contrastes, mas também em toda sua criatividade. Sendo assim, mais do que uma produção de meros objetos ou um simples produto material, a cidade seria uma obra que possui historicidade e múltiplas significações, isto é, a cidade como obra da história de um determinado conjunto de sujeitos sociais que realizam e transformam essa obra a cada período histórico. Logo, ao refletir sobre a especificidade da cidade, Lefebvre (2001) aponta que a cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição, seu funcionamento e seus elementos constituintes. Portanto, ela muda quando a sociedade muda como um todo.

Não obstante, se a cidade é uma obra, construída historicamente pelos diversos sujeitos sociais, em suas diferentes escalas de ação, Lefebvre (2008) acrescenta que a cidade é também uma mediação entre uma ordem próxima e uma ordem distante. Deste modo, o autor pontua que a produção da cidade não se reduz à organização das relações sociais imediatas dos lugares, circunscritas na esfera local, ressaltando que as suas metamorfoses também dizem respeito às determinações das relações que se organizam em outros níveis da sociedade. A cidade, portanto, situa-se “num meio termo”, no ponto de convergência entre a ordem próxima – aquela das relações dos indivíduos da ordem do lugar que, situados no âmbito local da cidade, se organizam em grupos mais ou menos amplos e estruturados – e a ordem distante, que remete à ordem da sociedade no seu conjunto, sendo regida numa escala global por grandes instituições e

poderosas corporações, seja por um código jurídico formalizado, por uma “cultura” e por conjuntos significantes (LEFEBVRE, 2001).

É importante notar que ambas as ordens, próxima e distante, não se excluem ou necessariamente contrapõem umas às outras. Visto que a ordem distante “não paira no ar”, apesar de referir-se à escala geral das ações e ideologias da sociedade, ela precisa se territorializar no local da cidade, ela se impõe na esfera próxima do lugar mediante tensões e conflitos, através de associações, integrações e disputas. Ao passo que a ordem próxima é constantemente persuadida e coagida pelos jogos de força globais, ela também incorpora e projeta elementos, comportamentos e representações concebidas numa ordem distante. Sendo assim, enquanto “uma mediação entre as mediações”, a cidade é também o local onde as contradições da sociedade se manifestam e realizam, isto é, o espaço de encontro de ordens e poderes distintos, onde a produção se materializa, não sem conflitos (LEFEBVRE, 2008).

Deste jeito, ao entendermos a “produção” num sentido amplo, tanto como produção de obras, quanto como produção de relações sociais, observamos que no curso da história humana houve uma incessante produção de cidades. Mas não apenas. Não foram somente as cidades, em sua materialidade, que emergiram deste movimento de produção. Para além da morfologia material (das coisas, objetos e obras) houve sempre uma morfologia social, um modo geral de reprodução das relações sociais, que concordamos em chamar de urbano. O urbano seria então uma “forma geral” referente à da reunião e à simultaneidade espaço-temporal da sociedade, uma “forma que se afirma de todos os lados no curso da história e quaisquer que sejam as peripécias dessa história” (LEFEBVRE, 1986, p.159).

Logo, desde o início da história das sociedades o urbano se confirma, assumindo os conteúdos mais diversos ao longo do tempo, mas é somente no século XX que ele se redimensiona e generaliza por todos os interstícios da sociedade humana. Nesse sentido, Lefebvre (1986) afirma que na modernidade o urbano “não designa a cidade e a vida na cidade”, acrescentando que, pelo contrário, “ele nasce com a explosão da cidade, com os problemas e a deterioração da vida urbana” (LEFEBVRE, 1986, p.159). Desta forma, a sociedade urbana nasce do “estilhaçamento da cidade tradicional” ocorrido no período industrial, pois o processo de industrialização não apenas provocou o crescimento desmesurado das

idades, ela também suscitou uma explosão dos antigos elementos e características que definiam a cidade.

Sendo assim, através da lógica dialética, Lefebvre (1986) sinaliza que a indústria surgiu na história da civilização efetivamente como a negação da cidade, pois se implantou devastando e explorando não apenas recursos naturais, mas “ela atacou as cidades no sentido mais forte do termo, destruindo-as, dissolvendo-as” (LEFEBVRE, 2008, p.83). O aperfeiçoamento da indústria culminou na mundialização da troca e do mundo da mercadoria, pois com a progressiva generalização do valor de troca, o valor de uso dos espaços se reduziu quase por completo, fazendo do solo urbano uma mercadoria indispensável para o movimento de acumulação capitalista. Deste modo, o espaço da vida cotidiana tornou-se mais um produto passível de ser vendido e comprado, e “tudo o que constituiu a vitalidade da cidade como obra desapareceu frente à generalização do produto” (LEFEBVRE, 1986, p.84).

No entanto, a realidade urbana não mingua ou deixa de existir, pelo contrário, ela também se generaliza, posto que a sociedade inteira se torna urbana. Lefebvre (2008) salienta que a industrialização acarreta a urbanização, mas que, num período relativamente curto da história, a urbanização assume um papel mais importante do que a sua causa inicial, isto é, a própria industrialização. Ou seja, a sociedade industrial engendra o processo de urbanização, mas a própria urbanização (consequência do processo de industrialização) ganha maior relevância no movimento de produção do espaço. Dessa maneira, Lefebvre (1986) sustenta a tese de que a problemática urbana desloca e transforma profundamente a problemática originada no período anterior, caracterizada pela indústria. Assim, enquanto a maioria dos pesquisadores reduz o processo de urbanização (e o próprio fenômeno urbano) como um efeito exterior e inferior, “quase acidental”, da industrialização, Lefebvre (1986) afirma o inverso:

O processo dialético é o seguinte: a cidade – sua negação pela industrialização – sua restituição em uma escala muito mais ampla que outrora, a da sociedade inteira. Esse processo não transcorre sem conflitos cada vez mais profundos. As relações de produção existentes se estenderam, se ampliaram; (...) De um lado, instituíram-se centros de decisão dotados de poderes ainda desconhecidos, pois eles concentram a riqueza, a potência repressiva, a informação. De outro lado, o estilhaçamento das

antigas cidades permitiu segregações multiformes; os elementos da sociedade são implacavelmente separados uns dos outros no espaço, acarretando uma dissolução das relações sociais, no sentido o mais amplo, que acompanha a concentração das relações imediatamente ligadas às relações de propriedade (LEFEBVRE, 2008, p. 84).

Na dialética deste movimento, o autor pontua uma ‘virada’ essencial para a compreensão da realidade, um “salto qualitativo”. No qual o crescimento quantitativo da produção econômica da fase industrial condicionou a produção de um fenômeno qualitativo mais amplo, que se caracteriza por uma problemática nova, a “problemática urbana” (LEFEBVRE, 2008). Sob este entendimento, Lefebvre (2008) acrescenta que “o conceito de urbano não designa, portanto, somente os centros, os núcleos históricos”, mas também refere-se às extensões (mesmo fragmentadas), às zonas pouco habitadas e distantes dos centros urbanos. Segundo o autor, o urbano “compreende tanto um pequeno burgo de casas agrupadas em torno de algumas pequenas e médias empresas, como as gigantescas aglomerações: México, São Paulo, Los Angeles” (LEFEBVRE, 1986, p.160).

Portanto, diante deste entendimento, estão postos alguns direcionamentos valiosos para a nossa construção teórica. Primeiramente, a cidade e o urbano são termos que caminham juntos, mas não se confundem: tanto a morfologia material da cidade quanto a morfologia social do urbano devem ser consideradas como componentes distintos da mesma realidade a ser investigada. Esta diferenciação e complementaridade entre ambos revela que a cidade não se resume à materialidade e que o urbano não é uma abstração filosófica. Na realidade, um se realiza através do outro. Todavia, referindo-se a uma realidade mais ampla e profunda do que a cidade, o espaço urbano se revela como produto-produtor das práticas espaciais em larga escala (LEFEBVRE, 2008).

Em segundo lugar, ao considerarmos que, ao longo do processo civilizatório, cada modo de organização social produziu o seu espaço, nota-se que cada forma de cidade e cada conteúdo do urbano se apresentam como materialização e significação de um momento histórico específico (FERREIRA, 2011). Logo, se a cidade e o urbano de hoje não são os mesmos de ontem e nem serão equivalentes aos de amanhã, se faz necessário reciclarmos constantemente nossas leituras sobre estes termos. Sob esta perspectiva, buscamos compreender qual o

significado das transformações em curso na cidade contemporânea e quais as novas determinações do urbano na atualidade.

Já não se trata de reafirmar a tese sobre a “planetarização do urbano”, pensada por Lefebvre (2001), visto que nos cinco continentes do globo terrestre a era urbana já é uma realidade evidente e sensível há tempos. Porém, na medida em que o urbano não apenas ganha vigor e complexidade, mas é metamorfoseado em suas múltiplas dimensões, devemos nos questionar de que espaço urbano nós estamos falando e se, de fato, as qualidades analíticas do urbano enquanto construção teórica ainda iluminam a compreensão do novo desenvolvimento desigual e combinado que está em curso nas cidades. Sob estes termos, Carlos (2007) adverte que “em cada momento da história, a cidade assume expressão e sentidos diferenciados”, e se questiona “como a metrópole pode expressar o movimento do mundo contemporâneo, apontando para o seu entendimento?” (CARLOS, 2007, p.63).

3.2. Transição metropolitana e as transformações da vida cotidiana

Nesse sentido, esta análise se desenvolve com base no entendimento de que, na atualidade do capitalismo global, vivemos num período de transição metropolitana, marcado por transformações radicais na dinâmica espacial das cidades e nas relações sociais que caracterizavam o espaço urbano do século passado (LENCIONI, 2017). Tal momento de transição, longe de ser algo meramente abstrato, se tornou possível graças à convergência de múltiplas determinações sociais que culminaram em uma verdadeira metamorfose na estrutura, forma e função das cidades mundiais. Neste contexto, a cidade contemporânea, em suas tendências territoriais de concentração (de capital e poder) e dispersão (de padrões morfológicos e comportamentais), se constitui como um produto da metropolização do espaço, processo este que transforma a tudo e a todos, se impondo como uma determinação dos novos tempos.

Segundo Lencioni (2017), o movimento de metropolização se constitui num marco espaço-temporal da atualidade, apresentando-se como uma referência geral para a análise da dinâmica socioespacial, em escala global, pois revela o conjunto de metamorfoses que condicionam e produzem o fundamento do momento presente. Em outras palavras, a dimensão teórico-conceitual da noção de

metropolização envolve um instrumental analítico potencial para o estudo da atual (re)produção do espaço, colocando em evidência os sujeitos sociais e as tensões entre suas práticas espaciais.

Logo, nossa abordagem visa superar a classificação objetiva do conceito de metropolização e dos parâmetros cartesianos que qualificam as metrópoles nas ciências positivistas, posto que a diagnose quantitativa, na maioria dos casos, não representa fielmente a situação cotidiana das pessoas que vivem na metrópole. Desse modo, pretendemos aqui valorizar as evidências subjetivas, a partir de um diagnóstico qualitativo do processo de metropolização, que vai além da interpretação absoluta da realidade ao revelar os nuances da práxis social.

Para isso, é importante frisar desde já que (tal como a cidade e o urbano) os conceitos de metrópole e metropolização não são sinônimos e resguardam notórias diferenças entre si, exigindo o esforço de diferenciação teórica (LENCIONI, 2017). Dessa maneira, ao considerar a historicidade destes termos, identificaremos que o conceito de metrópole sempre esteve relacionado ao de cidade, referindo-se à estrutura física e material deste constructo social. Enquanto a noção de metropolização expressa um processo que é relativo ao espaço em sua generalidade, e não apenas às cidades. Logo, tanto a metropolização (como um movimento continuado de transformação espacial), quanto a metrópole (em sua materialidade construída socialmente), são fenômenos particulares da sociedade moderna e pertinentes para a compreensão do real.

Mas então, o que vem a ser de fato a metropolização do espaço? Partindo desta indagação, Lencioni (2013) desenvolve uma abordagem esclarecedora sobre a temática tendo por base variadas proposições teóricas e conceituações diversas. Segundo a autora, a metropolização se constitui num processo de escala global que metamorfoseia o espaço em sua totalidade. Ao se manifestar na amplitude multidimensional da realidade – através de um conjunto de transformações sociais que atravessam todos os níveis da produção do espaço – tal movimento demarca mutações territoriais que se desenvolvem a partir da extensão e densificação de uma nova materialidade metropolitana, que por sua vez, não deixa de ser suporte e produto da intensificação e requalificação dos múltiplos fluxos de pessoas, mercadorias e informações no espaço (LENCIONI, 2017).

Tanto na perspectiva da morfologia material, referente à reprodução de um novo conjunto territorial de formas metropolitanas, quanto na dimensão subjetiva

dos ritmos e imagens desta territorialização, o processo de metropolização introduz um novo sentido para a produção do espaço (CARLOS, 2011). Um sentido orientado por uma ordem globalizada, que projeta e reproduz representações dominantes no âmbito da vida cotidiana. Este novo conjunto de normas, valores e parâmetros redefinem os modos de ser e agir dos variados grupos sociais nos diferentes locais de realização da vida. Trata-se da renovação das práticas sociais que, em larga escala, anunciam uma nova época do espaço, consagrando a metropolização como uma “novidade radical na história da civilização: uma mudança na modernidade” (FERRIER citado por LENCIONI, 2017, p.204).

Retomando Lencioni (2017), tal movimento se efetiva na emergência de características metropolitanas no mundo urbano, que transformam as estruturas, dinâmicas e formatos territoriais pré-existentes, independente desses espaços serem ou não metrópoles. Como vimos, se há quase meio século atrás Lefebvre (2001) escreveu sobre a urbanização completa da sociedade para designar o sistema global de urbanidades e virtualidades do espaço urbano, que transbordavam para além das cidades ao penetrar nos locais mais remotos e longínquos, agora estamos a falar da metropolização deste todo social. Como aponta Ferreira (2014), o processo de metropolização do espaço está para o momento atual, assim como a urbanização da sociedade estava para aquele momento.

Nesse sentido, podemos compreender a metropolização como um novo ciclo urbano, que emerge da dinâmica da economia global e produz outro tipo de cidade, que muitos hoje chamam de metrópole (LENCIONI, 2017). Mas a era metropolitana não se limita apenas a ela ou às unidades de regiões metropolitanas oficialmente legitimadas pelo governo. Na realidade, abrange a totalidade do espaço globalizado, constituindo assim uma determinação atualizada do urbano, com incorporação de conteúdos prévios e desenvolvimento de outros inteiramente novos (Ferreira et al., 2014). Assim, em sua magnitude contemporânea, a metropolização transforma e supera a espacialidade do momento anterior das cidades, pois se desenvolve a partir duma natureza distinta em relação ao processo de urbanização:

De segunda natureza, como posterior e diferente da primeira. Não falamos que a uma plantação de cana se constitui como segunda natureza, tanto quanto a cidade se constitui numa segunda natureza porque é obra dos homens? É nesse sentido, que estamos falando de metropolização, no sentido dela se colocar como uma

urbanização de segunda natureza, uma pós-urbanização (LENCIONI, 2014, p. 2).

Sob este aspecto, a metropolização, o metropolitano ou a metrópole apontam para uma espaço-temporalidade que não esgota o urbano, muito menos fazem dele uma herança do passado. Na realidade, a era metropolitana metamorfoseia o urbano, agregando à sua 'forma-geral' um conjunto renovado de elementos e tendências que não existiam anteriormente, mas que agora se tornam determinantes na configuração da morfologia social do urbano. Como aponta Lefebvre (1986), toda formação urbana conheceu uma ascensão, um apogeu e um declínio, restando apenas os fragmentos que, uma vez remodelados, servirão em outras formações seguintes. Referimo-nos, portanto, ao urbano renovado que se apresenta diante de nós de maneira avassaladoramente crítica e contraditória, sob a acentuação das desigualdades pré-existentes e a introdução de conflitos inteiramente novos na produção do espaço.

É importante notar que esta dinâmica se dá em compasso com o processo de globalização da sociedade e de mundialização das relações capitalistas. São muitas as obras científicas que abordam o trinômio relacional entre globalização, reestruturação produtiva e a formação da dinâmica metropolitana, no esforço de demonstrar que as mutações no modo de produção capitalista sinalizam mudanças mais amplas referentes ao modelo civilizatório que está em curso nas cidades contemporâneas. Harvey (2006) afirma que as condições históricas e materiais para a realização daquilo que muitos autores denominaram de "pós-fordismo" ou "acumulação flexível" se traduz numa ampla transformação espacial e técnica das atividades industriais, políticas e econômicas em todo o planeta.

Sob esta orientação, a dinâmica metropolitana só se tornou uma realidade espacial generalizada no momento em que se consolidou um meio técnico-científico-informacional capaz de possibilitar a fluidez de suas transformações em escala ampliada (SANTOS, 1996). Por isso, as revoluções da ciência, tecnologia e informação foram essenciais para a introdução de uma nova racionalidade do espaço produtivo e, conseqüentemente, para a transformação do padrão de acumulação capitalista. Bem como, marcaram a passagem do modelo societário industrial para uma "sociedade informacional" interconectada em redes complexas, que uma vez articuladas, redimensionam a área e o volume dos circuitos de

produção-circulação-consumo de mercadorias, serviços e bens imateriais (ideologias, imagens virtuais, modas, etc.) no espaço (CASTELLS, 2010).

Dessa maneira, a chamada Terceira Revolução Industrial rompeu as dinâmicas espaço-temporais dos antigos conjuntos industriais, na medida em que o desenvolvimento da automação e da eletrônica permitiu a reorganização da produção e da divisão do trabalho. A partir de um novo padrão tecnológico e organizacional, a dispersão geográfica do setor produtivo se torna possível diante da emergência de uma rede integrada de fluxos em escala global (BORJA e CASTELLS, 2004). Sobre essa nova dinâmica, Mongin (2010) sinaliza que a rede reflete a espacialidade do capital, pois se apresenta como expressão das relações de circulação do capital e como força produtiva para a acumulação de capitais, isto é, como um poderoso meio que integra simultaneamente mercados e capitais dentro de um sistema financeiro mundial. Como afirma Sassen (1993, p. 188): “A geografia e a composição da economia mundial transformaram-se de modo tal que produziu uma complexa dualidade: uma organização da atividade econômica espacialmente dispersa, mas ainda mundialmente integrada”.

Neste contexto, as transformações na forma, função e estrutura da Indústria redefiniram profundamente a dinâmica territorial e o significado das cidades. Pois como demonstra Diniz (2000), o movimento de disjunção espacial entre os centros de gestão e os complexos produtivos das empresas e corporações não resultou numa descentralização econômica, pelo contrário, viabilizou a atual concentração de capital e poder nas metrópoles. Que, por sua vez, passaram a se destacar como polos centrais de gerenciamento e regulação dentro de uma cadeia produtiva espacialmente dispersa em escala global. Nesse movimento, se redimensionam o tamanho e o papel das cidades mundiais que, diante do incessante espraiamento dos seus territórios, assumem uma escala regional e tendem a desempenhar a função de “nós” articuladores na atual fase da economia em redes (SOJA, 2015).

Ferreira (2011) demonstra como a reestruturação territorial das cidades do século XXI interage com o atual momento histórico do sistema capitalista, sinalizando que a atual proliferação de escritórios e prédios comerciais pela cidade traduz as transformações globais que estão em curso e anunciam uma nova lógica espacial. Em sintonia com o autor, Carlos (2005) afirma que o movimento de passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro traz como consequência a necessidade da produção de espaços capazes de recriar suas

condições de realização. Desse modo, são elaborados planos de reinserção econômica para as cidades, nos quais diversas delas têm seus territórios estrategicamente reestruturados em vista da atual dinâmica da economia global.

Neste quadro, em que uma gama de serviços altamente especializados e funções de gerência no nível máximo se localizam dentro das grandes cidades, estas se consolidam como “lugares-chave” para a expansão do capitalismo financeiro (CARLOS, 2005). O que nos leva a pensar numa nova imagem de cidade, agora pautada pela reprodução de representações concebidas pelos hegemônicos do espaço, que integram suas estratégias de controle territorial através de um novo modelo de planejamento e gestão urbanos, no qual os imperativos da produtividade e competitividade se tornam focos norteadores de gestores inspirados em racionalidades provenientes da administração de empresas. Como efeito, agora as “políticas públicas” assumem uma orientação privatista e se realizam através de sucessivas cadeias de subcontratação, que dão impulso à terceirização dos serviços e renovam as contradições entre os poderes públicos e privados (FERREIRA, 2011).

Nessa direção, ao considerar o espaço urbano brasileiro, Cayres et al. (2010) pontua que a perspectiva neoliberal se baseia em três princípios: a “reversão de proteção e direitos sociais”, a “desregulamentação do Estado” e “privatizações de empresas públicas”. Considerando esta trama, Vainer (2012) compreende que o planejamento territorial baseado no urbanismo clássico-moderno cede espaço ao planejamento neoliberal, no qual reina o pragmatismo político e a produtividade do espaço é a meta-final. Dessa forma, o autor expõe o atual cenário do *city-marketing* em que as elites locais das grandes cidades competem entre si para atrair capitais, tecnologia, indústrias, serviços e mão-de-obra qualificada. E no qual os governos se orientam por medidas empreendedoras ao invés de administrativas, através de “investimentos” materiais no espaço e na produção planejada do consenso social sobre o próprio modelo de desenvolvimento que reproduz (VAINER, 2012).

Desse modo, a “ordem distante”, agora dotada de poderes nunca antes vistos, se redimensiona em larga escala e reconfigura drasticamente a “ordem próxima” das cidades (LEFEBVRE, 2006). A ordem global se impõe nos diversos locais da era urbana-metropolitana, seja através de normas, modas, discursos, ideologias ou mesmo por meio da violência bruta e do poderio bélico, tornando-se cada vez mais visível ao se inscrever na ordem próxima, e através dessa ordem,

coagir a sociedade em seu conjunto. Sendo assim, reestruturando a ordem próxima, a ordem distante a contém e a mantém segundo a lógica espacial hegemônica, tornando-a uma verdadeira “encarnação” de seus projetos.

Como afirma Lefebvre (2008), esta ordem dominante e globalizada dominou o tempo e o espaço das cidades, apropriando-se de suas imagens e símbolos, esculpindo a ordem local e atribuindo a ela outros ritmos. E assim, se confirma a atual dinâmica de dominação territorial da cidade contemporânea, que se desvela não apenas num sentido objetivo do ordenamento materialmente circunscrito no espaço, mas também na garantia da ordem através da reprodução estratégica de um conjunto de normas, símbolos, valores e ideologias elementares à lógica de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Uma dominação material e simbólica, sustentada por representações políticas e econômicas poderosas, ancoradas na imagem e no discurso hegemônicos de cidade que, por sua vez, condicionam o processo de reprodução do próprio espaço da cidade.

Nesse sentido, o movimento de reprodução da cidade contemporânea se realiza a partir de processos, estratégias e formas que possibilitam a continuidade da reprodução do capital (CARLOS, 2017). Isto é, a partir da produção do espaço, os grupos sociais dominantes das metrópoles garantem a manutenção e a retroalimentação de uma lógica territorial capaz de reproduzir as condições necessárias para a própria reprodução do capital.¹⁸ Este movimento ressalta a evidente integração entre a esfera do político e do econômico na cidade contemporânea e aponta para a percepção da própria “cidade como negócio”, concebida a partir de um urbanismo de negócios que se reduz à relação negocial entre poderes privatistas (CARLOS, 2015).

Sob este diagnóstico, Ferreira (2014) se refere ao processo de “mercadificação” da cidade, ao constatar a condição fragmentada do espaço tornado mercadoria, que tal como as outras, deve ser valorizada, reproduzida, vendida, consumida e descartada (ou ainda reciclada, através dos movimentos de “revitalização” espacial). Neste mesmo sentido, diversos autores trabalham a ideia de “cidade-mercadoria”, sinalizando um modelo de cidade no qual a cidadania e a participação popular sucumbem frente às estratégias do Estado e da elite

¹⁸ Como afirma Carlos (2011): “A produção do espaço numa sociedade fundada sobre a troca determina, direta ou indiretamente, a acessibilidade aos lugares da vida por meio das leis do mercado, subsumido pela existência da propriedade privada da riqueza gerada no seio da sociedade em sua totalidade” (CARLOS, 2011, .59-60).

empresário-comercial ligado ao capital financeiro internacional (CARLOS, 2015). Interesses e estratégias que, uma vez integrados, orientam os indivíduos a se comportarem como meros consumidores do espaço concebido como valor de troca e não como cidadãos portadores de direitos de uso do espaço vivido (LEFEBVRE, 2006).

Assim, em meio a tantas metamorfoses espaciais, os movimentos da globalização revelam sua dimensão perversa ao intensificarem as contradições estruturais do desenvolvimento social capitalista (SANTOS, 2004). Pois como afirma Carlos (2005), “os processos de globalização não ocultam a fragmentação do espaço, fundamento da segregação da metrópole”, acrescentando que “ao lado da integração dos espaços no sistema mundial há desintegração e deterioração de outros espaços” (CARLOS, 2005, p.29). Mas para além do binômio ‘integração-desintegração’, compreendemos que tais processos globais se realizam através da homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço em várias dimensões (LEFEBVRE, 2006). O que significa dizer que o metropolitano se constitui como uma superação do urbano em muitos sentidos, porém não supera suas crises. Na realidade, se desenvolve justamente sobre o modo de crises, numa espiral dialética de contradições que se retroalimentam e desencadeiam sucessivos conflitos e desigualdades no espaço (LENCIONI, 2017).

O processo de metropolização, portanto, se revela por demais contraditório, pois homogeneiza certas dimensões do espaço ao reproduzir morfologias, estratégias, consensos e comportamentos padronizados, característicos da mundialização da sociedade metropolitana. Ao passo que também fragmenta outras dimensões – materiais e imateriais – configurando uma metrópole essencialmente segregada na esfera do acesso, da mobilidade, do consumo e dos usos diversos. Nesse processo, o espaço da cidade que se repete e reparte em fragmentos também se reorganiza com base em hierarquias, diante da atualização das geometrias assimétricas de poder que se dão entre os lugares, as pessoas e seus projetos. E assim, se consolida uma espacialidade contraditoriamente homogeneizada, fragmentada e hierarquizada para a reprodução das práticas sociais.

É neste compasso que a metrópole contemporânea se apresenta sob velhos e novos males, distante da sua condição de obra, tornando-se um produto em reprodução, uma mercadoria generalizada. Na cidade do Rio de Janeiro essa

dinâmica se verifica de forma acelerada, pois a reorientação das políticas do Estado em função das determinações econômicas do mercado imobiliário-financeiro culminou na elaboração de novas diretrizes governamentais, expressas sob uma lógica privatista do controle territorial. Sob esta perspectiva, em virtude da racionalidade estratégica e mercadológica dos grupos que planejam e ordenam o território, o processo de segregação social pautado na propriedade privada do solo urbano se consolidou como uma tendência geral na urbe.

Diante das transformações contemporâneas do município carioca, é possível perceber a acentuação de desigualdades sociais nas diversas parcelas do espaço fragmentado. Fragmentos de espaço, onde imperam práticas e representações espaciais concebidas hegemonicamente, ecos de um pretenso 'modelo global de cidade'. Um modelo banal, que limita os usos do espaço urbano e reduz o habitar a um conjunto de hábitos rotineiros, consumistas e repetitivos, evidenciando comportamentos programados, controlados e vigiados pelos grupos sociais dominantes da metrópole. Trata-se de novas determinações sociais que se reproduzem sob as condições desiguais do espaço urbano-metropolitano.

Na esfera da vida cotidiana, a agravante instabilidade das condições de vida faz parecer que não há nada de permanente na cidade carioca, a não ser a mudança. Todos seus elementos se encontram em redesenho constante: paisagens e dinâmicas que no passado jurávamos ser duradouras (ou até imutáveis) dão lugar a novos contornos e práticas progressivamente mais efêmeras do que antes. Porém, se o pulsar desta metrópole funda seu ritmo sob o império da transitoriedade, devemos reconhecer que estas transições também se ancoram em determinadas continuidades. O novo não engoliu por completo o que lhe precedia, pelo oposto, em certos aspectos intensificou fluxos e tendências pré-existentes no espaço urbano, que ao invés de sucumbirem com a reestruturação da cidade do Rio de Janeiro, são hoje reproduzidos a partir de novas significações e contextos.

Desse modo, o cidadão ordinário vive sua vida sob um conjunto renovado de representações espaciais, no qual as próprias práticas sociais se requalificam sob novas determinações, enquanto outros sentidos de espaço se ofuscam e dissolvem de maneira acelerada. Na metrópole carioca, torna-se notável a banalização da privação social sob um contexto de contenção e segregação territorial. Multiplicam-se as barreiras físicas na cidade, demarcando a proliferação de espaços fechados, nos quais a vida social – tragicamente – se desenrola entre muros, grades e

cancelas. Nesse movimento, muitos lugares antes abertos da cidade do Rio de Janeiro agora se homogeneizam e fragmentam a partir de morfologias ostensivas e panópticas. Movimento que se verifica, com diferentes medidas, em todos os bairros do município, diante do fechamento dos espaços públicos de encontro e circulação cotidiana através de grades e cancelas (ver Figuras 1 e 2).



Figura 1 - Rua Leôncio Corrêa, um dos quatro logradouros públicos que dão acesso ao "condomínio" Jardim Pernambuco, no Leblon (RJ), considerado o endereço mais nobre e caro do município. A rua é pública, mas é privatizada pelos moradores do local (que chamam o lugar de condomínio) e a entrada de pedestres e carros "estrangeiros" (como se referem a não moradores) é controlada 24 horas por equipes de segurança privada. A estrutura de controle condomínio chama atenção, são dezenas de vigilantes que fiscalizam, monitoram e controlam o acesso ao local. Além disso, estas ruas também contam com equipes privadas de limpeza, jardinagem e manutenção. (Fonte da imagem: Jornal O Globo)



Figura 2 – Rua Alecrim, logradouro público localizado em Vila Kosmos (RJ). Esta rua, assim como outras do bairro, é interceptada com cancelas, placas de aviso e pinos de contenção nas calçadas. Em 2017, após sucessivos casos de violência e os frequentes assaltos na área, um grupo de moradores do bairro solicitou autorização da prefeitura para organizar um esquema de segurança com recursos próprios e receberam o aval. Hoje, uma equipe de vigias é responsável pelo controle do

acesso às ruas de grande parcela do bairro, que, segundo os moradores, deixou de ser 'rota de fuga' de bandidos. (Fonte da Imagem: Jornal Extra)

Uma arquitetura do medo que engole quem não é para estar ali, oriunda dos espaços privados, mas que se estende para além dos seus limites e se reproduz nas praças, parques e logradouros públicos próximos aos condomínios residenciais e shopping centers (SPOSITO, 2013). Como aponta Haesbaert (2014), muitos deles já contam com a instalação de complexos aparatos de contenção territorial, que vão desde grades e sistemas de câmeras de vigilância (conectadas 24 horas por dia com centrais de comando públicas ou privadas) até cabines de patrulha com seguranças armados.

Contudo, nem sempre estes aparatos são eficazes ao ponto de conter os casos de violência social ou apaziguar o clima de insegurança que permeia a vida cotidiana destes espaços (ver Figuras 3 e 4). Os mecanismos de contenção territorial se multiplicam justamente em função da ausência de encontros coletivos e da profunda hierarquização que se estabelece entre os sujeitos sociais que neles se inserem.



Figura 3 – A Praça Professor José Bernardino, também conhecida como Praça do Pomar, na Barra da Tijuca (RJ), é completamente cercada por grades, com quatro portões que tem horário fixo para abrir e fechar. Além disso, conta um posto de patrulha da Guarda Municipal no seu interior. No entanto, nem por isso este é um local calmo e tranquilo. No ano de 2014, após uma onda de roubos e assaltos na região, moradores do bairro colocaram esta faixa do lado de fora da praça voltada para a rua. Outra faixa estendida na mesma época, dizia ainda: “A Barra da Tijuca pede socorro contra a violência!”. (Fonte da imagem: Jornal O Globo)

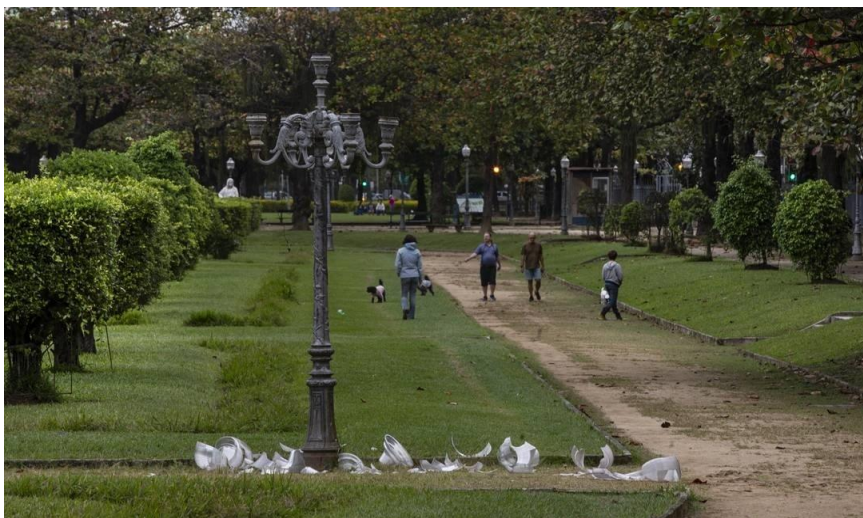


Figura 4 – A Praça Paris, na Glória (RJ), também é cercada por grades e conta com policiamento da Guarda Municipal durante o dia. É uma praça tradicionalmente frequentada por cidadãos que praticam atividades físicas ou passeiam com seus cachorros de estimação. Porém, também são recorrentes os casos de violência e vandalismo que acontecem ali. A imagem retrata um poste de luz e seus lustres estilhaçados no chão, a foto foi registrada menos de 24 horas após a prefeitura ter feito um mutirão de limpeza e reparos na infraestrutura do local. (Fonte da imagem: Jornal O Globo)

Tais equipamentos de segurança privada não ofuscam as tensões espaciais da metrópole, pelo contrário, acentuam o sentimento de estranhamento que aflora nas suas ruas e praças. Nesse sentido, estas ‘morfologias do medo’ também retratam o drama cotidiano dos grupos sociais que se fecham em seus núcleos, que negam as diferenças sociais no espaço e, assim, abdicam de construir a cidade como uma obra coletiva. Por isso, os muros, grades e outras barreiras que limitam as possibilidades de acesso e uso dos lugares não apenas transformam a paisagem da cidade, mas marcam a passagem da consciência do ser-genérico para o ser-particular. E neste cenário de espaços cercados e homogêneos – marcados por sucessivos esforços de igualização do ‘não-igual’ – forjam-se “simulacros de comunidade”, isto é, simulações falsas e distorcidas do que seria um laço comunitário (BAUMAN, 2009).

Segundo Bauman (2009), enquanto grande parte dos laços comunitários genuínos (imbuídos de alteridade) se fragmentam diante da erosão dos encontros coletivos nos espaços abertos da cidade, outros laços, que se pretendem comunitários, se fortalecem sob a base do medo e da desconfiança. São cidadãos que se rendem facilmente à imediatividade e ao economicismo da vida cotidiana (ao reino da cotidianidade), pois travam somente o devido contato necessário com o Outro. Isto quando as ocasiões exigem, quando não, se resguardam aos seus

semelhantes. Já não buscam mais se encantar com a diferença ou se indignar com a desigualdade na cidade, mas tratam de controlar as “ameaças” que as diferenças e desigualdades podem acarretar para “seus próprios” territórios.

Ao se fecharem às diferenças, tais grupos se limitam aos contatos superficiais e programados que se dão nos contextos de controle (da propriedade privada) e consumo (de troca monetária) do dia-a-dia. Diante deste quadro, muitas das representações espaciais do cotidiano carioca não emanam mais da troca social que se constrói nas ruas e praças, mas de um projeto econômico que se difunde globalmente e se impõe de “cima para baixo”. Agora, é o espaço-tempo do capital financeiro mundial que dita o ritmo de muitos dos sonhos, vontades, paixões, hábitos e costumes dos cidadãos ordinários no Rio de Janeiro.

Assim, a crise da vida cotidiana da metrópole carioca é marcada pelo caráter profundamente alienante do espaço forjado por determinações capital financeiro: a produtividade acima do bem-estar, o valor de troca acima do valor de uso, o individualismo acima da cooperação, o privado acima do público. Bem como, pelas imposições do Estado capitalista: com a sobreposição do formal ao espontâneo, das normas às tradições, da funcionalidade à genuinidade. Sob esta lógica, todos os usos e apropriações do espaço que se desenvolvem em sentidos “avessos” em relação à racionalidade da gestão territorial hegemônica são desqualificados, vigiados e anulados. Ao passo que, de forma estratégica, estas mesmas maneiras diversas de usar e se apropriar do espaço nos são ‘reapresentadas’ (pelo discurso da ordem espacial dominante) sob as ideias do “marginal”, do “informal” ou do “subversivo” na cidade.

Tais representações do espaço, forjadas estrategicamente pelos atores hegemônicos da cidade (que compõem o Estado e a elite financeira-empresarial), condicionam uma série de comportamentos e imaginários sociais pautados pela lógica privatista e individualista do sistema capitalista global. Em seu conjunto, elas estimulam a reprodução de certos valores, símbolos e gestos que nos apontam um horizonte segregado para a realização das práticas espaciais, pois orientam-se em direção à negação das diferenças no espaço. Desse modo, são representações espaciais que contribuem para mistificar as intenções dos sujeitos sociais e bloquear os caminhos da organização política coletiva na cidade do Rio de Janeiro. Representações que, uma vez presentes, reforçam a ausência do Outro. E, assim,

ao eliminar a alteridade, eliminam também as possibilidades de surpresa, do inesperado, da festa, enfim, toda a poética do cotidiano.

Desse modo, as metamorfoses espaciais que estão em curso se realizam recriando as condições materiais e subjetivas da troca social, revelando encontros e desencontros progressivamente mediados pelo paradigma da propriedade privada. Nesses termos, a qualidade da troca social na cidade do Rio de Janeiro é alterada e se apresenta por demais reduzida em sua amplitude potencial, pois se circunscreve a hábitos consumistas, individualistas e privatistas, materializados em encontros episódicos, previsíveis e fragmentários. Espaços que no passado eram marcados pela justaposição de usos diversos, isto é, por distintas maneiras de fazer e pensar o próprio espaço, se revelam progressivamente descaracterizados pelo ordenamento estratégico do Estado e inseridos na lógica da propriedade privada. Como aponta Vaneigem (2002):

Não há ninguém que numa certa hora do dia, não seja interpelado por um anúncio, uma informação, um estereótipo, e intimado a tomar partido a respeito de minúcias pré-fabricadas que cuidadosamente obstruem todas as fontes de criatividade cotidiana (VANEIGEM, 2002, p.38).

Sob esta perspectiva, em função do ordenamento estratégico do Estado e dos estímulos e representações da ordem econômica vigente, a vida cotidiana na metrópole carioca se homogeneíza, fragmenta e hierarquiza de múltiplas maneiras. Nesse sentido, estamos falando da homogeneização-fragmentação-hierarquização não apenas da cidade, enquanto base material das ações sócio-políticas, mas do próprio cidadão e suas referências espaço-temporais. De acordo com Bauman (1995), emergem novas formas de coexistência entre as pessoas da metrópole, marcadas pela indiferença total na multidão e pela preocupação crescente com interesses particulares. Sinalizando, portanto, novas condições de sociabilidade que são reproduzidas na totalidade do espaço urbano-metropolitano, em detrimento de outras que se esvaem e se tornam obsoletas.

Neste modelo de convivência, apesar de próximos uns dos outros, os indivíduos não estão necessariamente unidos e misturados entre si. Pelo contrário, a criação de contextos de relações mais íntimos, criativos e duradouros torna-se desafiadora frente ao padrão normativo das relações pautadas pela troca mercadológica. Logo, apesar da proximidade física, no Rio de Janeiro os cidadãos mantêm uma enorme distância social, de afetos entre si, consolidando tensões e

contradições que se manifestam a partir de uma série de transtornos na realidade cotidiana. Nesse sentido, a problemática cotidiana da metrópole carioca nos remete a questões espaciais objetivas, como as desigualdades de acesso e de mobilidade, e subjetivas, considerando também as relações de (des)pertencimento das pessoas com os lugares da cidade.

Ao analisar este panorama, percebemos que a atual reprodução do espaço urbano-metropolitano se realiza mediante a intensificação da contradição entre o seu valor de uso e o seu valor de troca. A multiplicação de espaços fechados na metrópole e o caráter segregado das trocas sociais que nela se realizam nos sinalizam a prevalência da troca sobre o uso, a sobreposição da apropriação privada sobre a apropriação coletiva (ou comunitária). Logo, muitos (des)encontros cotidianos da cidade do Rio de Janeiro se configuram sob esta dinâmica de convívio desigual e fragmentada, repleta de individualismo. Nesta era da indiferença e da contenção do Outro, o sentido da cidade se reduz através da derrocada dos seus espaços coletivos de encontro (PECHMAN, 2014).

Portanto, a fragmentação espacial se realiza recriando as condições materiais e subjetivas da troca social nas metrópoles contemporâneas, ilustrando um horizonte segregado para encontros e desencontros progressivamente mediados pela propriedade privada e pelo consumo (CARLOS, 2011). No plano do cotidiano, a sociedade carioca se homogeneíza e fragmenta diante de geometrias de poder mais assimétricas do que outrora, atualizando suas condições de sociabilidade sob os imperativos do mundo da mercadoria. Ademais, reforçamos que as consequências espaciais oriundas dos processos abordados acima não se limitam às desventuras do Rio de Janeiro, pois dizem respeito às determinações sociais que são reproduzidas na totalidade dos espaços que estão em processo de metropolização, em detrimento de outras que se esvaem e se tornam obsoletas.

3.3. O espaço público carioca em metamorfose

Inserido no processo de globalização, o atual movimento de metropolização do espaço da cidade do Rio de Janeiro sinaliza um momento histórico específico de seu desenvolvimento urbano, marcado por profundas transformações nas formas e conteúdos do território carioca. Como observado em outras metrópoles do mundo, tais mudanças vão além da morfologia da paisagem e nos apontam novos sentidos para a reprodução das relações sociais, expressando

uma verdadeira metamorfose espacial (LENCIONI, 2017). Sob essa condição metropolitana, a espacialidade das práticas sociais se redefine a partir de outros ritmos e maneiras de trabalhar, circular, acessar, consumir, investir, morar, se proteger e festejar nas grandes cidades. Atualizando também o *modus operandi* de uso e ocupação do espaço público, agora orientado sob um novo jogo desigual de poderes, caracterizado por múltiplas tensões entre estratégias de dominação e táticas de apropriação do espaço.

Sob esta orientação, uma série de restrições se impõe à realização plena da vida social, de modo que, a todo o momento, o público e o privado se contrapõem e condicionam de forma simultânea no cotidiano carioca. Nesta cidade, as estratégias políticas da Prefeitura se articulam às estratégias econômicas das grandes empresas, erguendo variados entraves para a participação efetiva dos cidadãos ordinários na gestão do espaço em que vivem. Assim, estrategicamente integrados, os grupos sociais hegemônicos da metrópole – o Estado, em suas diferentes instâncias governamentais (principalmente a esfera municipal) e a elite empresário-comercial local conectada à reprodução do capital financeiro internacional – impõem uma série de regulamentos, normas e projetos que limitam muitos dos usos e apropriações possíveis do espaço público, tornando-o um território de controle privativo em vários sentidos.

Sob esta ótica, neste modelo gerencial de cidade dos negócios, o movimento de expansão da propriedade privada – ancorada nos processos de privação social e contenção territorial dos cidadãos – limita a apropriação espontânea e coletiva dos espaços públicos. Tal como uma tendência geral na cidade, o espaço privatizado ganha protagonismo e se reproduz na medida em que os espaços abertos, de encontro e comunhão, se constituem como raridade, assumindo um novo significado sob o ordenamento do Estado. Nesse sentido, Chaui (1994) salienta que “do ponto de vista dos direitos sociais, há um encolhimento do espaço público”, mas na perspectiva dos interesses econômicos, um “alargamento do espaço privado, tornando a sociedade presa fácil do neoliberalismo e por ele fascinada” (CHAUI, 1994, p. 75).

Diante desta relação crítica, percebemos que a gestão corporativa do território do Rio de Janeiro se realiza mediante um amplo domínio privativo sobre os espaços públicos da cidade. Juntos, os grupos dominantes são capazes de conduzir os rumos das atividades sociais nestes espaços, reorientando os modos de usar,

ocupar e se apropriar dos lugares da metrópole. Nesse sentido, enfatizamos aqui que são justamente as racionalidades e representações engendradas por estes atores hegemônicos que, ao penetrar no imaginário carioca e nas relações cotidianas da cidade, condicionam o processo de privatização do espaço público na atualidade, em suas diferentes escalas.

Segundo Vainer (2012), este condicionamento se verifica na criação de circunstâncias múltiplas, que vão desde o reordenamento dos lugares de convívio, através da renovação das normas e regulamentos que orientam os tipos de uso e ocupação do solo, até o estabelecimento de conformismos sociais, diante da popularização forjada de um imaginário “oficial” sobre a cidade, pontuando aquilo que deve ou não ser positivo para ela. No Rio de Janeiro, tal reconfiguração tem como referência a racionalidade absoluta do Planejamento Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ), que se revela instrumental aos discursos e práticas governamentais, planificando a recomposição territorial da urbe em nome da produtividade econômica.

Neste projeto, o espaço público – dos parques, praças, praias, ruas e calçadas – recebe novas diretrizes, pois em seu fundamento não se revela produtivo, ou seja, não estimula a competitividade capitalista necessária para o “crescimento econômico” da cidade. E por isso, deve ser reestruturado e ressignificado de forma a garantir a valorização do solo urbano e a reprodução ampliada do capital financeiro-imobiliário. Sob esta orientação, diversos espaços públicos da cidade carioca têm sido contemplados por projetos de “revitalização” do governo que, em parceria com grandes empresas privadas, operam “cirurgicamente” tais espaços, reformando-os no intuito de gerar rentabilidade financeira a partir dos mesmos. Segundo Ferreira (2007), “uma série de transformações são impostas à cidade, submetendo-a a uma funcionalização que sirva à reprodução do capital” (FERREIRA, 2007). Não obstante, o autor acrescenta que:

Nesse sentido, o cidadão encontra-se cada vez mais vivenciando um espaço de dominação. Dominação que, em geral, acaba não sendo percebida enquanto tal, passando a ser vista como algo natural. Esse obscurecimento é que dá sustentação ao não questionamento da propriedade privada; aliás a produção capitalista não pode permitir a destruição da instituição da propriedade privada, pois sua própria existência está fundamentada na propriedade privada dos meios de produção (FERREIRA, 2007).

Logo, o paradigma da propriedade subverte a lógica da “gestão pública”, invadindo e redimensionando o significado dos espaços públicos, isto é, transformando profundamente sua forma e seu conteúdo. Neste compasso, as geometrias de poder no espaço metropolitano se atualizam sob assimetrias mais profundas que outrora: muitos espaços públicos que antes eram apropriados de forma múltipla e simultânea por diferentes sujeitos sociais, agora acumulam restrições físicas e simbólicas a tudo aquilo que desvie da ordem político-econômica vigente.

Sendo assim, a racionalidade estratégica e mercadológica daqueles que dominam o território carioca não apenas acelerou o processo de redução do espaço público (em termos de área física), mas também metamorfoseou este espaço por completo. Nesse sentido, hoje os espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro assumem morfologias e representações que até então eram próprias dos espaços privados: muros, grades, cancelas, câmeras de vigilância, seguranças armados, horários para abrir e fechar etc (ver Figuras 5 e 6). Nos variados momentos da vida cotidiana, estes espaços controlados e vigiados se tornam “hostis” à construção de vínculos, afetos e pertencimentos. Na maior parte do tempo estão vazios ou dão suporte para encontros efêmeros e corriqueiros, e já não se constituem mais como referências vitais da memória coletiva dos cidadãos.



Figura 5 - O Parque Madureira, situado entre os bairros de Madureira e Guadalupe (na Zona Norte do Rio de Janeiro), foi inaugurado no ano de 2012, ampliado em 2015 e hoje é o terceiro maior parque do município. Com variados equipamentos de esporte e lazer, também conta com a realização de projetos sociais e eventos culturais gratuitos promovidos pela prefeitura. Entretanto, o parque não apenas é inteiramente cercado por grades, como também possui suas próprias regras de acesso: os portões são vigiados pela Guarda Municipal e só ficam abertos de terça à domingo (de 5:00 às 22:00). Ademais, apesar da programação de atividades organizadas pela administração pública atrair a população, muitos cidadãos que usam e ocupam o local encontram desafios em desenvolver seus

próprios eventos e projetos (rodas de rima, campeonatos de *skateboard*, saraus de poesia etc.).
(Fonte da imagem: Jornal O Globo)



Figura 6 – A Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema (RJ), recebeu um projeto de ‘revitalização’ durante as operações de construção do metrô na Zona Sul do Rio de Janeiro. A concessionária Linha 4 do Metrô foi responsável pela transformação da praça, que ficou quase quatro anos fechada para as obras de renovação e só reabriu no ano de 2016. Hoje, completamente cercada e com um projeto paisagístico novo, a praça continua com um fluxo intenso de pessoas nas calçadas que a rodeiam (principalmente nos dias de feira livre). Porém, dentro das suas grades, ela é pouco ocupada e durante a maior parte da semana permanece vazia. Seus portões ficam abertos de 6:00 às 22:00. (Fonte: Jornal O Globo)

No entanto, é fundamental notar que, se por um lado o espaço público se torna residual, por outro ele ganha centralidade para determinados grupos sociais. Isto é, o espaço público torna-se, mais do que nunca, central para a dominação das estratégias do Estado e para a reprodução das relações capitalistas, como já sinalizamos. Mas também se torna central, e sobretudo agora (no momento presente), para os sujeitos e grupos sociais que lutam por justiça espacial na cidade do Rio de Janeiro. Isto é, que apesar das limitações impostas pelo controle territorial dos atores dominantes (ou, justamente, por causa delas), se organizam e movimentam a luta pelo direito de usar e se apropriar da cidade de forma mais libertária e menos desigual. Grupos formados por cidadãos que – em alguma medida inconformados com o projeto hegemônico de cidade, ou mesmo, inquietos com o cotidiano programado destes tempos – elaboram táticas coletivas e desempenham práticas espaciais que disputam o sentido do espaço público através de meios variados.

É diante desta problemática da metrópole contemporânea que a nossa análise busca compreender as metamorfoses do espaço público na cidade do Rio de Janeiro. Referimo-nos, portanto, às novas condições desiguais de sociabilidade

nos espaços públicos da metrópole carioca. Neste contexto, cabe investigar como as práticas espaciais se realizam cotidianamente como formas de apropriação (uso e ocupação) e dominação (regulação, ordenamento e controle privado) do espaço público. Desta maneira, sinalizamos que o espaço público da metrópole carioca reúne uma multiplicidade de usos e ocupações em consonância ou dissonância com as normas e estratégias do Estado.

É no espaço público que os sujeitos sociais confrontam seus projetos de vida, seus desejos para a cidade e suas visões de mundo. Ao pensarmos nas variadas maneiras em que a sociedade se apropria do espaço público (de forma objetiva e subjetiva), é possível discernir e distinguir as maneiras que se realizam *através da* ordem espacial hegemônica, daquelas que persistem *apesar da* ordem espacial hegemônica e, ainda, de outras que se orientam *contra a* ordem espacial hegemônica (CARLOS, 2011). Desse jeito, diferentes modos de apropriação do espaço público coexistem de forma conflituosa no espaço público carioca, se justapondo, sobrepondo e contrapondo nos distintos momentos e conjunturas do cotidiano.

Em outros termos, o espaço público se desvela na interação conflituosa entre os diversos modos de conceber e viver o espaço, que, por sua vez, possuem pesos e sentidos diferentes no jogo de poderes que se estabelece entre os sujeitos sociais produtores deste espaço. No entanto, ao notarmos as desigualdades e assimetrias desta disputa de poderes que gira em torno do espaço público, é importante cultivar algum rigor teórico a fim de evitar confusões e determinismos em nossa análise. Em vista disso, entendemos que o par dialético apropriação-dominação do espaço nos ajuda a esclarecer esta trama, tornando-se um “filtro” analítico valioso para o diferenciar e reconhecer as práticas espaciais na metrópole contemporânea (LEFEBVRE, 2006).

Sob esta visão, na tensão entre espaços de representação e representações de espaço, as práticas espaciais se realizam dialeticamente na dinâmica entre apropriação e dominação espacial, ambos os movimentos carregando suas representações e relações de poder entre si (LEFEBVRE, 2006). Sob esta perspectiva, a apropriação do espaço está ligada aos usos que se realizam no âmbito do vivido, evidenciando – em maior ou menor grau – o valor de uso do espaço. Enquanto a noção de dominação se refere às condições de posse e propriedade, pois se expressa no controle privativo sobre o espaço.

Logo, as apropriações do espaço público podem assumir diferentes sentidos e orientações, com temporalidades (durações, ritmos e intervalos) e territorialidades (identidades, referências e representações espaciais) múltiplas. No entanto, a construção social de uma conjuntura de dominação do espaço está baseada em uma racionalidade única do espaço-tempo, que totaliza e desvirtua os usos frente as referências abstratas e funcionais sob as quais ela se expressa, como pontua Lefebvre (1986):

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos grupos que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo (Lefebvre, 1986, p. 411-412).

Deste modo, o espaço público revela a qualidade contraditória das atuais práticas espaciais que nele se realizam como formas de dominação e apropriação, sintetizando as tensões e desigualdades entre os diferentes sujeitos sociais e seus projetos de vida na metrópole carioca. Sob esta perspectiva, nos diferentes momentos do cotidiano, o espaço público expressa as atuais determinações de troca social em sua objetividade-subjetividade, como espaço-tempo da prática social (CARLOS, 2011). Entretanto, para compreendermos a dialética desta relação é necessário tecer alguns breves esclarecimentos em relação ao conceito de espaço público, considerando que este termo assume semânticas diversas dependendo do ponto de vista teórico e da fase histórica da cidade a que nos referimos.

Considerando suas dimensões constitutivas, Serpa (2011) nos indica que o espaço público se consolida sobre dois pilares fundamentais: a alteridade e a acessibilidade. Na dimensão da alteridade, as trocas do espaço público envolvem por excelência o Outro da relação e, conseqüentemente, a gestação de identidades individuais e coletivas a partir desta relação entre “mundos” diversos. Sob a perspectiva da acessibilidade, é o espaço inclusivo, do ‘convite à ação’, literalmente aberto às diversas possibilidades de uso e ocupação por grupos sociais heterogêneos. Sob este entendimento, o espaço público seria aquele ‘livre’ para entrar e sair, isto é, de acesso irrestrito para todos os cidadãos em suas diferenças culturais, de renda e aparência.

Sendo assim, o espaço público se realiza num tipo de troca social de conteúdo simbólico e material essencialmente distinto daquela que dá conteúdo ao espaço privado (LAVALLE, 2005). Contrapõe-se ao nível privado também na dimensão físico-material do espaço que, diferentemente daquele, não precisa estar fechado para resguardar os limites territoriais da privacidade. Mas principalmente porque o espaço público, em sua forma e conteúdo, se constitui no sentido inverso da propriedade privada, pois ao contrário desta, ele remete à ideia de pertencimento e não à de posse. Sobre estes termos, ao conceituarmos o espaço público, Lavalle (2005) sugere a consideração de três dimensões do ‘público’ correlacionadas com seus negativos do ‘mundo privado’: o “público versus a privacidade, intimidade ou sociabilidade primária”; o “público versus a propriedade ou interesse particular”; e o “público versus o não difundido, de conhecimento particular ou restrito” (LAVALLE, 2005, p. 16).

Sob esta perspectiva, nossa interpretação de espaço público não se limita àquela dos equipamentos coletivos ou bens públicos em sua materialidade objetiva, para além deste reducionismo, definiremos o espaço público pelo conteúdo de suas relações sociais e não pela formalidade instituída. Assumindo que o sentido deste espaço se revela através da apropriação material e simbólica realizada – nas tramas do cotidiano – pelos diferentes sujeitos da metrópole (CARLOS, 2011). Neste sentido, Carlos (2011) explica que o conceito de espaço público está ligado a uma práxis determinada, ela própria invadida por conteúdos materiais e simbólicos. E nos lembra de que “nem todos os espaços de usos públicos podem ser construídos a priori nas cidades” e, por isso, não deveríamos nos pautar pelo discurso legitimador do Estado ao reconhecer espaços públicos (CARLOS, 2011, p.133).

Concordamos com Carlos (2011) que, evidentemente, não será uma placa advertindo “este espaço é público” que fará dele um espaço sociável, acessível e heterogêneo. Como vimos, o espaço público da cidade se cumpre numa materialidade, como um suporte para a realização da vida na cidade, de reunião entre as diferentes pessoas, estando aberto aos encontros. Mas também se constrói num enredo de representações e imaginários, que lhe conferem um caráter simbólico, como espaço da intersubjetividade que relaciona os diversos sujeitos sociais, em toda sua alteridade, nos diferentes momentos do cotidiano. No entanto, tendemos a discordar das visões demasiadamente essencialistas sobre o espaço

público, que se alimentam de teorias sobre como ele já foi (num passado muito remoto) ou sobre como ele deveria ser (num futuro abstrato). Nos interessa compreender, sobretudo, como ele é. E como ele se apresenta no momento presente da metrópole.

Desse modo, para apreendermos o sentido amplo e real do espaço público na atualidade do capitalismo contemporâneo, não podemos – de forma alguma – ignorar a presença do Estado capitalista neste espaço. Na realidade cotidiana, se as apropriações do espaço lhe conferem qualidades e sentidos, a dominação também o faz, o tempo todo e com toda a sua força. Logo, se o espaço público é apropriado e dominado, esta tensão revela a própria ambiguidade da sua natureza e lhe confere uma semântica mais profunda. Assim, sob uma perspectiva dialética e crítica, o espaço público pode ser compreendido, ao mesmo tempo, como produto e produtor das distintas práticas de apropriação-dominação social que, em suas variadas escalas e sentidos, instauram um espaço de uso-controle coletivo. Sob esta ótica, seria da contradição entre a apropriação e a dominação que nasce o sentido concreto dos espaços públicos na contemporaneidade.

Nesse sentido, podemos perceber que a interpretação do espaço público enquanto um espaço acessível e aberto ao encontro com a diferença, que reúne os variados usos sociais, é posta em cheque ao analisarmos o tradicional papel do Estado capitalista no espaço (TREVISAN, 2009). Desde a sua criação moderna, o Estado esteve a regular e controlar o espaço público das cidades de alguma certa forma – na tentativa de impor a “ordem pública” – sempre congruente, em maior ou menor grau, com as necessidades reprodutivas do capital hegemônico. Desta maneira, o ordenamento do Estado se realiza mediante uma noção “oficial” de espaço público baseada numa estrutura de controle político-territorial, em que este espaço é dito e entendido como propriedade do poder público, um domínio do Estado, que por este deve ser regulado e ordenado.

Interessante perceber que este tipo de “propriedade institucional”, apesar de revelar uma dominação funcional e normativa do espaço público associada às lógicas econômicas vigentes em cada fase do capitalismo, não se confunde com um domínio privado, pois teoricamente está inserida dentro dos princípios fundantes de um ‘pacto social’ e, por isso, envolve uma relação de representatividade social. No entanto, o ponto central desta questão, que confere novos contornos à problemática, é a constatação de que na atual fase do

capitalismo, a postura do Estado no espaço é norteada sob um viés essencialmente privatista, que reconfigura drasticamente a qualidade do espaço público, agora incorporado ao paradigma da propriedade privada.

Desta forma, emerge uma nova lógica de territorialização das normas e regras do Estado, em que, ao garantir as condições territoriais de realização do capital, o Poder público se apresenta como parceiro hegemônico do setor privado, agindo não apenas em nome do empresariado, mas tal como este último age. Trata-se de uma “reforma político-institucional”, na qual os governantes, submetidos aos imperativos econômicos, integram os espaços públicos de forma estratégica ao ciclo de valorização e mercadificação do solo urbano, redefinindo a forma e a função dos lugares na cidade (VAINER, 2012). Logo, modificam-se as maneiras de pensar e conceber esses espaços, agora projetadas sobre o potencial valor de troca das relações sociais, na incessante busca de produzir rentabilidade financeira através dos (des)encontros cotidianos.

Sob esta orientação, os espaços públicos do Rio de Janeiro são apropriados de maneira privada não apenas por poderes privados: os grandes agentes econômicos, em suas estratégias de valorização de capital, ou por cidadãos ordinários que, imersos na cosmogonia de um mercado competitivo e privatista, reproduzem comportamentos individualistas e se apropriam privativamente do espaço de múltiplas formas. Como também são privatizados pelo próprio Poder público, por meio do ordenamento territorial do Estado, que exclui todo o não normativo, das formas de trabalho até as formas de cotidianidade (CARLOS, 2011). Porém, diferenciadamente dos primeiros, o Estado assume uma função central neste processo, pois se torna um agente direto da privatização do espaço público tanto ao negociar e licenciar a apropriação privada do solo por grupos empresariais, quanto ao investir massivamente no controle e regulação dos usos no território, em nome do “crescimento econômico” da cidade e de uma suposta “segurança” ou “ordem” territorial.

Desse modo, sob o discurso da (in)segurança pública, a prefeitura do Rio de Janeiro tem cercado muitas praças e parques anteriormente que eram integralmente abertos, bem como fomentado a “revitalização” desses espaços pela iniciativa privada (FERREIRA, 2011). Assim, percebemos que o controle privativo do espaço público por parte do Estado se constitui nas condições de uma dominação espacial, pois tem como respaldo o estatuto jurídico de propriedade

legal sobre os terrenos públicos, um argumento de legitimidade que se sobrepõe às condições ordinárias de apropriação dos cidadãos em geral. E na medida em que os governantes deixam de se comprometer com a representação dos interesses da sociedade para atender às exigências do setor privado, o espaço público que se apresentava como uma “propriedade institucional” (de caráter representativo) se dissolve e recompõe nas qualidades de uma “propriedade privada do Estado”.

Assim, muitos dos espaços públicos se distanciam da coletividade, dos interesses do povo e deixam de ser vistos como espaços de representação popular, para se tornarem unidades de controle estratégicas para a reprodução da lógica espacial dominante (BORJA, 2003). Para Vainer (2012, p. 90), a cidade se despolitiza e se transforma em “lugar de inscrição territorial de formas de gestão, e não mais suporte de identidade política”¹⁹. Nesta trama, o Estado cumpre um papel decisivo nos processos de homogeneização-fragmentação-hierarquização territorial ao totalizar as dimensões do espaço público, ordenando-o como um instrumento de (des)legitimação de outros poderes e grupos sociais (HAESBAERT, 2014).

Sob este entendimento, a dominação dos grupos hegemônicos na metrópole carioca se estabelece mediante a reprodução do ordenamento privatista que priva a maioria da população se apropriar livre e espontaneamente o espaço público. É nesse sentido que os negócios da cidade falam mais alto que os interesses comuns da sociedade e, assim, se desenha a tragédia atualizada da vida cotidiana, na qual o acesso e a disponibilidade dos espaços públicos refletem e reforçam a desigualdade territorial presente na cidade (TOTTI, 2019). Diante deste quadro, a extensão da privação social através da expansão da propriedade privada do solo reconfigura os usos e redefine o acesso aos espaços públicos da cidade, pontuando uma diferenciação hierárquica entre os indivíduos (CARLOS, 2011).

Logo, a metrópole carioca que se revela cada vez mais remodelada pelo ordenamento estratégico do Estado e inserida na lógica do mundo da mercadoria. Nesse movimento, constatamos que o espaço público do Rio de Janeiro é progressivamente incorporado ao paradigma da propriedade privada, absorvendo elementos típicos de um espaço privado, que outrora lhes eram estranhos e até mesmo representavam a sua negação. Todavia, de maneira contraditória, hoje o

¹⁹ No âmbito de uma política neoliberal, que ostenta a iniciativa privada, e uma economia extremamente financeirizada, cujos fundamentos são negócios privados, a cidade do Rio de Janeiro torna-se lócus privilegiado do urbanismo de viés empresarial, baseado na privatização de lugares, empresas e serviços como um método fundamental de gestão (VAINER, 2012).

espaço público da cidade parece incorporar as qualidades do seu negativo (o espaço privado), visto que, sob o controle de uma racionalidade estratégica e privatista de gestão territorial, o desvanecimento do seu caráter “coletivo” e “aberto” se dá mediante às determinações do “particular” e do “restrito”.

Nessa direção, o espaço público dominado expressa antes os interesses particulares do grupo dominante do que os anseios da multidão de cidadãos ordinários que nele habitam poeticamente. Atualmente, uma infinidade de muros, grades e cancelas se proliferam pela cidade carioca, homogeneizando e fragmentando os espaços públicos. E em meio a tantas restrições (físicas e simbólicas), as condições de acessibilidade e alteridade do espaço público, seus dois pressupostos fundamentais, já não se verificam com tanta clareza no solo desta metrópole. Pelo contrário, uma vez homogeneizado e fragmentado, o espaço público já não oferece tanta abertura ao encontro com o ‘diferente’, pois também nele as diferenças sociais se convertem em hierarquias (desigualdades) em relação aos direitos de uso e apropriação do espaço.

Progressivamente inserido no paradigma da propriedade privada, o espaço público se homogeneiza, fragmenta e hierarquiza de múltiplas maneiras, todas elas vinculadas ao ordenamento estratégico do Estado e à ordem econômica vigente, posto que os ‘investimentos’ do governo no espaço público se dão em compasso com as estratégias imobiliárias e financeiras de valorização do solo urbano. E vale reforçar que, no município do Rio de Janeiro, se por um lado o movimento de apropriação privada dos públicos parte, muitas vezes, dos representantes de condomínios residenciais, associações de moradores e empresas, por outro, é a Prefeitura que legitima este movimento ao regulamentar e autorizar cada ação de privatização (ver Figuras 7 e 8).



Figura 7 - Rua Leblon, no bairro do Leblon (RJ), uma via pública que dá acesso à praia, mas se apresenta fechada por dois portões gradeados com seguranças armados, um em cada extremo do caminho. Tais aparatos de segurança privada foram instalados por iniciativa dos moradores (que se incomodavam com o fluxo de pedestres e automóveis no local), consolidando um enclave territorial em um dos bairros mais policiados do Rio. (Fonte da imagem: Jornal O Globo)



Figura 8 - Orla da praia de Copacabana apropriada de maneira privativa por quiosques durante as festas de virada do ano de 2020. Neste e em outros diversos pontos da orla, mais da metade da calçada foi cercada pelos empresários que criaram um “ambiente VIP” para seus clientes em pleno espaço público. (Fonte da imagem: Revista Fórum)

Desse modo, na medida em que são normatizados e regulados pelo Estado, os espaços públicos incorporam formas e conteúdos que até então eram próprios dos espaços privados da cidade. Sob esta ótica, o espaço público é controlado privativamente através da imposição de morfologias, signos e relações típicas dos ambientes privados. E, sob esta condição, observamos drásticas alterações da troca social que nele se realiza. Frente a este conjunto de transformações e

contradições, é possível perceber que atualmente o movimento de produção-reprodução do espaço se fundamenta sobre variadas crises metropolitanas, dentre as quais a crise do espaço público, que introduz grandes desafios para a realização das práticas sociais.

Em tempos de metropolização do espaço, o espaço público da cidade do Rio de Janeiro revela-se um espaço monitorado e vigiado. As estratégias físicas e simbólicas de restrição aos usos deste espaço se aprimoram e se apresentam mais sofisticadas, consolidando uma acessibilidade seletiva aos lugares da metrópole. Desse modo, a vida cotidiana que se desenrola nas praças e esquinas da cidade do Rio de Janeiro torna-se um tanto previsível: ela se banaliza diante do sufocamento da espontaneidade, da ausência do Outro e da anulação quase completa da surpresa e do inesperado no espaço público. Sob esta constatação, a contradição entre a noção ontológica do espaço público e o seu significado metropolitano legitimado pelo Estado capitalista se evidencia ao percebermos que muitos lugares “institucionalmente públicos” da cidade não se revelam como espaços públicos de fato²⁰.

Diante destes apontamentos, é possível afirmar que o espaço público da cidade do Rio de Janeiro se constitui perante novos contornos e práticas, novas formas e conteúdos, numa metamorfose concreta que aponta outro sentido para o estatuto de ‘público’ na era metropolitana. Um sentido crítico, forjado a partir das qualidades elementares de uma propriedade privada, que (sob as exigências do mundo da mercadoria) precisa fomentar o valor de troca do espaço, acompanhando o ritmo global da acumulação financeira e as demandas de valorização do solo da cidade. Nesta dinâmica de dominação territorial e segregação social, o espaço público absorve os fundamentos do espaço privado, elementos que anteriormente representavam o seu negativo teórico e prático, mas agora se tornam matriz das práticas hierarquizadas que nele se realizam.

Portanto, engendrados por poderes assimétricos, os movimentos de ‘apropriação-dominação’ se negam, contrapõem e condicionam a todo tempo no

²⁰ Sob essa perspectiva, os parques e praças cercados com grades e com horários para abrir e fechar seus portões, as porções da praia “loteadas” por grandes hotéis e seus serviços, ou ainda mesmo, as calçadas repletas de aparatos de vigilância e descontinuas por carros irregularmente estacionados, são todos exemplos e manifestações desta contradição. Na medida em que são espaços que não evidenciam coletividade alguma dos usos que ali se dão, e distanciam-se das condições plenas de acessibilidade ou alteridade da troca social, mas ainda sim são oficialmente nomeados e amplamente considerados como públicos.

espaço público cidade do Rio de Janeiro (FERREIRA, 2007). Constituindo, portanto, um par dialético: numa relação contraditória e repleta de conflitos que, em tensão inovadora, se redimensionam continuamente a partir de novas contradições espaciais. Deste modo, se configuram as metamorfoses do espaço público na metrópole contemporânea, na qual os lugares abertos da cidade, uma vez dominados e ressignificados, mais se apresentam como uma propriedade exclusiva do Estado do que como uma obra social histórica. Logo, na incessante tentativa de igualização do 'não-igual', os antigos espaços públicos do Rio de Janeiro são progressivamente 'desfigurados' e 'reapresentados' num movimento estratégico que altera e desvirtua o significado do público, atribuindo a ele características que jamais existiram na realidade urbana do passado.

4. A primavera das hortas urbanas comunitárias do Rio de Janeiro: ensaios de gestão coletiva do espaço público

Nas cidades contemporâneas, o processo de metropolização do espaço se realiza através de uma série de transformações territoriais significativas que recompõem os elementos e práticas pré-existentes na vida urbana. No município do Rio de Janeiro, a emergência de paradigmas e tendências globais modificaram a geografia da metrópole, engendrando novas formas e funções para seus antigos espaços. Hoje, o espaço público carioca assume novas facetas e se apresenta qualitativamente diferenciado ao absorver as contradições da lógica privatista de gestão e controle territorial promovida pelo Estado. Entretanto, neste capítulo veremos que as novas estratégias de dominação se deparam com novas táticas de apropriação do espaço – por vezes errantes – mas dotadas de astúcias, saberes e técnicas capazes de produzir obras coletivas que abrem outros caminhos para o desenvolvimento dos lugares da cidade.

Primeiramente, é fundamental reconhecer que, por mais desigual seja a geometria de poderes na atual conjuntura espacial da metrópole carioca, o cotidiano desta cidade também revela resistências e subversões à reprodução do espaço hegemônico. São centenas de mobilizações e ativismos que ocupam as ruas e buscam se apropriar do espaço público enquanto matriz de manifestações políticas, artísticas e culturais. Frente ao quadro de dominação que está posto, um repertório renovado de práticas espaciais ganha fôlego e se faz presente no espaço público, requalificando-o ao seu modo, à medida que reivindicam o direito de produzir uma cidade mais democrática e aberta ao encontro coletivo. Nesse movimento, estas práticas emergem através de meios diversos e se difundem de acordo com os limites, possibilidades e contradições da vida cotidiana.

Contudo, dentre estas novas maneiras de se apropriar do espaço público existem algumas que reúnem atividades que não são novas – pelo contrário, são muito antigas – mas são ressignificadas e reapresentadas sob o espírito dos novos tempos. Sob esta perspectiva, nos desperta especial atenção a prática da agricultura urbana que se realiza através da construção de hortas urbanas comunitárias nas praças, calçadas, jardins e terrenos baldios do município do Rio

de Janeiro²¹. Referimo-nos às variadas iniciativas de plantio coletivo que se inserem no espaço público e que, durante a última década, multiplicaram-se por diversos bairros da metrópole carioca.

Nesse caminho, é importante notar que neste trabalho de pesquisa consideramos como hortas urbanas comunitárias aquelas hortas que estão localizadas nos espaços públicos da cidade e que são geridas de maneira compartilhada por um grupo de pessoas diversas. Dessa maneira, a horta é comunitária porque é construída em conjunto e de modo voluntário, pressupondo a igualdade de acesso ao espaço e de decisão entre os diferentes sujeitos sociais que colaboram no projeto. Bem como, porque é aberta à participação da sociedade, envolvendo o direito de qualquer pessoa participar ativamente nos trabalhos que nela se realizam, de maneira horizontal, espontânea e democrática.

Sob este entendimento, a horta urbana comunitária consiste em um ambiente de troca coletiva e de co-presença, pois remete a um espaço-tempo em que os sujeitos sociais se encontram face a face (GOFFMAN, 2011). Fruto do trabalho que se realiza em cooperação mútua, ela implica a condição social do *fazer-com*, uma atividade que só existe na relação de reciprocidade com o Outro (CERETAU, 1994). Por isso, ao mesmo tempo que se constitui como um 'recurso comum' construído e partilhado pela sociedade, a horta comunitária é mais do que isso. É também uma obra coletiva, que se cria na própria comunhão da sua construção, no ato de partilhar o espaço e o tempo com os outros, nos laços de fraternidade do grupo. É a coisa e é toda a arte por detrás da coisa.

Nesse sentido, ao considerarmos a noção de horta urbana comunitária, a análise teórica aponta para múltiplas dimensões do seu entendimento. Por um lado,

²¹ Considerando as ideias levantadas ao longo do segundo capítulo sobre a complexidade do urbano e o seu movimento de 'planetarização', qual o sentido em falar sobre agricultura urbana ou horta urbana? Se o urbano está para além da cidade, toda horta prática agrícola não seria urbana em determinado sentido? Afinal, não estaríamos todos inseridos na condição urbano-metropolitana do momento presente? Sim, estamos cientes da contradição que esta nomenclatura carrega. Muitos pesquisadores utilizam a sigla AUP (Agricultura Urbana e Periurbana) para designar a agricultura que é praticada no solo das grandes cidades, sem perceber que estão reduzindo o sentido do urbano a uma localidade. Reproduzem tal sigla de maneira tão banal que tal contradição parece não lhes saltar aos olhos, pois na realidade trabalham com uma concepção de urbano muito distinta da nossa. Entretanto, apesar disso, optamos por manter o nome 'agricultura urbana' por dois motivos básicos. O primeiro é evitar confusões de interpretação. Logo, o adjetivo 'urbano' é usado para diferenciar a prática de agricultura que se localiza dentro ou nas periferias dos grandes centros urbanos (e que se encontra diretamente integrada às suas dinâmicas e redes) daquela que é praticada em áreas mais afastadas das cidades, seja ela familiar (de subsistência) ou comercial (de larga escala). O segundo motivo é que nem sempre devemos sobrepor o rigor conceitual e a densidade teórica aos nomes e termos usados cotidianamente. Neste caso, as expressões "agricultura urbana" e "horta urbana" não são novas, tanto dentro quanto fora do meio científico elas possuem um peso histórico e uma representatividade social que não podem ser ignoradas.

a dimensão do espaço físico da horta é estudada a partir das suas configurações materiais de acesso, uso e ocupação, com enfoque nas transformações (tangíveis e visíveis) produzidas no espaço público. Por outro lado, a dimensão das práticas sociais que produzem a horta é examinada em termos da organização do grupo e da gestão coletiva do projeto. E é justamente esta perspectiva do 'projeto' - do trabalho comunitário, das regras e acordos criados, das táticas coletivas de apropriação do espaço público - que receberá um enfoque especial nesta pesquisa.

Sob esta ótica, as hortas urbanas comunitárias se apresentam como projetos de longo prazo (ou, pelo menos, que se pretendem duradouros) elaborados por um grupo de cidadãos variados (arranjos comunitários) que cooperam entre si para transformar a forma e o conteúdo do espaço público. Ademais, vale destacar que o foco desta análise reside sobre as hortas urbanas comunitárias iniciadas a partir da mobilização e organização popular, isto é, aquelas iniciativas que emanaram do ímpeto de cidadãos ordinários e que se originaram "de baixo para cima" na correlação desigual de poderes da metrópole carioca. Não obstante, também abordaremos outros modelos de projetos, como as hortas urbanas comunitárias induzidas por políticas de governo ou construídas em parceria com instituições governamentais, posto que também se apresentam como ensaios de gestão coletiva do espaço público na cidade.

Em todo caso, a horta urbana comunitária é, de fato, um projeto de agricultura na cidade. Notadamente, não podemos desconsiderar o ecossistema das hortas, as técnicas de manejo agrícola que são praticadas nas hortas ou os serviços ecossistêmicos que ela proporciona. As práticas agrícolas constituem uma dimensão importante a ser examinada, visto que a proposta básica de uma horta na cidade é justamente esta: o cultivo de frutas, verduras, legumes, ervas, temperos, etc. Neste capítulo comentaremos de maneira breve e sucinta como se dá a transformação da natureza nestes projetos, todavia não é o propósito desta pesquisa analisar a complexidade dos aspectos (agro)ecológicos das hortas.

Apesar de estarem diretamente relacionados com a nossa temática, questões como a segurança alimentar, a regeneração dos solos, os consórcios de espécies plantadas, a biodiversidade e o microclima das hortas não serão aqui aprofundadas e tornar-se-ão objeto de reflexão em um próximo momento da investigação científica deste pesquisador. Aqui, para além da transformação da natureza (a "natureza primeira", em termos marxistas), nos propomos a pensar na

transformação humana, ou seja, nas relações sociais que se transformam ao transformar o espaço público. Em linhas gerais, trata-se de refletir sobre a dimensão social do espaço produzido coletivamente.

Deste modo, também não nos interessa estudar as hortas em termos da produtividade agrícola ou da sua capacidade de abastecimento de alimentos para a sociedade. Compreendemos a relevância destes fatores para o andamento de uma horta urbana comunitária, afinal, na maioria das vezes, o "sucesso" de um projeto deste tipo é avaliado única e exclusivamente sob um ponto de vista produtivista. Porém, sabemos que o êxito de uma horta urbana comunitária não se resume ao quantitativo, mas sobretudo depende da sua organização e gestão, ou seja, da maneira pela qual ela é produzida socialmente. Cabe salientar que, no município do Rio de Janeiro, estamos analisando (de modo majoritário) hortas urbanas comunitárias de pequena escala, que não empregam ninguém e não geram renda a partir do que é plantado. Ainda assim, veremos que estas hortas desempenham outras funções, constituindo-se como espaços de encontros coletivos e de organização comunitária dos cidadãos.

Em vista disso, o objetivo deste capítulo é analisar os processos de reapropriação e gestão coletiva dos espaços públicos da cidade carioca através dos projetos de hortas urbanas comunitárias. Buscamos compreender como estas hortas se inserem como um meio de reapropriação coletiva do espaço público, que se apresenta dominado de forma privativa pelo Estado e seus parceiros privados. Assim como, nos interessa refletir sobre as possibilidades e limitações da gestão compartilhada deste mesmo espaço mediante a realização dos projetos estudados. Para tanto, será necessário investigar as diferentes maneiras de uso e ocupação do espaço público que se efetivam nas hortas urbanas comunitárias: as intencionalidades, práticas de gestão, táticas e astúcias coletivas envolvidas na transformação do espaço público. Isto é, compreender os planos e as ações que possibilitam o desenvolvimento destes projetos comunitários na metrópole carioca.

As percepções que serão expostas nas próximas páginas são fruto de uma empiria que já se constrói a quatro anos. Ao longo deste percurso, foram realizados sucessivos trabalhos de campo a variadas iniciativas de instalação e gestão de hortas comunitárias em distintos contextos de espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro. Ao fazer parte dos projetos foi possível avaliar seus desenvolvimentos a partir de critérios gerais, aplicados a todas as hortas, tais como: o acesso ao

espaço, a alteridade do grupo, o planejamento e organização das atividades coletivas e a relação com o entorno social. Assim, este período de imersão na dinâmica espacial dos projetos foi fundamental para a construção de um olhar crítico a respeito da gestão realizada em cada horta urbana comunitária. Visto que foi em campo que nos aproximamos do desenvolvimento cotidiano dos projetos e desvelamos as contradições presentes em cada um deles.

Considerando esta reflexão preliminar sobre os aspectos teóricos e metodológicos desta sessão, é possível levantar algumas questões que orientam a reflexão que virá a seguir. Seriam as hortas urbanas comunitárias meios capazes de produzir uma gestão efetivamente coletiva do espaço público? Em tempos de privação social e contenção territorial, quais são os principais obstáculos e possibilidades para a organização coletiva nas hortas instaladas em espaços públicos da metrópole carioca? Enfim, até que ponto estes projetos são capazes de transformar a qualidade do espaço público e dos encontros cotidianos que nele se realizam?

Por fim, a estrutura deste capítulo se divide em três diferentes momentos: no primeiro, abordamos o movimento de emergência de hortas urbanas comunitárias na cidade do Rio de Janeiro, apontando as causas e peculiaridades desse ciclo de multiplicação dos projetos; no segundo momento, analisamos como se realiza o planejamento e a organização das atividades nos projetos estudados, apresentando as táticas coletivas que se constroem no movimento de reapropriação do espaço público através das hortas; no terceiro e último momento, a reflexão se direciona para as contradições e virtualidades presentes na gestão espacial promovida cada grupo, sinalizando de que maneira as hortas urbanas comunitárias abrem caminho para uma efetiva gestão coletiva do espaço público na metrópole carioca.

4.1. A alvorada das hortas urbanas comunitárias na cidade do Rio de Janeiro

O processo de transição metropolitana se revela de múltiplas maneiras no movimento geral de produção do espaço e se manifesta, sobretudo, nos diferentes momentos da vida cotidiana. Nas múltiplas circunstâncias da vida de todo dia, os sujeitos sociais atualizam seus projetos a partir de um conjunto renovado de práticas e representações espaciais, incorporando novos ritmos e sentidos para suas ações cotidianas. Nesse sentido, as mudanças engendradas pela

metropolização do espaço não se restringem à atualização da morfologia ou do tamanho do território, pois também nos apontam os novos horizontes das relações sociais, agora pautadas em contextos políticos, econômicos e culturais muito distintos dos que caracterizavam o espaço urbano do século passado (LENCIONI, 2017). Trata-se, portanto, de uma mudança radical da cidade e da sociedade que a produz, isto é, uma verdadeira metamorfose espacial.

Nas metrópoles contemporâneas, novos hábitos e práticas se propagam de maneira acelerada e até mesmo as atividades sociais mais antigas ganham nova roupagem, assumindo novos contornos e significados. Neste processo, a prática da agricultura urbana – que não se configura como um fato novo – se apresenta por demais modificada²². Renovada não apenas em termos tecnológicos, mas também porque se encontra inserida em outros contextos de ação e representação. Bem como, porque outros atores e agentes entram em cena, consolidando um novo perfil daqueles que praticam a agricultura nas cidades.

Desse jeito, diante das contradições da atual conjuntura espacial das metrópoles, as atividades agrícolas adquirem dinâmicas, propósitos e formatos muito distintos do século passado. Se, tradicionalmente, a agricultura urbana referia-se exclusivamente às atividades de agricultores familiares, profissionais agrícolas e agroindústrias voltadas para a produção vegetal e animal (para subsistência ou para destinação comercial) que se realizava próxima ou dentro dos centros urbanos. Agora, ela assume novos arranjos e escalas, que já não estão

²² É interessante notar que, no meio científico, o conceito de agricultura urbana ainda está em construção, porém esta expressão já vem sendo utilizada por organismos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), além de diversas ONGs, empresas e governos do mundo inteiro. A questão conceitual da agricultura urbana remete ao questionamento: o que há de próprio na agricultura urbana, para que ela seja considerada objeto de investigação científica e de políticas específicas? De forma geral, os principais elementos de definição da agricultura urbana são os tipos de atividades econômicas desenvolvidas, as categorias e as subcategorias de produtos (alimentares e não-alimentares), a característica locacional (“intraurbano” e “periurbano”), os tipos de áreas onde a agricultura urbana é praticada, os sistemas de produção e suas escalas, o destino da produção e sua rede de processamento, circulação e comercialização (MOUGEOT, 2000). Embora haja muito dissenso em torno do tema, o elemento mais comum nas definições sobre a agricultura urbana tem sido a sua localização. Entretanto, não é o fator da localidade que distingue a agricultura urbana da “agricultura rural”. Como bem coloca Mougeot (2000), a sua principal característica é a integração direta com o sistema econômico e ecológico urbano, isto é: a imediatividade e intensidade na sua conexão com as redes, fluxos e dinâmicas territoriais das cidades. Contudo, Bairoch (1985) problematiza esta interpretação ao demonstrar que o componente agrícola das cidades sempre esteve presente em maior ou menor grau, desde as cidades do Neolítico até as cidades modernas. Fato que nos permite pensar que a agricultura (urbana) sempre existiu como um componente das cidades, constituindo-se, portanto, em um fenômeno de grande amplitude histórica e geográfica. No entanto, como veremos, as atuais transformações da agricultura urbana a que nos referimos são, sobretudo, mudanças sociais e políticas, que abrem novos caminhos para a interpretação das práticas agrícolas nas cidades.

necessariamente vinculados aos contextos familiares ou à cadeia de produção, distribuição e comercialização de alimentos no mercado.

Notadamente, a produção agrícola nas periferias e no interior das grandes cidades não deixa de existir, mesmo que permeada por inovações técnicas e logísticas, ela ainda conta com uma rede de fornecedores de recursos, produtores, consumidores, retalhistas, transportadores, processadores e promotores da atividade agrícola (MOUGEOT, 2000). No entanto, as novas práticas de agricultura urbana a que nos referimos são desempenhadas por cidadãos múltiplos, que em sua maioria não são profissionais do setor agrícola e nem tem um vínculo passado com a vida na terra (SMIT et al., 2001). São pessoas comuns, ordinárias e distintas entre si, de diferentes idades e classes sociais, que plantam na cidade não por necessidade e nem por simples lazer, mas porque assumem um compromisso coletivo com uma causa territorial.

É nessa perspectiva que a agricultura urbana exprime uma nova tendência dentro das metrópoles, manifestando-se através de formas e funções que revelam outros sentidos para o seu exercício na vida cotidiana. Atualmente, a prática da agricultura urbana é ressignificada e ganha vigor em um movimento de ocupação das praças, parques, calçadas e terrenos baldios de diversas cidades espalhadas pelo mundo. São milhares de iniciativas de cultivo agrícola que afloram no coração dos grandes centros metropolitanos a partir de meios diversificados. Dentre estas manifestações, ganham destaque as atividades de horticultura que se realizam de maneira coletiva nos espaços públicos por meio de hortas urbanas comunitárias.

Instaladas em contextos espaciais muito variados, estas hortas se disseminam de forma acelerada nestas primeiras décadas do século XXI. Hoje é possível notar a presença de hortas urbanas comunitárias em muitas partes do planeta, assumindo contornos específicos (ritmos, tamanhos, formatos e objetivos distintos) de acordo com a conjuntura política-econômica-social da cidade e do país onde se inserem. Sob esta perspectiva, nos marcos dos desenvolvimentos geográficos desiguais e combinados, tais projetos emergem de maneira dispersa - com suas singularidades locais e peculiaridades territoriais - mas conjunta, pois são produzidas simultaneamente por todo o globo. Neste compasso, apesar das suas diferenças, as hortas urbanas comunitárias também resguardam muitas similaridades entre si, tendo em vista que ganham fôlego devido a um conjunto de

fatores e questões que se verificam em escala global e que circunscrevem a problemática urbano-metropolitana desta época.

De modo geral, observamos que os projetos de hortas urbanas comunitárias são motivados por uma série de causas que apontam para as múltiplas facetas dos efeitos críticos engendrados pelo processo de metropolização do espaço. De acordo com Monédiaire (1999), este movimento de proliferação de hortas urbanas comunitárias se justifica em função daquilo que ele qualifica como a dupla dimensão da crise urbana: a crise ligada ao meio ambiente e crise associada às tensões sociais. Por um lado, as questões ambientais globais estão diretamente ligadas ao modelo de desenvolvimento das metrópoles. Temas como a insegurança alimentar, a crise hídrica, as mudanças climáticas e a poluição atmosférica são problemas que impactam a dinâmica espacial destes territórios. Por outro lado, a evidente injustiça espacial presente na vida cotidiana (a enorme desigualdade social, a crise de representação democrática, a fragmentação e hierarquização dos lugares, a privação territorial e a violência) configura um quadro de conflitos e tensões que se retroalimentam todos os dias.

Esse duplo aspecto da crise vivenciada nas metrópoles merece nossa atenção, pois retrata a atual experiência distópica da maioria dos cidadãos em suas cidades²³. Todavia, Monédiaire (1999) pretende demonstrar que a consolidação deste cenário crítico também estimula a elaboração de projetos e políticas de combate à própria crise que se acentua. Desse modo, nas metrópoles contemporâneas (onde os fluxos de informação são mais abundantes e circulam de forma mais atomizada) é perceptível um movimento de reação social à esta problemática, através da mobilização de partidos, cientistas, ativistas e outras organizações políticas que trabalham para dar respostas territoriais às diferentes frentes desta ‘problemática socioambiental’.

Sob esta ótica, concordamos que o debate social que é gerado em torno deste conjunto de problemas espaciais estimula o processo de tomada de consciência social sobre as alternativas possíveis para o desenvolvimento dos territórios. No entanto, também é perceptível que esta conscientização é

²³ Não pretendemos aqui criar um dualismo entre a dimensão social e a dimensão ambiental da crise urbano-metropolitana, muito menos fomentar uma visão dicotômica entre sociedade e natureza. A intenção analítica de ressaltarmos este duplo aspecto não é dividir a crise em duas, mas justamente demonstrar a interpenetração entre o modelo de desenvolvimento da sociedade atual e a emergência dos problemas naturais (ecológicos) do planeta. Assim, demonstrar que o natural está incorporado à ação humana, e que as relações sociais definem também as interações dos grupos e indivíduos com o ambiente que os cerca.

demasiadamente parcial, pois reflete uma mudança comportamental de apenas uma determinada parcela dos cidadãos e se orienta, sobretudo, com relação às questões relacionadas à sustentabilidade ecológica do planeta (tais como a alimentação orgânica, a reciclagem do lixo, a economia de energia elétrica, etc.). De fato, não é a preocupação com os problemas sociais que está no cerne desta mudança de comportamentos cotidianos, mas principalmente a noção de que muitos recursos naturais estão ameaçados, contaminados ou em vias de acabar. Ainda assim, não podemos ignorar que, na contramão dos problemas ambientais, certos grupos sociais apresentam uma nítida transição de hábitos dentro das metrópoles, sob o ideal de “agir localmente para responder a questões globais”.

Não obstante, outro fator significativo para a profusão das hortas urbanas comunitárias no solo das metrópoles é o próprio crescimento desenfreado de suas malhas urbanas. Conforme De Bom e Parrot (2010), as hortas instaladas dentro das cidades são uma consequência do rápido crescimento das mesmas. Evidentemente, os processos de conurbação e dilatação das cidades redimensionaram o tamanho dos seus antigos centros e periferias, nos quais a própria extensão da propriedade privada gerou a saturação do território edificável e reduziu consideravelmente os espaços disponíveis para agricultura. Consequentemente, devido à dilatação das cidades, o solo cultivável está diminuindo e muitas áreas públicas agora se destinam a agricultura de menor escala, como a horticultura (COUTINHO, 2010; ARRUDA, 2011).

Ao nosso ver, este processo de multiplicação de hortas urbanas comunitárias nos mais variados contextos espaciais necessita ser estudado e compreendido de modo mais profundo pelos cientistas sociais. Não se trata de um fenômeno pontual ou isolado, mas sim de um movimento em sincronia (que remete ao eixo das coexistências), pois se manifesta simultaneamente em diferentes bairros de várias cidades do mundo e ganha relevância social na medida em que instaura novas maneiras de uso e ocupação do espaço público. Nesse sentido, uma interpretação geográfica das hortas urbanas comunitárias passa pelo reconhecimento de que elas envolvem práticas e representações espaciais que extrapolam a faceta agrícola do projeto e nos apontam para a riqueza da dimensão política do espaço produzido coletivamente. Logo, interpretado sob à luz do presente, este processo nos revela em suas causas e consequências, as contradições e possibilidades territoriais das metrópoles em tempos de metropolização do espaço.

Sob estes termos, abordaremos aqui o ciclo espaço-temporal de proliferação dos projetos de horta urbana comunitária na cidade do Rio de Janeiro. Ao utilizarmos a metáfora de uma “alvorada” referimo-nos ao despertar coletivo destas iniciativas no município, isto é, à emergência das hortas como meios de reapropriação do espaço público carioca. Vale ressaltar que esta “alvorada” se refere ao contexto específico da cidade do Rio de Janeiro, na qual a crescente mobilização social em torno destes projetos assume características peculiares. Sem embargo, a partir da análise da conjuntura carioca é possível traçarmos pontes com outros movimentos que estão ocorrendo ou já ocorreram de maneira similar em muitas outras cidades do mundo. Assim, ao compararmos com outros contextos espaciais, percebemos que se as hortas urbanas comunitárias já estão consolidadas há muito tempo em certas metrópoles, em outras ainda não de se tornar uma realidade²⁴.

Portanto, cabe agora investigar as particularidades deste processo na urbe carioca. Nesta perspectiva, ao longo das duas primeiras décadas deste século foi notável a multiplicação das hortas urbanas comunitárias na metrópole do Rio de Janeiro. Dezenas de hortas foram criadas a partir da ocupação de praças, calçadas, estacionamentos, jardins e terrenos baldios espalhados por todas as zonas do município. Em diferentes bairros e em um período relativamente curto de tempo (sobretudo, a partir do ano de 2012), cidadãos se reuniram e organizaram coletivamente para iniciar projetos de cultivo agrícola em espaços abertos nas ruas da cidade.

Estimuladas por ativistas, coletivos, movimentos sociais, associações de moradores e até mesmo departamentos de universidades públicas, as hortas urbanas comunitárias começaram a se alastrar rapidamente pela cidade, despertando o entusiasmo de diversos grupos sociais, que se voluntariam nos projetos por livre e espontânea vontade. Operando através da união comunitária e do desenvolvimento de táticas de uso coletivo do espaço, estas iniciativas transformam as relações territoriais onde se inserem e retratam múltiplas situações de reapropriação e tentativas de gestão do espaço público carioca.

²⁴ Convém ressaltar que em certas metrópoles as hortas urbanas comunitárias já estão presentes há muitas décadas. Nas cidades dos países europeus como Inglaterra, Dinamarca, Suécia e França os projetos de hortas urbanas não apenas são mais numerosos, como já possuem um longo histórico de existência e, por isso, se apresentam mais estruturados em diversos aspectos (desde a infraestrutura física das hortas até as arquiteturas de gestão dos projetos). Na América Latina este processo é mais recente e começou a ganhar volume em meados da década de 1990.

Atualmente, o município conta com mais de cinquenta hortas urbanas comunitárias. Entretanto, a maior parte delas é fruto do Programa Hortas Cariocas, iniciado no ano de 2006 pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Este projeto foi criado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), pela Gerência de Agroecologia e Produção Orgânica (GAP), com o objetivo de incentivar a criação de hortas comunitárias em áreas de baixa renda do município, propiciando postos de trabalho, capacitação técnica e a oferta de gêneros alimentícios de qualidade a custos acessíveis. Atualmente, o Programa Hortas Cariocas conta com 40 unidades produtivas, sendo 17 unidades em áreas de baixa renda e 23 em equipamentos da Secretaria Municipal de Educação (SME).

Estas hortas localizadas em favelas, praças e escolas municipais recebem assistência do Programa Hortas Cariocas desde o início da elaboração dos projetos até o seu pleno funcionamento²⁵. A Prefeitura incentiva as atividades nas hortas contempladas pelo programa não apenas fornecendo todos os materiais necessários (sementes, mudas, uniformes, equipamento de proteção individual, ferramentas, adubos e fertilizantes orgânicos), mas também contribui com a renda dos responsáveis pelas atividades e funções administrativas de cada unidade produtiva por meio do pagamento de uma bolsa mensal. Em longo prazo, a ambição do projeto é promover a emancipação das hortas: quando estas atingirem um nível de produção cuja venda comercial possa propiciar um lucro maior do que a quantia que recebem através da bolsa paga pela Prefeitura. A tal ponto que os colaboradores e coordenadores das hortas não dependam mais do apoio financeiro do governo e possam tocar seus projetos de forma autônoma.

Dessa maneira, o Programa Hortas Cariocas opera sob a estratégia do desenvolvimento socioeconômico local, visto que provê equipamentos e promove a mobilização dos moradores de áreas marginalizadas desde o início do processo de implementação das hortas e visa fomentar a (relativa) autonomia territorial nos projetos beneficiados. Com a pretensão de expandir-se em direção às localidades

²⁵ As unidades de produção do Programa Hortas Cariocas têm metade da produção agrícola doada para as escolas do bairro e para as famílias mais pobres (indicadas por Associações de Moradores) e a outra parte pode ser comercializada pelas equipes e o lucro é dividido entre os cuidadores das hortas. Para que seja instalada uma unidade de produção através do programa, os próprios moradores devem demonstrar interesse em possuir uma horta em seu espaço e enviar uma solicitação formal à prefeitura. Após o pedido, uma equipe gestora do governo visita o local para avaliar se o terreno é propício para a instalação da horta, que deve atender aos seguintes pré-requisitos: estar inserido em áreas de uso comum; não apresentar uma declividade muito elevada; apresentar uma dimensão que proporcione um tamanho de produção de alimentos relevante na segurança alimentar dos moradores do entorno da unidade.

onde os índices de pobreza encontram-se mais alarmantes, o programa já está presente em mais de 30 favelas e contribui reduzindo os casos de ocupação irregular de terrenos ociosos, elevando os níveis de inclusão social e oferecendo o direito humano básico a uma alimentação saudável (livre de transgênicos). É evidente que o programa realiza um trabalho amplo e consistente no município ao capacitar a população mais pobre para gerir hortas urbanas comunitárias, porém não deixa de enfrentar grandes dificuldades e limitações (algumas das hortas iniciadas pelo programa não prosperaram e estão desativadas)²⁶.

Entretanto, como salientamos nas considerações introdutórias deste capítulo, nosso foco de análise se direciona a outros tipos de hortas urbanas comunitárias: as hortas iniciadas espontaneamente pela população, que operam de maneira autônoma e que não contam com o incentivo de programas ou políticas do governo. Assim, orientamos nossa reflexão para os projetos que são frutos da organização genuína dos cidadãos ordinários, uma vez reunidos para construir espaços de cultivo coletivo na cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, não pretendemos aqui nos prolongar sobre as unidades contempladas pelo Programa Hortas Cariocas, porém também não faria sentido desconsiderar toda e qualquer horta que mantém relações diretas com o Estado ou que se localiza em territórios institucionais²⁷.

Assim, para fins de comparação analítica, incluímos neste estudo duas unidades contempladas pelo Programa Hortas Cariocas: a Horta Comunitária do Morro da Formiga e a Horta Comunitária do Cosme Velho²⁸. Bem como, analisamos outros exemplos de hortas instaladas em espaços públicos institucionais – como

²⁶ Percebemos que os grandes desafios do Programa Hortas Cariocas são: promover hortas em áreas que estão sob o controle do narcotráfico (devido aos conflitos territoriais e às tensões sociais que se criam na dinâmica de transformação destes espaços); a falta de engajamento dos moradores ou das equipes das escolas (muitos grupos se desfazem ao longo do tempo e não dão continuidade ao andamento do projeto); e a limitação da escala de produção dos alimentos (em muitos casos, a quantidade de comida produzida nessas hortas se insere mais como um complemento na alimentação das famílias, o que acaba por reduzir as despesas com mercado, porém não é suficiente para garantir a segurança alimentar dos grupos envolvidos). Um exemplo é a Horta Comunitária de Manguinhos, iniciada no ano de 2014, que no auge do seu funcionamento se consolidou como a maior horta urbana da América Latina, porém hoje está paralisada devido a uma soma destes três fatores (principalmente devido à territorialidade ostensiva do narcotráfico).

²⁷ Como veremos, todas as hortas mantêm alguma relação com o Estado, por mais indireta possa parecer. Nas hortas situadas em espaços públicos parcialmente abertos esta relação é mais direta e imediata. Entretanto, as hortas localizadas em espaços públicos integralmente abertos também são, inevitavelmente, influenciadas pelo ordenamento do Estado. Bem como, seus grupos não deixam de estabelecer relações com variados atores dos diferentes órgãos governamentais da Prefeitura (Fundação Parques e Jardins, Comlurb, Polícia Militar etc.).

²⁸ A escolha destas duas unidades específicas do Programa Hortas Cariocas se deu em função da aproximação que construí com estas hortas ao longo da pesquisa. Logo, dentre as hortas beneficiadas pelo programa, a Horta Comunitária do Morro da Formiga e a Horta Comunitária do Cosme Velho foram aquelas em que estive mais presente e estabeleci maior contato com os voluntários.

fundações, associações de moradores e faculdades públicas – para fazer um contraponto com aquelas que se localizam nos espaços abertos da cidade (na “rua”, de fato). Deste modo, diante de um quadro diverso de hortas urbanas comunitárias (inseridas em contextos distintos de espaço público) é possível estabelecer correlações valiosas entre cada projeto, pontuando suas diferenças e similaridades.

Logo, de maneira geral, as hortas analisadas são geridas de maneira compartilhada por um arranjo comunitário de cidadãos, compostos por moradores e trabalhadores do entorno dos projetos que se voluntariam para participar das atividades. São arranjos heterogêneos - formados por pessoas de diferentes idades e classes sociais - e dinâmicos, visto que, apesar de apresentarem um núcleo de voluntários mais assíduos, estão sempre abertos à possibilidade da chegada de novos integrantes ou da saída de antigos participantes do projeto. Esta “abertura” territorial é uma característica elementar destes arranjos comunitários: se opõem radicalmente ao localismo territorial ou a qualquer tipo de privatização do espaço. Vale destacar que, por vezes, uma mesma pessoa atua em diferentes projetos, colaborando com as atividades de mais de uma única horta.

Em muitos casos, os projetos também são construídos com a presença de coletivos de agricultura urbana²⁹. Estes coletivos são formados por grupos organizados de cidadãos que estudam, praticam e veneram a agricultura urbana no Rio de Janeiro e que se mobilizam de diferentes maneiras para plantar na cidade, engajando-se em diferentes projetos de hortas urbanas comunitárias (não necessariamente no bairro onde os integrantes dos coletivos moram). Desse modo, tais grupos atuam promovendo a instalação e colaborando na gestão das hortas, trocando saberes e técnicas com os demais voluntários e convocando a sociedade para os projetos através de suas redes de comunicação. É importante notar que, nos últimos anos, multiplicaram-se os coletivos de agricultura urbana na cidade, cada um com suas pautas e propostas de ação coletiva³⁰.

²⁹ Os coletivos de agricultura urbana podem ser compreendidos como exemplos do novo ativismo urbano, que se distancia de uma militância dita tradicional, ligada à política clássica de partidos e sindicatos (ZANINI, 2018). Tais coletivos se circunscrevem no âmbito de uma política cotidiana que muitas vezes escapa às relações formais com o Estado, pois se fortalece, sobretudo, no movimento de construção coletiva da vida pública. Uma característica desses coletivos é a visibilidade social que eles conquistam através suas redes sociais digitais. Por meio de sites, fóruns e páginas na internet, tais grupos são capazes de mobilizar uma parcela significativa da sociedade carioca a participar dos projetos de horta que estão em andamento ou em vias de se iniciar.

³⁰ São diversos os coletivos de agricultura urbana da cidade do Rio de Janeiro, tais como: Verdejar, Planta na Rua, Horta Nossa, Organicidade, Cariru, Grupo Agroecológico Boldinho da Urca (GABU),

Diversos arranjos comunitários que se configuram em torno das hortas urbanas comunitárias surgem a partir da iniciativa destes coletivos, que se aproximam dos moradores e trabalhadores locais, articulando diferentes pessoas em torno de um objetivo em comum. Desse jeito, os coletivos de agricultura urbana conferem dinamicidade e visibilidade aos projetos ao promoverem uma série de encontros e atividades que são totalmente abertas à sociedade. É claro que não são todas as hortas que partiram da iniciativa dos coletivos de agricultura urbana, muitas delas foram elaboradas através da organização espontânea dos moradores e trabalhadores de cada local. Porém, mesmo estes projetos, ao longo das suas histórias, contam ou contaram com o apoio e colaboração destes coletivos em determinadas fases do seu desenvolvimento.

Nesse sentido, o movimento das hortas urbanas comunitárias na cidade carioca está ganhando volume justamente através desta rede de coletivos de agricultura urbana, que se organizam em múltiplas escalas de ação e congregam uma diversidade de cidadãos dispostos a se apropriar dos espaços públicos ociosos da cidade para plantar e colher de maneira comunitária. Assim, podemos concluir que os projetos de horta urbana comunitária emergem – de maneira vertiginosa – como um movimento disperso no município carioca (configurado em arranjos comunitários locais, presentes em variados bairros), porém ao mesmo tempo conectado através de redes de cooperação e comunicação territorial, nas quais os coletivos mencionados são peças-chave de articulação social.

Considerando estas ideias, segue uma apresentação geral das hortas urbanas comunitárias que foram analisadas nesta pesquisa. Primeiramente, os projetos estão representados em dois mapas (ver Figuras 9 e 10), nos quais estão classificados de acordo com as características físicas de acesso dos espaços públicos onde estão inseridos – espaços integralmente abertos e espaços parcialmente abertos – e numerados para fins de identificação na tabela que vem a seguir. Esta tabela apresenta algumas informações relevantes sobre cada um deles: nome, tempo de duração, o tipo e a configuração física do espaço público em

Olaria Verde, CARPE, MUSA Agroecologia, entre outros. De modo geral, os integrantes de coletivos diferentes se conhecem e constroem laços de troca uns com os outros, pois eles regularmente atuam juntos em um mesmo projeto de horta. Assim, na última década, formou-se uma formidável rede de cooperação entre os coletivos supracitados. No entanto, cabe acrescentar que, apesar destas convergências, estes coletivos também resguardam notórias diferenças entre si, seja pela composição e organização social dos grupos ou devido às suas intencionalidades e táticas de ação. Por exemplo: enquanto alguns coletivos não têm fins lucrativos, outros assumem o formato de empresas e estão registrados como tais, prestando também serviços privados.

que se localizam e a situação atual na qual se encontra o desenvolvimento dos projetos.



Figura 9 - Mapa das hortas urbanas comunitárias inseridas em espaços públicos integralmente abertos do município do Rio de Janeiro.



Figura 10 – Mapa das hortas urbanas comunitárias inseridas em espaços públicos parcialmente abertos do município do Rio de Janeiro.

Numeração	Nome do projeto	Duração do projeto	Tipo de espaço público	Configuração do espaço	Situação atual do projeto
1	Laboratório Vivo Ocupação Verde Capim Limão	9 anos	Universidade pública	Integralmente aberto	Em pleno desenvolvimento
2	Horta do RU da UFRJ	2 anos	Universidade pública	Integralmente aberto	Em pleno desenvolvimento
3	Espaço de Vivência Agroecológica Geomata (VivA Geomata)	5 anos	Universidade pública	Integralmente aberto	Em pleno desenvolvimento
4	LaVAPer – Laboratório Vivo Agroecologia e Permacultura	8 anos	Universidade pública	Integralmente aberto	Em pleno desenvolvimento
5	Horta Govz ao Pé de Letras	2 anos	Universidade pública	Integralmente aberto	Em pleno desenvolvimento
6	Horta Floresta Verdejar	2 anos	Antigo terreno baldio	Integralmente aberto	Em pleno desenvolvimento
7	Jardim do Olho D'água	3 anos	Praça	Integralmente aberto	Desativado (interrompido)
8	Horta Comunitária da Cardeal	2 anos	Antigo terreno baldio	Integralmente aberto	Em pleno desenvolvimento
9	Santa Horta	6 meses	Praça	Integralmente aberto	Desativado (interrompido)
10	Horta da Aldeia Marcanã	5 anos	Antigo terreno baldio	Integralmente aberto	Em pleno desenvolvimento
11	Horta Comunitária do Grajaú	3 anos	Praça	Integralmente aberto	Em pleno desenvolvimento
12	Horta das Crianças	1 ano	Praça	Integralmente aberto	Desativado (interrompido)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812512/CA	13	Espaço Formiga Verde	3 anos	Antigo terreno baldio	Integralmente aberto	Em pleno desenvolvimento
	14	Horta do Rio Carioca	2 anos	Praça	Integralmente aberto	Em pleno desenvolvimento
	15	Horta da General	6 anos	Antigo terreno baldio	Integralmente aberto	Em pleno desenvolvimento
	16	Jardim Aromático da Praça José de Alencar	1 ano e 2 meses	Praça	Integralmente aberto	Em pleno desenvolvimento
	17	Agrofloresta da Urca (AFU)	2 anos e 6 meses	Calçada	Integralmente aberto	Em pleno desenvolvimento
	18	Horta Nossa da Fonte da Saudade	2 anos	Praça	Integralmente aberto	Em pleno desenvolvimento
	20	Planturbe	8 meses	Calçada	Integralmente aberto	Estágio inicial de desenvolvimento
	21	Horta do Vinil	1 ano e 10 meses	Praça	Integralmente aberto	Em pleno desenvolvimento
	22	Horta Comunitária da Quincas Borbas	4 meses	Praça	Integralmente aberto	Desativado (interrompido)
	23	Agrolona João Bosco	2 anos	Equipamento cultural	Parcialmente aberto	Em pleno desenvolvimento
	24	Horta Comunitária do Posto XI	3 anos	Estabelecimento hospitalar	Parcialmente aberto	Em pleno desenvolvimento
	25	Horta do Amanhã	2 anos	Equipamento cultural	Parcialmente aberto	Em pleno desenvolvimento
	26	Canto das Flores	5 anos	Equipamento cultural	Parcialmente aberto	Em pleno desenvolvimento
	27	Horta da ESDI	3 anos	Universidade pública	Parcialmente aberto	Em pleno desenvolvimento

28	Horta Coletiva do Atelier Sustentável	2 anos	Antigo terreno baldio	Parcialmente aberto	Desativado (interrompido)
29	Horta Comunitária do Morro da Formiga	7 anos	Antigo terreno baldio	Parcialmente aberto	Em pleno desenvolvimento
30	Horta Comunitária do Cosme Velho	6 anos	Antigo terreno baldio	Parcialmente aberto	Em pleno desenvolvimento
31	Hortinha da PV	2 anos	Universidade pública	Parcialmente aberto	Em pleno desenvolvimento
32	Boldinho da Urca	2 anos	Universidade pública	Parcialmente aberto	Em pleno desenvolvimento
33	Horta das Artes	4 anos	Equipamento cultural	Parcialmente aberto	Em pleno desenvolvimento
34	Nossa Horta Comunitária das Vargens	2 anos	Associação de moradores	Parcialmente aberto	Em pleno desenvolvimento

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812512/CA

Em seguida, elaboramos ainda um mapa único das hortas urbanas comunitárias do município do Rio de Janeiro, classificadas de acordo com sua configuração física de acesso. Isto é, uma síntese dos dois mapas apresentados anteriormente, contendo a localização geral de todos os projetos estudados ao longo deste trabalho de pesquisa (ver figura 11).

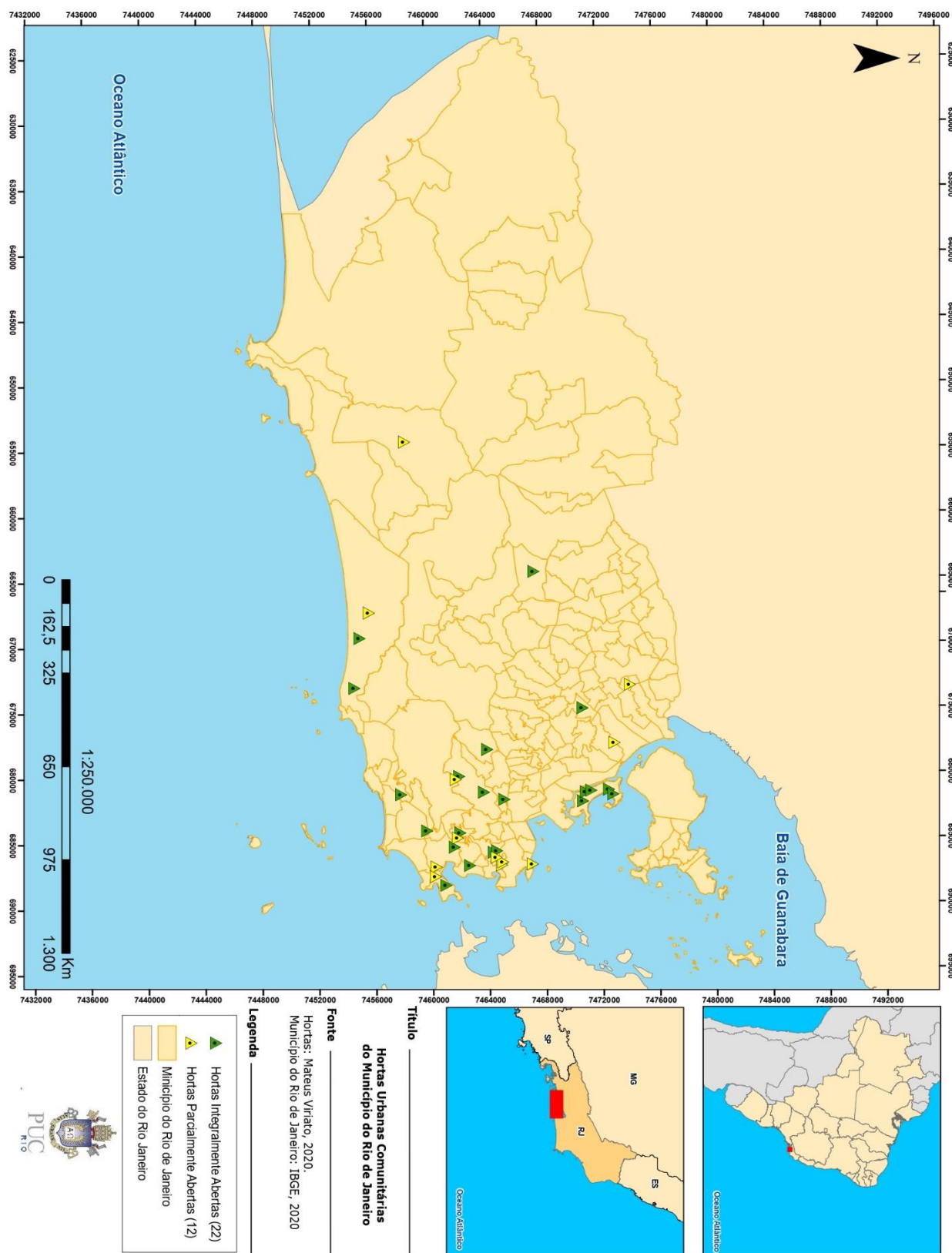


Figura 11 – Mapeamento geral das hortas urbanas comunitárias do município do Rio de Janeiro.

Longe de qualquer pretensão de abarcar a totalidade dos projetos existentes na cidade, vale ressaltar que qualquer esforço de mapeamento destas hortas é impreciso e parcial. De todo modo, seria impossível retratar com exatidão todas as hortas urbanas comunitárias do município. Porque a qualquer momento novos projetos podem se materializar na cidade e, por outro lado, os projetos já estabelecidos e em pleno desenvolvimento podem se dismantelar por razões diversas. Desse modo, buscamos mapear apenas as hortas visitadas durante o estudo e, a partir deste mapa, demonstrar um panorama da distribuição destas hortas no território da cidade do Rio de Janeiro. Mas nada exato, trata-se mais de um esboço, um roteiro de pesquisa.

Contudo, apesar destas ponderações, tal exercício de mapeamento torna visível algumas informações relevantes para a reflexão. Ao todo são trinta e quatro hortas localizadas em diversos bairros do município e em diferentes contextos de espaço público: dez hortas estão localizadas em praças, duas se encontram em calçadas, oito foram iniciadas em terrenos baldios, oito estão instaladas em faculdades públicas, quatro em equipamentos culturais da prefeitura, uma em um estabelecimento hospitalar da prefeitura e ainda uma dentro de uma associação de moradores. A maioria das hortas analisadas se concentram na Zona Sul e no Centro da cidade do Rio de Janeiro. Em geral, elas recebem seus nomes em referência ao local onde se inserem: o nome da rua, da praça, do parque, do bairro. É claro que estas nomenclaturas mudam dependendo dos contextos e dos sujeitos em questão, visto que seus participantes lhes conferem outros apelidos, alcunhas e sobrenomes de acordo com as representações que são criadas ao longo do desenvolvimento cotidiano dos projetos.

Do total, vinte e dois projetos situam-se em locais onde o espaço físico é aberto de forma integral e o acesso é irrestrito. São hortas urbanas comunitárias que não possuem cercas, grades ou portões e estão literalmente abertas durante o dia e a noite (ver exemplos nas Figuras 10, 11 e 12). Nestes projetos, a quantidade e a variedade de pessoas que se apropriam da horta costumam ser maiores, devido à própria configuração material do espaço público. Em geral, nenhum cidadão é impedido de usar e ocupar estas hortas. Na prática, nem sequer precisam pedir licença, visto que seus participantes não estão presentes o tempo todo no espaço. A cada momento, um sujeito social diferente pode fazer a sua parte, mesmo que de maneira anônima e singela.



Figura 12 - Jardim Aromático da Praça José de Alencar, a horta se localiza em praça pública no Flamengo (RJ), e foi iniciada em meados de 2018 por moradores e trabalhadores locais junto com integrantes do projeto social Cidades em Transição. (Fonte da imagem: Reprodução / Facebook)



Figura 13 - Agrofloresta da Urca (AFU), localizada em uma calçada da Urca (RJ). Este espaço é cultivado por estudantes universitários e moradores locais desde o final de 2017. (Fonte da imagem: Reprodução / Facebook)



Figura 14 - Horta Floresta Verdejar, localizada no Ponto de Cultura Luís Poeta no Engenho da Rainha (RJ). A horta foi iniciada no ano de 2016 em um antigo terreno baldio por moradores e participantes do coletivo do Verdejar, que realiza projetos no local. (Fonte da imagem: Reprodução / Facebook)

É evidente que, mesmo estando inseridas em espaços integralmente abertos, em determinadas hortas o livre acesso é mais um princípio teórico do que uma condição prática. Por exemplo, se no Jardim do Olho D'água (localizado na Praça Cardeal Câmara, no bairro da Lapa) diversos moradores de rua se apropriam do espaço em variados momentos do dia, na Horta Comunitária do Grajaú (localizada na Praça Edmundo Rego, no bairro do Grajaú) o acesso é um pouco mais seletivo, pois trata-se de um espaço público que, em certa medida, é vigiado e controlado pela Polícia Militar. Logo, não é porque os espaços são abertos em sua configuração física que qualquer cidadão, independentemente de suas diferenças, poderá se apropriar de forma democrática. Afinal, a vida cotidiana na metrópole se desenvolve em meio aos processos de fragmentação e hierarquização do espaço.

Entretanto, apesar destas contradições, as hortas localizadas em espaços públicos integralmente abertos da cidade carioca se constituem como ambientes dinâmicos e de exercício da alteridade, nos quais uma gama variada de cidadãos ordinários (estudantes, trabalhadores, residentes dos bairros, turistas e moradores de rua) se fazem presentes e deixam suas marcas no espaço público. Desse modo, nos diferentes momentos do dia, sujeitos variados – que não estão necessariamente vinculados aos projetos – usam e se apropriam destes espaços para fins diversos. Nessas hortas, a possibilidade do inesperado (da surpresa) está sempre viva e as trocas sociais que se realizam no espaço são recheadas de contato com a diferença.

No entanto, doze hortas comunitárias analisadas estão inseridas em espaços públicos que se apresentam parcialmente abertos, pois suas entradas são encerradas em determinados períodos do dia (geralmente durante a noite). Inseridos em contextos institucionais de espaço público (fundações, associações e universidades) ou mesmo em praças gradeadas pela Prefeitura, estes projetos estão sujeitos às próprias regras de acesso e horários de funcionamento destes espaços (ver exemplos nas Figura 13, 14 e 15). Neste compasso, a dinâmica social nestes projetos é visivelmente diferente, pois a gestão compartilhada da horta se encontra diretamente submetida ao regimento normativo destes espaços e às demandas que “vem de cima” (possíveis trocas de cargos públicos ou mudanças de gestão nos órgãos governamentais), que muitas vezes alteram (e até contrariam) os planos e as intenções sinceras dos voluntários.



Figura 15 - A Horta Comunitária do Cosme Velho é uma iniciativa dos moradores do Cosme Velho (RJ) e se localiza em um antigo terreno baldio. O projeto começou no ano de 2012. O espaço é cercado por grades e os seus portões ficam abertos de 6:00 às 18:00. (Fonte da imagem: Reprodução / Facebook)



Figura 16 - Horta Comunitária do Posto XI, localizada no pátio da Policlínica José Paranhos Fontenelle em Olaria (RJ). O projeto é desenvolvido por moradores do bairro, funcionários da clínica e o coletivo Olaria Verde. O espaço abre somente de 7:00 às 17:45. (Fonte da imagem: Reprodução / Facebook)



Figura 17 – Nossa Horta Comunitária das Vargens, localizada no jardim da Associação de Moradores e Amigos de Vargem Grande (AMAVAG), é desenvolvida por moradores de Vargem

Grande (RJ). Ainda em fase inicial, as atividades da horta se restringem ao horário de funcionamento do espaço, que fica aberto apenas em dias úteis (das 10:00 às 17:00). (Fonte da imagem: Reprodução / Facebook)

A organização destes projetos não deixa de ser horizontal em vários aspectos, porém os laços comunitários se constroem sob outras cadências e sentidos, uma vez que a gestão coletiva das hortas assume uma verticalidade maior. Bem como, a alteridade social presente nessas hortas também é outra, pois, na prática, não são todos os cidadãos que têm o direito de adentrar ou se sentem à vontade de frequentar certos espaços institucionais (posto que muitos deles são cercados, vigiados e policiados). Desse modo, percebemos que dependendo do espaço público onde as hortas se localizam e das condições de acesso que se configuram, a intensidade e os objetivos da transformação territorial promovida pelos projetos variam consideravelmente.

Em relação a duração dos projetos, a maioria das hortas urbanas comunitárias analisadas é recente e tem menos de cinco anos de existência. Entretanto, enquanto algumas hortas são muito recentes (possuem menos de dois anos), outras já possuem um histórico de construção mais longo. Porém, é interessante notar que, mesmo em um curto prazo, esses projetos já passaram por diferentes ciclos: períodos de maior engajamento social nas atividades e períodos de menor adesão de voluntários e frequência de encontros. Certos grupos de participantes já vivenciaram muitos transtornos e desafios nos espaços públicos em que cultivam seus projetos, contratempos que serviram de exemplo e aprendizado para suas atuais práticas de gestão. Histórias e lições que, com o passar do tempo, circulam pelo espaço da metrópole, tornando-se conhecidas entre diversos arranjos comunitários envolvidos em outros projetos de hortas da cidade.

Existem também outras hortas urbanas comunitárias que já mobilizaram grupos sociais muito numerosos e expressivos, mas que agora estão paralisadas³¹. No entanto, não foram desativadas na memória coletiva da multidão de cidadãos ordinários que fazia parte delas. Ainda estão vivas nas histórias de bairro, nas lembranças e referências cotidianas dos seus “ex-participantes”. Elas deixam a saudade de um pertencimento simbólico que demora para ser esquecido. E, em alguns casos, nem mesmo deixaram de existir fisicamente. Estão apenas

³¹ Como veremos mais adiante, estas hortas se encontram interrompidas por diferentes motivos, seja pela falta de compromisso e planejamento dos grupos que participavam das mesmas, pelas arbitrariedades que surgem no espaço onde se localizam ou, principalmente, por questões fundiárias ligadas ao ordenamento territorial do Estado.

adormecidas, por vezes desfiguradas, mas sempre disponíveis para novas reapropriações e usos coletivos (ver figura 16).



Figura 18 – A Horta Coletiva do Atelier Sustentável, localizado em um terreno baldio aos fundos de um hotel em Santa Teresa, foi um projeto de ocupação comunitária que envolveu cidadãos de diversos bairros, mas teve suas atividades paralisadas após uma sucessão de conflitos em relação ao direito de uso do espaço. Hoje o projeto está desativado e o proprietário do hotel não permite o acesso ao terreno. (Fonte da imagem: Reprodução / Facebook)

Ao pensarmos nas motivações específicas para a emergência das hortas urbanas comunitárias na cidade do Rio de Janeiro, é possível perceber uma complexa soma de fatores que justificam estas iniciativas, que apesar de exercerem influência conjunta, apresentam relevâncias diferenciadas na percepção dos grupos sociais de cada projeto. Sob essa perspectiva, fica claro que as principais motivações para o engajamento social nas hortas estão relacionadas à causa ambiental, das pautas ligadas à dimensão físico-ecológica destes projetos³². Visto que a maioria dos participantes manifestam uma inquietação em relação à insustentabilidade (ecossistêmica) da metrópole e levantam a bandeira dos ‘serviços ecossistêmicos’ que a horta presta à sociedade carioca³³. Para eles, as

³² De acordo com Harvey (1996), nos anos recentes a preocupação com as questões ambientais se tornou um fenômeno generalizado no mundo todo. Desse modo, de maneira genérica, o autor aponta que essa angústia gira em torno de três grandes fatores (que estariam ameaçados): a saúde dos ecossistemas que suportam a vida humana; as qualidades específicas do ar, água, solo e paisagens; e as quantidades e qualidades da base de recursos naturais disponíveis (HARVEY, 1996).

³³ Nesse sentido, sob um ponto de vista da sustentabilidade ambiental (físico-ecológica), qual a importância dos projetos de horta urbana comunitária na cidade? Podemos pensar em diferentes funções ecológicas que estas hortas desempenham: permeabilização do solo (menos alagamentos); controle da temperatura e umidade do ar (filtragem da poluição do ar); criação de sombras (microclimas mais frescos); conservação da água e do solo; geração de comida e medicinas naturais (economia com gastos no mercado ou farmácia); preservação da biodiversidade (aumento da fauna e da flora); reaproveitamento de resíduos orgânicos (através da compostagem, gerando menos contaminação e custos financeiros com descarte).

hortas se inserem como uma resposta local às múltiplas facetas da crise ambiental que se agrava cotidianamente.

Diante disso, em um primeiro plano, podemos dividir a causa dos participantes em três frentes: a busca por sustentabilidade ambiental, a busca por uma outra relação com os alimentos e a busca por conhecimentos agroecológicos. Entretanto, em um segundo plano das motivações analisadas, está a busca por maior participação política e representação territorial na cidade. Muitos voluntários não se sentem representados pelas políticas dos governantes cariocas e expressam profunda insatisfação com o modelo de gestão corporativa da metrópole. Nesse caminho, estes grupos ressaltam a urgência em viabilizar meios que os possibilitem participar de forma mais direta na transformação dos lugares onde habitam. Trata-se de uma vontade coletiva de engajar-se socialmente na vida pública da cidade, de “fazer política” nas ruas e, em algum sentido, conquistar alguma autonomia territorial.

Nesse sentido, um conjunto de questões territoriais que compõem a problemática da metrópole – tais como, a privatização dos lugares de convívio, a negligência e ingerência da Prefeitura em relação à determinadas áreas, a violência e a insegurança cotidiana – também são mencionadas por muitos grupos como causas que os moveram a buscar maior participação no espaço. Porém, estas questões aparecem não como uma causa primordial, mas como uma pauta que se fortalece e ganha vigor ao longo do desenvolvimento cotidiano do projeto. Isso ocorre porque ao ocupar e transformar o espaço público, os participantes se deparam com uma série de conflitos e tensões territoriais que, com o tempo, revelam e reforçam a dimensão política da ação coletiva. Assim, na percepção de grande parte dos voluntários, as hortas representam um contraponto (uma negação e uma alternativa) aos problemas sociais da cidade.

É evidente que a veia política das hortas urbanas comunitárias pulsa mais forte em determinadas situações do que em outras, devido ao próprio contexto de espaço público onde os projetos estão inseridos. Sob este aspecto, as pautas que se orientam ao direito à cidade (acima de tudo, ao direito de transformá-la) e ao valor de uso dos espaços ganham maior relevância nas hortas localizadas em espaços controlados pelo narcotráfico ou em áreas centrais para as estratégias privatistas do Estado ou das grandes empresas. Contudo, apesar de muitas vezes

não se manifestarem explicitamente em um primeiro momento, essa dimensão política está latente em todos os projetos e é durante o *fazer-com* nas hortas que essa dimensão é despertada e se intensifica cotidianamente.

Logo, podemos notar que são múltiplas as motivações que justificam a emergência das hortas urbanas comunitárias no Rio de Janeiro, diferentes questões e pautas estão associadas a este processo. Não obstante, todas elas apontam para uma mesma direção, isto é, para um interesse em comum dos arranjos comunitários que se envolvem nas hortas: a vontade de participar diretamente na produção do (sentido do) espaço em que vivem. Por isso, atualmente tais projetos se apresentam como válvulas de engajamento social e de construção de laços comunitários entre os cidadãos carioca. E por mais que estas iniciativas não promovam e nem pretendam a transformação radical da sociedade, acabam por criar uma cartografia mínima de uma cidade por vir, mais democrática e participativa.

Assim, tendo em vista esta breve explanação sobre a proliferação das hortas urbanas comunitárias no Rio de Janeiro nos últimos anos, sobre a formação dos arranjos comunitários que gerem estes projetos e as motivações que estão por trás deste movimento, cabe agora refletir a respeito das práticas de trabalho comunitário que se realizam nas hortas estudadas. Abordaremos a seguir como se dá o planejamento e a organização das atividades nos projetos (desde o primeiro plantio até o pleno desenvolvimento dos mesmos), isto é, como se elaboram os planos, táticas e astúcias coletivas nas hortas durante o processo de reapropriação coletiva do espaço público.

4.2. Do substrato ao fruto: o desenvolvimento dos projetos de horta urbana comunitária

As hortas urbanas comunitárias da cidade do Rio de Janeiro nos revelam múltiplas formas de uso e ocupação do espaço público. Ao examinarmos de perto as variadas atividades coletivas que nelas se realizam, encontraremos experiências muito criativas de apropriação espacial, que jogam de acordo com as ocasiões cotidianas e que são experimentadas conforme os limites, brechas e oportunidades presentes em cada território. Estas ações cotidianas – que produzem as hortas e que são produzidas a partir delas – expressam diferentes maneiras de pensar e manejar o espaço, conferindo relevância às dinâmicas sociais nas quais esses

projetos se desenvolvem. Logo, as práticas coletivas (modos de *fazer-com*) e as representações espaciais que se desenvolvem nos projetos de horta se tornam mais interessantes do que a coisa em si.

Nesse sentido, percebemos que os primeiros passos no movimento de reapropriação do espaço público através das hortas costumam ser semelhantes. De início os grupos são pequenos, com um número ainda reduzido de pessoas que geralmente se conhecem. Estes grupos ocupam o espaço através de uma ação inicial – um primeiro plantio, a abertura de um canteiro, a retirada do lixo etc. – no espaço onde pretendem cultivar a horta (ver Figuras 17 e 18). Nesta ação cada um contribui como pode, um leva a ferramenta, o outro as sementes, alguns chegam sem nada nas mãos, mas prontos para trabalhar e ajudar. O ato de ocupação inicial é marcante para os participantes, pois apesar de repentino, ele adquire um peso simbólico muito forte e perdura na memória do grupo, por muitos anos seguintes, como “o dia em que os trabalhos começaram”.



Figura 19 – Primeira ação coletiva na Hortinha da PV, na Praia Vermelha (Urca, RJ), onde alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro se uniram à moradores das redondezas para se reapropriar de um antigo canteiro abandonado, no ano de 2018. (Fonte da imagem: Reprodução / Facebook)



Figura 20 – Processo inicial de abertura dos canteiros da Horta Nossa da Fonte da Saudade, localizada na Praça General Alcio Souto, na Lagoa (RJ). Esta horta foi iniciada no ano de 2017 pelo coletivo Horta Nossa, em parceria com moradores e trabalhadores locais. (Fonte da imagem: Reprodução / Facebook)

São poucos os casos em que esta primeira ação é detalhadamente programada ou amplamente divulgada pelos grupos. Na maioria das vezes, ela assume as características de um levante. Trata-se mais de uma investida coletiva, um momento intenso (uma “experiência de pico”) no qual os grupos ocupam o espaço com ímpeto festivo, do que uma ação minuciosamente planejada (BEY, 2001). Muitos dos projetos de horta comunitária da cidade carioca começaram sem prévia autorização, ocupando o espaço público através de pequenos cultivos, sob uma lógica conhecida como “jardinagem de guerrilha”³⁴.

Sob esta perspectiva, as atividades iniciais costumam ser menos planejadas em termos gerais, os grupos podem até esboçar um rascunho do plantio, um desenho geral das transformações que pretendem realizar no espaço, mas trata-se ainda de algo muito vago. Eles sabem o que querem fazer, mas não planejam este fazer a longo prazo (com detalhes) e nem possuem uma “receita” (um método claro) de como fazer. Trata-se sim de um aprendizado cotidiano, experiências

³⁴ A expressão “jardinagem de guerrilha” (“Guerrilla Gardening” ou “Green Guerrilla”), surgiu em meados da década de 1970 nos Estados Unidos no contexto dos movimentos contraculturais. Refere-se ao plantio em espaços públicos ou privados sem prévia autorização. Em geral, “não se trata de qualquer plantio”, mas sim da “produção de alimentos na cidade, expressas geralmente pelo modelo de hortas geridas coletivamente” (MACHINI, 2018, p. 42). No Rio de Janeiro, costuma ser utilizada por alguns participantes de hortas comunitárias como inspiração para o momento inicial dos cultivos, ou mesmo, para designar algumas ações mais esporádicas que vêm ocorrendo na cidade (como abrir pequenos canteiros em gramados e quebrar calçadas para plantar árvores e sementes), muitas vezes protagonizadas por participantes de hortas.

coletivas de tentativa e erro, nas quais os participantes são constantemente (re)educados – na prática cotidiana – a como se organizar em grupo. Por isso, muitas vezes as hortas comunitárias nascem como locais de experimentação entre amigos e é somente após as primeiras transformações no espaço que a visibilidade do projeto e o engajamento social no mesmo começam a aumentar gradativamente.

Logo, de acordo com a chegada de novos participantes, o número de voluntários aumenta e a alteridade do arranjo comunitário envolvido na horta se torna maior. O número de participantes se multiplica em poucas semanas de duração dos projetos. E apesar desse número se apresentar sempre flutuante, é possível notar que cada horta possui um grupo de participantes mais frequentes, um “núcleo duro”, que se faz mais presente e participa de maneira mais assídua nas reuniões e assembleias deliberativas que ocorrem em seus espaços. É este núcleo que influencia nas decisões mais estruturais dos projetos, como: a regularidade e os horários dos encontros, as relações que se tentará estabelecer com a Prefeitura e as subprefeituras locais, entre outras questões. Bem como, também parte deles (desde cedo) a iniciativa de criar a página virtual para a horta comunitária, na qual divulgam o projeto e publicam as ações e novidades que estão sendo realizadas no espaço. E a abertura do projeto cresce na medida em que a divulgação das atividades é realizada com maior intensidade e clareza.

Desse modo, através das suas mídias sociais digitais e de táticas de comunicação visual nas hortas (instalação de placas, avisos no quadro-negro, etc.), estes grupos realizam as chamadas para a ação coletiva e, aos poucos, vão aprendendo a lidar com o entorno social. Durante as práticas cotidianas na horta, os participantes passam a conhecer os moradores e trabalhadores do entorno. Juntos, constroem laços de solidariedade até o momento em que estes também se tornam participantes. Em geral, há um incentivo muito grande para a participação de mais interessados e pouca cobrança aos participantes pontuais, a maioria dos projetos do Rio de Janeiro tende a aceitar bem que as frutas, verduras e temperos sejam colhidos por indivíduos que nunca participaram de nenhuma ação voltada para sua manutenção. Dessa maneira, buscam propagar a ideia de que aquele é um espaço aberto ao Outro: onde qualquer um pode se apropriar (com o devido respeito às regras coletivas do projeto) e que os frutos do trabalho coletivo podem ser colhidos por todos (ver Figuras 11 e 12).



Figuras 11 e 12 - Placas e quadro de avisos na Horta da General, em Laranjeiras (RJ). Os participantes do projeto costumam utilizar esses recursos como tática de comunicação com o entorno social e conscientização dos moradores e trabalhadores locais sobre os cuidados com o espaço. (Fonte da imagem: Reprodução / Facebook)

Com o passar do tempo, o planejamento dos projetos é alterado sucessivas vezes, pois conforme novas vozes surgem nos projetos, torna-se necessário o constante debate, atualização e reelaboração dos planos iniciais dos grupos. Não se trata de um planejamento apurado, bem-acabado, pois são espaços que nunca estão prontos – a cada ação eles se abrem para novas possibilidades de traçar planos –, são construídos e transformados dia após dia. Assim, durante o primeiro ciclo de atividades nas hortas, os grupos começam a definir de regras de responsabilidade comum e a estabelecer de acordos gerais para os projetos, que são organizados e reorganizados nos encontros cotidianos. É ao longo do desenvolvimento do projeto que os participantes criam a consciência sobre a longa duração das hortas e vislumbram o horizonte das transformações que estão realizando.

Dessa maneira, considerando o longo prazo, os grupos ensaiam variadas táticas e experimentam diferentes ferramentas de gestão dos projetos. Enquanto alguns voluntários se organizam para elaborar meios de financiamento coletivo para as hortas através das mídias digitais (a popular “vaquinha” virtual), como são os casos da Horta da General, Horta Comunitária do Grajaú e do Espaço Formiga

Verde³⁵. Outros grupos já iniciaram as hortas em parceria com órgãos governamentais e instituições municipais, muitas vezes sob o financiamento dos mesmos, como é caso dos projetos localizados em equipamentos culturais (como a Horta das Artes e a Horta do Amanhã), universidades públicas (como a Horta do Restaurante Universitário da UFRJ) ou integrados ao Programa Hortas Cariocas (a Horta Comunitária do Cosme Velho e a Horta Comunitária do Morro da Formiga). Já alguns projetos fazem questão de não monetizar suas relações, mas recebem com simpatia quaisquer doações de materiais relativos à prática da agricultura urbana (mudas, sementes, ferramentas etc.).

Se, por um lado, muitos grupos buscam desde cedo oficializar a apropriação coletiva do espaço através do Programa de Adoção de Áreas Verdes (o atual “Adote.Rio”) da Prefeitura do Rio de Janeiro, promovido pela Fundação Parques e jardins³⁶. Por outro lado, determinadas hortas se mantêm autônomas, pois seus participantes rejeitam a burocracia do Estado e evitam a normatização dos seus projetos. Muitos deles não consideram necessário formalizar um “Termo de Adoção” para plantar na cidade: não enxergam o sentido de “adotar” o espaço público por vias legais, visto que na prática este mesmo espaço já está sendo reapropriado e “adotado” pela multidão de cidadãos ordinários. Dessa maneira, seus participantes discordam que seja uma obrigação “pedir autorização para plantar um girassol na calçada”.

Nessa perspectiva, as relações de trabalho nos projetos analisados se realizam a partir de procedimentos e métodos variados. Em cada projeto, cada arranjo comunitário local se expressa a partir de suas próprias territorialidades, com suas peculiares cadências, ritmos e intervalos. No entanto, apesar de apresentarem diferenças notáveis de acordo com as condições específicas de cada lugar e as

³⁵ A Horta Comunitária da General (Laranjeiras, RJ) é um ótimo exemplo, que em 2015 iniciou um projeto de *crowdfunding* no site da Benfeitoria (uma plataforma digital de mobilização de recursos para projetos de impacto cultural, social, econômico e ambiental) em parceria com a Natura. Através de um sistema de financiamento coletivo de doações em troca de recompensas oferecidas pelo grupo, a meta do projeto era arrecadar um montante de vinte mil reais para viabilizar a construção de um sistema de captação de água na horta. Segundo eles, apesar do envolvimento de muitos, a horta caminhava devagar, pois havia um grave problema de fornecimento de água, que era sempre buscada nas redondezas. Assim, menos de dois anos, mais de 180 pessoas contribuíram e o projeto conseguiu não apenas bater a meta como ultrapassá-la (no total, foram R\$ 22.444,00 arrecadados pelo grupo). Com esse dinheiro o grupo também criou um mobiliário multiuso para convivência na horta e um bicicletário para estimular a vinda de pessoas de outros lugares.

³⁶ Através da regularização oficial dos seus projetos estes grupos buscam evitar qualquer tipo de imprevisto ou tensão com outros grupos sociais, inclusive e, sobretudo, com os órgãos do Estado. Na próxima sessão, apresentaremos o programa “Adote.Rio” e abordaremos esta problemática com maiores detalhes.

intencionalidades de cada grupo social envolvido, demonstraremos aqui que o fazer comunitário que emana das hortas urbanas da metrópole carioca se organiza a partir de um jeito próprio. Este jeito, se verifica diante das similaridades e dos muitos pontos em comum que os projetos de horta comunitária apresentam dentro de uma conjuntura maior na cidade.

Em função da natureza destas iniciativas, existe uma série de hábitos que são compartilhados por sujeitos variados em contextos díspares. Mesmo que algumas organizações se apresentem já bastante consolidadas e outras ainda em estágio embrionário, umas mais formalizadas e outras mais sorradeiras, é possível perceber uma forma geral de uso e ocupação do espaço nestes projetos. Justamente porque muitos participantes de diferentes hortas se conhecem e costumam trocar experiências e ideias entre si. Ao longo do desenvolvimento das hortas, os arranjos comunitários aprendem uns com os outros: desde técnicas e informações agrícolas até formas de organização social e táticas de relação com o Estado. Desse modo, os eventos e conflitos sociais que acontecem em uma horta servem de exemplo para outras. São histórias que circulam no dia-a-dia desses grupos, seja através do boca-a-boca ou de meios digitais, servindo de lição para suas práticas de gestão. Quando um grupo erra, outros se aperfeiçoam. E, assim, as diferentes práticas espaciais presentes em cada horta convergem de maneira relacional, uma absorvendo as performances da outra.

Logo, tal como muitos outros cultivos comunitários em cidades de diversos países, as hortas urbanas comunitárias do Rio de Janeiro se desenvolvem através da prática de mutirões autogeridos³⁷. São ações programadas e regulares de manejo coletivo da horta, nas quais os participantes (em número significativamente maior do que o usual) cooperam entre si para realizar transformações no espaço. Normalmente, ocorrem aos finais de semana e duram uma manhã ou uma tarde de trabalho³⁸. É o momento em que os grupos colocam muitos dos seus planos em prática: capinar e adubar o terreno, podar as árvores, plantar sementes e mudas,

³⁷ Podemos compreender por mutirão qualquer mobilização de indivíduos, coletiva e gratuita, para execução de um serviço que beneficie um lugar ou um grupo. A palavra "mutirão" origina-se do termo tupi *motyrõ*, que significa "trabalho em comum". É uma expressão usada com frequência no meio agrícola ou na construção civil de casas populares para designar ações em que todos são beneficiados e prestam auxílio, geralmente, sob sistema de rodízio e sem hierarquia.

³⁸ A frequência dos mutirões das diferentes hortas urbanas comunitárias do Rio de Janeiro costuma apresentar características semelhantes. É um momento que reúne um número de pessoas maior do que o usual e que ocorre aos finais de semana (quando a maioria da sociedade pode comparecer), com regularidade mensal, quinzenal ou semanal, a depender da disponibilidade dos voluntários e das demandas físico-ecológicas da própria horta.

abrir novos canteiros, criar uma placa de sinalização, conversar sobre o projeto, levantar novas pautas etc. Nesse compasso, diferentes atividades são realizadas simultaneamente, em conjunto, de forma horizontal e, em geral, sob o sistema de rodízio (ver Figuras 13 e 14).



Figura 23 - Mutirão na Horta Comunitária do Grajaú, localizada na Praça Edmundo Rego (Grajaú, RJ). Os mutirões ocorrem todos os sábados a partir de 16:00. (Fonte da imagem: Reprodução / Facebook)



Figura 24 - Mutirão no Jardim do Olho D'água, localizado na Praça Cardeal Câmara (Lapa, RJ). Neste projeto os mutirões eram mensais e duravam de manhã até o final da tarde, de acordo com a disponibilidade dos participantes. (Fonte da imagem: Reprodução / Facebook)

Durante o mutirão, cada voluntário participa de acordo com suas habilidades, assumindo diferentes funções ao longo do trabalho. Muitas vezes estas funções

são pré-fixadas, mas seus encarregados não. Sabe-se que serão plantadas hortaliças, por exemplo, mas quem irá plantá-las dependerá da dinâmica de trabalho do mutirão: da quantidade de pessoas presentes, do esforço físico que esta tarefa demanda ou da perícia técnica que ela exige. A ideia é que cada um contribui como pode, conforme suas aptidões pessoais e as necessidades do grupo. Existem tarefas que estão presentes em todos os mutirões (tais como a poda seletiva para gerar matéria orgânica ou a coleta do lixo na horta), outras que são extraordinárias (a construção de uma espiral de ervas ou uma farta colheita de maracujás). Certos afazeres são simples e rápidos, tal como a semeadura de uma hortaliça, já alguns envolvem maior complexidade e duram mais do que um mutirão para serem concluídos, como a escrita coletiva de uma proposta para o edital de um evento ou projeto social.

As atividades realizadas em cada mutirão costumam ser previamente programadas (seja no mutirão anterior, nas mídias sociais do projeto ou durante encontros que se realizam durante a semana) e divulgadas pelos participantes. Na programação das atividades, além das tarefas com relação ao manejo agrícola, é recorrente a realização de rodas de conversas, piqueniques coletivos, trocas de sementes, confecção de placas e cartazes, oficinas pedagógicas e reuniões coletivas após os trabalhos (ver figuras 15 e 16). Nesse sentido, o mutirão se constitui como um momento de troca de saberes, técnicas e informações em geral, uma mobilização de conscientização popular em muitos sentidos: que pode envolver desde a instalação de uma composteira de resíduos orgânicos até a organização de uma assembleia coletiva para decidir as ações futuras na horta³⁹.

³⁹ É recorrente após os trabalhos os grupos se sentarem em roda e conversarem sobre o trabalho realizado, o trabalho que há por vir e outros assuntos diversos. Na discussão coletiva de projeto, o debate gira em torno das qualidades, contradições e possibilidades de uso do espaço. Debate-se o que será plantado, organiza-se uma oficina para o próximo mutirão etc. Por sua vez, a discussão dessas pautas exige a tomada de decisões coletivas e, para isso, os grupos abrem rodadas abertas de votação, seja diretamente na horta ou nas mídias sociais do projeto.



Figura 25 - Reunião na Horta do Vinil, localizada em um antigo terreno baldio no Parque das Rosas (Barra da Tijuca, RJ). Após os trabalhos no mutirão, os participantes costumam se reunir em roda para conversar sobre o projeto. Muitas vezes, convidam os moradores do entorno para participar da troca de ideias. (Fonte da imagem: Reprodução / Facebook)



Figura 26 - Oficina pedagógica realizada na Horta da General durante o Picnic de reinauguração da horta, no ano de 2017. São muitos os encontros e eventos realizados nesta horta, que foi iniciada no início de 2014 por moradores e trabalhadores do bairro de Laranjeiras (RJ) e hoje conta com a participação de diversos cidadãos. (Fonte da imagem: Reprodução / Facebook)

Participando dos mutirões de diferentes hortas urbanas comunitárias da cidade do Rio de Janeiro foi possível observar que as pessoas envolvidas no mutirão a mais tempo se preocupam em receber os participantes recentes com uma atenção especial (lhes apresentam as culturas plantadas, contam sobre a história da ocupação, etc.). Logo, o mutirão coletivo se caracteriza pela participação efetiva do grupo na construção do espaço, nele os participantes tomam consciência do processo e da importância da função individual que exercem para o todo, o que

gera a identificação do voluntário com o produto do seu trabalho. Isso acontece porque os participantes passam a se reconhecer coletivamente quando se ajudam mutuamente e capacitam uns aos outros, trocando muita conversa durante todo o processo de trabalho comunitário (todos sabem o que será feito, como será feito e seus porquês).

Ao longo da realização de um mutirão, enquanto os muitos corpos se fazem presentes na horta, o projeto ganha mais visibilidade, despertando a atenção dos transeuntes que passam perto, olhando (estranhando ou se identificando com a ação coletiva). Muitos curiosos se aproximam e ali ficam, acompanhando os trabalhos do mutirão, tirando suas dúvidas a respeito do projeto, pedindo para tirar fotos da horta etc. Assim, o mutirão se constitui como uma tradição das hortas cariocas que agrega antigos e novos participantes em multidão. É um dia de encontro entre muitos. E o aspecto festivo deste dia é ponto crucial, o que não é incoerente com o trabalho pesado nem nas hortas, pois a dinâmica social do mutirão é marcada pela dedicação e pela festa, onde as fronteiras entre trabalho e lazer são muito porosas.

Em seu conjunto, as práticas e representações que se desenvolvem nas atividades comunitárias das hortas da cidade carioca refazem a forma e o conteúdo dos espaços públicos onde as hortas se inserem. Sob esta ótica, constatamos que os projetos de horta podem ser compreendidos como um evento de longo prazo, ou melhor, um evento composto de muitos eventos. Para Milton Santos (2008), os eventos mudam as coisas e transformam os objetos, dando-lhes novas características. Na concepção do autor, um evento é um resultado de um feixe de vetores e determinações, conduzidos por um processo que confere nova função a um meio pré-existente. Para o Santos (2008), não há evento sem ator e sem sujeito, pois “os eventos históricos supõem a ação humana. De fato, evento e ação, são sinônimos” (SANTOS, 2008, p. 147). Porém, se o evento é historicamente e geograficamente determinado, ele não é necessariamente instantâneo, decorrendo daí a ideia de duração, de intensidade e intervalo entre momentos.

Nesta perspectiva, o evento apresenta uma duração natural (decorrente do próprio evento) e uma duração organizacional (como no caso de leis e regras que interferem na duração dos eventos), mas, sobretudo, uma extensão ou espacialidade, uma “área de ocorrência” (SANTOS, 2008, p. 150). Logo, por mais óbvio que pareça ser, é interessante observar que, nas hortas, a natureza tem o

seu próprio ritmo e se desenvolve em um tempo diferente do ritmo da organização social do projeto. No solo, as verduras e as árvores crescem em ritmos diferentes, com velocidades distintas, com seus próprios ciclos de crescimento, colheita e entressafra. No grupo, cada participante impõe o seu ritmo ao longo da criação e do cultivo de um espaço coletivo, que, por sua vez, também se desenvolve mediante a produção de um tempo coletivo.

Nas hortas, as trocas e as relações construídas entre os voluntários, que possuem diferentes idades e experiências de vida, se tornam mais afetuosas pelo convívio prolongado em projetos que demandam um período de tempo de longa duração (estamos falando de um tempo que se mede em anos e não em horas ou minutos). São variadas as histórias coletivas construídas diariamente, sempre repletas de alteridade e contato com a diferença. Logo, as interações cotidianas nestes projetos se apresentam como possibilidades de construir memórias comuns e singulares, genuinamente pertencidas aos lugares onde estão “enraizadas”. Deste modo, as hortas urbanas comunitárias também são produzidas como espaços ricos em matéria de tempo.

Se o entorno imediato da maioria das hortas se insere numa configuração territorial que induz o cidadão a viver aceleradamente, a partir de relações efêmeras e episódicas (no ritmo frenético da produtividade capitalista). Dentro da horta urbana comunitária é possível observar a construção de temporalidades muito discrepantes em relação àquelas que se reproduzem nos seus arredores. No espaço da horta encontramos outras qualidades de movimento (a longa duração, a lentidão, a vagareza) que nos remetem a memórias que se edificam sobre outras bases: as épocas de plantio de cada cultura, as estações favoritas de cada espécie de insetos, uma árvore que cresceu etc. Referimo-nos, portanto, aos contrastes entre os usos do espaço e do tempo na horta e os usos do espaço e do tempo na cidade em geral.

Por mais acelerada seja a vida na cidade do Rio de Janeiro, marcada pelo individualismo e pela indiferença generalizada, quando as pessoas se fazem presentes na horta, reunidas em prol de um bem comum, observamos que elas são capazes de materializar vínculos mais intensos e duradouros umas com as outras. Para além da superficialidade da “cidade-mercadoria”, os laços espaço-temporais que nascem na horta urbana comunitária pertencem ao sentido da coletividade e da comunhão, isto é, se direcionam a formação de memórias coletivas sólidas e

vivazes. Memórias que não se baseiam na condição de estar *ao lado*, mas sim de estar *com* o Outro da relação social. As hortas urbanas, nesse sentido, também se inserem como meios de construção de histórias coletivas da sociedade, isto é, de lembranças comuns aos lugares de pertencimento da população.

Portanto, fica claro que estas iniciativas comunitárias de plantio nos espaços públicos, ao promoverem outras vias de relação social na metrópole carioca, sinalizam novas aberturas e possibilidades de experiência do espaço-tempo na contemporaneidade. A partir destas hortas, surgem novas “maneiras de fazer” repletas de proezas, espertezas, técnicas e travessuras – performances de uma arte de construir o espaço (e o tempo) em conjunto – que refletem toda a criatividade presente nestes projetos e que nos instigam a esmiuçar como o espaço público se transforma a partir destas dinâmicas. Assim, nos interessa agora refletir sobre o papel das hortas urbanas comunitárias na construção da gestão coletiva do espaço público no momento presente da vida cotidiana na metrópole carioca.

4.3. Cultivando a gestão coletiva do espaço público

Como vimos, o espaço público da cidade do Rio de Janeiro está em metamorfose. Dentro da atual estrutura de dominação territorial sustentada pelo planejamento estratégico e pelo modelo de gestão corporativa e do território carioca, o espaço público se apresenta requalificado, assumindo características e elementos típicos de uma propriedade privada. Entretanto, é evidente que este espaço é transformado não apenas por parte do Estado ou de grandes empresas, mas também por velhas e novas práticas espaciais que nele se fazem presentes, desempenhadas por cidadãos ordinários, nos diferentes momentos da vida cotidiana. Assim, o espaço público se constitui como um espaço em constante disputa, que é produzido por forças contraditórias, de acordo com os sentidos das ações que nele se realizam, sejam elas orientadas para a apropriação (uso) ou para a dominação (controle do uso) deste espaço.

Nesse sentido, sob o ponto de vista da organização política e das práticas espaciais que se dão nas hortas urbanas comunitárias da cidade, percebemos que essas iniciativas, que parecem pequenas e locais num primeiro momento, ultrapassam a prática do cultivo agrícola e criam representações para uma nova mentalidade na relação com o espaço público. Não se trata apenas de cultivar árvores e hortaliças, mas sim de cultivar outros tipos de relações sociais, semeando

novas formas de resistência e maneiras de se apropriar da cidade. Trata-se da própria 'cidade-em-cultivo', através de ações coletivas que transformam a morfologia e o conteúdo do espaço público e nos apontam o devir de uma nova sociabilidade no Rio de Janeiro.

Primeiramente, gostaria de ressaltar dois aspectos centrais dos projetos analisados, já mencionados anteriormente: o caráter experimental da gestão coletiva nas hortas e a articulação em rede entre os grupos que as produzem. Por um lado, a gestão do espaço se constrói mediante o aprendizado prático, são ensaios errantes, tentativas compartilhadas que erram, aprendem e acertam. Este modelo de gestão coletiva não possui uma fórmula precisa – toda ação é uma experimentação e um ensinamento para a próxima ação – pois se aperfeiçoa durante a vivência cotidiana do espaço, de acordo com as necessidades que surgem ao longo do projeto. Por outro lado, os grupos sociais de cada horta não aprendem a gerir o espaço apenas em seus respectivos núcleos, os projetos estabelecem pontes de interlocução entre si, trocam experiências, comparam suas práticas umas com as outras e, assim, criam suas próprias referências de organização e gestão do espaço público.

Na cidade do Rio de Janeiro, formou-se uma rede de hortas urbanas comunitárias, são muitos ensaios de gestão coletiva do espaço público que estabelecem muitas conexões entre suas atividades. É uma rede que se fortalece através da troca de informações (não apenas sobre as hortas, mas sobre a cidade e o mundo), seus grupos intercambiam técnicas, sementes, experiências e transferem seus aprendizados umas às outras. Até mesmo entre hortas inseridas em contextos muito distintos, produzidas por grupos que não estabelecem contato direto, essa troca existe: pois as histórias de uma horta se repercutem na outra, uma ideia que obteve sucesso em um dos projetos rapidamente se espalha para várias outras (seja através do meio digital ou por meio das conversas cotidianas nas hortas). No entanto, apesar de ser a mesma ideia, ela não é aplicada exatamente da mesma forma em duas hortas diferentes, pois a singularidade de cada experiência nunca é totalmente replicável (a criatividade não permite mimese).

De forma semelhante, ao analisar o movimento de hortas urbanas comunitárias em São Paulo, Machini (2018) percebeu que existe um forte entendimento entre os arranjos comunitários dos projetos de que as intencionalidades, a organização e os processos de trabalho, apesar de parecidos,

são singulares em cada uma das hortas. Sob esse aspecto, “a lógica que opera entre as hortas é a de que ideias diversas funcionam de maneiras diversas em espaços e entre agrupamentos diversos” (MACHINI, 2018, p. 65). A autora aponta que as hortas paulistas também se articulam em redes:

A ideia de rede aqui contrasta com grupos mais estáveis e de demandas unificadas, contrasta também com o *modus operandi* do Estado ao demandar ações e experimentos para além de uma burocracia planejada, regrada, roteirizada, por vezes paralisante. Esse caráter experimental e fluido, que lida com o imprevisto, faz das hortas um tipo diverso de intervenção, diverso mesmo de outros coletivos urbanos – não há um núcleo de representante, mas núcleos de representantes, que em muitas das vezes, inclusive, não se sentem no direito de serem taxados como tais quando colocados perante instâncias mais formais, como o Estado (MACHINI, 2018).

Sob este aspecto, apesar do arranjo comunitário envolvido em cada horta urbana comunitária analisada apresentar um “núcleo duro” de participantes, observamos que não há líderes absolutos. Em certos momentos e ocasiões, alguns participantes podem até exercer liderança ou se candidatar para representar o projeto em outras esferas, porém observamos que eles não tendem a hierarquizar as relações na horta. Pelo contrário, são justamente estes participantes envolvidos de maneira mais intensa com as hortas que despendem o maior esforço em convocar mais pessoas para a transformação o espaço público. Eles mesmos recusam a denominação de “líderes”. Assim, de maneira geral, na prática cotidiana de gestão das hortas a horizontalidade das relações não dispensa a existência de verticalidades, mas a primeira dimensão se sobrepõe a primeira. Quando não, os projetos encontram sérias dificuldades para o seu desenvolvimento comunitário⁴⁰.

Em maior ou menor medida, a população participa de todas as etapas do desenvolvimento dos projetos de horta comunitária na cidade, desde a concepção do projeto até a definição dos acordos e regras de trabalho (como será produzida a horta, como será feita a manutenção, com que regularidade). Nas hortas, os cidadãos ordinários se articulam para compartilhar o espaço e, através de processos democráticos, tomam decisões importantes para a transformação do espaço público. Assim, nas frestas oportunas do espaço dominante, este agir

⁴⁰ Notadamente, a sobreposição dos interesses particulares de um participante ou de um pequeno grupo em relação às vontades da maioria é uma realidade em algumas poucas das hortas analisadas nesta pesquisa. De fato, esta hierarquização das relações na gestão do espaço se torna mais visível em alguns projetos específicos do que em outros, como veremos no Capítulo 4 deste trabalho.

coletivo nas hortas urbanas se fortalece por meio da ajuda mútua em um trabalho coletivo unificado, que não só atende (parcialmente) às necessidades básicas dos sujeitos, mas “os instiga à produção de uma cidade em que se quer viver a partir da sua liberdade e do seu desejo de se autogovernar autonomamente” (BIAZOTI, 2019, p.194).

Se, para alguns, a presença de uma horta urbana comunitária na metrópole causa estranhamento e até mesmo repulsa, para muitas outras pessoas estas iniciativas de plantio representam um “convite à ação” (SANTOS, 2004). São muitos os participantes dos projetos que não frequentavam os lugares onde hoje se localizam as hortas antes de iniciar projeto, mas que agora assumem voluntariamente uma função social naquele lugar. São vizinhos que não se conheciam, mas que agora cooperam entre si, construindo juntos uma conexão de pertencimento com espaço público e uma nova relação política com a cidade. Estas pessoas se sentem, de alguma maneira, representadas por meio destas hortas, por perceber que tais obras coletivas são, em certa fração, produtos do seu trabalho.

Sob esta ótica, percebemos que as hortas urbanas comunitárias representam uma frente de resistência aos referidos processos de fragmentação territorial e de privação dos indivíduos da metrópole carioca. Ademais, ao promoverem encontros comunitários de longa duração, estas hortas se constituem como obras coletivas que subvertem as limitações impostas pela normatização estatal e pela lógica da propriedade privada. Pois, frente à governança corporativa da cidade, na qual os atores hegemônicos elaboram estratégias de controle privativo dos lugares, os projetos de hortas comunitárias se erguem através de um conjunto variado de táticas, astúcias, técnicas e travessuras associadas a outras ‘maneiras de pensar’ o espaço público (CERTEAU, 2012). Maneiras que promovem a abertura (física e simbólica) deste espaço à apropriação espontânea e democrática da sociedade.

Em “Espaço e Política”, ao refletir sobre a burguesia e o espaço, Lefebvre (2008) ressalta que todo movimento ou projeto social que se pretenda autônomo ou revolucionário deve interrogar o nível atual das forças produtivas, seus limites e possibilidades. Sob esta perspectiva, o autor aponta que a propriedade do solo se apresenta como a forma de propriedade inerente às relações capitalistas de produção. É através desta forma de propriedade que as relações sociais de exploração e de dominação na metrópole contemporânea se mantêm *pelo e no*

espaço. Por isso, Lefebvre (2008) afirma que a gestão coletiva do espaço implica uma condição primeira e fundamental: a superação da propriedade privada do solo.

Nesse sentido, as hortas urbanas comunitárias do Rio de Janeiro representam a negação do espaço público como uma propriedade estatal, que pertence somente ao Estado e padece sob o seu domínio privativo. As práticas e representações espaciais que se desenvolvem nessas hortas apontam para a superação da atual condição jurídico-política do espaço público no capitalismo financeiro-monopolista e sugerem que esta transformação é possível por meio da produção cotidiana de um espaço comunitário e autogerido. Um espaço que não é de ninguém, mas que a todos pertence. Que, ao mesmo tempo, não tem dono e é nosso. É o espaço da comunhão e da multidão, no qual os grupos de participantes das hortas estabelecem contrapontos a ordem espacial hegemônica construindo um ponto fixo no território, “enraizando-se” segundo suas próprias referências de ação. Referenciais coletivos que, na maioria das vezes, destoam e desviam da lógica dominante.

Neste movimento, tais grupos usam e ocupam o espaço público de forma compartilhada e multitudinária, transformando-o durante os diferentes momentos da vida cotidiana, ao longo dos mutirões, reuniões e demais encontros realizados em cada espaço. Entretanto, fazendo parte destas ações, também foi possível identificar uma série de desafios e contradições para a gestão coletiva do espaço público através dos projetos de hortas urbanas comunitárias. Os obstáculos mais visíveis estão presentes nas hortas que se inserem em espaços públicos parcialmente abertos em sua configuração física, pois muitos deles são regidos segundo as normas e regras das instituições governamentais nos quais se encontram. Sendo assim, a dinâmica de gestão destes projetos é pautada pelos esquemas de funcionamento internos destes espaços e devem obedecer às demandas da administração pública, que muitas vezes dificultam uma organização horizontal e espontânea das hortas comunitárias.

De outro modo, mesmo nas hortas localizadas em espaços integralmente abertos, questões como a desarticulação e afastamento entre os grupos de alguns projetos, a particularização dos participantes em “bolhas sociais” ou a falta de adesão de novos voluntários, por exemplo, são alguns dos problemas que ocorrem de maneira recorrente em determinados projetos. Bem como, as ações de vandalismo e depredação nas hortas também são questões que precisam ser

superadas. Sob este ponto de vista, a gestão coletiva do espaço público costuma ser desafiadora em vários sentidos, mas é principalmente diante do ordenamento e das normas do Estado que a maioria das hortas comunitárias manifesta suas principais contradições.

Ao refletir sobre os problemas teóricos da autogestão, Lefebvre (2017), sinaliza que a autogestão não pode evitar uma colisão com o “sistema político-estatal”, enquanto existir o poder estatal essa colisão acontecerá. Isto porque o Estado capitalista, por sua natureza, opõe seu princípio centralizador (do controle e da dominação estratégica do território) ao princípio descentralizador da autogestão, “que se move da base ao topo, do elemento à totalidade” (LEFEBVRE, 2017, p.140). Na visão do autor, a autogestão não pode escapar da obrigação primordial de constituir-se como um poder que seja não-estatal⁴¹. Em termos lefebvrianos, a autogestão deve confrontar o Estado que, embora enfraquecido, mesmo abalado ou em processo de desvanecimento, “poderá sempre tentar se reafirmar, consolidar seu próprio aparelho, transformar a autogestão em uma ideologia do Estado para, na prática reprimi-la” (LEFEBVRE, 2017, p. 140). Ele afirma:

A principal contradição que a autogestão introduz e suscita é sua própria contradição com o Estado. Em essência, a autogestão questiona o Estado enquanto poder constrangedor erigido sobre a sociedade como um todo, capturando e absorvendo a racionalidade que é inerente às relações sociais (à prática social). Uma vez brotando ao nível do solo, em uma fissura, essa planta humilde começa a ameaçar o robusto edifício do Estado. Isso é bem conhecido pelos homens do Estado. A autogestão tende a reorganizar o Estado em função de seu desenvolvimento, ou seja, tende a engendrar o seu desaparecimento. A autogestão revive todas as contradições no seio do Estado, e especialmente a suprema contradição que pode expressar-se, apenas em termos gerais, filosóficos, entre a razão do Estado e a razão humana, ou seja, a liberdade (LEFEBVRE, 2017, p. 139).

Considerando estas ideias, vale refletir sobre a postura do Estado com relação as hortas comunitárias em espaços públicos na metrópole carioca. Sob este

⁴¹ Lefebvre entende que, por essência, o princípio centralizador do Estado tende a sufocar o princípio da autogestão. Ao regular e normatizar a prática de autogestão, o poder estatal reduz o seu sentido e limita suas aplicações. Nessa perspectiva, a reflexão de Lefebvre tensiona a lógica de controle estatal com lógica da autonomia coletiva e nos abre a questão se “essa não será uma das principais contradições da nossa história, um novo momento dialético recém começado?” (Lefebvre, 2017, p.140). Para o autor, a autogestão (ou gestão coletiva) acrescenta às contradições da sociedade em que nasce uma contradição nova e central: “com o aparelho de Estado existente, que se pretende sempre o único organizador, racional, unificador da sociedade” (Lefebvre, 2017, p.140).

aspecto, notamos que estes projetos, principalmente no momento inicial de ocupação, são alvos de sucessivas investidas da Guarda Municipal ou da Polícia Militar, que muitas vezes cobram explicações dos grupos ou questionam se eles possuem alguma documentação oficial que autorize o plantio de uma horta em espaço público. E é aí que se manifesta a estratégia de controle estatal. Ao impor a condição legal de que qualquer ação (individual ou coletiva) de plantio em locais públicos necessita de uma autorização prévia para se fazer valer (ou, do contrário, é inválida), o Estado cumpre seu objetivo: a normatização da gestão nas hortas. Logo, é através do Programa de Adoção de Áreas Verdes que a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro impõe a regulamentação e realiza a cooptação de muitos projetos de horta urbana comunitária.

O Programa de Adoção de Áreas Verdes, existe desde o ano de 1986 na cidade do Rio de Janeiro e, teoricamente, visa promover maior participação da sociedade (empresas, associações de moradores e cidadãos) na “manutenção de bens públicos de uso comum do povo” através da adoção de áreas públicas, por períodos de dois até cinco anos. Atualmente denominado Adote.Rio, o programa é promovido pela Prefeitura através das equipes da Secretária de Conservação e do Meio Ambiente (SECONSERMA) e da Fundação Parques e Jardins (FPJ), e opera através de uma plataforma digital.⁴² Segundo a Prefeitura, o perfil dos adotantes são variados (empresas, associações de moradores e pessoas físicas) e a cidade possui um número aproximado de três mil “áreas verdes” que podem ser adotadas (leia-se áreas verdes como espaços públicos em geral, desde parques naturais, parques urbanos, praças, canteiros, jardins e outros tipos de terreno).

O discurso da Prefeitura é de que o programa busca “estimular a apropriação dos espaços públicos pelos cidadãos” e “promover melhores dinâmicas de uso destes importantes espaços do Rio de Janeiro”. Sob o slogan “O Rio ainda mais seu”, o texto do site do Adote.Rio defende que a participação dos cidadãos cariocas no cuidado dos espaços públicos é fundamental para a melhoria da qualidade de vida na cidade. Porém percebe-se claramente que a atenção do programa está voltada diretamente para as ações de empresas. Ao apontar os benefícios da

⁴² A lei municipal nº 5788 (de 23 de setembro de 2014) institui o programa Adote.Rio, regulamentado por Decreto Municipal que ampliou, sobremaneira, a abrangência de espaços públicos passíveis de adoção no Rio de Janeiro. O site do Adote.Rio (www.adote.rio) é a plataforma digital do programa onde os interessados obtêm as informações sobre as regras e os procedimentos necessários para realizar a adoção. Segundo a prefeitura, atualmente já são mais de 1,5 milhão de m² de áreas adotadas no município. Estas adoções possuem prazos de 2 até 5 anos e ao término destes devem ser renovadas ou terminadas.

adoção para seus adotantes, o texto ressalta os respectivos pontos: o “direito de divulgar sua marca e ‘QR CODE’ nos totens ou placas indicativas da adoção”, o “reconhecimento pelo poder público e da comunidade do benefício prestado à sociedade”, a “associação da marca à preservação do meio ambiente e responsabilidade social”, a “participação efetiva na preservação do patrimônio ambiental e cultural da cidade” e a oportunidade para “marketing alternativo, mídias sociais e espontâneas”.

Logo, se o programa menciona apenas brevemente a importância de “garantir a preservação e o uso adequado” do espaço ou em “estabelecer relação afetiva e até de pertencimento com a área adotada”. Por outro lado, ele enfatiza o retorno que o processo de adoção do espaço público traz para as marcas empresariais. Em um tom de campanha publicitária, o texto do programa tenta convencer os empresários de que a adoção de um canteiro ou de uma praça irá “associar sua imagem à responsabilidade socioambiental”, através de uma “pegada verde” na cidade do Rio. Evidencia-se, portanto, que a prioridade desta política governamental é fomentar as empresas a ‘tomar conta’ de espaços públicos (terceirizando a gestão) em troca da divulgação das suas marcas.

Nesse compasso, enquanto o Adote.Rio ressalta que “qualquer pessoa pode adotar um pedacinho do Rio de Janeiro”, na realidade não é bem assim. Para iniciar o processo, os interessados devem identificar se o espaço público está disponível para adoção através de uma lista na plataforma digital do “Programa Adote.Rio”. Após a verificação e seleção do espaço disponível, o próximo passo é formalizar a intenção do projeto através do preenchimento de um formulário online, visando a abertura do processo para celebração do Termo de Adoção com a Prefeitura. A questão é que este formulário exige uma série de documentos e procedimentos que não apenas tornam todo o processo de adoção muito burocrático, mas também excluem pessoas que não possuem comprovante de residência ou não possuem intimidade com as ferramentas digitais, por exemplo⁴³.

⁴³ O procedimento é dividido em quatro etapas: (1) Preenchimento de dados do formulário de adoção (solicitam a descrição da área pretendida, a explicação quanto ao interesse apenas em manter a área ou se também em implantar um projeto paisagístico novo, os telefones e e-mails do grupo para contato, etc.); (2) Envio de cópias dos documentos legais dos responsáveis pelo pedido de adoção (seja de uma empresa privada, de um condomínio, clube ou associação, ou de uma pessoa física, a qual solicitam Documento de Identidade, RG e Comprovante de Residência); (3) Apresentação de planta metrada ou croquis da área, com referências de localização (um esboço mais ou menos preciso das transformações a serem realizadas no espaço); (4) Apresentação por escrito do projeto de requalificação da área, se for objetivo da adoção a realização de benfeitorias paisagísticas, de restauração ou tecnológicas.

Além disso, ao acompanharmos os processos de adoção, fica evidente a postura conservadora de muitos atores da administração pública (sobretudo, da Fundação Parques e Jardins) com relação à prática agrícola e às possíveis transformações nas dinâmicas sociais do espaço público. Em seus critérios, eles entendem dois tipos de processo de adoção: “quando é apenas conservação e manutenção” e “quando é apresentado um projeto paisagístico ou tecnológico de restauração e revitalização”. Nesse sentido, eles não esperam receber projetos que engendrem mudanças profundas no espaço público, os pedidos de adoções que estes atores mais se identificam e tendem a facilitar são os referentes às intervenções de paisagismo.

Assim, os pedidos de adoção que partem dos projetos de horta são recorrentemente recusados e remodelados mais de uma vez (em função das restrições e requisitos do programa) até serem aceitos pelas autoridades. É um processo burocrático e desafiador, que envolve a negociação com equipes do governo que não costumam ver com bons olhos as hortas comunitárias em espaços públicos. Inclusive, ao término do prazo de adoção, muitas hortas que estão progredindo e gerando seus frutos enfrentam dificuldades para renovar a adoção do espaço. Aquelas que não conseguem a renovação acabam sendo interrompidas ou até mesmo destruídas pela Prefeitura (e, assim, um trabalho de anos se desfaz em minutos). Por isso, compreendemos que, em diversos casos analisados, esta lei de adoção de espaços públicos serviu mais para frear e desvirtuar os projetos do que para fomentar a seu fortalecimento.

Diante desta trama, observamos que nem todas as hortas comunitárias analisadas nesta pesquisa estão regularizadas ou pretendem se regularizar perante o Estado, o que as tornam insurgentes por excelência⁴⁴. Não obstante, mesmo os grupos que “oficializaram” suas hortas, adotando o espaço público onde se inserem através do programa, não seguem à risca o que combinaram com a Prefeitura. Há sempre desvios e improvisações durante a execução dos projetos, pois seus planejamentos iniciais são reelaborados conforme o desenvolvimento cotidiano dos mesmos. Nesse sentido, foi possível observar que nos registros oficiais da adoção,

⁴⁴ Trata-se de uma condição de insurgência dos projetos que, por sua vez, também os tornam vulneráveis em termos jurídico-políticos, inclusive, os expõe ao risco de terem suas hortas interrompidas pela Prefeitura, privatizadas por empresas e, até mesmo, adotadas por outros indivíduos ou grupos (com intencionalidades muito diferentes da proposta dos projetos).

estes projetos são descritos e desenhados de uma forma, mas na prática já são outros.

Os arranjos comunitários que participam e dão vida a estes projetos não se submetem a tudo que foi acordado com a prefeitura, na esfera do uso cotidiano eles conferem seus próprios sentidos ao espaço. De qualquer modo, uma ideia que foi vetada no pedido de adoção será posta em prática mesmo assim, mais cedo ou mais tarde, de forma sorrateira. Neste compasso eles conseguem driblar a formalidade burocrática do Estado através de mil e umas outras maneiras ('informais') de lidar com o espaço. Em geral, ao desviar da normatização estatal – burlando e subvertendo suas normas, em maior ou menor intensidade – estas iniciativas de gestão coletiva do espaço se constituem como obra e matriz de novas práticas de resistência. Juntas, elas incentivam uma postura de empoderamento civil frente ao ordenamento estratégico e neoliberal da metrópole.

Tal como afirma Certeau (2012, p. 104) ao refletir sobre os modos de fazer no cotidiano, “uma maneira de utilizar sistemas impostos constitui a resistência à lei histórica de um estado de fato e a suas legitimações dogmáticas”. Por isso, se a estratégia da ordem estatal normatiza e regula o espaço das hortas urbanas comunitárias, ali seus participantes criam ao menos um jogo de subversão, “por manobras entre forças desiguais e por referências utópicas” (CERTEAU, 2012, p. 104). Segundo o autor, em maior ou menor grau, existe uma desobediência criativa, imprevisível e não-rastreável, intrínseca à condição das ações ordinárias. Uma maneira de agir que, no cotidiano, opera através de uma arte dos desvios, que refaz o sentido e a lógica das representações espaciais dominantes. Referimo-nos a uma sabedoria táctica presente no movimento de gestão coletiva do espaço público através das hortas:

Aí se manifestaria a opacidade da cultura “popular” - a pedra negra que se opõe à assimilação. O que aí se chama sabedoria, define-se como trampolinagem, palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim, e como trapaçaria, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais. Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Tem que “fazer com”. Nessas estratégias de combatentes existe uma arte dos golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras

de espaço opressor. Destreza tática e alegria de uma técnica (CERTEAU, 2012, p. 104-105).

Trata-se da elaboração de táticas astuciosas e inventivas que buscam a afirmação de espaços de representação daqueles que tentam governar-se por seus próprios meios. Nas hortas comunitárias, através da subversão das normas legitimadas pelo Estado e da proposição de referências populares de organização criativa, muitos buscam superar a crise de representatividade em que vivem nas grandes cidades do século XXI. São projetos de intensificação democrática, nos quais os cidadãos ordinários ensaiam e experimentam modalidades de gestão coletiva que, ao se realizarem, reavivam a contradição entre valor de uso e valor de troca do espaço público. Nesse sentido, a gestão coletiva nas hortas urbanas comunitárias tende a restituir a prevalência do uso (a apropriação coletiva e espontânea do espaço) sobre a troca (a apropriação privada e estratégica do espaço).

Portanto, é importante notar que a gestão coletiva que se engendra nos projetos analisados também estabelece contrapontos à lógica de organização do mercado capitalista e, por mais que não se insira como uma ruptura ou solução aos seus problemas, ela nega e questiona o movimento de privatização dos espaços abertos da cidade. Segundo Lefebvre (2017), o princípio da autogestão coloca em questão o mundo da mercadoria, sem, contudo, negar que suas leis devem ser administradas. Desse modo, “ninguém pode em seu nome pretender ‘transcender’ o mercado, a rentabilidade dos negócios, as leis do valor de troca”, pois “limitar o mundo das mercadorias não significa livrar-nos delas por um processo mágico” (LEFEBVRE, 2017, p. 140). Assim, torna-se vital compreender que:

Em si mesmo e através de si mesmo, o conceito de autogestão tem consequentemente importância crítica, decisiva. Uma vez concebendo-se a autogestão, uma vez pensando-se em sua generalização, contesta-se radicalmente a ordem existente desde o mundo da mercadoria e o poder do dinheiro até o poder do Estado. O verdadeiro caráter das instituições e também do mundo da mercadoria é revelado diante dessa reflexão. Por outro lado, quando alguém contesta as instituições estatais e burocráticas, ou o mundo generalizado da mercadoria, como não evocar o que poderia substituí-los? Uma vez que a autogestão apareça espontaneamente, uma vez concebida em pensamento, seu princípio abala o sistema inteiro, ou os sistemas, a ordem estabelecida (LEFEBVRE, 2017, p. 140).

Logo, ao promoverem a reapropriação coletiva do espaço público, os projetos de gestão comunitária das hortas (em suas dimensões objetiva e subjetiva) permitem pensar não apenas a atividade humana como potência transformadora, mas, também, como capacidade de questionamento sobre o mundo mercadificado, regido pelo paradigma da propriedade privada. Uma consciência crítica que se forma ao ocupar e usar o espaço com o corpo e os sentidos, através de gestos, sentidos, linguagens, necessidades e sonhos que brotam e florescem no decorrer da ação, redesenhando os espaços de referência da norma estatal ou da troca mercadológica.

Dessa maneira, mesmo que em pequena escala e de forma singela, a gestão coletiva do espaço público através das hortas urbanas comunitárias do Rio de Janeiro aponta para um movimento de contestação do *status quo* e proposição de novas formas de desenvolvimento territorial, mais libertárias, justas e fraternas. Portanto, as hortas da metrópole carioca, assim como cultivam batatas, tomates, mandiocas e bananeiras, também seguem cultivando algo maior: a gestão coletiva como possibilidade de ruptura e superação da cidade homogeneizada, fragmentada e hierarquizada. Em algum sentido, elas semeiam uma cidade das diferenças, dos encontros e dos usos multitudinários. É a cultura do comum que se encontra em cultivo, sob o indomável manejo da multidão.

5. As possibilidades do comum nos limites do público: das estratégias da ordem às táticas sociais desviantes

Teoricamente, uma horta urbana comunitária envolve o direito de todos participarem ativamente na transformação do espaço público. E tal dinâmica de participação implica a igualdade de acesso e decisão entre a multiplicidade de sujeitos sociais que fazem ou pretendam fazer parte destes projetos. No entanto, para que esta prerrogativa se torne realidade, é necessária a elaboração de planos de ação e táticas de gestão que fortaleçam a horizontalidade das relações cotidianas e possibilitem o exercício da democracia direta na produção do espaço. Nesse sentido, a criação de regras de responsabilidade comum, a definição de métodos coletivos, a divisão de tarefas entre os voluntários e a construção de uma comunicação envolvente com o entorno social são alguns dos elementos essenciais para a eficácia das hortas. Somente através da cooperação e da partilha é que os participantes conseguem sustentar a proposta de um projeto, de fato, comunitário e aberto aos usos da multidão.

Porém, como vimos, muitos desafios e contradições estão erigidos para o desenvolvimento das hortas urbanas comunitárias da cidade do Rio de Janeiro. Na prática cotidiana, não são todas elas que se apresentam como obras de um agir verdadeiramente espontâneo e cooperativo. Em diversas situações, os grupos de participantes esbarram em limitações territoriais internas e externas aos seus ensaios de gestão coletiva. Nos projetos que são contemplados por programas governamentais e se desenvolvem através da parceria formal com a Prefeitura, por exemplo, verificamos que a via institucional pode se confirmar como uma armadilha para a autodeterminação da ação comunitária nas hortas, visto que a imposição de normas de uso e ocupação reduzem a horizontalidade dos usos da horta. Já naqueles projetos que se inserem em espaços públicos parcialmente abertos, as próprias regras administrativas e esquemas de funcionamento interno destes territórios materializam inúmeras restrições à interação social, pois sufocam a espontaneidade dos encontros cotidianos.

Não obstante, em diversos outros projetos de horta urbana comunitária – mesmo aqueles localizados em espaços públicos integralmente abertos e nos quais os participantes evitam estabelecer vínculos burocráticos com a administração pública – fica evidente como o ordenamento da Prefeitura (submetida aos

interesses das grandes corporações econômicas) é absolutamente capaz de desvirtuar o ímpeto coletivo e, se necessário, dismantelar todo o trabalho realizado. Diante das estratégias da ordem estatal e dos imperativos mercadológicos que dominam a metrópole carioca, muitos entraves territoriais se erguem para a gestão compartilhada do espaço público através das hortas. Desse modo, tais cultivos se desenrolam sempre sob a sombra do Estado.

De forma contraditória, as hortas urbanas comunitárias da cidade do Rio de Janeiro revelam um vasto repertório de práticas e representações que vão *ao encontro e de encontro* à lógica privatista da gestão corporativa promovida pelos grupos hegemônicos que controlam os usos do espaço público na vida cotidiana. Entretanto, ao considerarmos a existência de um nexo aglutinador entre a variedade de projetos analisados, veremos que as suas singularidades convergem para a construção de um sentido mais amplo de espaço, de natureza outra, que ultrapassa as demandas da lei e do mercado. Sob esta ótica, ainda que em meio a tantas dificuldades e problemas, todas as hortas urbanas comunitárias da metrópole carioca cultivam – mesmo que de maneira tímida, melindrosa e singela – a semente de um movimento multitudinário, que se orienta para além do público e do privado: a produção do comum.

A partir desse entendimento, este capítulo nos conta sobre a construção da vida em comum nas hortas urbanas comunitárias, isto é, sobre o desenvolvimento de uma política do comum através destes projetos. Referimo-nos ao comum como um horizonte político que se constitui, ao mesmo tempo, como alternativa e via de superação da dominação territorial do Estado e das elites econômicas. Um horizonte que se materializa nas criativas maneiras de *fazer-com* elaboradas nos diversos arranjos comunitários que produzem as hortas e que são produzidos a partir delas. Em meio às hortas, o comum brota e floresce nos gestos de comunhão que são tecidos junto com o Outro (que, na realidade, são sempre muitos Outros). Gestos que amadurecem perante a sabedoria prática de um “manejo desviante”, um jeito peculiar de manusear o espaço, que é repleto de destrezas, astúcias e trampolinagens capazes de recompor os resíduos e fragmentos da metrópole em um mosaico de possibilidades de emancipação social.

Assim, dos estratagemas de controle às táticas de reapropriação do espaço, o processo de metropolização apresenta, pelo menos, duas faces. Em uma delas a ordem hegemônica dissemina por toda a cidade sua rede de hierarquias e

subordinações, que reproduzem e ampliam as desigualdades territoriais através de poderosos mecanismos de controle. Porém, na outra face, vislumbramos a criação de novos circuitos de cooperação e colaboração que se proliferam pelo espaço urbano-metropolitano, protagonizados por uma multidão de cidadãos ordinários. Esta multidão vigora por meio das suas próprias teias de comunicação e maneiras de articulação comunitária (HARDT e NEGRI, 2005). Ela se fortalece à medida em que propaga uma quantidade infinda de encontros pela metrópole, nos quais sujeitos diferentes criam e compartilham práticas espaciais transformadoras dos lugares em que, poeticamente, habitam.

Eis o jogo cotidiano da multidão, transformar a forma e o conteúdo do espaço público através da multiplicidade dos usos, com toda a criatividade e singularidade que lhe é característica. Tal como peças errantes em um tabuleiro labiríntico, a multidão avança ou recua de acordo com os momentos e ocasiões da vida cotidiana. Este jogo não possui um “manual de instruções”, nem envolve o compromisso ou a submissão em relação às regras estabelecidas. Pelo contrário, ele é jogado lance por lance, no qual cada movimento multitudinário acentua a erosão das representações de espaço que regem, de forma totalitária, a metrópole contemporânea.

Tal jogo requer a habilidade de burlar e refazer os referenciais da dominação territorial, de se reapropriar dos restos de espaço ainda disponíveis e costurá-los em outras tramas de ação, em direção à soma de uma nova totalidade. Dessa maneira, perante a imensurável potência do agir em multidão, desenha-se uma abundância de desvios à lógica centralizadora do Estado e incontáveis rebeldias em relação à tendência monopolista do capital financeiro-imobiliário. Neste compasso, dia após dia, as estratégias dominantes são corroídas e resignificadas por cidadãos que, apesar da sua condição ordinária, são engenhosos na arte de subverter os sistemas que lhes são impostos. Muito mais do que apenas consumidores do espaço, são eles os artesões cotidianos de uma arte milenar, que é impossível de prever, pois se expressa sob as mil e uma maneiras de utilizar as normas e desviar delas (CERTEAU, 2008).

Considerando estas ideias, a estrutura deste capítulo se divide em duas partes. A primeira parte, intitulada “Pensar o comum como raiz e fruto das hortas urbanas comunitárias”, apresenta uma breve reflexão teórica sobre o comum enquanto um valioso conceito que pode iluminar o entendimento sobre as práticas e

representações espaciais envolvidas nos movimentos de reapropriação e gestão coletiva do espaço público através das hortas, que viemos discutindo ao longo deste trabalho. A teorização do comum será realizada a partir da interlocução entre as ideias de diferentes autores que, sob variadas perspectivas, contribuíram para a sua elaboração conceitual nas últimas décadas. Deste modo, buscar-se-á relacionar a construção dessa teoria com o desenvolvimento dos projetos de horta urbana comunitária da cidade do Rio de Janeiro.

A segunda parte do capítulo, intitulada “Relatos de hortas: sobre plantar e colher o comum em solo carioca”, aborda as maneiras pelas quais as hortas urbanas comunitárias desta cidade expressam o comum como um horizonte fundamental das políticas, táticas e planos de ação da multidão que habita cotidianamente estes projetos. Nesse sentido, a análise sinaliza os limites, desafios e possibilidades que se desvelam na produção multitudinária do espaço através das hortas analisadas. A argumentação será apresentada sob o formato de relatos de experiência⁴⁵, na intenção de criar uma proximidade sensível entre o leitor e a empiria da pesquisa. Através destes relatos, a escrita percorrerá as histórias e causos cotidianos de variadas hortas comunitárias da metrópole, enfatizando as contradições e singularidades inerentes às tentativas de construção de um sentido comum de espaço.

Portanto, a partir da apresentação de distintas dinâmicas de reapropriação e gestão do espaço público por meio dos projetos comunitários de horta urbana da cidade do Rio de Janeiro, a argumentação que se segue orbita em torno dos diferentes primas que uma Geografia crítica da vida cotidiana pode lançar sobre o comum no movimento de produção do espaço. Seguindo este caminho, nossa proposta é refletir sobre o possível-impossível semear do comum na contemporaneidade, apontando as aberturas e os obstáculos para o alvorecer de uma metrópole não mais retalhada entre o público e o privado, mas sim compartilhada entre muitas multidões, de maneira espontânea, justa e comunal.

⁴⁵ O relato de experiência é um tipo de texto científico em que a experiência de campo é enfatizada, de modo que a atividade empírica do pesquisador é apresentada de forma precisa e detalhada. No entanto, aqui não nos ateremos à uma narrativa pragmática, meramente descritiva e supostamente neutra. Referimo-nos aos relatos como um estilo de escrita que se faz em contraponto ao rigor formal de um relatório acadêmico. Trata-se de uma narração em tom de prosa, distante das amarras da cientificidade castradora de qualquer fonte de criatividade poética. Nossos relatos não têm a pretensão de apresentar resultados empíricos definitivos, mas apresentam histórias e discussões que, ao integrar a reflexão teórica com a vida cotidiana, podem nos esclarecer muitas questões.

5.1. Pensar o comum como raiz e fruto das hortas urbanas comunitárias

Quando pensamos no termo “comum”, quais imagens são evocadas em nossas mentes? É bem verdade que são múltiplos os seus usos e sentidos nos linguajares da vida cotidiana, mas de que maneira a sua polissemia pode contribuir para a reflexão teórica sobre o conceito de comum? No dia a dia, o “comum” geralmente paira na esfera da adjetivação, sendo adicionado à outras palavras para modificar a qualidade, extensão ou quantidade daquilo que ele nomeia (o senso comum, uma pessoa comum, um dia comum etc.). Enquanto adjetivo, o dicionário apresenta diferentes significados para o termo, podendo referir-se: ao que é relativo a dois ou mais seres ou coisas; ao que é usual e frequente; ou ainda àquilo que se caracteriza pela simplicidade. Porém, “comum” também desempenha a função de substantivo, na qual possui dois significados: o que se apresenta em maior número, a maioria, a generalidade; e aquilo que é corriqueiro, regular e ordinário.

Diante dessa variedade de acepções, é interessante ressaltar que as definições do termo “comum” giram em torno de dois entendimentos gerais que são elementares para a construção de uma teoria do comum. O primeiro se refere à natureza social do que é compartilhado (do uso de todos os de um lugar ou de uma coletividade) e o segundo à condição do que é habitual (que acontece ou se encontra com frequência). Por um lado, o sentido de “comum” se refere à partilha, ao que é feito ou usufruído em conjunto. Por outro lado, ele também diz respeito às constâncias e habitualidades vida de todo dia, de maneira que o seu sentido não existe fora do cotidiano ou em uma esfera superior à vida cotidiana, pelo contrário, ele parte dela e a ela retorna. Destarte, do comum como compartilhamento de um todo ao comum como o usual do cotidiano, é possível estabelecer uma primeira aproximação com este conceito.

De todo modo, ao buscarmos a verdadeira substância da palavra “comum”, percebe-se que a sua etimologia é capaz de revelar um sentido mais amplo. Um sentido que, apesar de resguardar relações com cada um dos significados já mencionados, também se desdobra para além deles, constituindo um ponto de partida interessante para a teorização. Etimologicamente, sua origem vem do latim *communis*, relacionado à *munus* (“tarefa, dever, função, ofício”)⁴⁶, significando,

⁴⁶ Sobre o conceito de *munus* é interessante apontar a existência da palavra “múnus” na língua portuguesa, que inclusive dá origem ao seu termo negativo, o “imune” (o que está isento de encargos e

portanto, o “ato de repartir tarefas em conjunto” ou “exercer função com”. Este sentido, que inicialmente se remete a uma maneira de fazer (o fazer-com) e a uma circunstância do estar (o estar-junto), se estende posteriormente para as coisas que são compartilhadas por todos (*res communis*) e para os espaços nos quais todos participam de maneira recíproca (*locus communis*). Cabe acrescentar que tal sentido se opõe à noção de *proprius* (“próprio, particular”), de modo que o comum ou o comunitário não se confundem com a ideia de posse ou propriedade⁴⁷.

Sob esta compreensão, o que é comum não pertence a um único indivíduo ou grupo, pois está relacionado à horizontalidade do uso e à participação em conjunto. Em outras palavras, o que é comum não tem dono ou proprietário, mas sim uma multiplicidade de participantes, usuários e produtores. Por isso, a essência do comum está ligada ao processo de apropriação comunitária (aos usos coletivos), mas não se relaciona à ideia de “propriedade comum”. Desde a sua origem etimológica o comum carrega a ideia de ações e objetos (materiais ou imateriais) que são experimentados e/ou construídos de forma compartilhada, denotando uma relação de compromisso mútuo para com esta ação ou objeto. Nesta perspectiva, quando nos propomos a “pensar o comum” no movimento de produção espaço – que, afinal, é um sistema de ações e objetos -referimo-nos às relações de comunhão e reciprocidade que se desenvolvem entre a diversidade de sujeitos sociais que o produzem.

O conceito de comum diz respeito a uma relação dos sujeitos sociais com a riqueza social que é espacialmente produzida por eles, isto é, uma relação de luta pelo direito aos usos e de resistência contra a apropriação privada desta riqueza⁴⁸.

deveres). Geralmente, a palavra “múnus” é utilizada dentro do âmbito jurídico, designando o conjunto de obrigações legais de um indivíduo. Entretanto, o seu significado não se restringe aos discursos legais, como apontam Martino e Marques (2018): “A noção de múnus refere-se ao coração do vínculo comunitário: é a reciprocidade que forma o vínculo entre pessoas, tornando-as parte de uma comunidade. A comunidade é o vínculo daqueles que têm determinado múnus, e por conta disso, estão ligados numa teia de obrigações mútuas das quais não se pode fugir sem deixar de lado o próprio sentido de “comunidade.” (MARTINO e MARQUES, 2018, p.132)

⁴⁷ Nota-se que o sentido de *communis* é uma tradução do conceito grego de *koinos* (“aquilo que não é particular”), em oposição a *oikos* (“o particular”). Por derivação, a expressão grega *koinonia* (“comunhão”) remete à vontade de usufruir ou participar de um todo – ao convívio em comunidade – opondo-se à noção de *steresis* (“privação”). Nas versões latinas, *koinonia* não apenas é sinônimo de *communio* (“comunhão”), mas também foi traduzida como *communicatio* (“comunicação”) e como *participare* (“tomar parte”). Para além do emaranhado vocabular, o mais importante neste jogo etimológico é ressaltar que o conceito de comum resguarda relações com as ideias de comunhão, comunicação, comunidade e participação.

⁴⁸ Quando refletirmos sobre a noção de “riqueza social” referimo-nos a todos os espaços, produtos e obras (materiais ou espirituais) que são produzidos ou usufruídos cotidianamente e, assim, são considerados valiosos para a reprodução da sociedade. Notadamente, esta noção possui uma orientação econômica, do conjunto dos bens que atendem às necessidades humanas e que, por sua

Logo, a espacialização do conceito de comum nos revela os espaços que são produzidos e compartilhados pela multidão, de maneira justa e acessível. Assim, por mais que esteja articulado com o público e o privado, o comum não se confunde com eles, pois não se enquadra nos seus regimes de propriedade (HARDT e NEGRI, 2010). Pelo contrário, a instituição do comum questiona não somente o direito de propriedade (pública ou privada) sobre os espaços, mas também as suas modalidades de gestão (seja pelo Estado ou pelas grandes empresas). De acordo com Dardot e Laval (2015, p.263), “a propriedade exclui o comum, não somente em termos do gozo dos bens, mas igualmente no âmbito da produção, já que ela supõe a divisão entre proprietários e não proprietários”.

Sob esta ótica, quando relacionados ao comum, tanto o público quanto o privado se apresentam como dois lados de uma mesma moeda, visto que se orientam à expropriação da riqueza social através do direito jurídico da propriedade. Eis a falsa dicotomia que domina o pensamento ocidental, pois apesar das diferenças e contradições que se estabelecem entre o público e o privado, ambas as esferas se baseiam em regimes de propriedade (no direito legal de posse) do espaço que negam as possibilidades do seu sentido comum (HARDT e NEGRI, 2010). Diante deste dilema, Dardot e Laval (2015) afirmam que:

A propriedade privada é ao mesmo tempo um direito, um princípio de dominação e a forma subjetiva das relações do indivíduo com o mundo. A propriedade pública, no coração do direito público, desenvolveu-se ao lado da propriedade privada. [...] Se a instituição da propriedade privada é o próprio fundamento do capitalismo, ela não é totalmente estranha ao desenvolvimento paralelo da propriedade pública. O mercado se amplia à medida que é alimentado pelas trocas de direitos de propriedade, enquanto o Estado aumenta seu poder à medida que ele faz a si mesmo proprietário de um domínio público e, mais amplamente, garantidor da ordem proprietária (DARDOT e LAVAL, 2015, p. 265).

Não obstante, na sociedade em que vivemos, a propriedade não apenas está no centro do ordenamento jurídico, mas também se consolidou como o cerne de toda a ordem social. Diante da dominação da ideologia neoliberal, torna-se ainda mais evidente a associação entre as esferas do público e do privado, que se mesclam de maneira estratégica para apropriar-se da riqueza comum (as obras e

vez, também são passíveis de domínio e posse. Como também denota uma dimensão geofísica, do conjunto dos recursos naturais, biológicos e geológicos de um território que são indispensáveis para o desenvolvimento social.

produtos produzidos em comum). Desse modo, os neoliberais sustentam que todo bem deve ser enquadrado nos moldes da propriedade: no plano governamental a tendência é tornar tudo público, suscetível de controle e vigilância por parte do Estado; e no plano econômico, tornar tudo privado e suscetível aos direitos de propriedade. Neste compasso, a propriedade privada se consolida em larga escala como fundamento e arquétipo para as relações sociais, enquanto a propriedade pública se apresenta progressivamente dominada pela ideologia neoliberal.

Daí deriva uma perigosa indistinção entre o espaço que é controlado de forma privatista pelo Estado neoliberal e o espaço que é de interesse comunitário e que deveria estar submetido à gestão comum, ambos legitimados como espaços públicos pelo ordenamento estatal contemporâneo. Segundo Hardt e Negri (2010), a filosofia neoliberal fez do mundo contemporâneo uma vasta “*república de la propiedad*”, onde o conceito do comum tem sido ocultado pelas noções de público e privado, fazendo com que encolha ainda mais as possibilidades de construção de uma política do comum. Referimo-nos a uma arte de governar em comum que é muito antiga na história do mundo e que sempre se desenrolou a partir de inúmeros conflitos e contradições na vida de todos os dias⁴⁹. Uma política de resistência territorial e cooperação social que não é nova na produção do espaço, mas que nos últimos séculos tem sido camuflada e desvirtuada pelo paradigma da propriedade (sobretudo, da propriedade privada) que tomou conta dos discursos econômicos, políticos e científicos.

No meio acadêmico, são várias as proposições teóricas que ignoram, reduzem ou refutam o conceito do comum enquanto uma possibilidade de transformação e desenvolvimento social. Um exemplo emblemático é o artigo “A tragédia dos comuns” de Hardin (1968), no qual postula-se que a lógica inerente ao manejo do que é comum geraria um quadro de usos irracionais e desenfreados que culminariam na inevitável destruição dos recursos da sociedade. Para Hardin (1968), a solução para evitar a deterioração e esgotamento dos bens comuns estaria dividida entre a propriedade pública e a propriedade privada, isto é,

⁴⁹ É importante ressaltar a existência de dissonâncias e descompassos na produção do comum. Concordamos com Dardot e Laval (2015), quando apontam que: “A dimensão conflituosa deve ser reconhecida como integrante do comum e não considerada um lamentável “efeito colateral” que se deveria evitar: o comum não se refere a uma “governança” pacífica que funciona de base ao consenso; ele não se constitui, não se perpetua e não se expande de outro modo senão no conflito e por meio dele.”

bifurcada entre o viés político do socialismo e do capitalismo⁵⁰. Mais de cinquenta anos se passaram, mas até hoje estas são as definições tradicionalmente postas em jogo: a generalização do privado através do processo de privatização ou a consolidação do público por meio da intervenção autoritária do Estado.

Entretanto, o fato desta tradição hegemônica perdurar até os dias atuais não quer dizer que a política do comum esteja adormecida. Longe disso, a ideia do comum reaparece na linguagem teórica e política sobretudo a partir dos últimos trinta anos e ganha vigor com a proliferação de práticas que expressam novas maneiras de pensar e de fazer o comum. E, ao que tudo indica, estas ideias e ações encontram lugar privilegiado nas cidades contemporâneas, “onde as redes e possibilidades de encontros são maiores e mais intensas” (TOTTI, 2016, p. 107). Segundo Totti (2016), as redes de cooperação e comunicação presentes nas metrópoles multiplicam as possibilidades de interlocução entre movimentos políticos singulares, tornando-as centros vitais de produção do comum. Conforme aponta Tonucci (2017), tal resgate e redimensionamento do conceito de comum se verifica na esteira dos movimentos sociais que se organizam contra a privatização generalizada da riqueza social e que, em contrapartida, reivindicam o direito ao uso compartilhado de espaços e recursos:

Sua emergência contemporânea deu-se primeiro entre os movimentos altermundialistas e ambientalistas que lutam, desde o início da década de 1990, contra a globalização neoliberal e a subsequente onda de mercantilização e privatização da natureza, de territórios indígenas e de populações tradicionais, de terras comunais camponesas, de culturas e saberes ancestrais etc. Esses movimentos ressaltaram a centralidade do comum para a subsistência de diferentes sociedades humanas por milênios, assim como para a preservação e reprodução da natureza. Denunciaram ainda a histórica dissolução do comum por conta da imposição da propriedade privada, fundamento do capital (TONUCCI, 2017).

Nesta perspectiva, são múltiplos os esforços de construção de uma práxis instituinte do comum em diversos movimentos de luta social no mundo contemporâneo. Bem como, são muitos os escritos que se orientam para a elaboração de uma teoria do comum nos diferentes campos científicos. Propostas

⁵⁰ Nota-se que, ao ressaltar a dimensão trágica do comum, o autor exalta exemplos simplistas que ignoram as possibilidades da gestão compartilhada da riqueza social e reduzem a compreensão do comum a um “bem” material (que, por sua vez, se confunde com a ideia de posse). Por fim, Hardin (1968) apresenta um tendencioso discurso a favor da prevalência da propriedade privada como o único caminho para uma gestão racional e equilibrada dos recursos naturais no capitalismo.

teóricas e práticas que expressam variadas possibilidades de produção do comum como um processo de resistência e superação das atuais estratégias de dominação capitalista, as quais se dão nos termos de uma verdadeira “expropriação do comum” (HARD e NEGRI, 2011). Deste modo, torna-se importante evidenciar, para fins analíticos, que a centralidade que o comum tem assumido recentemente se confirma a partir de uma miríade de teorizações e ações que nos revelam interpretações muito distintas sobre este conceito.

Ora, se o comum se refere a uma relação dos sujeitos com a riqueza social, diferentes autores e ativistas estão pensando em diferentes expressões concretas desta riqueza. Em meio a esta diversidade de leituras, o comum pode ser entendido como um recurso material (uma coisa), como um bem imaterial (resultado de um trabalho imaterial), como um conjunto de práticas sociais (uma maneira de fazer) ou até mesmo como um princípio político (um horizonte de luta social)⁵¹. Nesse sentido, também são muitos os âmbitos de existência do comum e as frentes de luta que reivindicam o comum: desde os movimentos de resistência a novos cercamentos territoriais aos movimentos ecologistas, passando pelos movimentos de oposição às privatizações neoliberais até os de oposição aos direitos de propriedade intelectual.

Uma vez reconhecidas tais diferenças gerais, torna-se claro que não há um amplo consenso sobre o comum, mas ainda assim podemos traçar pontos de convergência entre as ideias e práticas que estão em jogo. No campo das práticas espaciais, a primeira similaridade empírica que podemos encontrar é que o comum é produzido contra a sua negação prática: a propriedade (privada ou pública). Dessa maneira, se considerarmos os diferentes movimentos que produzem o comum é que todos eles se mobilizam em torno do enfrentamento aos processos de apropriação capitalista (os cercamentos, privatizações e demais restrições aos usos). Quando os variados autores e ativistas estão falando do comum, geralmente

⁵¹ Outra questão onde se evidenciam as divergências em relação ao entendimento deste conceito é a respeito do tipo de relação entre o comum e o capitalismo. Ostrom (1990), por exemplo, o pensa em termos de compatibilidade, demonstrando que no interior do mercado e do Estado há certos recursos ecológicos locais cujos usos razoáveis e eficientes sempre estiveram garantidos por uma gestão comunitária. Uma gestão que pode muito bem ir ao encontro da ordem dominante e articular-se aos seus regimes de propriedade. De outro modo, Navarro (2016) e Gutiérrez (2017) pensam esta relação em termos de exterioridade, por considerar o comum como aquelas práticas sociais que se dão fora do controle estatal e de valoração capitalista, e por implicar formas de organização social completamente distintas das dominantes. Já nas propostas de Harvey (2013), Hardt e Negri (2011) e muitos outros autores, o comum surge justamente dentro das atuais formas de produção e dos circuitos capitalistas de valoração, e sua relação com o capital é de interioridade e conflito.

eles se referem ao que estão defendendo das iniciativas de controle privativo e dos projetos de mercadificação que estão em curso. O comum, então, nos indicaria o terreno de disputa da riqueza social contra os atores capitalistas que promovem o valor de troca dos espaços e buscam transformar tudo em mercadoria.

O segundo ponto de convergência entre tais movimentos é que seus participantes se organizam a partir de redes de cooperação e comunicação entre singularidades, produzindo novas e criativas maneiras de agir em conjunto. Sob este ponto de vista, as iniciativas e mobilizações multitudinárias que reivindicam, defendem e produzem o comum tem emergido nas últimas décadas como alternativa emancipatória à dominação espacial capitalista. Mas esta alternativa não se constrói como um resgate nostálgico de relações pretéritas da sociedade e nem possui um manual “passo-a-passo” de como atingir tal emancipação. Ela é construída e reconstruída na prática cotidiana dos grupos que ensaiam maneiras de gerir e transformar os espaços em que, poeticamente, habitam. Trata-se de um repertório de ideias e práticas espaciais que está sempre a se renovar – de maneira tática, criativa e subversiva – mediante as circunstâncias e ocasiões nas quais a multidão se reproduz socialmente.

Assim, segundo Mayer (2015), se de um lado o comum está ameaçado pela disseminação das parcerias público-privadas no contexto do urbanismo neoliberal, por outro, o comum se abre como possibilidade para a produção de novas resistências e subjetividades no seio da metrópole contemporânea. Assim, o autor pontua que o comum se apresenta tanto como “trincheira privilegiada de enfrentamento ao Estado-capital”, quanto como “expressão das novas formas organizativas dos movimentos multitudinários na atualidade”, marcados pelo desejo de democracia direta, horizontalidade e autonomia, e “pela produção de afetos, novas subjetividades e modos de vida não capitalistas” (MAYER, 2015, p. 22). De maneira concordante, Tonucci (2017) sinaliza que o comum não é apenas uma resposta à dominação, mas também uma proposta de apropriação de mundo:

As resistências aos novos cercamentos revelaram não apenas um mundo de relações comunais não-capitalistas que se imaginava extinto ou não valorizado, mas chamaram atenção para novas formas de cooperação social gestadas no âmbito do capitalismo contemporâneo, cada vez mais centrado na produção e compartilhamento em rede de bens e serviços imateriais – imagens, ideias, culturas, linguagens etc. – que tendem a tomar formas comuns, escapando às circunscrições da propriedade privada (TONUCCI, 2017).

Para Tonucci (2017), o comum refere-se aos bens, espaços e recursos (materiais e imateriais) que são produzidos e apropriados coletivamente por uma comunidade por meio de práticas e relações de compartilhamento e reciprocidade, fora do âmbito do Estado e do mercado. Sob este mesmo entendimento, Gutiérrez (2017) apresenta o comum como tudo aquilo que se produz e usufrui coletivamente e cujo controle e decisão não se delegam para outras mediações políticas que não sejam os mesmos que o produzem. Neste sentido, o comum não é algo meramente herdado, mas, antes de tudo, é produção reiterada de sentido e de vínculo. Logo, Gutiérrez (2017) ressalta que o comum é mais do que uma maneira simplista de nomear o “público não estatal”, pois refere-se a uma perspectiva de luta lançada para se reapropriar e recuperar, direta e coletivamente, o que foi retirado das mãos das coletividades. Navarro (2016), por sua vez, ressalta o comum como uma ideia-força central da organização comunitária, central para a reprodução das relações sociais:

Entendemos que lo común no sólo es una cosa sino ante todo una relación. Y es que, si bien lo común tiene una dimensión simbólica y material que se manifiesta en el agua, la tierra, los minerales, las semillas o los bosques; o en la seguridad social con respecto al bienestar, la salud, la educación o los espacios públicos; o virtualmente, en los medios de comunicación, el espacio radioeléctrico y el internet; no hay que perder de vista que no se trata de un objeto o de una dimensión material separada de la actividad humana y del hacer social que lo re-produce (NAVARRO, 2016, p.25).

Segundo Navarro (2016), o comum não é uma mera idealização que se busca defender de maneira nostálgica, o comum é uma forma concreta e situada de reproduzir a vida social. Ou melhor, de reproduzir a vida centrada no valor de uso do mundo. Os movimentos das multidões que lutam contra os arcabouços jurídicos que os regimes neoliberais estabeleceram, apontam para a nova racionalidade do "comum", sustentada pelas lutas e experimentações sociais as mais diversas. Experiências comunitárias que fazem prevalecer o direito de uso sobre o direito de propriedade e o valor de troca dos espaços. Desse modo, Navarro (2015) ressalta a noção de “comunitário” como uma maneira de estabelecer e organizar relações sociais de compartilhamento e cooperação que tendem a potencializar a autonomia e a autodeterminação de uma coletividade decidir sobre os assuntos relativos à

reprodução material e simbólica necessária para garantir sua vida biológica e social.

Navarro (2015) afirma que a relação comunitária não é unicamente uma negação da dominação existente – não somente é não-capitalista ou não-estatal - pois é isso e, ao mesmo tempo, muito mais que isso. Nesse sentido, o “comunitário” não existe unicamente pelo capital, nem a partir do capital, ainda que seja em termos de negação, de modo que tal maneira de reproduzir a vida não pode ser determinado antes pela dominação. A autora defende que pensar toda forma de reprodução da vida social nos termos da sua relação antagônica com o capital pode nos levar a cair em uma armadilha epistêmica. Seguindo este raciocínio, Navarro (2016) propõe a ideia de *entramados comunitarios* para se referir às tramas de relações sociais comunitárias complexamente articuladas na vida cotidiana. Tramas que nos permitem pensar formas de apropriação e gestão do espaço para além das relações capitalistas:

En un caso la sociedad capitalista produce lo pre-capitalista porque lo necesita, en el otro caso lo no-capitalista surge únicamente como antítesis de la sociedad capitalista, como producción no deseada pero aparentemente necesaria para el capital. Bajo tal malla conceptual no hay lugar para una amplia constelación de prácticas y esfuerzos que se afirman en la reproducción de la vida social a través de la generación y re-generación de vínculos concretos que garantizan y amplían las posibilidades de existencia colectiva – y por tanto individual – en tanto producen una trama social siempre susceptible de renovación, de autoregeneración. (...) Entendemos pues, los entramados comunitarios como constelación de relaciones sociales de “compartencia” – jamás armónica o idílica, sino pletórica de tensiones y contradicciones – que operan coordinada y/o cooperativamente de forma más o menos estable en el tempo con objetivos múltiples –siempre concretos, siempre distintos em tanto renovados – que tienden a satisfacer o a ampliar la satisfacción de necesidades básicas de la existencia social (NAVARRO, 2016, p.56).

Nestes termos, podemos compreender o comum como uma maneira de produzir o espaço e reproduzir a vida social. Uma maneira de se relacionar em sociedade que, contraditoriamente, se complica e intensifica em momentos de aprofundamento do antagonismo social. Nesse sentido, o comum se revigora no

capitalismo em sua fase financeira e monopolista, sustentando e orientando a construção de múltiplas experiências de produção do espaço que se pretendem autônomas e mais democráticas do que os sistemas políticos neoliberais. De acordo com Dardot e Laval (2017, p. 20), o comum “é o nome dos objetos de natureza muito diversas pelos quais a atividade coletiva de indivíduos se responsabiliza, comum é o nome propriamente do princípio que anima essa atividade”. Na visão dos autores, o comum se constitui antes de tudo como um horizonte político, um princípio das relações comunitárias de produção do espaço e reprodução da vida.

Como princípio político, “o comum exige que a participação coletiva numa mesma atividade seja o fundamento da obrigação política, portanto que a coatividade seja o fundamento da coobrigação” (Dardot e Laval, 2017, p. 616). De maneira semelhante, Hardt e Negri (2011) afirmam que o comum é resultado de um processo de alteração de subjetividade, que se realiza mediante a cooperação e comunicação entre lutas, territórios e atores políticos singulares. Nesse sentido, a produção do comum exige a presença do Outro, pois emana de horizontes de ação e representação que se potencializam na troca recíproca e democrática entre as diferenças sociais (TOTTI, 2016).

Por isso, a ideia do comum como horizonte político se torna central para as lutas sociais em tempos de capitalismo financeiro globalizado. Sob esta ótica, o comum pode ser projetado em escala planetária, mas jamais se apresenta nos moldes de um esquema universal ou uma fórmula pré-estabelecida, pois ele é justamente produto e matriz da construção política que se faz no desenrolar das práticas espaciais, inseridas em conjunturas específicas, de acordo com as circunstâncias cotidianas. Nesse ponto de vista, o comum como horizonte político supõe duas dimensões que vão se configurando desde as próprias experiências de luta: a reapropriação do político, como capacidade de desenvolvimento de uma política autônoma de interesses comuns, e a reapropriação das capacidades e condições para a reprodução material e simbólica da vida.

Dessa forma, o comum não é simplesmente uma coisa ou um bem, mas antes de tudo um princípio político que anima lutas, resistências e experiências comunitárias que buscam se reapropriar dos espaços dominados pela ideologia neoliberal que reproduz formas de controle privativo sobre o mundo. Como apontam Hardt e Negri (2010), o comum pode ser compreendido, com maior

precisão, como tudo o que é recuperado pela produção social e que se revela necessário para a persecução da própria produção, como o conhecimento, a linguagem, os códigos, as informações e demais elementos correlatos, essenciais para a interação social. Portanto, o comum afirma-se hoje como fronteira de resistência e superação da subordinação de todas as esferas da natureza e da vida humana à lógica da competição, do controle e da privatização sem, entretanto, recorrer à crença no papel civilizatório ou revolucionário do Estado, seja como regulador, interventor ou mesmo supressor do mercado (TONUCCI, 2017).

Nesse compasso, a produção do comum tende a deslocar as divisões tradicionais entre indivíduo e sociedade, entre subjetivo e objetivo e entre privado e público (HARDT e NEGRI, 2005). Por isso, é preciso pensar em uma concepção de espaço que escape do paradigma dominante da propriedade. Uma concepção baseada na cooperação e na partilha, que seja capaz de superar o dilema do privado e do público através de novas modalidades de gestão que potencializem o valor de uso sobre o valor de troca do espaço. Partindo desta perspectiva, nós acreditamos que há uma terceira via alternativa que não pertence nem público e nem ao privado: o comum, que é produzido pela multidão. Desse modo, a reflexão construída até aqui nos permite pensar no comum não apenas como os produtos espaciais da sociedade, mas nas próprias maneiras dela produzir o espaço, como um horizonte prático que anima a própria produção espacial.

É sob este entendimento, que propomos pensar o comum como raiz e fruto das hortas urbanas comunitárias da cidade do Rio de Janeiro. O comum, enquanto princípio político, se apresenta como matriz das práticas espaciais que produzem as hortas urbanas comunitárias. É o comum que orienta cada esforço de gestão coletiva do espaço através dessas hortas, tal como uma raiz imanente das táticas, astúcias e trampolinagens ensaiadas pelos diversos arranjos comunitários que atuam nesses projetos e lutam pela autonomia territorial. Não obstante, o comum também é produzido de maneira multitudinária por meio dessas iniciativas, como um fruto – o mais precioso dos frutos – que brota no desenvolvimento cotidiano das hortas. Entretanto, cabe enfatizar que o comum produzido nas hortas comunitárias não é apenas um produto material (um recurso físico), referimo-nos principalmente às singulares maneiras de *fazer-com* que são elaboradas pelos grupos de participantes e que se fortalecem cotidianamente. Trata-se da vida em comum que é gestada dia após dia pela multidão.

Nesta leitura, uma horta urbana comunitária é mais do que um espaço aberto à participação comunitária, ela é também um espaço de representação das coletividades e de intercâmbio existencial. Os movimentos de gestão coletiva nas hortas não são unificados e homogêneos entre si, mas sim articulados através de redes de cooperação e comunicação, nas quais cada arranjo comunitário local manifesta suas singularidades. Nas hortas, os participantes encontraram meios oportunos para exprimir suas peculiaridades e divergências internas. E justamente em meio às suas diferenças, descobriram o poder da colaboração e da troca recíproca (de informações, experiências e materiais), engendrando uma série de demandas e perspectivas que dialogam umas com as outras no movimento de produção multitudinária do espaço.

Os variados arranjos comunitários locais que se engajam nas hortas se identificam entre si a partir de um conjunto de pautas que se orientam contra o controle privativo do espaço público da metrópole carioca: a reivindicação do direito ao uso e à ocupação coletiva, a garantia do acesso democrático, a luta pela gestão compartilhada e pela emancipação territorial. Cada arranjo comunitário local é composto por uma multidão de cidadãos ordinários, com uma composição social diferente, que se conectam através de redes de comunicação. Dessa maneira, existe uma ampla interlocução entre grupos multitudinários, um diálogo ininterrupto e relacional que expressam um quadro de singularidades em cooperação.

A multidão nas hortas, por sua vez, pode ser entendida como uma espécie de “sujeito do comum”, composta por muitos indivíduos e grupos sociais, nos quais encontramos as mais diversas configurações da produção social do espaço: uma multiplicidade de todas as diferenças singulares (culturas, raças, etnias, gêneros, etc.). Por ser composta pelo encontro de múltiplas subjetividades, a multidão não é definível por cargos hierárquicos ou núcleos centralizadores de poder e está sempre em permanente expansão (NEGRI, 2004). Ao refletirem sobre o sentido ontológico da multidão, Hardt e Negri (2005) apontam que a multidão se auto-organiza e se compõe em torno da produção e defesa dos comuns.⁵² Para estes

⁵² Em “Multidão: guerra e democracia na era do Império”, Hardt e Negri (2005) investigam novas formas de organização política da produção social baseadas em modos de partilha que, por meio do trabalho colaborativo e da comunicação, produzem uma riqueza comum que pode sempre ser recolocada em fluxo para a partilha futura. A esse sujeito político coletivo, capaz de cooperar a partir de interesses comuns que – mesmo refletindo estratos produtivos, sociais ou identitários distintos – os autores chamaram de multidão. A multidão poderia assim ser interpretada “como uma rede: uma rede aberta e em expansão, na qual todas as diferenças podem ser expressas livre e igualitariamente, uma

autores, a multidão é múltipla e constituída de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade, nela as diferenças sociais mantêm-se diferentes em meio à multidão (não são fragmentadas e hierarquizadas). Desse modo, “o desafio apresentado pelo conceito de multidão consiste em fazer com que uma multiplicidade social seja capaz de se comunicar e agir em comum, ao mesmo tempo em que se mantém internamente diferente” (Hardt e Negri, 2005, p. 13)

Na organização cotidiana da multidão existe um constante diálogo entre sujeitos diversos, uma troca entre singularidades que estão articuladas em composição polifônica, na qual os interesses coletivos são muitas vezes contraditórios e dissonantes, mas não se anulam ou subtraem. A multidão em movimento é uma soma infinita de vozes – que narram diferentes histórias e maneiras de fazer-com – mas não em uníssono, trata-se de um coro com diferentes ritmos e melodias que se comunicam apesar de suas disritmias e desafinações. Neste compasso, a multidão produz novas táticas, subjetividades e linguagens, que podem formar juntas uma relação simbiótica em forma de espiral: na qual as práticas e representações que nascem da cooperação e da comunicação se retroalimentam e tendem a produzir novas maneiras de fazer e pensar o comum na metrópole contemporânea (HARDT e NEGRI, 2005)⁵³.

Nesse sentido, a multidão das hortas urbanas comunitárias da cidade do Rio de Janeiro se constitui e expande a partir dessas singularidades que cooperam entre si. Na vida cotidiana, ela se manifesta através da soma de experiências e subjetividades que constantemente se renovam em uma dinâmica de singularidade e partilha. É assim que se constrói e fortalece o interesse comum, que na realidade é uma produção da multidão: uma vontade geral que não é cooptada pelo controle estratégico do Estado e nem se rende às abstrações do mundo da mercadoria. Nas

rede que proporciona os meios da convergência para que possamos trabalhar e viver em comum” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 12).

⁵³ Sobre este movimento de espiral, Hardt e Negri (2005) afirmam: “Nosso ponto de partida é o reconhecimento de que a produção de subjetividade e a produção do comum podem formar, juntas, uma relação simbiótica em forma de espiral. Em outras palavras, a subjetividade é produzida através da cooperação e da comunicação, e por sua vez esta subjetividade produzida vem a produzir novas formas de cooperação e comunicação, que por sua vez produzem nova subjetividade, e assim por diante”. (HARDT e NEGRI, 2005, p.247). É neste processo de metamorfose que se dá a formação do corpo político da multidão, um corpo comum, democrático, novo. Essa “multidão de multidões” é até capaz de agir em comum como um, mas mesmo que a multidão forme um corpo continuará sendo uma composição plural e nunca se tornará um todo unitário dividido por órgãos hierárquicos. Por isso, Negri (2004) coloca que a multidão não pode ser reduzida a uma unidade e nem se submeter ao governo do uno

hortas, a vida em comum é semeada de maneira criativa, organizada e espontânea por uma multidão de cidadãos que, nos diferentes momentos do cotidiano, ensaiam planos, táticas e códigos de ação orientados a partir de interesses comunitários.

Através das hortas, é interessante perceber que o fazer-com da multidão se constrói mediante a elaboração de práticas compartilhadas de gestão do espaço público: a realização de atividades como mutirões de manejo, reuniões deliberativas, assembleias, oficinas pedagógicas e outros eventos coletivos fazem parte da organização cotidiana das hortas comunitárias da metrópole carioca. Assim, a produção do comum pela multidão nas hortas requer uma atividade constante e intensa de organização, que se desenvolve em espiral, do simples ao complexo. Por isso, é importante reconhecer que o agir em comum se desenvolve com base em duas dimensões-chave: a organização (elaboração de regras, métodos e planos) e a espontaneidade (a simplicidade, sinceridade e a voluntariedade). São elementos que não se excluem, mas se complementam e se abastecem mutuamente. Tal multidão não é desorganizada e nem se forma coercitivamente, ela precisa de um projeto político para lhe dar vida, isto é: a reapropriação coletiva e a gestão compartilhada das praças, terrenos baldios, calçadas e demais espaços públicos da cidade.

Por fim, convém lembrar que a “carne da multidão” consiste numa série de condições que são ambivalentes: as circunstâncias e ocasiões cotidianas podem conduzi-la à libertação ou a um novo regime de controle (HARDT e NEGRI, 2005). É evidente que nem toda forma de comunitarismo serve à emancipação social e nem toda política coletiva é transformadora por si só. Como afirma Harvey (2004), em muitos casos, “o espírito de comunidade vem sendo há muito tempo considerado um antídoto para ameaças de desordem social, de luta de classes e de violência revolucionária” (HARVEY, 2004, p. 223). Sob esta ressalva, nos interessa compreender as práticas de controle, resistência e subversão que se desenrolam nas hortas urbanas comunitárias, desde as estratégias da ordem dominante até as táticas sociais desviantes e insurgentes que almejam construir o comum no solo da metrópole carioca.

5.2. Relatos de hortas: sobre plantar e colher o comum em solo carioca

Como vimos, em diferentes bairros e em variados contextos de espaço público, as hortas urbanas comunitárias da cidade do Rio de Janeiro surgiram a partir da ação de arranjos comunitários locais formados por sujeitos sociais muito distintos entre si. Com histórias e motivações singulares, moradores e trabalhadores de áreas diversas do município atuam em conjunto com coletivos de agricultura urbana ou até mesmo em parceria com instituições governamentais e se tornam responsáveis pela gestão coletiva do espaço público. Em geral, estas iniciativas destoam em muitos sentidos umas das outras e o agir coletivo se organiza a partir de métodos diferenciados em cada projeto. Porém, ainda assim, todos os grupos envolvidos nestes projetos compartilham uma intenção sincera: participar de maneira mais significativa e democrática na produção do espaço onde vivem, para (de algum modo e em alguma medida) conquistar autonomia sobre o solo desta metrópole.

Seguindo esse raciocínio, o pressuposto central desta reflexão é que as hortas comunitárias – enquanto obras sociais coletivas, produzidas de forma multitudinária – revelam maneiras de agir e de pensar que colocam em cheque a lógica da atual gestão corporativa da cidade, pois refletem em suas práticas e representações espaciais as possíveis aberturas para a produção do comum na vida cotidiana. São iniciativas que desviam da ordem dominante na medida em que questionam a apropriação privada da riqueza social e as formas pelas quais esta riqueza é gerida pelos atores hegemônicos da cidade. Ao ensaiar novas formas de organizar e transformar o espaço público, uma multidão de cidadãos ordinários encontra nesses projetos comunitários um convite para a subversão espacial e uma resposta para as suas inquietações cotidianas.

Justamente nas fissuras do ordenamento estatal e nas ocasionais falhas das grandes estratégias empresariais, as táticas coletivas que se desenvolvem nas hortas ganham espaço e jogam de acordo com as ocasiões e momentos do cotidiano. São táticas criativas e astuciosas que só se perfazem com o Outro da relação social e que, mesmo em escala reduzida ou durante um intervalo de tempo limitado, nos revelam novas vias de emancipação territorial na metrópole carioca. Diante desta inclinação a viver um espaço produzido comunitariamente, aberto ao próximo, as hortas comunitárias da cidade do Rio de Janeiro se consagram como

espaços de experimentação de uma nova sociabilidade e nos ensinam sobre o prazer de se levar a vida em comum.

Em tempos de metropolização do espaço, tais projetos constituem um apelo ao valor de uso da metrópole, são convites à apropriação coletiva do espaço público, à sua transformação em meio ao convívio com as diferenças. Em sua plenitude, as hortas representam um singelo contraponto à proliferação de espaços fechados urbanas comunitárias, pois alimentam, sobretudo, a interação social entre sujeitos diferentes. Ao promoverem a abertura (física e simbólica) do espaço público à multidão, elas encarnam a negação fundamental da contenção territorial e da privação social. Assim, através de um extenso repertório de práticas espaciais, torna-se evidente o potencial transformador do *fazer-com* no desenvolvimento cotidiano das hortas. Trata-se de uma maneira de fazer que anuncia o devir de uma outra cidade, mais justa e comunal. Uma cidade ideal, ainda em cultivo embrionário, mas que, desde já, se encontra em brotação em muitos bairros cariocas.

Entretanto, é evidente que as possibilidades semeadas por cada um dos projetos comunitários de horta urbana analisados nesta pesquisa não surgem sem a emergência de muitas contradições. De fato, o grau de comunitarismo, a qualidade dos encontros coletivos, as intencionalidades e as táticas de resistência de cada grupo variam significativamente nestes projetos. Como já discutimos, nem todas as hortas do Rio de Janeiro são integralmente abertas (seja em sua condição absoluta ou relacional) à apropriação espontânea e ao acesso irrestrito da sociedade. Muitas delas ainda apresentam obstáculos desafiadores a serem superados cotidianamente e isso se torna mais visível quando estão inseridas em espaços públicos administrados por instituições governamentais.

Por isso, por mais que nos permitam pensar sobre as circunstâncias de construção do comum e sobre a conquista de autonomia territorial em meio à dominação espacial, não são todas as hortas urbanas comunitárias que se constituem como espaços insurgentes ou como berços de uma militância rebelde. Pois se, em múltiplos sentidos, a gestão coletiva desses projetos se contrapõe ao ordenamento centralizador do Estado, por outro lado, em determinadas situações, a organização de algumas hortas se comporta de forma conveniente e até mesmo favorável às normas estatais. Deste modo, seja *de encontro* ou *ao encontro* do Estado – mas sempre sob a sua sombra – tais projetos também apresentam uma

série de limitações à construção do comum enquanto princípio político da luta por uma produção do espaço mais justa e solidária.

Sob esta perspectiva, apresentaremos a seguir cinco relatos sobre as hortas urbanas comunitárias do Rio de Janeiro – cinco estórias da vida cotidiana – que nos contam um pouco sobre os sentidos, dinâmicas e contradições do movimento de produção do comum no espaço público desta cidade. São narrativas livres, em tom de prosa, através das quais buscamos destacar elementos fundamentais do cotidiano das hortas estudadas, tais como: a gestão coletiva do espaço, o comunitarismo, a multidão, as disputas territoriais e as insurgências que florescem nesses projetos. Deste modo, trabalharemos aqui com exemplos variados de hortas, permeados por análises comparativas entre seus contextos e histórias de desenvolvimento. Exemplos que, em seu conjunto, nos ajudam a refletir sobre o *porquê* e *como* o comum pode se constituir como o motor de desenvolvimento destes projetos coletivos de plantio.

Os relatos que se seguem serão apresentados através dos diferentes enfoques que o olhar geográfico pode lançar sobre a condição espacial das hortas urbanas comunitárias. Nesse sentido, a análise discorre sobre as paisagens dos projetos, as relações territoriais pelas quais se desenvolvem, as dimensões simbólicas de identidade e pertencimento que neles se constroem, suas representações espaciais e outros aspectos relevantes. Abordaremos, assim, as hortas tanto em sua forma e quanto em seu conteúdo, ou seja, desde a sua configuração física até as práticas espaciais que as produzem. Sob esta ótica, buscamos revelar as singularidades dos projetos, suas experiências únicas, mas que podem nos servir como base para um entendimento maior, visto que cada exemplo citado nos conta sobre processos de escala mais ampla, que estão em curso por toda a metrópole carioca e que também podem ser verificados em outras cidades do mundo contemporâneo.

- *Um cultivo em meio à multidão: o Jardim do Olho D'água da Lapa*

Em outubro do ano de 2016, uma curiosa experiência de comunhão brotou no centro do Rio de Janeiro. Ainda era de manhã cedo, quando a cidade despertava para outra sexta-feira ensolarada de primavera, dessas em que não se vê rastros de nuvem na imensidão do céu, que uma multidão de cidadãos ordinários se reuniu na Praça Cardeal Câmara, em frente aos Arcos da Lapa. De quebra, não

se tratava de um encontro aleatório ou acidental, muito menos de uma aglomeração desarticulada. Esse *estar-junto* já estava marcado para acontecer e tinha como propósito a realização de um objetivo em comum: o plantio coletivo de um jardim agroecológico capaz de regenerar um antigo olho d'água (re)descoberto no local.

Referimo-nos a um minadouro permanente de água no solo da praça, quase imperceptível – aparentava ser apenas uma poça – tanto que alguns técnicos da prefeitura cogitaram se tratar do vazamento de alguma tubulação. Mas depois confirmaram, era um resquício da antiga Lagoa do Boqueirão (aterrada ainda no século XVIII para a construção do parque Passeio Público), que ali resistiu à sucessivos aterramentos e operações urbanas ao longo dos séculos. E foi sobre essa discreta e persistente nascente no bairro da Lapa que nasceu o projeto Jardim do Olho D'água, uma iniciativa comunitária na qual muitas águas ainda iriam rolar.

Naquele dia, cinco coletivos de agricultura urbana se uniram a muitos outros cidadãos – não somente de diversas localidades do município carioca e de seus municípios vizinhos, mas também de outros estados e regiões do país – para realizar um grande ato de cultivo agrícola em praça pública⁵⁴. Esta ação demarcara a abertura da primeira edição do evento Plante Rio⁵⁵, organizado pela Fundação Progresso e a ONG Mutirão Agroflorestal, que conectou uma rede de agricultores, estudantes e professores de todo território nacional para expor, celebrar e debater conhecimentos e práticas agroflorestais. Em meio à esta trama de encontros, a primeira ação de plantio na praça foi marcada por um tom festivo e pedagógico, de cooperação mútua entre todos os presentes. Destarte, um potente arranjo comunitário tomava forma, anunciando novos passos em direção a produção do comum na metrópole carioca.

Entretanto, esta reunião de muitos foi fruto de um processo de planejamento que remonta a uma série de articulações e negociações que se deram nas

⁵⁴ Ali estavam integrantes dos coletivos Organicidade, Carpe, Cariru, Horta Nossa e Verdejar, somados aos participantes do evento Plante Rio e outros trabalhadores e turistas que, ao passarem pelo local, interromperam seus afazeres cotidianos para se voluntariar na ação de transformação da praça.

⁵⁵ O Plante Rio é um evento que desde o ano de 2016 ocorre anualmente na Fundação Progresso e surgiu como forma de celebrar os vinte anos do movimento Mutirão Agroflorestal, que promove a regeneração florestal aliada aos processos de capacitação, experimentação e produção agrícola. Este movimento se baseia na prática da Agrofloresta (um método agrícola que associa a produção de alimentos com o plantio de florestas) e atua através da realização de mutirões itinerantes em diversos contextos do Brasil. Em 2003, o movimento se tornou uma Organização Não-Governamental (ONG) e até hoje segue transformando ambientes, agregando pessoas e contribuindo para a formação técnica de muitas delas.

semanas anteriores ao primeiro ato de plantio no espaço. A proposta inicial do projeto partiu do coletivo de agricultura urbana Organicidade. Este grupo, além de atuar em variados espaços públicos e privados do município carioca, também possui uma parceria de longa data com a Fundação Progresso, onde trabalham na criação e manutenção do Canto das Flores⁵⁶. Assim, com o apoio dos administradores da Fundação Progresso, o coletivo apresentou a proposta da ação para a Secretaria de Meio Ambiente e Conservação da Prefeitura, que, por sua vez, recebeu de braços abertos a ideia. Os secretários públicos não apenas autorizaram o plantio na área, como também contribuíram fornecendo os equipamentos e serviços necessários para a ação inicial.⁵⁷

Nesse sentido, os integrantes do coletivo Organicidade assumiram, desde o início, uma função central na articulação com o poder público e com os demais grupos sociais que se interessaram em participar do projeto. Entretanto, após a realização das primeiras ações, a responsabilidade de gestão do jardim foi sendo gradualmente compartilhada com os membros de outros coletivos de agricultura urbana e com os demais voluntários. Para que isso fosse possível, alguns compromissos coletivos foram firmados entre todos os participantes: os mutirões seriam realizados mensalmente conforme a disponibilidade da maioria, os coletivos envolvidos se responsabilizariam em divulgar as ações e convocar mais participantes em suas redes sociais e cada pessoa envolvida contribuiria segundo a sua capacidade e condição material.

De acordo com o desenvolvimento cotidiano do projeto, os voluntários começaram a vislumbrar as possibilidades e desafios da ação comunitária no local. Logo perceberam que, ao se inserir em uma praça aberta no coração do bairro da Lapa, onde diversos mundos sociais entram em colisão e contraditoriamente se misturam, este jardim seria um fixo em meio a um fluxo de cidadãos muito intenso e variado. Mas não seria um “fixo” qualquer (afinal, por ser vivo, ele também possuía seus próprios fluxos e metamorfoses), tratava-se de uma tentativa real de criar raízes em meio à multidão. Deste modo, os participantes notaram que, diariamente,

⁵⁶ O Canto das Flores, localizado no segundo andar da Fundação Progresso, é um espaço comunitário repleto de hortas em vasos, onde são realizadas oficinas pedagógicas e cursos educacionais sobre diferentes temas relacionados à agricultura urbana. Este espaço é gerido pelo coletivo Organicidade (em parceria com outros grupos e funcionários do local) e serve de base de experimentação para seus trabalhos. O acesso é gratuito, mas seus portões abrem e fecham de acordo com o funcionamento do centro cultural (geralmente das 11:00 às 20:00).

⁵⁷ Colaboraram inclusive disponibilizando uma retroescavadeira da Comlurb para descompactar o solo da praça Cardeal Câmara, terreno o qual estava tão pisoteado que seria quase impossível trabalhar inicialmente com a enxada.

o espaço era apropriado e transformado – nos diferentes momentos do cotidiano – por pessoas muito diversas e com intencionalidades muito distintas uma das outras. Se de manhã algum voluntário plantou feijões no jardim, a tarde um grupo de turistas passou para colher flores de recordação, já pela noite um comerciante da área aproveitou para urinar atrás de um arbusto e, durante a madrugada, alguns moradores de rua dormiram sobre o “macio” das folhas acumuladas sobre o solo dos canteiros.

Neste compasso social, em um contexto repleto de alteridade e sob um ritmo acelerado, os encontros no jardim se realizavam de formas muitas vezes imprevisíveis e surpreendentes, envolvendo residentes, frequentadores e trabalhadores do bairro junto com moradores de rua, turistas, estudantes e vários outros grupos. Durante os mutirões esta dimensão das diferenças sociais se tornava ainda mais evidente, pois todos que ali estavam trabalhavam juntos, apesar das contradições que se instauravam entre as suas presenças. A valer, no início, era nítido o clima de tensão quando um morador de rua (por vezes embriagado) solicitava um facão para ajudar nos trabalhos. Os participantes do projeto se entreolhavam e sempre ponderavam duas ou três vezes antes de emprestar o equipamento. No entanto, com o passar do tempo, todos passaram a se conhecer melhor – não apenas pelo nome, mas pelo jeito singular de cada pessoa, pelas suas peculiares maneiras de usar o espaço – e a cooperação com o Outro se tornou uma realidade viva no Jardim do Olho D'água.

Todavia, a inclusão e a interação social entre os muitos sujeitos sociais diferentes não se davam sem conflitos. A preocupação e a insegurança dos voluntários recém-chegados eram evidentes, com perguntas do tipo: “Onde posso deixar minha mochila? Alguém vai ficar tomando conta? É “de boa” emprestar a tesoura de poda para aquele rapaz?”. Os assaltos e roubos à luz do dia eram sim uma possibilidade no jardim, tal como sempre aconteceram em um bairro violento e desigual como a Lapa. Assim como, eram recorrentes os atos de vandalismo, que em menor ou maior intensidade, prejudicavam o desenvolvimento das culturas plantadas. A depredação mais drástica ocorreu na calada da noite, quando um grupo de comerciantes das barracas de comidas e bebidas das calçadas da Rua Mem de Sá quebrou os troncos das árvores e arbustos do jardim, sob o pretexto de que aquele estaria se tornando um ambiente ermo e inseguro para os seus

negócios (segundo os mesmos, à noite alguns “trombadinhas” se escondiam atrás das moitas para assaltar os consumidores das suas barracas).

Porém, ao longo dos meses, os coletivos de agricultura urbana aprenderam que a violência ou a desigualdade social não seriam os maiores problemas a serem enfrentados. O grande desafio foi lidar as representações criadas por aqueles grupos organizados que eram eminentemente contra a realização do plantio coletivo naquele local. Desde as primeiras semanas de desenvolvimento do jardim, uma associação de pessoas que se intitulam como “defensores do patrimônio histórico” do Rio de Janeiro pressionava a Prefeitura para barrar o projeto, sob o discurso de que plantar frutos e hortaliças em frente aos Arcos da Lapa seria um desrespeito ao legado arquitetônico daquela paisagem. Além disso, um grupo de arqueólogos e historiadores da região alegava que tal plantio estaria destruindo as relíquias históricas do subsolo da Praça Cardeal Câmara. Se desesperaram ao perceber que os ladrilhos que encontrávamos ao revirar o solo com a enxada remontavam ao século XIX. Para eles, isto representava um atentado à história urbanística da cidade (e quem diria que o simples ato de revolver o solo iria “revirar” o passado estratificado da metrópole!).

O protesto destes grupos contrários à realização do projeto ganhou volume nas redes digitais e começaram a crescer os conflitos pelo direito de uso daquele espaço público. A tal ponto que, no ano de 2018, a Prefeitura (já sob o comando de outra equipe de gestão) impôs uma série de documentações legais que pudessem garantir a continuidade da ação comunitária no jardim. Foi então que os coletivos envolvidos na realização do projeto se reuniram para elaborar o pedido de adoção formal daquela área para a Fundação Parque e Jardins, através da produção de um texto com as intenções para o local acompanhado de um croqui que ilustrava as transformações planejadas. Os participantes deveriam atender a um conjunto de pré-requisitos normativos, que se estendiam desde os tipos das espécies plantadas até a dinâmica dos eventos que poderiam ser organizados no espaço. Assim, após dois meses de negociação com os administradores públicos, o Jardim do Olho D'água se tornou um projeto oficialmente reconhecido pelo governo e com direito legal de continuar existindo.

Daí em diante, foram incontáveis as conquistas coletivas do projeto. À medida que os mutirões, oficinas pedagógicas e celebrações se tornavam mais frequentes no jardim, os integrantes de muitos outros projetos sociais se uniram aos

voluntários para colaborar, cada um à sua maneira, no desenvolvimento do espaço. Gradualmente, a multidão que se encontrava no Jardim do Olho D'água foi crescendo, ganhando escala e se tornando mais organizada em seu movimento de gestão compartilhada. Sob esta dinâmica agitada, o espaço público estava se transformando rapidamente, chamando atenção da sociedade carioca. Aos poucos, este se consolidou como um dos poucos projetos que, desde a sua origem, é fruto do trabalho de um “coletivo de coletivos” de agricultura urbana somados a uma grande variedade de pessoas (ativistas, artistas, boêmios, camelôs, alunos, professores, marginais). Um projeto capaz de mobilizar uma quantidade expressiva de cidadãos ordinários em torno da produção do comum.

Nesse sentido, o Jardim do Olho D'água se diferencia das demais hortas analisadas nessa pesquisa por fatores diversos, mas, sobretudo, pelo seu caráter multitudinário. É um projeto construído por muitos, uma obra do *fazer-com* de tantos sujeitos sociais diferentes. Sujeitos múltiplos, que se (re)conhecem ao cooperar entre si e que vislumbram a potência e o sentido da comunalidade na comunicação direta com o Outro, isto é, nas trocas cotidianas que se desenrolam quando estão reunidos em multidão. Seja pela sua dinâmica de apropriação e gestão coletiva ou pela própria condição social do espaço público onde se localiza, é possível interpretar este jardim comunitário como um produto-produtor do comum na cidade do Rio de Janeiro.

Contudo, devemos sempre lembrar que o espaço público carioca é um espaço em constante disputa territorial e, como prova disso, adiantamos que atualmente (hoje e agora) o Jardim do Olho D'água não existe mais... pelo menos em sua dimensão físico-material. Em meados de março do ano de 2020, o jardim comunitário – que resistiu firmemente a quatro carnavais consecutivos, a inúmeros shows e eventos festivos na praça, bem como a muitas manifestações políticas e episódios de vandalismo – foi completamente destruído pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Isto porque o prazo de dois anos de adoção legal do espaço público se esgotou e nenhum dos participantes do projeto se mobilizou rápido o suficiente para renovar o pedido de adoção. E, assim, um trabalho coletivo de quatro anos foi literalmente triturado e varrido em questão de poucas horas. Todavia, o arranjo comunitário que se formou a partir da construção do jardim não foi aniquilado. A multidão ainda está viva, se articulando novamente para retomar as transformações no espaço. E terá que recomeçar do zero, quantas vezes for preciso.

- Sobre estudar com terra nas mãos: as hortas em universidades públicas

No interior rural do país, existe um antigo ditado que até hoje é citado no âmbito familiar, proferido pelos pais para seus filhos, que diz “uma caneta pesa menos do que uma enxada”. Uma mensagem de conscientização aos mais jovens, sob o entendimento de que mais vale o estudo – um diploma nas mãos – do que o árduo trabalho nas lavouras. No entanto, na atualidade da metrópole do Rio de Janeiro, este ditado já não se aplica com tanta clareza aos movimentos da sociedade. Hoje em dia, a realidade é outra e a dualidade entre a caneta e a enxada já se dissolveu faz algum tempo. Em muitos casos, o interesse pela ciência, o ingresso ao meio acadêmico e a profissionalização da juventude se realiza de maneira integrada ao exercício das atividades agrícolas, ao trabalho na terra e o manejo do solo. Estas práticas e escolhas sociais (estes usos do espaço e do tempo) não se excluem ou antagonizam. Pelo contrário, parecem se complementar progressivamente. Nesse sentido, entre o peso da caneta e a leveza da enxada, abordaremos como se manifestam as hortas urbanas comunitárias inseridas nos campi de universidades públicas.

De fato, os projetos de horta da Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Ilha do Fundão⁵⁸, têm algo de valioso a nos ensinar. Ao todo são cinco hortas comunitárias espalhadas pelo campus: a Horta Comunitária Govz ao Pé da Letras, o Laboratório Vivo de Agroecologia e Permacultura (LaVAPer), a Ocupação Verde Capim Limão, o Espaço de Vivência Agroecológica Geomata (VivA Geomata) e a Horta do RU (Restaurante Universitário) da UFRJ. Todas elas são abertas em sua configuração física e manejadas por alunos de departamentos diversos em cooperação com funcionários de variados setores da instituição. São estudantes de Biologia, Geografia, Engenharia, Letras e outros cursos atuando juntos com professores, faxineiros, jardineiros, cozinheiros e demais trabalhadores locais que também se engajam no desenvolvimento cotidiano desses espaços. Estas cinco hortas possuem idades distintas, foram iniciadas a partir de motivações peculiares e nos revelam histórias singulares de apropriação coletiva do espaço público.

⁵⁸ A Ilha do Fundão é um bairro situado na região administrativa da Ilha do Governador, na Zona Norte do município carioca. No bairro, estão localizadas a reitoria e a maioria das unidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com uma vasta infraestrutura de equipamentos públicos e centros de pesquisa que ocupa uma área superior a cinco milhões de metros quadrados.

Se a Horta do RU da UFRJ, localizada ao lado do Restaurante Universitário, partiu da demanda dos estudantes por uma alimentação mais saudável e foi iniciada em meados do ano de 2018 através de um grande mutirão que congregou muitos alunos e funcionários da universidade. A horta Govz ao Pé de Letras (que recebeu esse nome em homenagem a um aluno do curso que foi assassinado no campus da universidade) foi construída no mesmo ano, mas de maneira gradual durante o tempo ocioso dos alunos de Letras, que decidiram se apropriar coletivamente do gramado em frente ao edifício no qual estudam por meio de pequenos cultivos de árvores e hortaliças. O Espaço VivA Geomata, por sua vez, é obra dos alunos de Geografia e surgiu do desejo de ocupar coletivamente o terreno localizado atrás do prédio do departamento do curso, onde começaram a se reunir no ano de 2016 para experimentar práticas agroecológicas e dar um novo sentido e formato ao espaço.

Já a Ocupação Verde Capim Limão e o LaVAPer se apresentam como espaços comunitários mais antigos e consagrados na universidade: duas hortas-florestas que são frutos de projetos de pesquisa e extensão acadêmica dos cursos de Biologia e de Engenharia Ambiental, respectivamente. A Ocupação Verde, iniciada no ano de 2006, está localizada em frente ao Centro Acadêmico de Biologia e é desenvolvida pelo Projeto Capim Limão. O LaVAPer se situa no estacionamento do bloco A do Centro de Tecnologia e é desenvolvido desde o ano de 2009 pelo Projeto MUDA UFRJ. Ambos os projetos acadêmicos estão em andamento há anos e possuem um cunho pedagógico, com foco no desenvolvimento de práticas de agroecologia, permacultura e tecnologias sociais. Não obstante, para além destes dois espaços físicos, tanto os integrantes do Projeto Capim Limão quanto os do Projeto MUDA UFRJ colaboram com as demais iniciativas de horta comunitária da faculdade, seja através de assistência técnica ou do fornecimento de materiais e insumos agrícolas⁵⁹.

Todas as cinco hortas comunitárias da UFRJ possuem páginas em plataformas de mídias digitais, nas quais são divulgadas e compartilhadas as ações de cada grupo. Em geral, o desenvolvimento e a manutenção dessas hortas se dão por meio de mutirões autogeridos que são planejados coletivamente e realizados

⁵⁹ As atividades do MUDA, por exemplo, se projetam para além da Ilha do Fundão, pois seus participantes estão integrados com redes municipais, estaduais e nacionais de agroecologia e agricultura urbana, bem como desenvolvem atividades regulares nas favelas do Complexo da Maré e do Complexo do Alemão.

com regularidades variadas (atividades semanais, quinzenais ou mensais). Entretanto, ao longo do ano, os grupos que participam dos projetos também realizam seus próprios encontros e celebrações sob a forma de minicursos, oficinas, vivências e visitas guiadas. Desse modo, estes espaços funcionam como base para a realização de eventos sazonais da instituição acadêmica, tais como o Festival de Primavera, a Semana do Meio Ambiente e a Calourada Agroecológica (no início de cada semestre).

Contudo, no dia-a-dia da Ilha do Fundão, o manejo das hortas também é feito de maneira espontânea, visto que os voluntários se fazem presentes nestes espaços durante vários momentos da vida cotidiana. Os alunos e funcionários da Cidade Universitária aproveitam as brechas em suas grades de horário de aulas e de serviço para visitar e cuidar das hortas (outros estudantes, por sua vez, se predispõem até a “matar aula” para ficar ali, trabalhando, conversando e trocando suas experiências). Nesse sentido, é interessante perceber que os sujeitos que hoje habitam tais espaços não se restringem a um curso, departamento ou setor específico da universidade. Na UFRJ é comum uma mesma pessoa frequentar mais de uma única horta comunitária, contribuindo para o desenvolvimento de várias delas durante a semana. Logo, apesar de cada horta ter sido iniciada por um determinado grupo, atualmente todas elas apresentam um caráter interdisciplinar e uma dinâmica de usos espontâneos, que reúnem uma diversidade de estudantes e trabalhadores da universidade.

Ademais, estes cinco projetos comunitários de horta urbana recebem o apoio do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES) da UFRJ e estão articulados com os agricultores da Feira Agroecológica da UFRJ, que acontece todas as quintas-feiras no campus da universidade. Os grupos que participam da gestão dessas hortas também integram variadas redes de grupos de agroecologia, como a Rede de Agroecologia da UFRJ, a Rede de Grupos de Agroecologia estadual (REGA RJ) e nacional (REGA Brasil). Cabe acrescentar que alguns dos participantes das hortas mencionadas são membros de movimentos sociais de larga escala, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Desse modo, essas hortas não apenas estão integradas às atividades acadêmicas e aos eventos de agricultura urbana que são promovidos no campus, mas seus grupos também compartilham redes multiescalares de troca de informação e de materiais que transbordam os limites da universidade.

Diante da constante interação entre atores e agentes de núcleos diversos, conectados por muitas tramas de comunicação e organização social, tais hortas comunitárias funcionam como pontos nodais de uma ampla articulação política, econômica e cultural. Por isso, a cooperação e a comunicação parecem ser as chaves para a produção multitudinária desses espaços, visto que eles compartilham experiências e se retroalimentam em múltiplos sentidos, desenvolvendo-se de maneira conjunta no cotidiano da Cidade Universitária. Sob esta perspectiva, as hortas comunitárias da UFRJ se apresentam como espaços experimentais vivos e abertos à apropriação coletiva, onde o comum se constrói de maneira integrada e se constitui como a própria válvula de integração da multidão.

Ao considerarmos a dimensão territorial, verificamos que o espaço público da Ilha do Fundão é integralmente aberto e que este fator influencia diretamente na dinâmica de acesso e no ritmo de transformação das hortas comunitárias que ali se localizam. Isto é, a ausência de restrições à interação social nessas hortas propicia uma maior capacidade de polarização e articulação social entre as ações dos grupos que as desenvolvem. Nelas, o comum aflora tal como uma potente noção política que permeia as práticas de gestão do espaço público e que, assim, anima o *fazer-com* entre os sujeitos que participam destes projetos. São espaços construídos em comunhão, que dialogam com outros espaços e projetos comunitários de dentro e de fora da UFRJ, integrando-os de maneira relacional ao seu desenvolvimento cotidiano. Trata-se de uma troca dialógica na qual um espaço incorpora as táticas e ideias do outro, em um processo recíproco de ensino-aprendizagem. Por isso, é através da cooperação e comunicação em rede entre diferentes arranjos territoriais – que semeiam (ao seu modo) o comum – que as hortas do Fundão fortalecem o seu sentido comunal.

Por outro lado, ao considerarmos os projetos comunitários de horta urbana inseridos em universidades públicas parcialmente abertas, que possuem horários para abrir e para fechar, observamos que suas dinâmicas de gestão são muito diferentes. No bairro da Urca encontramos dois exemplos de hortas que se desenvolvem sob estas condições: a Hortinha da PV, localizada na unidade da UFRJ da Praia Vermelha, e o espaço Boldinho da Urca, localizado no campus da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Ambas se desenvolvem em contextos nos quais as possibilidades de acesso físico estão submetidas às normas internas de funcionamento de cada universidade e onde o

ímpeto coletivo de transformação do espaço público esbarra em limitações pautadas pela própria estrutura de controle territorial destes estabelecimentos de ensino. No entanto, estes não são os maiores problemas que os participantes dessas hortas comunitárias enfrentam diariamente.

A problemática central está vinculada à ausência de um apoio institucional contínuo e consistente aos seus projetos e, sobretudo, à desarticulação entre as suas iniciativas e outros projetos científicos e programas de pesquisa existentes que poderiam impulsionar o desenvolvimento dessas hortas. Isto não quer dizer que os voluntários não se sintam à vontade para transformar tais espaços públicos à sua maneira, de um jeito espontâneo. Nem que os reitores dessas universidades sejam explicitamente conservadores em relação às iniciativas destes grupos. Todavia, podemos notar que a gestão coletiva das hortas se desenvolve sob outros ritmos na vida cotidiana, pois a fragilidade – e a quase inexistência – de uma articulação em rede entre os envolvidos nas hortas e os integrantes dos departamentos, centros acadêmicos e reitorias das universidades dificulta a legitimação dos projetos. Pelo contrário, ergue uma série de adversidades para a conquista de autonomia territorial por parte dos seus participantes. Bem como, torna mais desafiadora a projeção das suas atividades em uma escala de ação mais ampla.

Nestas circunstâncias, percebemos que o engajamento social nas atividades dessas hortas comunitárias costuma se restringir a um âmbito local e a interlocução com outras hortas comunitárias da cidade se constrói em um horizonte mais estreito. Os mutirões, oficinas e demais ações realizadas nesses projetos também envolvem uma multiplicidade de sujeitos sociais (alunos, professores, funcionários locais e moradores do bairro da Urca), mas a articulação comunitária abrange uma escala territorial menor e, conseqüentemente, uma alteridade social bem menos expressiva em relação às hortas comunitárias da Cidade Universitária da UFRJ. Tal como estas últimas, a Hortinha da PV e o Boldinho da Urca possuem um forte caráter interdisciplinar, porém não contam com o incentivo institucional de núcleos de fomento à pesquisa ou estão integradas à projetos de extensão acadêmica como acontece na Ilha do Fundão⁶⁰.

⁶⁰ Por exemplo, os integrantes do Grupo de Agroecologia Boldinho da Urca (GABU), que coordenam as atividades no espaço Boldinho da Urca, pertencem a diferentes cursos da UNIRIO e até buscam se engajar em outras hortas comunitárias da cidade carioca. Porém, eles não recebem o apoio dos

Diante dessas condições, cativar a multidão torna-se um desafio eminente para os participantes dessas duas hortas comunitárias. Em primeiro lugar, porque os campi das universidades nas quais se encontram não são tão abertos ou convidativos para a apropriação espontânea de qualquer cidadão. Na maior parte do tempo, estes espaços gradeados e murados são habitados quase que única e exclusivamente por seus membros (discentes e docentes) e funcionários. Em segundo lugar, porque são poucos os voluntários dessas hortas que buscam projetar suas ações para além dos muros da faculdade, na intenção de atrair cidadãos ordinários de outras regiões para as suas atividades ou de construir uma interlocução contínua com outros projetos de hortas e movimentos sociais da metrópole carioca⁶¹.

Logo, apesar dessas hortas se consolidarem como espaços de representação coletiva para os seus participantes, a maioria deles não sente a necessidade de tecer uma teia de articulações mais ampla, que envolva arranjos comunitários mais distantes em relação ao entorno imediato do local onde estudam. Por isso, as redes de cooperação e comunicação construídas a partir destes dois projetos de horta urbana comunitária são mais frágeis e volúveis do que aquelas que verificamos anteriormente nas cinco hortas da Cidade Universitária da UFRJ. Contudo, mesmo que em menor escala e intensidade, as articulações territoriais existem, visto que é sobre essas hortas que moradores da Urca passam a conhecer diversos moradores de outros bairros que estudam e trabalham no campus da UNIRIO ou da unidade da Praia Vermelha da UFRJ. Juntos, eles constroem pontes sensíveis entre seus territórios e experiências cotidianas.

Por mais que estes projetos estejam inseridos em espaços públicos parcialmente abertos, regidos pelas normas administrativas e diretrizes específicas das instituições acadêmicas nas quais se encontram, isso não significa que o comum não possa brotar e florescer sob essas condições espaciais. Pelo contrário, as trocas e representações engendradas na vida cotidiana desses espaços universitários favorecem a produção do comum no processo de gestão coletiva

centros de pesquisa da UNIRIO e nem estão integrados de forma consistente aos projetos de extensão acadêmica da universidade.

⁶¹ Outro exemplo é a Horta da ESDI, localizada dentro da Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), no bairro da Lapa, na qual encontramos essas mesmas limitações e dificuldades. Apenas alguns poucos participantes desta horta também faziam parte do Jardim do Olho D'água (localizado a uma quadra de distância da ESDI) e buscavam criar pontes de integração entre os dois projetos. Até hoje, a maioria dos voluntários da Horta da ESDI não se engaja em outros projetos comunitários de horta urbana que estejam além do entorno imediato do espaço onde estudam.

dessas hortas urbanas comunitárias. De todo modo, tanto no Boldinho da Urca quanto na Hortinha da PV, são admiráveis os laços comunitários que se constroem diariamente, em função da própria dinâmica de encontros e de aprendizagem coletiva que se fortalece entre os sujeitos que convivem dentro da academia (nas salas de aula, mas também fora delas). Nos tempos vagos e oportunos, entre uma disciplina e outra, é na horta que eles se se reúnem para compartilhar ideias, técnicas agrícolas e táticas de gestão espacial.

Assim, por menor que seja a dimensão física dessas hortas e o número de voluntários em cada projeto, quando seus participantes estão trabalhando juntos, em comunhão, eles percebem o potencial da semente que estão germinando: um espaço comum, de reivindicação pelo direito de uso, ocupação e transformação comunitária da universidade pública. São alunos que se organizam e criam espaços de representação e experimentação coletiva, nos quais as práticas ensaiadas cotidianamente estão intrinsecamente ligadas às teorias que aprendem nas faculdades, mas nem sempre são convenientes à estrutura hierárquica e burocrática desses espaços. Em diversas situações, a gestão compartilhada dessas hortas estabelece uma série de contrapontos à gestão verticalizada dos espaços públicos onde se localizam, instaurando o próprio questionamento fundamental sobre os seus limites de apropriação e usufruto.

Afinal, a quem pertence estes espaços universitários? Para quais grupos eles foram projetados? Até que ponto podemos chamá-lo de “nosso”? É a partir destas indagações primordiais que nasce a consciência coletiva sobre a necessidade de reapropriação do espaço público, de transformá-lo em sua forma e conteúdo, de tentar geri-lo através de outras maneiras de fazer e de pensar. Pois é diante do amadurecimento desta consciência que os participantes dessas hortas comunitárias compreendem o valor e o sentido maior da obra que eles mesmo produzem. Um valor ligado aos usos e um sentido inclinado ao comum, em uma direção que sugere refazer e repensar as próprias formas de usar o espaço público, por meio de táticas e planos que tornem estes mesmos usos menos passivos, mais criativos e decisivos para a construção de um espaço realmente democrático, autônomo e aberto à apropriação coletiva.

Portanto, essa breve reflexão sobre as hortas urbanas comunitárias inseridas em universidades públicas nos demonstra como os seus processos de gestão coletiva representam um movimento singelo, mas importante, em direção à

emancipação dos grupos sociais que habitam poeticamente estes espaços. Ao que parece, o *fazer comum* e o *pensar comum* ganham fôlego e expressão perante o desenvolvimento de projetos de horta comunitária na vida cotidiana das universidades analisadas. São projetos que, comparados aos outros da cidade, possuem um caráter pedagógico mais forte e vívido, pois funcionam como uma verdadeira extensão das salas de aulas, onde o processo de ensino-aprendizagem se realiza de forma espontânea e horizontal. Na prática coletiva, todos aprendem juntos uma lição de vida sobre o comum.

- A Horta (que era) Nossa da Gávea: adoção ou apropriação privada?

Esta narrativa da vida cotidiana nos conta, desde sua origem até seu desfecho, sobre a luta coletiva contra o cercamento e a privatização de um espaço público no bairro da Gávea, na Zona Sul da metrópole carioca. Um espaço que, apesar de pequeno e pacato em sua aparência, já foi cultivado por muitas mãos e governado por muitas ideias. Espaço que se consagrou como o motivo de inumeráveis encontros e celebrações, mas, sobretudo, como um produto de diversas disputas territoriais. Ora, quem hoje atravessa a esquina entre a Rua Marquês de São Vicente e a Rua Vice-Governador Rubens Berardo pode não dar importância ou sequer perceber a modesta Praça do Ipê. Porém, a história de transformação desta pracinha nos revela, em seus conflitos e contradições, múltiplas possibilidades e limitações da produção do comum na cidade do Rio de Janeiro.

Tudo começou em meados do ano de 2013, quando um grupo de cinco jovens amigos decidiu plantar uma horta no terreno após sucessivas tentativas de apropriação privada do mesmo por uma empresa de construção imobiliária chamada Engeziler, responsável pelas obras do moderno edifício residencial Tour Nóvoa na esquina. Sob essa ótica, antes de “tudo começar” se faz necessário compreender os eventos que antecedem e justificam o porquê deste começo. Seria, então, mais honesto realizar uma breve regressão espaço-temporal e dizer que nossa história se iniciara dois anos antes: quando a Prefeitura autorizou a construção do prédio exatamente onde se encontra a Praça do Ipê, alterando o Projeto Aprovado de Alinhamento (PAA) do local e permitindo o avanço do edificação sobre a calçada. Durante as obras do empreendimento, os moradores denunciaram a remoção de dez árvores do terreno – inclusive o centenário Ipê

Amarelo que dava o nome à praça – e a proibição do direito de ir e vir dos pedestres, já que caminhões, caçambas de lixo, lama e escombros impediam a passagem.

Desde então, a área havia se tornado alvo de uma acirrada disputa judicial entre a construtora imobiliária e a Associação de Moradores e Amigos da Gávea (AMAGávea)⁶², que interveio nas obras com um recurso jurídico perante o secretário municipal de urbanismo. O negócio ilegal só foi desfeito após o parecer da Procuradoria Geral do Município favorável à formalização da Praça do Ipê como um espaço público, através de uma sentença judicial que cita uma série de irregularidades, sobretudo, em relação à maneira como a empresa obteve autorização para o alinhamento irregular da fachada sobre a calçada⁶³. Na época, a construção do prédio foi embargada e a tentativa de privatização do espaço público fracassou. A empresa foi obrigada a desocupar o local, porém nem o engenheiro responsável e nem o dono da construtora Engeziler foram penalizados.

Após a retirada do canteiro de obras que cercava a praça, a Prefeitura ainda tentou se redimir. Devolveu o espaço público “reformado” para os cidadãos, mas sem muitas novidades: tornou-se um simples gramado como outro qualquer, agora com um novo exemplar de Ipê, bem menor e mais jovem, no lugar daquele que antes sombreava a esquina e que, durante décadas, anunciava o verão cobrindo todo o chão de amarelo com a queda das suas flores. E, apesar de toda comoção social, logo nos meses seguintes as obras do edifício foram retomadas pela construtora, que ironicamente instalou sua portaria justamente em frente à praça. O que os moradores da Gávea não sabiam é que os conflitos travados neste espaço público não acabariam tão cedo e essa não seria a última investida do condomínio

⁶² A Associação de Moradores e Amigos da Gávea – AMAGávea – existe desde o ano de 1976 e é uma das mais antigas associações de bairro em atividade na cidade. A associação atua como interlocutora da comunidade perante autoridades e órgãos municipais, estaduais e federais, e preza pela “manutenção da qualidade de vida dos moradores” e pela “preservação do patrimônio histórico, cultural e natural do bairro”.

⁶³ Em setembro de 2011, a empresa Engeziler conseguiu, junto à prefeitura, autorização para assumir um pedaço do espaço público. O documento assinado chama-se “Termo de Permuta entre Área de Recuo e Investidura”, mediante o qual a empresa se comprometeu a pagar R\$ 3.590.000,00 pela aquisição da área. A AMAGávea entrou com um pedido na Secretaria Municipal de Habitação para que a cessão do espaço fosse desfeita e, em março de 2012, a obra chegou a ser embargada. Na ocasião, o prefeito Eduardo Paes atribuiu a negociação a um “erro interno” e garantiu que o município devolveria qualquer dinheiro que tivesse recebido. A revogação do documento foi oficializada, e, em despacho, Sérgio Dias, então secretário municipal de urbanismo, afirmou que “foi reconsiderado o parecer, opinando pela preservação do espaço como público”. No entanto, um mês depois, a secretaria instituiu um novo projeto de alinhamento (PA 12.334) para este trecho, que concedeu ao edifício em questão o benefício da linha de fachada. A medida garantiu à Engeziler o direito de construir as entradas e saídas de garagem e a portaria sobre parte da calçada. Na prática, a situação permanece como se a cessão do espaço público não tivesse sido desfeita.

Tour Nóvoa sobre o espaço. Sem mais delongas, retomemos ao ponto da história em que aqueles cinco jovens amigos decidiram iniciar uma horta no local.

Uma semana após a reabertura da praça, os plantios começaram a avançar sobre o gramado. Em um primeiro momento, o grupo ocupou o espaço plantando culturas de ciclo curto (hortaliças, ervas medicinais e temperos). Depois, plantaram árvores frutíferas (bananeiras, mamoeiros, limoeiros jabuticabeiras, pitangueiras, palmeiras etc.) de espécies nativas e exóticas, que levariam anos de crescimento até a primeira colheita. A proposta central dos participantes era a reapropriação coletiva da praça através de uma horta comunitária experimental, que pudesse sobrelevar o valor de uso do espaço público e revitalizá-lo em um sentido literal (em sua dimensão ecológica e social). Nesse sentido, inicialmente os envolvidos ainda não haviam estruturado o projeto de forma minuciosa em suas mentes, mas desde já tinham a certeza da mensagem que queriam passar (“este espaço não tem dono, é de todo mundo”). E foi assim, como uma forma espontânea de resistência territorial, que surgiu a Horta Nossa.

O número de pessoas envolvidas nos plantios era pequeno no início, mas depois aumentou rapidamente, na medida em que a horta crescia e que as atividades no terreno se tornavam mais frequentes. Ao passo que construíam placas informativas sobre o projeto no local, os participantes também divulgavam as ações em suas redes sociais e na própria página virtual do projeto. Naquele ano, um dos voluntários havia ingressado no curso de Geografia da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) – localizada a menos de cinco minutos de distância de caminhada até a praça – e convocou outros estudantes da faculdade para participar. Aos poucos, o projeto se tornou conhecido entre muitos graduandos, pós-graduandos, professores e demais funcionários da universidade, que passaram a frequentar o espaço e somar no desenvolvimento da horta.

Cada um à sua maneira, segundo suas habilidades e conforme seu interesse, colaborava nos mutirões que eram realizados semanalmente no espaço. Entretanto, os encontros coletivos não se realizavam somente durante os mutirões, eram várias as ocasiões: muitas vezes, durante o tempo vago entre uma aula e outra ou até mesmo no caminhar entre a faculdade e o bar, os alunos se dirigiam até a horta para cuidar do local, experimentar novas técnicas de manejo e colocar em prática aquelas teorias que aprendiam dentro da sala de aula. Mas não apenas teorias geomorfológicas ou ecológicas, aqueles eram momentos de ensaios de

táticas de apropriação e de gestão do espaço, em que os participantes desenvolviam práticas espaciais que exigiam uma “sabedoria social” de se organizar, negociar, ceder, resistir e subverter em grupo.

Por si só, a Praça do Ipê apresentava uma movimentação social considerável. Sua configuração física totalmente aberta e sua localização sempre foram favoráveis ao encontro de muitos cidadãos. Não só pelo fato de estar inserida entre muitos prédios residenciais, mas também devido ao fato de estar próxima de diferentes instituições de ensino (creches, escolas e universidades), estabelecimentos comerciais e estações de ônibus. A circulação de trabalhadores e moradores do bairro sempre foi intensa na esquina, o que contribuiu para a multiplicação dos voluntários no projeto. Neste contexto, a Horta Nossa começou a envolver um arranjo comunitário significativo e, com poucos meses de história, já chamava a atenção dos moradores da Zona Sul (inclusive despertou a curiosidade da grande mídia que realizou entrevistas com os voluntários e conferiu ainda mais visibilidade ao projeto).

Neste compasso, a articulação social no espaço começou a se fortalecer exponencialmente, de maneira que a cada nova chamada para a ação novos participantes se engajavam no projeto. Mas a maioria dos voluntários, por sua vez, conheceu o projeto durante os afazeres da vida cotidiana, ao passar a pé pelo local e se deparar com um grupo de pessoas capinando o solo ou colhendo hortaliças. Os olhares dos transeuntes expressavam uma sensação contraditória de estranhamento e de identificação com as atividades agrícolas na praça. Todavia, para os recém-chegados na horta, tratava-se de um momento de ruptura na cotidianidade, uma quebra da rotina, em situações que os colocavam em relação direta com o Outro da cidade.

Durante muitas tardes, trabalhadores locais (que moram em outros bairros) paravam na esquina durante o intervalo de almoço e se sentavam para conversar com os residentes e estudantes que estavam manejando a horta. Era uma troca recíproca, em que sujeitos distintos aprendiam uns com os outros, de forma solidária. E, para a maior parte dos participantes assíduos do projeto – que, pelas forças da cotidianidade, sempre traçaram escolhas e percursos que (involuntariamente ou não) os conduziram à certa homogeneização das relações sociais, desde o âmbito escolar até o âmbito profissional... e em todas as demais esferas de reprodução da vida cotidiana! – o maior aprendizado era justamente

sobre construir com as *diferenças*. Isto é, sobre produzir com diferentes um espaço das diferenças e, então, territorializar-se em meio à alteridade social.

Foi em meio a essa conjuntura espacial, animada por variados grupos sociais, que surgiu o coletivo Horta Nossa, formado majoritariamente por estudantes universitários, que depois vieram a atuar em outros espaços e projetos sociais espalhados pelo município do Rio de Janeiro. Porém, era ali, naquela esquina, que estava o seu projeto-base, o seu laboratório de aprendizado. Interessante notar que, em um movimento orgânico, as práticas de gestão deste espaço público é que originaram a formação e organização do coletivo: primeiro veio a apropriação da Praça do Ipê e só depois, com o projeto da horta já em andamento, os participantes decidiram formar o coletivo. Na realidade, não foi uma decisão categórica, quando perceberam já estavam trabalhando em coletividade, unidos por uma causa (ou melhor, várias causas) em comum. Por isso, a horta e o coletivo sempre apresentaram o mesmo nome.

Na horta, o coletivo Horta Nossa organizava diversos mutirões e oficinas pedagógicas, integrando a faculdade PUC-Rio e as escolas locais com o espaço, onde regularmente eram realizados eventos acadêmicos interdisciplinares. Bem como, o grupo se articulava com outros projetos socioambientais que também se apropriavam da horta para a realização de vivências e aulas abertas ao público. Todos estes eventos e contribuições deixavam no local as suas marcas, histórias e ideias, que se mantinham vivas na vida cotidiana daquele espaço, visto que muitas delas tornavam-se matriz de inspiração para as práticas dos participantes. Desde a técnica de montagem de uma espiral de ervas, um banco feito de bambu ou até mesmo uma metodologia de organização em grupo que foi observada durante uma atividade escolar e absorvida pelo grupo nas ações seguintes. De fato, a sinergia entre as ações de muitos cidadãos tomava conta do espaço.

Com o passar do tempo, as árvores plantadas na etapa inicial do projeto começaram a crescer junto com o Ipê Amarelo que foi transplantado pela Prefeitura e a horta foi se tornando um denso pomar. Para muitos estudantes, moradores e trabalhadores das redondezas, que apoiavam e se engajavam na ação, a identidade do espaço já era outra (se referiam a ele mais como Horta Nossa do que

como Praça do Ipê)⁶⁴. No entanto, a percepção de alguns residentes do bairro era outra: a relação com a AMAGávea era conflituosa, visto que o seu perfil conservador em relação a qualquer transformação nas ruas da Gávea sempre foi um entrave para a realização de alterações mais drásticas naquela esquina. Parte dos integrantes da associação e frequentadores de suas reuniões eram contra a continuidade do projeto comunitário, pois estavam mais preocupados com a insegurança no local e a valorização financeira das suas propriedades privadas do que com o direito à cidade (mesmo que no seu sentido mais básico, o direito de uso).

Para estes moradores, o espaço estava ficando ermo e muito sombreado, “virando um matagal”, propício para eventuais assaltos e ou para servir como dormitório para moradores de rua. Nesse sentido, todas as reclamações e denúncias que partiam dos associados da AMAGávea se baseavam em discursos elitistas que alimentavam o medo, a insegurança e, conseqüentemente, a restrição às interações sociais na vida cotidiana. Observamos que a maioria deles só integram a associação de bairro para defender seu *habitat* com unhas e dentes. Tal como localistas fervorosos protegendo o “seu” bairro de estranhos, agem como se tivessem renegado toda a poética do *habitar*. Uma poesia que só pode ser escrita com o Outro, face a face.

Diante desta situação, um dos integrantes do coletivo Horta Nossa, que também era morador da Gávea, decidiu começar a participar das reuniões da associação e fazer a mediação necessária entre a horta comunitária e os moradores mais conservadores. Mesmo sendo minoria lá dentro, em diversos momentos era preciso fazer frente às representações espaciais reproduzidas por alguns indivíduos que, sendo contrários à horta, distorciam a realidade do projeto em função de seus próprios interesses. Contudo, apesar destas tensões, os elogios do dia-a-dia e as colaborações que o grupo construía com o entorno social adquiriam maior relevância do que as acusações e críticas negativas que o projeto recebia.

Assim, quatro anos se passaram: o pequeno grupo que começara os plantios tornara-se um grande arranjo comunitário (unido e diversificado) e o antigo gramado da praça transformara-se em uma pequenina floresta repleta de

⁶⁴ Inclusive para os próprios funcionários do edifício Tour Nôvoa, que se identificavam com o projeto e colaboravam durante os mutirões (principalmente o porteiro), disponibilizando o acesso a um ponto de água do condomínio para os participantes regarem a horta.

alimentos. Até o final do ano de 2016 o projeto se manteve como uma iniciativa genuinamente popular, sem receber apoio institucional ou qualquer tipo de financiamento privado, nem sequer possuía a autorização dos órgãos de governo que administram o processo burocrático de adoção do espaço público no município. Entretanto, este aspecto insurgente da Horta Nossa, ao mesmo tempo em que animava a busca pela autonomia na vida cotidiana, também colocava os participantes em uma posição de vulnerabilidade territorial. E foi justamente em função deste “ponto fraco” (baseado na questão da legalidade jurídica do projeto), que surgiu o fator determinante para a sua derrocada, visto que um outro morador – no caso, o síndico do condomínio Tour Nóvoa – entrou com um pedido formal de adoção da Praça do Ipê para a Prefeitura.

Ao que tudo indica, o síndico do prédio estaria tramando esta investida sobre o local há algum tempo, na espera do espaço ficar disponível para a adoção legal. Pois o que ele já sabia e os participantes da Horta Nossa até então desconheciam é que, segundo consta nos cadastros oficiais, a praça já havia sido adotada no ano de 2011 por um antigo morador da Gávea durante o prazo de cinco anos, mas o adotante tinha se mudado do bairro há tempos. Apesar do abandono, durante todo o desenvolvimento do projeto, tal contrato de adoção do espaço público continuou em vigência, o que impedia qualquer outra tentativa de adotá-lo. Deste modo, o prazo do antigo contrato só expirou em outubro de 2016 e, justo no mesmo dia em que foi publicada uma nota sobre a disponibilidade de adoção da praça no Diário Oficial do município, o síndico do condomínio se agilizou e formalizou um novo pedido de adoção para a Fundação Parques e Jardins.

Na época, todo o trâmite se desenvolveu com extrema rapidez por parte da Prefeitura, que concedeu ao condomínio Tour Nóvoa o direito de adotar o espaço e, conseqüentemente, de interromper a horta comunitária no local. Sob estes termos, foi durante uma bela tarde de outono, no momento que os participantes realizavam uma oficina pedagógica na Horta Nossa com crianças de uma escola pública municipal, que o síndico se apresentou pela primeira vez ao grupo. Com uma papelada na mão e um tom cínico, ele chegou avisando a todos os presentes que, em nome do condomínio, ele se tornaria o “responsável legal” pelo espaço público dentro de poucos dias. Alegou ainda que já tinha um projeto paisagístico em mente para o local, que seria elaborado por uma paisagista que ele iria contratar. Em seguida, deferiu uma série de duras críticas à horta, que, na sua visão, constituía

um enorme absurdo e desrespeito para com os moradores do prédio, que tinham que conviver com aquela “situação de roça” ao entrar e sair de suas moradias.

Este primeiro (des)encontro entre o síndico e os participantes do projeto foi marcado por uma conversa repleta de provocações e gestos não-amigáveis. Porém, este foi apenas o despertar de um conflito que ainda se estenderia por alguns meses. Porque devido a pressão feita por diversos moradores, estudantes e trabalhadores do bairro à Prefeitura para que a Horta Nossa não fosse destruída, o representante do condomínio Tour Nóvoa teve de reavaliar as suas intenções iniciais. Até meados de dezembro de 2016, foram realizadas um total de quatro reuniões para negociar um novo projeto para o espaço que fosse de comum acordo entre os moradores do edifício e os participantes do projeto comunitário. Neste processo, uma equipe de representantes da Fundação Parques e Jardins iria mediar todas as conversas e dar um juízo final acerca do destino da horta comunitária.

Regidas por um clima de tensão, tais reuniões envolveram uma gama variada de sujeitos sociais: de um lado, o síndico, seus advogados, uma paisagista e os residentes do condomínio e, de outro, integrantes do coletivo Horta Nossa, alguns moradores do bairro, estudantes e professores de diferentes departamentos da PUC-Rio, que apoiavam a sua causa da horta comunitária. Durante estas negociações os discursos e argumentos apresentados por cada uma das partes revelavam sentidos de comunitarismo quase antagônicos. Entre a reivindicação do direito à propriedade e a luta pelo direito aos usos, surgira uma disputa de narrativas sobre a horta, o espaço público e a cidade. E apesar do reconhecimento social que o projeto comunitário possuía, os diretores da Fundação Parques e Jardins decidiram que os interesses do novo adotante oficial do espaço deveriam prevalecer.

Ao final da negociação, o que pesou foi a dimensão jurídica dos fatos, pois a vontade de quem seguiu as normas legais impostas pelo Estado (através do programa de adoção de espaços públicos) prevaleceu sobre os anseios da multidão que realmente “adotou” coletivamente o espaço sem se submeter ao Estado (na tentativa de subverter o seu jogo de dominação dos usos cotidianos da cidade). Nesse sentido, por não serem os “responsáveis oficiais” pelo espaço, os participantes da Horta Nossa da Gávea foram em muitos momentos acusados de “irresponsabilidade pública” por representantes da Fundação Parques e Jardins e

pelos advogados do síndico do prédio. No entanto, o fato de nenhuma das pessoas envolvidas no projeto ser consultada antes da efetivação jurídica da adoção do espaço foi ignorado pela administração pública. E, como as negociações entre as partes só foram realizadas depois que o espaço já estava legalmente adotado por uma delas, a verdade é que esta era uma batalha perdida para a horta comunitária.

Diante da aprovação do projeto paisagístico proposto pelo síndico, o coletivo Horta Nossa ainda se organizou para elaborar duas contrapropostas diferentes, que adaptavam o novo projeto para que todo o trabalho coletivo no local não fosse desfeito, no esforço de unir a lógica da horta comunitária à lógica do paisagismo. Após muita dor de cabeça, ambas as partes chegaram a uma resolução minimamente plausível e o condomínio aceitou algumas ressalvas feitas pelo coletivo. No entanto, no momento de execução das reformas no espaço, os acordos foram violados de forma escancarada. A reforma da Praça do Ipê foi realizada às pressas, as obras duraram menos de uma semana e começaram sem nenhum tipo de aviso prévio aos participantes da horta. Conforme o combinado, a última etapa da reforma – que consistia na poda das árvores, (re)plantio de hortaliças e construção de novos canteiros – seria o momento no qual se daria a participação do coletivo Horta Nossa. Entretanto, nem isso foi respeitado. Pelo contrário, o condomínio Tour Nóvoa contratou uma empresa de jardinagem para executar a transformação final do espaço.

De forma trágica e dramática, a Horta Nossa foi desfeita. Toda a biodiversidade que ali existia foi simplesmente dizimada. A praça foi completamente redesenhada e poucas das árvores originalmente plantadas no projeto permaneceram de pé no local. O espaço que era semente e fruto do trabalho comunitário, produzido por uma longa colaboração entre muitos sujeitos, se tornou um grande canteiro paisagístico. Um jardim de vitrine, desses que a burguesia gosta de passear com seus *pets*. Com um gradil rebaixado, plantas ornamentais em suas bordas, um piso de brita de concreto e dez pequeninos canteiros demarcados com tijolos (para não dizer que eles não lembraram da horta). Foi assim que o condomínio Tour Nóvoa conseguiu desvirtuar totalmente o projeto da horta comunitária e convertê-lo em um projeto conservador e padronizado, que desde então não incomoda e nem contagia a ninguém.

Neste caso específico, mas que sintetiza com nitidez a dinâmica espacial de dominação-apropriação que viemos discutindo, fica evidente o modo estratégico

como o governo municipal controla e administra os usos do espaço: vetando-os ou aprovando-os através de suas normas e burocracias, e muitas vezes, em função de interesses particulares. Sob essa perspectiva, também é possível notar que determinados grupos e indivíduos se utilizam deste aparato jurídico-legal criado pelo Estado justamente para se apropriar privativamente do espaço público ou até mesmo desvirtuar movimentos de apropriação coletiva que nele se realizam. Sendo assim, sob o ponto de vista da legalidade da ação, a gestão compartilhada do espaço público através de uma horta urbana comunitária precisa obedecer às regras de apropriação pré-estabelecidas pelo Estado, caso contrário são consideradas ilegais e podem ser arrasadas a qualquer momento, quando menos se espera.

Desse modo, as estratégias estatais se revelam dominantes no espaço público e erguem muitos obstáculos para o semear do comum na metrópole carioca. Porém, apesar de cooptar muitas das *maneiras de fazer* da multidão, a dominação do Estado nunca é total. Ela não é impermeável às táticas e astúcias coletivas de uso e ocupação do espaço público que são ensaiadas cotidianamente nesta cidade. Ensaios que jogam de acordo com as brechas e ocasiões oportunas do cotidiano, refazendo a ordem hegemônica a partir das condições criadas por ela e dentro dela, burlando o sistema através das suas próprias engrenagens e mecanismos. Nesse sentido, nada impede que o arranjo comunitário formado em torno da antiga Horta Nossa da Gávea se reúna novamente, em um momento propício, para se reapropriar da Praça do Ipê. Ainda que desfigurada, aquela praça ainda é pública. E, mais cedo ou mais tarde, qualquer outro grupo de cidadãos ordinários irá retomar os plantios no local.

Por fim, cabe acrescentar que, desde meados do ano de 2017, o coletivo Horta Nossa começou a desenvolver uma nova horta comunitária em outra esquina da Zona Sul – a Horta da Fonte, como alguns a chamam (em referência à Rua Fonte da Saudade) – sobre um canteiro de calçada próximo à Praça General Alcio Souto, no bairro da Lagoa. Ironicamente, desta vez, o primeiro ato do grupo foi realizar o pedido de adoção do espaço público, para só depois iniciar os plantios e transformações no local. O que, por sua vez, não quer dizer que grupo se rendeu às normas da Prefeitura do Rio de Janeiro. Muito menos que eles estejam seguindo estritamente o que foi combinado no projeto aprovado pela Fundação Parque e Jardins.

Longe disso, o contrato de adoção serviu apenas como a garantia de que a Horta da Fonte não seja apropriada de maneira privada por outros grupos ou desativada pelo próprio ordenamento do governo. Assim, o mesmo instrumento legal de adoção do espaço público que derrotou o coletivo no passado, agora se apresenta como possibilidade de corroer, por dentro, a gestão centralizadora do Estado. Está em jogo, então, uma maneira subversiva de utilizar a própria lógica da ordem dominante como o germe da desordem, ou melhor, como o broto de uma nova ordem: a ordem do comum. Seria o feitiço voltando-se contra o próprio feiticeiro?

- As hortas e seus guardiões: do Cosme Velho ao Morro da Formiga

Na metrópole contemporânea, os projetos comunitários de horta urbana possuem vários traços similares e convergem em muitos sentidos, mas, de fato, não são todos iguais. Pelo contrário, eles afirmam suas singularidades através dos seus jeitos únicos, suas intencionalidades e *maneiras de fazer* cotidianas. A originalidade de cada um dos seus detalhes nos prova que não há receita, em cada horta saboreamos uma pitada de algo que é só seu. Entretanto, ao que parece, algumas das hortas urbanas comunitárias da cidade do Rio de Janeiro são mais complicadas de serem “saboreadas” pela multidão do que outras. Nesse sentido, o modelo de gestão coletiva de certas hortas do município carioca não condiciona uma apropriação espontânea e indiscriminada do espaço público por qualquer um que deseje chegar junto e fazer parte.

Existem projetos que são desenvolvidos por muitos, mas comandados por poucos. Projetos que apresentam uma dinâmica muito peculiar, na qual o zelo e o carinho de alguns dos seus participantes se confundem com a vigília e o controle sobre os usos do espaço. Referimo-nos às hortas comunitárias que, apesar da sua construção coletiva, são constantemente e rigorosamente supervisionadas, pois estão sob a implacável sentinela de seus guardiões. Hortas nas quais a maioria das atividades, decisões e táticas cotidianas estão centralizadas nas mãos de uma só pessoa que, por sua vez, costuma “carregar o projeto nas costas”, mas também não busca dividir (a todo custo) este “peso” com o Outro.

Sob esta perspectiva podemos compreender por guardião de uma horta urbana comunitária aquele indivíduo que, por forte afeição, tem o costume de velar e proteger aguerridamente o espaço público, de maneira imperativa e

conservadora. Tal como um zelador que exerce vigilância constante, o “guardião da horta” é aquela pessoa que conserva o espaço público em seu poder. Isto é, que toma conta do espaço com extrema atenção, cuidado e interesse na vida cotidiana, envolvendo-se a tal ponto que – mesmo sem querer ou perceber – impõe a sua individualidade sobre o coletivo. Diante da sua presença, a potência do *fazer-com* se reduz e a transformação do espaço público se realiza sob um compasso mais rígido. Em um ritmo que não permite disritmias, muito difícil de harmonizar com as melodias do comum e, por isso, dissonante à multidão de cidadãos ordinários da metrópole carioca.

Aqui, contaremos brevemente sobre dois projetos que podem nos ilustrar com maior clareza essa contradição entre o uso e o controle do espaço desde o interior da sua gestão coletiva: a Horta Comunitária do Cosme Velho e a Horta Comunitária do Morro da Formiga. Ambas as hortas foram iniciadas sobre espaços públicos que estavam abandonados pelo poder público. A primeira se localiza em um antigo terreno baldio no bairro do Cosme Velho, de frente para a movimentada Praça São Judas Tadeu – uma área da Zona Sul do Rio de Janeiro que apresenta um fluxo intenso de trabalhadores, moradores e turistas – onde diversas pessoas se reúnem para pegar o tradicional trenzinho para o Cristo Redentor, para participar das missas na Paróquia São Judas Tadeu ou para fazer compras na feira livre semanal que é realizada na praça. Já a segunda horta está inserida em um antigo terreno baldio do Morro da Formiga – uma favela situada na Muda, pequena região da Grande Tijuca, na Zona Norte do município – em uma das sinuosas curvas da Rua Paulino Nogueira, próxima à sede da escola de samba Império da Tijuca, da Creche Municipal Dr. Ronaldo Gazolla e da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do morro.

Apesar de estarem inseridas em contextos territoriais completamente distintos, estas hortas apresentam processos de gestão do espaço público muito parecidos. Destarte, adiantamos que as semelhanças e os pontos de convergência entre estes dois projetos estão vinculados a três aspectos centrais, que estão interligados e se retroalimentam. Primeiramente, as duas hortas são contempladas pelo Programa Hortas Cariocas e recebem a assistência da Prefeitura, que monitora e acompanha o desenvolvimento dos projetos, fornecendo os insumos, equipamentos e a verba necessária para a continuidade das atividades. O segundo ponto é que os dois espaços são gradeados e parcialmente abertos, pois abrem e

fecham seus portões de entrada segundo horários determinados por seus organizadores. E, por último, mas não menos importante, cada uma destas hortas é comandada por um guardião, que coordena as atividades e comanda as decisões cotidianas. Uma única pessoa, fundamental para a manutenção dos projetos segundo o modelo de gestão no qual estão enquadrados.

Na Horta Comunitária do Cosme Velho, a guardiã é uma senhora que mora no bairro há mais de três décadas e que resolveu abraçar a causa do projeto desde o ano de 2013, conferindo um novo sentido para sua vida de aposentada. Seu apartamento se localiza a poucos passos da horta, onde ela passa a maioria das tardes manejando as culturas plantadas e zelando pela preservação do espaço. Na Horta Comunitária do Morro da Formiga, o guardião é um senhor que é nascido e criado no morro, muito considerado e respeitado pelos moradores da favela. Bem-humorado, ele resguarda o espaço sob os seus cuidados desde o ano de 2010, coordenando a maioria das atividades que são realizadas no local. Ambos os guardiões participam dos projetos desde o seu início e manifestam muito apreço pelas hortas. São dedicados e perseverantes, todos os dias estão ali, regando as plantas, plantando, podando, colhendo e recebendo visitantes.

De fato, tais guardiões se entregam ao desenvolvimento dessas hortas com o corpo e a alma, manifestando uma grande responsabilidade em relação à transformação cotidiana do espaço. Porém, a relação que estabelecem com os demais participantes nem sempre se dá de forma horizontal e sadia. Em diversas situações, estes indivíduos impõem suas maneiras de fazer e pensar sobre o coletivo: agindo segundo a vontade própria no dia-a-dia, seja dando ordens aos demais voluntários ou proferindo a “última palavra” em cada decisão. Ao mesmo tempo que são simpáticos e solidários, se torna evidente o modo pelo qual eles centralizam a gestão do espaço público. Os seus gestos, discursos e intencionalidades também revelam a ambição de administrar o ímpeto coletivo, adestrando os usos coletivos a partir de uma perspectiva hierárquica e localista de se relacionar em grupo. Afinal, são os guardiões que abrem e fecham os portões que dão acesso às hortas e só eles têm a chave desses espaços, que geralmente permanecem trancados entre o pôr do sol e o amanhecer (das 18:00 às 6:00).

Entretanto, é importante notar que tais guardiões não o são por acaso. Ao passo que estas duas hortas foram integradas ao Projeto Hortas Cariocas, estes dois senhores estabeleceram um acordo firmado em contrato com a Prefeitura do

Rio de Janeiro, sob o qual eles seriam os responsáveis encarregados por comandar as atividades na horta e realizar outras funções administrativas (como a solicitação de insumos e materiais, a participação em reuniões com administradores públicos e inclusive o preenchimento de uma folha de ponto). Em troca, ao formalizar o contrato, estes guardiões passaram a ser remunerados pela Secretaria de Meio Ambiente (SMAC) através de uma bolsa mensal⁶⁵. Perante esta parceria, estes indivíduos estão autorizados a formar uma pequena equipe de gestão oficialmente reconhecida pelo governo municipal.

Tal equipe trabalha na horta de forma flexível, mas segue alguns protocolos normativos, tal como o sistema de meação da produção. Neste sistema, metade da produção de alimentos é obrigatoriamente doada aos equipamentos públicos situados nos arredores das hortas (escolas, creches ou abrigos) ou ainda para famílias em situação de vulnerabilidade nutricional (indicadas por associações de moradores). A outra metade é passível de comercialização pelas equipes e o lucro é dividido igualmente entre os beneficiários do projeto⁶⁶. Vale lembrar que a sustentabilidade do Projeto Hortas Cariocas consiste na expectativa de que a geração de renda com a venda das hortaliças supere o valor das bolsas pagas e, a partir desse momento, as equipes optem por não mais receberem a bolsa da Prefeitura, atingindo o estágio de emancipação (no qual deixariam de depender do Estado para a sua continuidade).

No entanto, esse horizonte parece estar distante das duas hortas. Não somente por uma questão de escala de produção (relacionada à produtividade agrícola ou ao tamanho físico dos espaços), mas porque conquistar a independência financeira em relação à Prefeitura não é o foco prioritário dos esforços desses dois guardiões. Na realidade, eles doam a maior parte daquilo que é produzido nas hortas. Por exemplo, na Horta Comunitária do Morro da Formiga, o volume de alimentos orgânicos produzidos é relevante o bastante para cumprir uma importante função social de segurança alimentar: todas as semanas, são doados legumes e verduras para vinte famílias da favela, bem como, para a escola e a creche mais próximas da horta.

⁶⁵ Os coordenadores do projeto, que aqui chamamos de guardiões, recebem uma bolsa mensal de R\$480,00. Caso estes coordenadores ou os gestores públicos da SMAC julguem que seja necessário, eles indicam outros participantes do projeto para integrar a equipe de gestão da horta. Tais membros também passam a receber uma bolsa mensal, só que de R\$360,00.

⁶⁶ Este processo garante um incremento na bolsa paga aos membros da equipe, além de proporcionar a realização de pequenas compras emergenciais para manutenção dos espaços cultivados.

Aquilo que não é doado é vendido para os moradores locais, mas as vendas são realizadas a um preço simbólico. Ali eles podem comprar verduras fresquinhas, todas sem agrotóxicos e a preços mais baratos do que os do supermercado (para se ter uma ideia, o molho da alface custa R\$1,00). O guardião da horta é quem gerencia as vendas e instrui os demais membros da equipe gestora sobre como proceder em cada situação (quais alimentos serão doados e quais poderão ser vendidos ou o preço a ser cobrado por cada variedade). Sob esta dinâmica, apesar do espaço ser cercado, sem placa ou aviso do lado de fora, o entra e sai de moradores mostra que a popularidade da horta dispensa propagandas. Contudo, fica claro que a maioria deles estabelece uma relação estritamente comercial com o projeto. Na prática, são poucos os moradores que se sentem à vontade para participar do manejo cotidiano da horta. E destes poucos, somente alguns são autorizados a fazer uma transformação significativa no espaço.

Já na Horta Comunitária do Cosme Velho, apesar do considerável tamanho do terreno, as culturas não costumam ser vendidas, pois o volume de alimentos plantados não sustenta uma postura comercial em relação à horta. As colheitas – sejam sazonais (alguns poucos frutos e tubérculos) ou perenes (em geral, ervas medicinais e temperos) – também não são feitas com a pretensão de garantir a alimentação de um grupo específico, pois são insuficientes para abastecer de maneira contínua e regular qualquer escola ou outra instituição municipal. As culturas são colhidas pelos participantes de maneira corriqueira na vida cotidiana e mesmo quem nunca contribuiu com os trabalhos na horta pode colher um pouquinho. No entanto, não é qualquer um que pode plantar o que quiser ou da maneira que quiser. Enquanto a guardiã estiver presente, a maioria das intervenções realizadas no espaço passam pelo seu crivo: quanto mais diferentes forem os usos do Outro que se aproxima, maior a censura e o cerceamento sobre as ações alheias.

Neste compasso, o engajamento comunitário nessas duas hortas se fragiliza diante da arquitetura de gestão centralizadora na qual elas estão enquadradas, um modelo conservador de organização territorial que hierarquiza as diferenças sociais e subtrai o poder de ação da multidão. Apesar da enorme relevância dessas hortas na vida cotidiana dos moradores do Morro da Formiga e do bairro do Cosme Velho, tais espaços não são apropriados de maneira libertária por todos, pois os seus usos são controlados justamente pelos participantes mais assíduos dos projetos. Sob a

tutela dos guardiões, a apropriação coletiva desses espaços deve obedecer a uma série de códigos e regras que dificultam a produção do comum. Porém, também não o impossibilita.

Por um lado, se os esquemas de funcionamento dessas duas hortas tendem a limitar a sua abertura à multidão, por outro lado, a vitalidade dos laços comunitários que nelas se constrói não deixa de ser admirável. Apesar das adversidades, o fluxo diário de pessoas nesses espaços é intenso e há uma grande interação social com as hortas. Nesse sentido, a presença dos guardiões não significa a ausência da multidão, pois por mais conservadores sejam os seus procedimentos de gestão, eles não impedem a espontaneidade que brota do *estar-junto* no espaço público. Querendo ou não, a apropriação multitudinária desses espaços se realiza nos momentos oportunos do cotidiano. Momentos extraordinários, que fogem à ordem reproduzida pelos guardiões devido ao despertar de práticas espaciais que desviam da racionalidade centralizadora que paira sobre as hortas. Táticas elaboradas pelos próprios participantes dos projetos, que resistem de maneira quase anônima, diluindo a concentração de poder e desconstruindo a hierarquia interna promovida pelos guardiões.

Diante destas condições, os encontros cotidianos que se desenrolam nessas hortas são muitos e variados, mas sempre envoltos pela tensão entre os processos de uso-controle na produção do espaço. Nesses dois projetos de horta urbana comunitária, a gestão coletiva do espaço público se desenvolve sob uma seara de contradições: entre o inusitado e a regulação, entre a partilha e a centralização do poder, entre a apropriação coletiva e a apropriação privada. apesar do controle se revelar sobredeterminante aos usos em muitas situações da vida cotidiana, por vezes, o ímpeto coletivo resiste e persiste em sua criatividade e insubordinação – revela-se indomável – até triunfar sobre a vontade individual.

Logo, o controle rígido sobre as ações cotidianas não impede que uma multiplicidade de sujeitos, vozes e ideias não se faça presente na produção desses espaços. É vivenciando os desenvolvimentos cotidianos da Horta Comunitária do Cosme Velho e da Horta Comunitária do Morro da Formiga que se percebe que os usos são múltiplos e imprevisíveis na vida de todo dia. Justamente nas brechas da gestão conservadora, estes usos serpentinos ora passam despercebidos pelos guardiões, ora são explicitamente desviantes e tão irrefreáveis que eles percebem que de nada adianta tentar controlar a vontade coletiva de agir. Referimo-nos aos

indomesticáveis impulsos do comum, que partem da multidão e através dela transformam o espaço público em um espaço possível de ser produzido por todos, de maneira justa e sincera.

Contudo, não podemos negar que a dinâmica de gestão dessas suas hortas é muito diferente de outras hortas da cidade, principalmente daquelas localizadas em praças abertas ou calçadas: tais como o Jardim Aromático da Praça no Flamengo, a Horta Comunitária do Grajaú ou a Agrofloresta da Urca. Nestes projetos, a gestão compartilhada do espaço é visivelmente menos rígida, mais aberta e democrática. Porém, é interessante perceber que a dialética entre o uso e o controle do espaço público se faz sempre presente, em alguma medida, no solo desta cidade. Por exemplo na Horta Comunitária do Grajaú, localizada na Praça Edmundo Rêgo (na Zona Norte do município), a presença de uma cabine da Polícia Militar colada à horta se apresenta, em diversas ocasiões, como um entrave para a espontaneidade da organização coletiva dos participantes⁶⁷.

Portanto, nessas hortas inseridas em espaços públicos integralmente abertos, as estratégias de controle sobre o uso coletivo também existem – mas tendem a partir de fora do projeto, por iniciativa de outros grupos sociais – em um movimento de tensão entre a gestão coletiva e a gestão estatal ou privada. Sob essa perspectiva, este breve relato nos demonstra como é desafiadora a produção do comum através dos ensaios de gestão coletiva nas hortas urbanas comunitárias da metrópole carioca. Trata-se de um processo trabalhoso, pois não basta a construção de uma consciência comunitária, também é preciso escapar da vigília, burlar o controle sobre os usos e superar a dominação espacial do Estado na vida cotidiana.

- Tão próximas, mas tão distantes: a Horta das Artes e a Horta do Vinil

Na metrópole contemporânea, a homogeneização espacial é evidente. Salta aos olhos a repetição dos elementos na paisagem e a padronização dos comportamentos sociais em muitos lugares. Porém, o espaço não é de todo homogêneo, pois revela-se fragmentado e hierarquizado em diversas escalas e

⁶⁷ Desde uma bananeira que crescia saudável na horta, mas tapava parte da visão estratégica dos policiais para a circulação de pedestres na praça, e por isso, teve de ser cortada. Até o morador de rua que evita se aproximar e adentrar o espaço para não correr o risco de receber um “esculacho” dos guardas. Ao que tudo indica, para os participantes dessa horta comunitária, o ato de semear encontros também significa resistir ao policiamento que está sempre a podar as possibilidades dos usos do espaço público.

dimensões. E é diante das diferenças entre seus fragmentos territoriais que a metrópole nos revela o quão desiguais são as condições de produção do espaço e de reprodução dos sujeitos sociais. Simultaneamente padronizada, diferenciada e desigual, as cidades de hoje em dia oferecem sentidos e circunstâncias muito discrepantes de uso e ocupação do território. No município do Rio de Janeiro, percebemos que os usos cotidianos do espaço público se assemelham ou se distinguem de acordo com os movimentos de apropriação-dominação que consagram este mesmo espaço como um contraditório campo de disputas (sempre sob a implacável sombra do Estado).

No bairro da Barra da Tijuca, duas hortas urbanas comunitárias localizadas muito próximas uma da outra resguardam grandes diferenças entre si. A menos de dois quilômetros de distância, a Horta das Artes e a Horta do Vinil divergem em vários sentidos, mas, sobretudo, em relação à qualidade dos encontros em cada projeto. Esta distância social deriva de dinâmicas e intencionalidades distintas na gestão coletiva das hortas, visto que cada uma delas está inserida em um contexto específico de espaço público e, conseqüentemente, expressa uma relação singular com o ordenamento estatal. Enquanto a Horta das Artes se situa no jardim da Fundação Cidade das Artes, um equipamento cultural emblemático do bairro. A Horta do Vinil se encontra sobre o gramado de uma antiga praça localizada em um terreno no complexo residencial do Parque das Rosas. Apresentaremos aqui um pouco da história destes projetos, ressaltando os fatores de diferenciação entre eles, na busca de elucidar o porquê do comum pulsar de modo mais intenso em certas condições espaciais do que em outras.

O projeto Horta das Artes surgiu da parceria entre dois funcionários da Fundação Cidade das Artes e três integrantes de coletivos de agricultura urbana (um do coletivo francês La Sauge e dois do coletivo Horta Nossa), que em meados de 2016 se reuniram e elaboraram uma proposta de planejamento e gestão de horta comunitária para a Fundação Cidade das Artes. Após sucessivas reuniões e inúmeras ressalvas pontuadas na proposta inicial, os diretores da fundação aprovaram a ideia e se comprometeram a financiar todos os custos necessários para a realização do projeto. Ficou acordado que os membros dos coletivos se encarregariam de coordenar encontros semanais, a partir de uma abordagem didática e recreativa, enquanto a fundação abriria inscrições para vagas gratuitas de voluntários e divulgaria o projeto em seus canais de mídia. O local escolhido

para a construção da horta foi uma parcela significativa (com área de 500 m²) do jardim da Cidade das Artes.

Destarte, percebemos as limitações e desafios deste projeto, principalmente ao considerarmos as dimensões de acessibilidade e alteridade do espaço onde se insere. Localizada no centro geométrico da Barra da Tijuca, a Fundação Cidade das Artes se configura como um espaço público problemático para uma apropriação comunitária, pois expressa a dominação total do Estado sobre os usos do espaço e incorpora a lógica privatista dos “antros de consumo” do bairro à sua dinâmica social. Deste modo, a fundação foi projetada a partir de estruturas de controle territorial, tais como: uma arquitetura monumentalista e panóptica (na qual qualquer um se sente minúsculo e vigiado), a instalação de grades e cancelas cercando os seus limites, a presença de guardas municipais e equipes de segurança privada.

Observamos que esta morfologia ostensiva, que engole e afasta os cidadãos, se soma às condições precárias de acesso à fundação, que é totalmente rodeada por grandes avenidas de trânsito expresso e não possui calçadas ao seu entorno. Na prática, os moradores do bairro e das adjacências que se voluntariaram para participar da Horta das Artes só conseguem chegar no espaço através do transporte particular ou público. E isso dificulta a adesão de novos participantes ao projeto, pois reduz as possibilidades de alguém conhecer a horta espontaneamente, durante o caminhar cotidiano. O único acesso projetado para pedestres se dá por uma passagem subterrânea que liga a Estação Alvorada à Cidade das Artes, mas que muitas pessoas desconhecem⁶⁸. Já para os automóveis existem duas entradas aparelhadas com cancelas eletrônicas que impõem uma tolerância máxima de quinze minutos para a cobrança do estacionamento (com preços elevados, que se tornam ainda mais caros de acordo com o tempo de permanência no local).

⁶⁸ Tal passagem subterrânea existe porque no nível do solo os dois espaços são separados pela principal avenida do bairro, a Avenida das Américas, que não conta com a presença de semáforos e faixas de pedestres neste trecho específico. Todavia, a entrada de pedestres trata-se de um corredor amplo e todo pintado de branco, sem placas de orientação, mas conta com um guarda municipal sempre a postos, para controlar e vigiar o acesso. Logo, apesar de se localizar a poucos metros da Estação Alvorada – um dos ambientes com maior fluxo diário de pessoas no município –, os administradores da Fundação Cidade das Artes não buscam atrair essa multidão de trabalhadores para o espaço. E a multidão de trabalhadores, por sua vez, não se sente convidada para se apropriar da fundação, de maneira espontânea. Estão sempre entre um ônibus e outro, da casa ao trabalho e deste de volta àquela. No *frenesi* desta cidade, vivem correndo atrás do tempo e contra o tempo. Um tempo que lhes devora e lhes escapa. Tempo que já não sobra para romper a cotidianidade, nem ao menos que seja para atravessar o corredor e descobrir o que tem do outro lado.

Não obstante, a determinação elitista do espaço também se revela na sua dinâmica de uso e ocupação, pois suas dependências não são frequentadas pelos grupos mais pobres da sociedade. Notadamente, este espaço público foi concebido para sediar espetáculos artísticos, peças de teatro e eventos festivos direcionados para as classes mais abastadas da sociedade, visto que os ingressos custam caro e são poucas as atrações gratuitas oferecidas para um público de menor poder aquisitivo. Ali dentro, os pobres estão presentes apenas sob a condição de trabalhadores ou, por vezes, de visitantes contemplados por projetos sociais promovidos pela prefeitura (geralmente, com alunos de escolas municipais). Sob estes termos, os conteúdos dos encontros que se realizam na fundação são permeados pelas representações da elite do bairro, pois é o valor de troca que pauta as presenças e ausências neste local.

Nessa direção, a problemática deste espaço público ergue uma série de entraves para a materialização de um projeto comunitário, ainda mais para um projeto que vise conquistar (alguma) autonomia territorial na metrópole. Na Horta das Artes, por mais que os participantes se esforcem para organizar uma gestão compartilhada do espaço e promover sua abertura, as normas e regras da fundação enrijecem as relações cotidianas no jardim. Em uma dinâmica burocrática e hierárquica, as táticas de apropriação da horta são constantemente confrontadas com as estratégias dos atores que controlam a dinâmica da fundação⁶⁹. Referimo-nos a um grande inventário de ideias e atos coletivos que, uma vez ensaiados no manejo cotidiano da horta, são desvirtuados e reelaborados segundo o crivo dos administradores oficiais daquele espaço.

São intencionalidades que se chocam e sobrepõem na gestão do espaço público, em um contexto onde o conservadorismo dos diretores da fundação impede transformações mais radicais no jardim. Diretores estes que não costumam durar mais de quatro anos em seus cargos, visto que as equipes de gestores da Cidade das Artes variam sucessivamente de acordo com as mudanças de gestão do governo municipal, pois tratam-se de cargos comissionados. É interessante notar como esta troca interna das equipes administrativas afeta a continuidade do

⁶⁹ Nesse sentido, muitas das decisões tomadas e das ações realizadas na Horta das Artes são rebatidas pelos gestores da Fundação Cidade das Artes. Desde a restrição ao plantio de determinada espécie de árvore até a definição do dia e do horário de uma atividade, fica evidente que a preocupação dos diretores da fundação não é facilitar a autonomia de gestão do projeto. A prioridade deles com relação ao projeto sempre foi com o aspecto visual do espaço (a aparência do jardim) e a visibilidade midiática que este pode oferecer em termos de sustentabilidade ecológica (sob o discurso da “pegada verde” da instituição).

projeto Horta das Artes, pois dissolve a parceria construída entre os participantes da horta e os funcionários de “alto escalão” da fundação, de modo que muitos dos acordos tem de recomeçar do zero⁷⁰.

Diante deste quadro, a qualidade dos encontros coletivos na Horta das Artes é balizada por limitações espaciais objetivas e subjetivas, impostas de “cima para baixo”. É inegável que, com o passar dos anos, a frequência das atividades na horta diminuiu, bem como o número de participantes assíduos também reduziu significativamente. Se, por um lado, muitas pessoas já se engajaram nos mutirões, oficinas e eventos promovidos no espaço, e assim, colaboraram para o seu desenvolvimento ao longo dos anos. Por outro lado, são poucos aqueles que construíram laços de pertencimento fortes o bastante para continuar participando das atividades até hoje, pois a maioria dos voluntários participou da horta em diferentes ciclos temporais de transformação do espaço e muitos deles não tiveram a oportunidade de se conhecer pessoalmente. Logo, apesar de cidadãos ordinários de todas as idades e de diversas áreas do município terem contribuído para a construção da Horta das Artes (desde turmas de escolas públicas e privadas até grupos de moradores de abrigos municipais), podemos contar nos dedos os voluntários iniciais do projeto que permanecem frequentando a horta.

Atualmente, a multidão se apropria dessa horta apenas durante os grandes eventos e espetáculos promovidos pelo estabelecimento cultural, mas não se faz presente nas atividades organizadas pelos participantes da horta. Sob este entendimento, não é o comum que anima a reunião desta multidão, pois de fato ela não está unida por uma causa coletiva e, muitas vezes, sequer está disposta a “sujar as mãos” de terra. Na realidade, quando são muitos, os cidadãos que se apropriam da horta ali estão sob a condição de visitantes e consumidores do espaço, que, até certo ponto, se identificam com o projeto e reconhecem sua importância, porém não pretendem assumir uma responsabilidade coletiva na gestão da horta. Compreendem a Horta das Artes mais como um atrativo oferecido pela Fundação Cidade das Artes do que como um movimento comunitário de reapropriação do espaço público. Portanto, não há uma intencionalidade

⁷⁰ Seis meses após o início do projeto, houve uma mudança de grande parte da equipe administrativa da fundação. Apesar dos mutirões na horta serem mantidos na programação semanal de atividades da instituição, a nova administração interrompeu o financiamento ao projeto e gradativamente começou a se ausentar das funções inicialmente acordadas com os participantes. Porém, a cobrança dos diretores por “resultados” não diminuiu, principalmente em relação à capacidade de atração social do projeto. Eles criticam a falta de adesão de novos participantes à Horta das Artes, mas não a divulgam em suas plataformas de mídia tal como o fazem com as festas privadas que são realizadas no mesmo jardim.

emancipatória por detrás dessas “visitas”, pois a maioria dos indivíduos não cria uma consciência sobre a dominação privativa do espaço público em que estão presentes e, por isso, não se envolve na luta por uma produção comunitária do espaço.

Por sua vez, a Horta do Vinil é produzida de maneira muito diferenciada, visto que sua dinâmica de gestão coletiva se constrói sob outras condições territoriais, permeadas por outros ritmos e representações. Este projeto se iniciou no final do ano de 2018, como um ato de resistência à ameaça de privatização de dois lotes de terrenos no Parque das Rosas, onde se localiza uma antiga praça deste complexo residencial (entre a Igreja Nossa Senhora de Lima e o Colégio Municipal Chico Buarque de Holanda). Na época, a Prefeitura incluiu de maneira estratégica a área em um projeto que visa vender terrenos públicos para arrecadar verba para o município⁷¹, tornando-os disponíveis para a iniciativa privada, o que gerou muitos protestos por parte da Associação de Moradores e Amigos do Parque das Rosas (AMARosas).

Na visão dos moradores, o poder público deveria prestar cuidados à praça, ao invés de abandoná-la para depois decidir vendê-la sem o devido diálogo com a população do entorno. As mobilizações contra a venda da praça se deram através de uma série de reuniões e manifestações organizadas no local. Inclusive, as faixas e cartazes pendurados nas grades de condomínios do Parque das Rosas que exibiam mensagens contra a decisão da Prefeitura foram parar no noticiário local. As mensagens eram claras: “Prefeito, respeite o nosso espaço de lazer”, “A praça é de 15.000 moradores”, “Venda nunca, conservação sempre”. Foi em meio a este movimento de resistência territorial que a Horta do Vinil nasceu: como um manifesto vivo pelo direito de uso comunitário da praça, a partir da luta contra as estratégias de cercamento e venda do espaço público de convívio dos moradores.

Nesse sentido, observamos que o arranjo comunitário que movimenta as atividades na Horta do Vinil é mais numeroso e engajado do que aquele que anima a Horta das Artes. Em sua maioria composto por moradores e funcionários do

⁷¹ Durante a gestão do prefeito Marcelo Crivella, uma emenda adicionada ao Projeto de Lei nº 761/2018, que já previa a alienação de terrenos na Barra da Tijuca e em Vargem Pequena, inseriu os dois lotes que fazem parte da praça no Parque das Rosas às alienações. Desse modo, a Prefeitura transferiu estes dois terrenos – que tem quadras poliesportivas, mesas de xadrez e um extenso gramado – para o Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro (Funprevi), através do qual foram integrados a uma lista de vinte imóveis que serão postos à venda em editais públicos. Como estratégia de recuperação financeira do fundo, a expectativa do governo é arrecadar cerca de R\$ 150.000.000,00 com as alienações.

entorno imediato, seus participantes não apenas frequentam a horta com maior assiduidade, mas também criaram um laço de pertencimento mais intenso com o espaço, o que gera maiores expectativas com relação aos objetivos e metas traçadas nas reuniões semanais. Por se tratar de uma área aberta (sem grades ou portões), que está inserida em uma zona residencial com muitos moradores, a maioria dos voluntários chegam na Horta do Vinil a pé – por meio do caminhar cotidiano – e se apropriam do espaço em diferentes momentos do dia.

A espontaneidade dos encontros é um fator-chave, visto que muitos vizinhos de longa data passaram a se conhecer melhor durante as atividades semanais no espaço. E, assim, graças à horta se tornaram grandes amigos. Sob este entendimento, o envolvimento comunitário com a Horta do Vinil é orgânico e o engajamento não se restringe somente às práticas agrícolas, pois transborda para além delas, visto que a horta também funciona como plataforma para diversos outros projetos sociais. Atualmente, são muitos os eventos coletivos realizados no espaço: festivais culturais, oficinas pedagógicas, aulas de ioga e meditação, palestras de conscientização socioambiental, feiras artesanais, mutirões de limpeza, rodas de conversa, fogueiras etc. Apesar de seus diferentes temas, todos os eventos são abertos ao público e promovidos por participantes do projeto que atuam em cooperação com outros grupos e organizações sociais. Neste compasso, apesar de possuir menos de dois anos de história, essa horta comunitária já está conectada em rede com muitos movimentos da cidade do Rio de Janeiro.

Dessa maneira, a gestão compartilhada da Horta do Vinil se desenvolve sob relações mais diretas e horizontais do que aquela que se realiza na Horta das Artes. Se, em termos ecológicos, os manejos agrícolas praticados nessas duas hortas são muito parecidos (ambos consistem na aplicação de técnicas agroflorestais sobre um gramado). Por outro lado, sob a perspectiva das táticas de uso e ocupação do espaço, estas hortas se diferenciam significativamente. Isto porque o processo de apropriação coletiva da Horta do Vinil é permeado por outras intencionalidades e representações espaciais. Toda a sua construção está diretamente ligada à luta pelo direito de usar, ocupar e transformar o espaço público, bem como à resistência coletiva às estratégias hegemônicas de dominação deste mesmo espaço. Por isso, esta horta se torna uma obra do *fazer-com* dos muitos cidadãos que semeiam o comum na medida em que aprendem a agir em conjunto nos ensaios errantes do dia-a-dia.

Nas incessantes tentativas de gerir a praça pública, os participantes elaboram maneiras criativas de ressignificar o território, mediante as quais experimentam o comum como um sentido maior que orienta a produção do espaço. Assim, torna-se nítido o esforço coletivo dos voluntários da Horta do Vinil para sobrelevar o valor de uso da praça em relação ao seu valor de troca (que é fomentado estrategicamente pelo Estado). Bem como, são valiosas as trocas de ideias que se dão nos encontros diários, nas reuniões semanais e nos eventos sazonais da horta. Ideias que fortalecem o desenvolvimento de novas modalidades de gestão do espaço público, nas quais o coletivo se torna protagonista e a coletividade prevalece sobre a privação e o individualismo. É diante desta articulação que o arranjo comunitário envolvido nessa horta se propõe a questionar o domínio jurídico-político do Estado e construir o comum como o primeiro passo para superação das limitações inerentes a qualquer “propriedade pública”.

Portanto, é notória a contradição que se manifesta entre as espacialidades e temporalidades construídas em cada uma das hortas urbanas comunitárias analisadas acima. Apesar de estarem localizadas no mesmo bairro, muito próximas uma da outra, as possibilidades de uma efetiva gestão coletiva do espaço estão mais vivas na Horta do Vinil do que na Horta das Artes. Isso se deve, como vimos, ao tipo de espaço público em que estão inseridos, à história de motivação dos projetos e à qualidade dos encontros que nelas realizam. Sob esta perspectiva, este breve relato nos ensina uma importante lição em relação às hortas comunitárias da metrópole carioca: a proximidade física entre os projetos não significa que eles se desenvolvem de maneira parecida. Cada fragmento espacial resguarda as suas especificidades em relação ao ordenamento territorial do Estado e, conseqüentemente, suas peculiaridades relativas às maneiras que a multidão se reapropria da ordem dominante. Por isso, às vezes, hortas que são vizinhas nos apontam horizontes muito distintos de produção do espaço.

6. Considerações finais... e mais algumas provocações

Tecendo a manhã

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

In: MELO NETO, João Cabral de. Obra completa: volume único.
Org. Marly de Oliveira. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p.345

Considerando tudo o que foi escrito ao longo destas páginas, é fundamental reconhecer que o espaço público da cidade do Rio de Janeiro nem sempre se apresenta como um limite à ação. Frente às estratégias neoliberais de controle privativo dos territórios, persistem múltiplas iniciativas coletivas que, a partir de novas e velhas práticas, constroem meios de reapropriação dos espaços públicos. Movimentos táticos e astuciosos que corajosamente se dispõem a subverter a lógica territorial dominante e a transformar a cidade, promovendo a multiplicidade dos seus usos na vida cotidiana. Dessa maneira, justamente nos excessos, lacunas e interstícios da ordem hegemônica, o espaço público ainda revela as brechas possíveis para a organização política dos cidadãos cariocas em direção à produção de um sentido comunitário de espaço, que favoreça a emancipação social e a justiça territorial.

Por um lado, afirmamos que diante da dominação de ideologia neoliberal e do redimensionamento do paradigma da propriedade privada na sociedade contemporânea, os espaços privados desta cidade ganham progressiva centralidade para a reprodução da vida social, enquanto o espaço público se esvai de suas qualidades e passa a ser gerido de maneira privatista. Apontamos também

que, nestes tempos de contenção e desengajamento, vivemos um cotidiano programado que se problematiza ao evidenciar a crescente homogeneização, fragmentação e hierarquização dos projetos de vida na metrópole carioca (HAESBAERT, 2014). Pois em meio a tantos muros e tanta vigília, o cidadão que vive apressado e repleto de necessidades individuais, com medo e desconfiança do Outro, já não consegue ou sequer pretende valorizar a consciência comunitária em suas ações cotidianas.

São muitos os grupos sociais que forjam suas relações quase exclusivamente no contexto privado da vida cotidiana, circunscrevendo seus laços sociais em espaços fechados que marginalizam as diferenças a partir do direito jurídico da propriedade privada. Os vínculos que estabelecem entre estes grupos são carentes de alteridade, pois se dão em função da defesa da propriedade privada e se caracterizam pela elaboração de políticas de (in)segurança social, que na prática se traduzem na vigilância e no controle territorial. Estes grupos fechados são compostos de sujeitos semelhantes, entre os quais o espírito comunitário é demasiadamente superficial e os laços de comunhão são escassos (BAUMAN, 2009). Em geral, tais grupos não aceitam a diferença e não suportam o estranhamento causado pelo olhar do Outro. E, por isso, precisam se enclausurar atrás de muros, cancelas e seguranças privados, fragmentando o espaço público em busca de refúgio em um espaço homogêneo.

Em meio ao clima de privação e contenção territorial, as posturas individualistas se tornam generalizadas e frequentes, engendrando hábitos que muitas vezes fragilizam as relações recíprocas de cooperação e respeito entre os integrantes de um mesmo grupo. Nos condomínios exclusivos são muitos os vizinhos de porta que não se falam ou até mesmo nem se conhecem, nos clubes e shoppings são vários aqueles que se veem diariamente, mas não se cumprimentam ou trocam palavras. Mesmo nas associações de moradores, nas quais supostamente o sentido do comum deveria prevalecer, os grupos mais discutem questões relativas às suas propriedades e medidas de restrição à interação social do que qualquer outra coisa. O que une estes grupos é justamente a negação das diferenças na experiência cotidiana, assim como, a defesa pelas propriedades conquistadas ou herdadas ao longo da vida e, conseqüentemente, o medo de se misturar em meio à multidão.

Entretanto, por outro lado, demonstramos que na metrópole carioca também existem movimentos de resistência e insurgência territorial. Movimentos que se fortalecem nas ocasiões e momentos oportunos do cotidiano, sinalizando novas modalidades de apropriação coletiva e gestão compartilhada do espaço público. São centenas de coletivos, ativismos e projetos comunitários que experimentam maneiras criativas de uso e a ocupação dos espaços públicos da cidade e que se mobilizam por uma produção do espaço mais justa, democrática e libertária. Referimo-nos aos coletivos de arte de rua, às rodas de rima, aos saraus de poesia, aos blocos de carnaval de rua, às hortas urbanas comunitárias, às feiras de trocas e outras iniciativas comunitárias que se realizam nos espaços abertos do Rio de Janeiro.

Frente aos planos estratégicos dos governantes e aos imperativos econômicos dos capitalistas desta cidade, tais experiências sociais adquirem corporeidade e co-presença em um movimento de retorno à rua e à praça (RIBEIRO, 2003). Nessa direção, tais grupos se fazem presentes nas várias ruas, praças e terrenos baldios da urbe, ensaiando suas próprias táticas e planos comunitários de uso destes espaços. São arranjos comunitários que expressam suas próprias territorialidades e temporalidades na produção do espaço. Em diversas situações, a ação comunitária destes grupos prova que ainda existem algumas dimensões da nossa relação com o Outro que não são passíveis de serem mercadificadas.

São cidadãos que atuam de forma colaborativa e solidária – em diferentes escalas de ação e com diferentes propósitos (a festa, o debate, a arte etc.) – mas sempre no sentido de potencializar a interação social e aumentar a participação coletiva na transformação do espaço público. Estes grupos possuem identidades territoriais singulares, mas se fortalecem na convergência das suas pautas e subjetividades em uma troca intensa que se realiza por meio de redes de comunicação e cooperação. Perante esta interlocução, eles se nutrem da alteridade social para realizar seus projetos e intervenções no solo da cidade. Juntos, eles dão corpo à multidão que resiste à opressão do ordenamento estatal e questiona os imperativos econômicos do capital financeiro-imobiliário. Uma multidão que, através da prática espacial, reivindica o direito aos usos da cidade em sua plenitude de possibilidades.

Ao longo do trabalho, confirmamos que essa multidão de cidadãos ordinários apresenta uma astúcia territorial impressionante, engendrando inúmeras táticas de ação transformadoras do espaço, agindo de maneira perspicaz e desviante, nas brechas e fissuras da reprodução sistêmica (CERTEAU, 2012). Apontamos também que o nexo aglutinador que une estes cidadãos gira em torno da busca por uma participação mais justa, direta e significativa na produção de uma cidade outra, com um sentido diferente daquela vivenciada todos os dias de forma rotineira e programada. Trata-se de um sentido que nos remete ao comum, enquanto matriz e produto dos movimentos da multidão. Neste quadro, muitos sujeitos sociais encontram no comum o horizonte da ação política transformadora, capaz de reverter a atual condição residual e privatizada do espaço público na metrópole.

Assim, ao longo deste trabalho, verificamos as principais tensões e contradições que se instauram entre os variados sentidos e formas de comunitarismo que se desenvolvem na vida cotidiana da cidade do Rio de Janeiro. De maneira sintética, dois tipos muito opostos de comunitarismo estão em foco nesta análise da vida cotidiana: aquele que está pautado no direito da propriedade privada e na restrição à interação social, e aquele que se baseia no compartilhamento da obra social e que se constitui no movimento de produção de um espaço outro, mais aberto e inclusivo. Com orientações assimétricas, cada um destes tipos de comunitarismo engendra ações que, em diferentes medidas, disputam para construir um sentido de cidade.

Logo, no enredo cotidiano da metrópole do Rio de Janeiro, os diferentes grupos sociais confrontam seus projetos de mundo e se organizam em sentidos muito controversos, seja *ao encontro* ou *de encontro* com a ordem dominante. Sob esta perspectiva, as atuais formas de comunitarismo que estão em jogo no cotidiano carioca estão ancoradas em sentidos muito distintos de ação, mas todos eles amplamente mediados pelo ordenamento do Estado e pela ampliação, intensiva e extensiva, da propriedade privada como um paradigma social. Assim, a atualidade da metrópole carioca aponta para uma condição espacial renovada e desafiadora, na qual os grupos sociais se desenvolvem não somente de maneira desigual e combinada, mas em que a própria ação coletiva se encontra massivamente incorporada às representações do espaço dominante.

Nesse sentido, ao pensarmos nas hortas urbanas comunitárias desta cidade, cabe agora retomar algumas questões mencionadas na introdução do trabalho e

que nortearam toda a reflexão traçada até aqui: em tempos de privação social e contenção territorial, quais são os principais obstáculos e possibilidades para a construção do sentido comunitário de cidade a partir do fazer coletivo nas hortas urbanas instaladas em espaços públicos? Seriam estas hortas meios capazes de produzir uma gestão verdadeiramente coletiva do espaço público? Ou ainda, como pensar a produção do comum nos horizontes murados da cidade contemporânea? Em suma, são questionamentos que colocam em xeque a efetividade e a relevância dos projetos de horta comunitária em uma metrópole onde a produtividade e o crescimento econômico são preponderantes ao desenvolvimento de qualquer projeto comunitário. Bem como, onde o individualismo, a competitividade e a privação se tornam elementos sobredeterminantes na dimensão dos afetos da vida cotidiana, dificultando o florescer de uma consciência comunal entre os cidadãos cariocas.

Tendo em vista que as respostas para estas perguntas já foram parcialmente apresentadas nos capítulos anteriores, seria oportuno elaborar uma breve conclusão das percepções construídas ao longo desta pesquisa. Como vimos, o movimento de reapropriação coletiva do espaço público através das hortas urbanas comunitárias é uma realidade que está em curso e pode ser verificada – sob variadas maneiras, ritmos e circunstâncias – em diferentes locais do município carioca. Tal movimento é protagonizado por grupos sociais distintos, com composições e intencionalidades singulares, que aqui optamos por chamar de arranjos comunitários. Na prática cotidiana, cada um desses arranjos elabora táticas e planos de ação capazes de remodelar e ressignificar o espaço público (em sua forma e conteúdo), promovendo trocas sociais coletivas que alteram quantitativa e qualitativamente a dinâmica de uso deste espaço pela sociedade.

Uma vez que eles ocupam uma praça ou um terreno baldio com seus plantios comunitários, os cidadãos se reapropriam destes espaços sob um aspecto objetivo (transformando a paisagem, as condições de acesso físico e de circulação no espaço) e subjetivo (transformando as representações, os referenciais simbólicos e imaginários do espaço). Nesse sentido, tais arranjos transformam o espaço público de um jeito significativo, instaurando a coletividade (ou melhor, o comum) como o horizonte maior que orienta os encontros multitudinários que neles se desenrolam. Ao considerarmos toda a teia de relacionamentos afetivos é gestada nessas hortas comunitárias, fica evidente que elas se constroem sob a comunhão e a alteridade,

revelando uma condição de coexistência entre as diferenças. Em seu conjunto, tais hortas representam a abertura do espaço público ao Outro, na medida em que elas só desenvolvem com o Outro (o coletivo, a multidão).

Desse modo, tais arranjos comunitários locais usam e ocupam o espaço público de forma compartilhada e multitudinária, transformando-o durante os diferentes momentos da vida cotidiana, ao longo dos mutirões, reuniões e demais encontros realizados em cada espaço. Sobretudo, buscamos demonstrar que esses espaços são reapropriados através da multiplicidade dos usos, que se fazem de maneira criativa e subversiva, estabelecendo contrapontos à lógica de controle privativo do Estado e às representações mercadológicas que comandam a metrópole. Porém, vimos que eles tais grupos não agem de forma isolada, eles estão articulados entre si através de redes de comunicação nas quais intercambiam informações, experiências e materiais essenciais para o desenvolvimento de cada projeto. Existe uma ampla interlocução entre os sujeitos que participam dessas hortas, uma troca intensa que constitui, com efeito, um comum produzido a partir do encontro das suas singularidades.

Nesse sentido, podemos afirmar que os laços de cooperação (o fazer-com) e as redes de comunicação que surgem a partir do desenvolvimento cotidiano dos projetos analisados alimentam o devir de um sentido comunitário (e, quem dirá, comunal) de cidade. Por isso, é fundamental perceber que tais iniciativas de reapropriação coletiva englobam a dimensão do corpo humano, seus gestos, sentidos, linguagens, necessidades e sonhos no decorrer da ação, assim como envolvem momentos de uso e ocupação do espaço enquanto formas de percepção e representação (CARLOS, 2014). A construção de uma horta comunitária no espaço público consiste, nessa perspectiva, em transformar os lugares de inscrição das normas e estratégias hegemônicas em lugares de constituição da identidade e da memória coletiva, desvelando uma abundância de hábitos e significados que convergem para a produção do comum na cidade. Trata-se de semear a vida em comum, por meio de um poderoso repertório de usos do espaço, que nos revelam criativas maneiras de fazer e pensar a cidade.

Sob este entendimento, dedicamos longas páginas deste trabalho para analisar o processo de gestão coletiva do espaço público carioca por meio dos projetos de horta urbana comunitária. Um processo que também está em curso na vida cotidiana da cidade do Rio de Janeiro, mas que ainda não se concretizou de

maneira efetiva ou generalizada. Trata-se de um movimento que aponta para uma virtualidade do presente, pois se encontra em gestação e não está isento de conflitos e contradições. Logo, ressaltamos que a gestão coletiva nas hortas se realiza de forma experimental, mediante o aprendizado prático do grupo. Este modelo de gestão coletiva não possui uma “receita de bolo”, pois se aperfeiçoa durante a vivência comunitária no espaço, de acordo com as necessidades que surgem ao longo do projeto. Do mesmo modo, verificamos que os participantes de cada horta não aprendem a gerir o espaço público apenas em seus respectivos núcleos, eles estabelecem pontes entre os seus projetos, comparam suas práticas umas com as outras e, assim, criam suas próprias referências comunitárias de organização e gestão do espaço público.

Através das hortas urbanas comunitárias, uma multidão de cidadãos ordinários experimenta variadas modalidades de gestão coletiva do espaço que promovem a intensificação democrática nos locais onde se realizam. São ensaios de gestão nos quais, em maior ou menor medida, a população colabora e participa de todas as etapas do desenvolvimento das hortas, desde a concepção do projeto (a proposta central) até a definição dos acordos e regras de trabalho (como será produzida a horta, como será feita a manutenção, como será a regularidade dos mutirões etc.). Dessa maneira, os participantes se articulam para compartilhar o espaço através da democracia direta, experimentando táticas coletivas de uso e ocupação do espaço público.

Logo, ao se realizarem, estes ensaios de gestão coletiva reavivam a contradição entre valor de uso e valor de troca do espaço público. Sob esta ótica, o desenvolvimento das hortas urbanas comunitárias tende a restituir a prevalência do uso (a apropriação coletiva e espontânea do espaço) sobre a troca (a apropriação privada e estratégica do espaço) na cidade do Rio de Janeiro. Assim, nas frestas oportunas do espaço dominante, este agir comunitário nas hortas urbanas se fortalece por meio da cooperação e da comunicação solidária entre muitos cidadãos. Ao passo que seus participantes questionam os regimes de propriedade (pública ou privada) do solo e reivindicam o direito aos usos da cidade, afirmamos que as hortas representam a negação do espaço público como uma propriedade exclusiva do Estado. Bem como, ressaltamos que as práticas e representações espaciais que brotam e florescem nessas hortas apontam para a superação da condição jurídico-política do espaço público no capitalismo financeiro-monopolista.

De forma geral, os projetos analisados sugerem que esta transformação é possível por meio da produção cotidiana de um espaço comunitário e autogerido. Um espaço que é obra e matriz de representações outras, a partir de uma profusão de subjetividades que destoam da lógica neoliberal dominante.

Como colocou Lefebvre (2017, p.104), “a autogestão nasce e renasce no seio de uma sociedade contraditória”, produzindo inúmeros contrapontos à gestão corporativa do Estado neoliberal. Dessa forma, a gestão coletiva busca descentralizar ao máximo o poder concentrado nas esferas estatais, pulverizando-o nas mãos da multidão que, de fato, produz a riqueza comum da sociedade. No entanto, de maneira trágica, as tentativas de autogoverno e emancipação social por meio dos projetos de horta analisados esbarram em muitos entraves territoriais e, por vezes, se perdem nos labirintos criados pela estrutura de dominação espacial que está em jogo. Diante das estratégias privatistas de ordenamento estatal, os projetos de horta são muitas vezes cooptados, desvirtuados e destruídos, como verificamos nos relatos apresentados no último capítulo.

Ora, seria, então, a gestão coletiva através das hortas urbanas comunitárias somente uma utopia? Compreendemos que não, ela vai além de um ideal utópico. A cada ocasião oportuna – a cada momento favorável da vida cotidiana – ela é posta em prática por diferentes grupos sociais da metrópole carioca. Segundo Lefebvre (2017), a gestão coletiva expressa uma experiência fundamental de nosso espaço-tempo e precisa ser estudada sob uma dupla interpretação: como “meio de luta”, que abre caminho para o enfrentamento, a resistência e a superação da dominação espacial do Estado e do mercado; e como “meio de reorganização da sociedade”, que possibilita a criação de novas formas de sociabilidade e articulação entre os diferentes grupos sociais. Assim, para Lefebvre (2017, p.105), a gestão coletiva tende a solucionar a totalidade das contradições diversas da sociedade capitalista, que seriam “superadas numa totalidade nova”, através de um “paroxismo teórico e prático em que o conjunto dessas contradições é impulsionado até o limite, até seu termo dialético”.

Sob estes termos, poderíamos pensar o processo de gestão compartilhada do espaço público por meio das hortas comunitárias da cidade do Rio de Janeiro como um movimento que cria condições para um salto qualitativo da sociedade e do espaço que ela produz. Portanto, ao reavivarem as tensões da relação uso-controle do espaço público, os projetos de horta consequentemente contribuem para a

multiplicação de contradições territoriais no espaço público, ao passo que também tendem a tornar estas mesmas contradições tão evidentes e críticas que, elevadas a uma condição limite, poderiam encaminhar o espaço público para uma outra metamorfose. Isto é, em meio a uma profusão de conflitos e disputas muito desiguais, as histórias das hortas estudadas nesta pesquisa subscrevem um futuro possível: a transformação qualitativa do espaço público em um espaço outro, animado pelo comum. Por este motivo, em seus limites e possibilidades, a gestão coletiva do espaço público não se constitui apenas como um horizonte utópico, ela sinaliza a atual potência do comum na produção do espaço. Ou seja, o comum como via de emancipação dos sujeitos sociais e de superação da dicotomia público-privado na vida cotidiana.

Entretanto, isto não quer dizer que os esforços de construção de uma efetiva gestão coletiva do espaço não estejam repletos de utopias. Sem dúvidas, não existe horta urbana comunitária sem utopia. Ora, a multidão de cidadãos que busca conquistar autonomia através desses projetos se alimenta fundamentalmente de utopias para elaborar suas práticas de gestão. Sobre isso, percebemos que é diante das distopias que se desenham a partir das atuais condições do sistema societário capitalista que tais utopias coletivas são elaboradas com maior potência no cotidiano. Isto é, justamente em meio ao quadro distópico da metrópole dominada pelo controle estatal e pelo mercado de finanças que as inquietações da multidão afloram com uma vivacidade capaz de transformar o real. Assim, movidos por sonhos e pesadelos, os participantes das hortas urbanas comunitárias muitas vezes miram o impossível para realizar o que é possível.

Essa “micropolítica sonhadora” produzida nestes projetos de agricultura urbana é construída com base no compartilhamento e na horizontalidade, a partir de poderes que se articulam de “baixo para cima” e que convergem para um sistema de relações democráticas simples e diretas. É estando junto e fazendo com que os sujeitos sociais das hortas iluminam novas possibilidades de ser e estar no espaço urbano-metropolitano, contrariando o coro daqueles que nos dizem que “não há alternativas” para o desenvolvimento da sociedade, conforme pontua Harvey (2004):

É a propósito prática valorizada nestes tempos proclamar a morte da Utopia, insistir que o utopismo, seja de que tipo for, vai necessária e inevitavelmente culminar em totalitarismo e desastre. Diante disso, é natural que nossos

problemas urbanos, quando vistos sob o prisma do cinismo, se afigurem incorrigíveis, imunes a todo e qualquer remédio que esteja ao alcance de meros mortais como nós. Concluimos então que “não há alternativa” nesta terra. Ou buscamos solução no pós-vida, ou então, à maneira de Hamlet, damos humildemente preferência a aceitar esses males urbanos que temos “em vez de buscarmos refúgio noutros males ignorados (HARVEY, 2004, p.336).

Nas considerações finais da obra “Espaços de esperança”, Harvey (2004) se permite a sonhar sobre uma sociedade mais justa e convivial – uma organização social hipotética a qual o autor escolheu denominar de “Edília” – imaginando um futuro no qual o valor de uso e a produção comunitária do espaço prevalecem sobre o valor de troca e o consumo individualista do espaço. A partir deste desenho de futuro, o autor sinaliza que é no auge da distopia capitalista que a sede por utopias – esta avassaladora vontade de mudar o mundo – se alastra entre os grupos sociais mais explorados e inconformados. Desse modo, a importância da criatividade de Harvey (2004, p.264), ao desenhar uma conjuntura espacial na qual “a troca voltada para usos dotados de sentido” triunfam sobre “a busca sem sentido do poder do dinheiro”, consiste em refletir como seria a realidade se transformássemos os motivos determinantes da ordem social. Assim, ao pensar o coletivo sobre o particular, a cooperação orientando a competição e a troca solidária como via para uma autonomia partilhada dos territórios, ele retoma uma questão central: “Em que pode a verdadeira natureza da natureza humana vir a se tornar?” (HARVEY, 2004, p. 264).

Uma pergunta vital, que devora os séculos e que exige respostas, mas que não sugere uma resposta qualquer. Uma pergunta tão forte que ressalta a nossa pequenez diante da existência humana, mas ao mesmo tempo nos põe para pensar o real e, sobretudo, agir em busca de respostas. Considerando a problemática aqui apresentada e a centralidade da questão levantada por Harvey (2004), defendemos que – se quisermos elaborar respostas diferentes das que nos são dadas – é urgente pensarmos utopicamente nas potencialidades que a sociedade de hoje já nos apresenta, mesmo que de maneira tímida e singela. Sob esta ótica, nutrir utopias significa refletir sobre a realidade em potência e suas possibilidades de futuro, ou seja, sobre tudo aquilo que o espaço socialmente produzido pode vir a ser.

Por isso, a construção de uma política comunitária – uma política do comum – passa incessantemente pelo conflito entre realismo e utopia. Diante das múltiplas

encruzilhadas do presente, entre o cotidiano programado e o cotidiano transformador, torna-se imprescindível cultivar certa esperança na produção do espaço. E que fique claro, ter esperança não se confunde com o verbo “esperar” e nem se resume a uma simples “promessa de futuro”. Cultivar esperança sugere, sobretudo, abrir caminhos, criar um feixe de alternativas, regar mil sementes de possibilidades. Em outras palavras, esta esperança consiste em agir e definir uma outra maneira de simplesmente ser humano, pois como afirma Harvey (2014, p.86): “se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito”.

Na prática cotidiana, as hortas urbanas comunitárias do Rio de Janeiro demonstram exemplos vivos de que as nossas expressões de singularidade não são reduzidas ou diminuídas em nossa comunicação e cooperação com o Outro na luta por uma produção do espaço mais justa e solidária. Ao inverso, é justamente mediante a construção de laços colaborativos entre diferentes projetos, territórios e temporalidades que conseguimos formar hábitos, condutas e desejos comuns cada vez maiores, em direção à mobilização e à extensão do comum para escalas espaciais cada vez mais abrangentes (HARDT e NEGRI, 2011). Como pontuam Hardt e Negri (2011), a mobilização do comum tem que se estender por toda sociedade e a criação da democracia direta é a única maneira de consolidar o poder da multidão. Assim, se o processo revolucionário implica na superação do paradigma da propriedade privativa do solo, a sociedade transformada (e transformadora) supõe a gestão coletiva do espaço (LEFEBVRE, 2017).

Quanto à orientação dos projetos espaciais que se desenvolvem através deste caminho, eles tenderão a superar a contradição geral entre o produto repetido (como mercadoria reproduzível) e a obra (como criação singular e autônoma). A transformação da sociedade contemporânea se torna possível, portanto, mediante a produção do espaço planetário como obra (de arte) da espécie humana: através das múltiplas maneiras de fazer e pensar o espaço como suporte social de uma vida cotidiana metamorfoseada, uma vida em comum. Para Lefebvre (2017), isso pressupõe um momento histórico determinado, uma conjuntura favorável para um projeto de transformação total das relações capitalistas:

O conceito de autogestão, hoje, é a abertura na direção do possível. É ao mesmo tempo o caminho e o fim, a força que pode suportar o peso colossal que se exerce sobre a sociedade e que pode superá-lo. Mostra o caminho prático

para mudar a vida, que permanece sendo a palavra de ordem, o objetivo e o sentido de uma revolução. Apenas através da autogestão os membros de uma livre associação podem ter em mãos as suas próprias vidas, de forma que ela passe a ser sua obra. Isso também se chama: apropriação, desalienação (LEFEBVRE, 2017, p.105).

A partir destas considerações, torna-se explícito na argumentação deste pesquisador a persistência de um olhar crítico sobre a atual condição espacial em que vivemos nas cidades do século XXI. Um ponto de vista crítico guiado por uma vontade inabalável que, apesar de pessoal, traduz as inquietações e os anseios de uma multidão de cidadãos com os quais eu convivi e aprendi muito. Trata-se da vontade de mudar a cidade do Rio de Janeiro. Vontade de transformar esta metrópole por completo, não apenas de forma parcial: mudar suas formas, produtos, objetos e, sobretudo, as relações sociais que produzem a cidade. Isto é, dar novos sentidos à troca social em toda a sua multiplicidade, a partir da criação de outras referências subjetivas na produção do espaço, que permitam transformar o produto em obra.

Nesse caminho, impulsionados por essa vontade de tornar a cidade uma obra de todos e para todos, de contagiá-la com representações espaciais que emancipem os cidadãos ao invés de aprisioná-los, buscamos extrapolar o sentido do direito à cidade como apenas um direito de acesso àquilo que já existe na cidade. Queremos o que ainda não existe. Queremos tornar o ausente, presente. Materializar o inimaginável e vivenciar o extraordinário. Em outras palavras, estamos a lutar pelo direito de produzir o espaço de uma maneira diferente, mais condizente com nossas necessidades e sonhos coletivos. E escrevo no plural porque também me refiro à multiplicidade de sujeitos que habitam as hortas e que fizeram parte desta investigação científica. Logo, como apenas mais um em meio à multidão, também manifesto a necessidade de participar ativamente na produção do espaço em que habito. E sei que, para isso se tornar uma realidade no futuro, nós só precisamos de nós agora, pois somente através do ímpeto coletivo será possível semear outra cidade. Não uma cidade dos sonhos, mas, antes de tudo, uma cidade que nos permita construir sonhos. Uma cidade verdadeiramente justa e poética.

É sob esta perspectiva que este trabalho de dissertação apresenta as hortas urbanas comunitárias como pontes de aproximação para esta cidade em devir. Neste movimento, ao manejar o espaço público através das hortas, o cidadão

ordinário encontra nos braços do Outro a potência necessária para transformar o seu local de vivência cotidiana, ao mesmo tempo em que cria uma consciência de mundo – uma consciência comunitária – que transborda para além da horta, do bairro e da cidade. Ao que nos parece, hoje um simples cultivo na rua pode oferecer motivos suficientes para a multidão desenvolver um pensamento crítico e uma práxis transformadora capazes de revolucionar não apenas os territórios em que habitam, mas em rede, contagiar também outros espaço-tempos contemporâneos.

Nesse sentido, os projetos de horta não seriam também projetos de mundo? Sem dúvidas, a partir das hortas é possível vislumbrar esforços para uma transformação (experimental, democrática e comunitária) de mundo. Logo, distante de qualquer pretensão de neutralidade, este trabalho de pesquisa se propôs a realizar uma tarefa primordial para os cientistas sociais da nossa época: criticar a realidade para transformá-la. E se esta tentadora proposta não der certo ou se esse momento não vier tão cedo, não precisamos nos acanhar ou carregar nenhum fardo disso. Como afirmou o cartunista Henfil: “Se não houver frutos, valeu a beleza das flores; Se não houver flores, valeu a sombra das folhas; Se não houver folhas, valeu a intenção da semente”.

Sobre o processo de escrita do texto vale mencionar que os últimos dois anos significaram um período de grande aprendizado, essencial para o amadurecimento das ideias deste autor. Em alguns momentos, escrever se tornou uma tarefa árdua e desafiadora, tal como um caminhar errante no qual tentamos organizar nossos pensamentos e devaneios mais confusos e traduzi-los em uma reflexão teórica coerente, que seja cativante para o leitor. Entre o desespero e a lucidez, estas páginas exigiram a superação de muitas limitações que carrego comigo. De fato, é complicado lidar com as contradições de longa data que cultivamos dentro de nós. Entretanto, em outras ocasiões a escrita fluiu de maneira prazerosa, divertida e até surpreendente. É curioso como os pequenos acontecimentos e conversas da vida cotidiana serviram de fonte criativa para avançar e mergulhar na construção do texto, possibilitando uma verdadeira fusão do escritor com o eu lírico.

Sinceramente, esta dissertação de mestrado ficou bem mais extensa do que imaginávamos e com um desfecho consideravelmente diferente em relação ao que havíamos planejado no início do curso. Por vezes, ao considerar o trajeto textual percorrido até aqui, percebo que muitos roteiros foram elaborados e desfeitos ao

longo do processo de escrita. Processo que, na realidade, não obedece a roteiros precisos ou itinerários certos. Com sabedoria, o poeta João Cabral de Melo Neto, autor dos versos que abrem esta sessão, certa vez pontuou que: “Escrever jamais é sabido, o que se escreve tem caminhos. Escrever é sempre estrear-se. E já não serve o antigo ancinho”. Sob esta perspectiva, apesar da estrutura do trabalho ser orientada por um método, os rumos finais desta reflexão se fizeram de acordo com o desenrolar da própria escrita, em seus labirintos e bifurcações. E muitas ideias que pareciam pequenas até um primeiro momento e há muito soavam singelas para mim foram se preenchendo de significado e densidade teórica durante o próprio ato de escrever.

Por fim, sabemos que o texto nunca se esgota e que as estas considerações não são, de fato, finais. Pelo contrário, está tudo em aberto. O que acontece é que agora nossos argumentos, hipóteses, deslizos e contradições estão expostos e prontos para serem apropriados por outras mentes, que as critiquem e as transformem. Por isso, este término pode ou deveria ser compreendido como o ponto de partida para futuras reflexões, pois o encerramento de uma ideia é o começo de outra ideia. De certo, a cada nova leitura o texto se renova. E a cada novo olhar sobre ele lançado, estas páginas se revelarão incompletas em algum sentido. Elas sempre precisarão de um Outro para completá-las. Somente assim poderemos construir juntos uma teoria desmistificadora e transformadora do real, que torne o que agora nos parece impossível possível no futuro. Sem mais, esta é a nossa deixa. A semente foi lançada, em campo fértil.

7. Referências bibliográficas

ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

ARRUDA, J. **Agricultura urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro:** sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias. Tese de doutorado. PPG - UFRRJ. Rio de Janeiro, 2011.

BARTHOLL, T. **Por uma geografia em movimento:** a ciência como ferramenta de luta. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BAUMAN, Z. **A Vida Fragmentada:** ensaios sobre a moral pós-moderna. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1995.

BAUMAN, Z. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BAIROCH, P. **De Jéricho à Mexico:** Villes et économie dans l'histoire. Paris: Gallimard, 1985

BEY, H. **T.A.Z.:** The Temporary Autonomous Zone. Ontological Anarchy, Poetic Terrorism. Brooklyn, NY: Autonomedia, 2003

BIAZOTI, A. **Engajamento político na agricultura urbana:** a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo. Dissertação de mestrado - USP. Piracicaba, 2020.

BORJA, J; CASTELLS, M. El impacto de la era de la información sobre la Estructura Social y Espacial de las informaciones. In: **Local y Global:** la gestión de las informaciones en la era de la información. Madrid: Taurus/Pensamiento, p.35-74, 2004.

BORJA, J; MUXÍ, Z. **El espacio público:** ciudad y ciudadanía. Barcelona: Electa, 2003.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas:** sobre a teoria da ação. 9ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

CARDOSO, A. O espaço do capital: a Barra da Tijuca e a grande promoção imobiliária. **Anais do III Encontro Nacional da ANPUR**. Águas de São Pedro, p. 156-175, 1989.

CARLOS, A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, A. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, A. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole**. São Paulo: Labur Edições, 2ª ed., 2017.

CARLOS, A; CARRERAS, C. **Urbanização e mundialização**: estudos sobre a metrópole. – São Paulo: Contexto, 2005.

CARLOS, A; SOUZA, M; SPOSITO, M. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CARLOS, A; VOLOCHKO, D; ALVAREZ, I. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

CASTELLS, M. **The Rise of the Network Society**. 2ª ed. Oxford: Blackwell, 2010.

CAYRES, G; ANACHE, B; PINHO, M; WERMINGHOFF, F; MATOS, L; QUARESMA, H. Ação estatal no espaço urbano: uma comparação entre o período “fordista” e o período neoliberal. **GEOPUC**, Rio de Janeiro, a. 3, n. 6, p. 1-16, 2011.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. artes do fazer. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 2012.

CHAUI, M. **Cultura política e política cultural**. São Paulo: Estud. Av. IEA-USP, 1994.

COUTINHO, M. **Agricultura urbana**: práticas populares e sua inserção em políticas públicas. Dissertação (Mestrado em Geografia). PPG / UFMG. Belo Horizonte, 2010.

COUTINHO, M; COSTA, H. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Revista Geografias**, v. 7, n. 2, p. 81-97, 2011.

DARDOT, P; LAVAL, C. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. **Tempo Social**, v. 27, n. 1, 2015, p. 261-273.

DARDOT, P; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DE BON, H.; PARROT, L. Sustainable urban agriculture in developing countries. **Agronomy for Sustainable Development**, v.30, p.21–32, 2010.

DINIZ, C. Impactos territoriais da Reestruturação Produtiva. In: RIBEIRO, L. (org.) **O futuro das metrópoles**: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro, Revan: Fase, 2000. p.21-62.

FERREIRA, A. **A cidade no século XXI**: segregação e banalização do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FERREIRA, A. A noção de totalidade e o holograma sócio-espacial: uma contribuição teórico-metodológica. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 13, 2003.

FERREIRA, A. A produção do espaço: entre dominação e apropriação: um olhar sobre os movimentos sociais. **IX Colóquio Internacional de Geocrítica**. Porto Alegre, UFRGS. 2007.

FERREIRA, A. A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço: por que falar em agentes, atores e mobilizações? In: FERREIRA, A; RUA, J; MARAFON, G; SILVA, A (Org.). **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, p.53-74.

FERREIRA, A. Metropolização do espaço, tensões e resistências: entre espaços de controle e controle do espaço. **XIII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona, 2014.

FERREIRA, A. Produção alienadora da cidade e indícios de insurgência: materialização, substrução e projeção. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de (Org.). **O espaço e a metropolização**: cotidiano e ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 91-120.

GUTIÉRREZ, R. **Horizontes comunitario-populares**: producción de lo común para más allá de las políticas estrado-céntricas. Traficantes de Sueños. Madri, 2017.

GUTIÉRREZ, R. NAVARRO, M; LINSALATA, L. Producir lo común para reproducir la vida: claves para repensar lo político. In: El Apantle: Revista de estudios comunitários, n. 3, **Común ¿cómo y para qué?** Madrid, 2016.

GUTIÉRREZ, R; SALAZAR, H. Reproducción comunitaria de la vida. Pensando la transformación social en el presente. In: El Apantle: Revista de estudios comunitários, n.1, **Común ¿cómo y para qué?**.Madrid, 2015.

GOFFMAN, E. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis; Vozes; 2011

GOFFMAN, E. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes, 2011.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. **Science**, v. 162, n.3859, p.1243-1248, 1968.

HARDT, M; NEGRI, A. **Multidão**: guerra e democracia na Era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARDT, M. **Comune**: Oltre il privato e il pubblico. 1.ed. Milano. Rizzoli Libri. 2010.

HARDT, M. **Commonwealth**: El proyecto de uma revolucion del común. Madri: Akal, 2011.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, D. **Spaces of Global Capitalism: Towards a Theory of Uneven Geographical Development**. London and New York: Verso, 2006.

HARVEY, D. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Blackwell Publishers, Cambridge, MA, 1996.

HARVEY, D. The Future of the Commons. **Radical History Review**, n. 19, p. 101-107, 2011.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HEGEL, F. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis, Vozes, 1992.

HELLER, A. **Sociologia de la vida cotidiana**. 2ª ed., Barcelona: Península, 1987.

HELLER, A. **O cotidiano e a História**. 10ª ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 2014.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUSTER, E; PECHMAN, R. **O chamado da cidade**: ensaios sobre a urbanidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LAVALLE, A. **As dimensões constitutivas do espaço público**: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. Espaço & Debates, v. 25, p. 33-44, 2005.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea” do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l'espace. 4ª ed. Paris: Editions Anthropos, 2000). Primeira versão: 2006.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, H. **Critique of everyday life**. v. 1. London: Verso, 1991.

LEFEBVRE, H. **Critique of everyday life**. v. 2. London: Verso, 2002.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Minas Gerais. Editora: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. Problemas teóricos da autogestão. Trad. Maria Lucia Oliveira (do texto: Space, State and World: selected essays. Minneapolis-Londres: University of Minnesota Press, 2009 (p. 138-152) e cotejado com o original: Problèmes théoriques de l'autogestion. Autogestion : études, débats, documents. Cahier, 1966. **GEOgraphia**, v. 19, n. 41. Niterói, 2017.

LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

LENCIONI, S. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. In: FERREIRA, A; RUA, J; MATTOS, R; **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

LUKÁCS, G. **Estética I**: la peculiaridad de lo estético. Barcelona: Grijalbo, 1966.

MACHINI, M. **Nas fissuras do concreto**: Política e movimento nas hortas comunitárias da cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado. FFLCH – USP. São Paulo, 2018.

MARTINO, L; MARQUES, Â. **Ética, mídia e comunicação**: relações sociais em um mundo conectado. São Paulo: Summus, 2018.

MARTINS, J. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Editora Contexto, 2008

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.

MASSEY, D. **Pelo espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAYER, J. **O comum no horizonte da metrópole biopolítica**. Dissertação de mestrado – UFMG. Belo Horizonte, 2015.

MITCHELL, D. **The right to the city**: social justice and the fight for public space. The Guilford Press, New York, 2003.

MONÉDIAIRE, G. **Agricultures urbaines et villes durables européennes**: droits et politiques du jardinage familial urbain en Europe. PULIM – Presses universitaires. Limoges, 1999.

MONGIN, O. **A condição urbana**: a cidade na era da globalização. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.

MOORE, A. Repensar a escala como uma categoria geográfica: da análise para a prática. **GEOgraphia**, v. 20, n. 42, 2018.

MORALES, N. Filosofía de lo cotidiano y el ritmanálisis. **Fermentum**, v. 11, n. 32, p. 515-524, 2001.

MOUGEOT, L. Agricultura urbana: conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**, nº.1, p. 5-12, 2000.

NAVARRO, M. **Luchas por lo común**: antagonismo social contra el despojo capitalista de los bienes naturales. BUAP / ICSYH. Bajo Tierra Ediciones. Puebla, 2015.

NAVARRO, M. **Hacer común contra la fragmentación en la ciudad**: experiencias de autonomia Urbana. BUAP / ICSYH, Puebla, 2016.

NEGRI, A. Para uma definição ontológica da multidão. **Lugar Comum**, n. 19-20, 2004. p.15-26.

NEGRI, A. Dispositivo metrópole. A multidão e a metrópole. **Lugar Comum**, n. 25-26, 2010. p. 201-208.

NETTO, V. **Cidade e Sociedade**: as tramas da prática e seus espaços. Porto Alegre: Sulina, 2014.

OSTROM, E. **Governing the Commons**: The Evolution of Institutions for Collective Action. New York: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, E. **El gobierno de los bienes comunes**: la evolución de las instituciones de acción colectiva. México: UNAM-FCE, 2012.

RIBEIRO, A. **Por uma Sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. v. 4. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, A. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, 2005. p. 411-422.

SANTOS, B. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SASSEN, S. A Cidade Global. In: LAVINAS, L; CARLEIAL, L; NABUCO, M. (orgs.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993, p. 187-202.

SASSEN, S. Global inter-city networks and commodity chains: any intersections? **Global Networks**, 2010. p.150-163.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SMIT, J.; NASR, J.; RATTA, A. Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities. USA: **The Urban Agriculture Network**, 2001.

SOJA, E. Accentuate the regional. In: **International Journal of Urban and Regional Research**, vol. 39, 2015, p.372-381.

SOUZA, M. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 4ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SOUZA, M. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, M. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

SOUZA, M. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a visão de sobrevôo como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **CIDADES**: Grupo de Estudos Urbanos, v. 4, n. 6, 2007. p. 101-114.

SPOSITO, E. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SPOSITO, M; GÓES, E. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

TONUCCI, J. **Comum urbano**: a cidade além do público e do privado. Tese de doutorado – UFMG, Instituto de Geociências. Belo Horizonte, 2017.

TOTTI, V. **Direito à cidade, comuns urbanos e privatização de espaços públicos na Cidade do Rio de Janeiro**: os casos da Marina da Glória e do Campo de Golfe Olímpico. Tese de Doutorado – Departamento de Direito, PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2016.

TOTTI, V. Comum e privatização de espaços públicos: a cidade como lugar da política. In: FERREIRA, A; RUA, J; MATTOS, R (Org.). **Produção do espaço**: emancipação social, o comum e a “verdadeira democracia”. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 175-198.

TREVISAN, C. **Espaço Público-Espaço Privado**: reflexões sobre o Espaço Urbano Metropolitano. FFLCH-USP. São Paulo, 2009.

VAINER, C. Utopias Urbanas e o Desafio Democrático. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 105, p. 25-31, jul./dez, 2003.

VANEIGEM, R. **A arte de viver para as novas gerações**. São Paulo: Conrad, 2002